

Cadernos

*da Defensoria Pública
do Estado de São Paulo*

v. 9 n. 41 2024

Habitação e Urbanismo

**Trauma Psicopolítico e violências
de Estado: experiências, reflexões
teóricas e produções técnicas**



**DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DE SÃO PAULO**

EDEPE Escola
da Defensoria Pública
do Estado de São Paulo

©2024 EDEPE

Escola da Defensoria Pública do Estado de São Paulo – EDEPE

Defensoria Pública do Estado de São Paulo

Cadernos da Defensoria Pública do Estado de São Paulo

v. 9 n.41 2024 – ISSN 2526-5199

Defensor Público Geral

Luciana Jordão da Motta Armiliato de Carvalho

Defensor Público Diretor da EDEPE

Guilherme Krahenbuhl Silveira Fontes Piccina

Defensores/as Públicos/as Assistentes da EDEPE

Peter Gabriel Molinari Schweikert

Leila Rocha Sponton

Yasmin Oliveira Mercadante Pestana

Corpo Editorial

Guilherme Krahenbuhl Silveira Fontes Piccina

Peter Gabriel Molinari Schweikert

Leila Rocha Sponton

Yasmin Oliveira Mercadante Pestana

Projeto Gráfico

Laura Schaer Dahrouj

Diagramação

EDEPE

Escola da Defensoria Pública do Estado de São Paulo – EDEPE

Rua Líbero Badaró, 616 - 4º andar

CEP 01008-000 - São Paulo-SP

Tel.: (11) 3105-0919 - ramal 401

escola@defensoria.sp.gov.br

Todos os direitos reservados à Escola da Defensoria Pública do Estado de São Paulo.

Os conceitos e opiniões expressos nos trabalhos assinados são de responsabilidade exclusiva de seus autores.

É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta revista, desde que citada a fonte.

Pedro Ribeiro Agustoni Feilke (Org.)

Antonio Euzébios Filho (Org.)

Cadernos da Defensoria Pública do Estado de São Paulo

*Trauma Psicopolítico e violências de Estado:
experiências, reflexões teóricas e produções técnicas*

1ª edição

São Paulo

EDEPE - Escola da Defensoria Pública do Estado

2024

Cadernos da Defensoria Pública do Estado de São Paulo	São Paulo	v.9	n.41	p. 1-261	jun/2024
--	-----------	-----	------	----------	----------

Cadernos da Defensoria Pública do Estado de São Paulo / Escola da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. –v. 1, n. 1 (2016)- . – São Paulo : EDEPE, 2016- .

ISSN 2526-5199

1. Direito – Periódico. I. Escola da Defensoria Pública do Estado de São Paulo.

CDU 34(05)

Elaborado por Giliardi Pereira Delli Paoli – CRB-8/10114

Este volume dos
Cadernos foi apoiado por:



APRESENTAÇÃO DA SÉRIE

No exercício de sua missão constitucional de realizar a assistência jurídica gratuita aos necessitados (art. 134, da Constituição Federal), a Defensoria Pública veicula ao sistema de justiça realidades e pleitos até então inexplorados pela doutrina jurídica tradicional. Esta atuação peculiar, criativa e inovadora merece o respectivo registro.

Publicados pela Escola da Defensoria Pública do Estado de São Paulo – EDEPE, os Cadernos da Defensoria Pública do Estado de São Paulo pretendem concentrar a produção de conhecimento pautada pela vulnerabilidade dos usuários dos serviços de assistência jurídica gratuita, consolidando artigos, pesquisas, anais de eventos, dentre outras produções de Defensores/as Público/as e Servidores/as da Instituição.

Embora este caminho já tenha sido trilhado por outros atores e instituições, é certo que ainda se encontra em seus passos iniciais, de modo que a série ora apresentada pretende somar e contribuir para a construção de arcabouço de produção escrita que não apenas reproduza os institutos doutrinários clássicos, mas que inove e tenha como objetivo a consecução dos direitos da população vulnerável.

A série é dividida em onze áreas temáticas: 1. Cidadania e Direitos Humanos; 2. Ciências Penais; 3. Infância e Juventude; 4. Direito das Famílias e Sucessões; 5. Direito Processual e Litigância Estratégica; 6. Habitação e Urbanismo; 7. Direito das Mulheres; 8. Diversidade e Igualdade racial; 9. Direitos da Pessoa Idosa e da Pessoa com Deficiência; 10. Direito do Consumidor; 11. Questões Institucionais e Atuação Interdisciplinar.

A EDEPE está à disposição para críticas e sugestões através do e-mail: escola@defensoria.sp.def.br



Sumário

Apresentação	8
<i>Pedro Ribeiro Agostoni Feilke</i>	
<i>Antonio Euzébios Filho</i>	
Dimensões psicossociais da moradia: apresentação e análise de laudos técnicos desenvolvidos sobre ocupações em São Paulo	10
<i>Antonio Euzébios Filho</i>	
<i>Joyce Mirelle Lima Farias</i>	
<i>Jussara de Souza Silva</i>	
<i>Alice Kacelnik Rosenthal</i>	
Estudo Psicossocial sobre vivências no acampamento Marielle Vive, do MST: reflexões sobre produção de saúde coletiva e os efeitos psicossociais de ameaças de despejo	37
<i>Bruna Borba de Araujo Tchalekian</i>	
<i>Leandro Amorim Rosa</i>	
<i>Paula Sassaki Coelho</i>	
Quando uma política ambiental desencadeia traumas psicossociais em comunidades tradicionais: o caso das famílias caiçaras da Jureia (SP).....	57
<i>Karina Ferro Otsuka</i>	
<i>Adriana Lima</i>	
<i>Dauro do Prado</i>	
<i>Nayara Gonçalves del Santo</i>	
<i>Rodrigo Ribeiro de Castro</i>	
<i>Natalia Ribas Guerrero</i>	
A contribuição da psicologia na garantia de direitos humanos coletivos: o caso Quilombolas de Alcântara x Brasil	78
<i>Adriana Eiko Matsumoto</i>	
<i>Antônio Euzébios Filho</i>	
<i>Bruno Simões Gonçalves</i>	
<i>Catiana Nogueira dos Santos</i>	
<i>Lais da Silva Vieira</i>	
<i>Matheus Rios Silva Santos</i>	
Cartografia socioafetiva na produção de parecer sobre impactos psicossociais causados pela BR-135 em territórios quilombolas maranhenses	105
<i>Bruno Simões Gonçalves</i>	
Violência Política e Trauma Psicossocial no Quilombo da Marambaia	126
<i>Filipe Boechat</i>	
<i>Elisa Fauth</i>	
<i>Isadora Resende Oliveira Silva</i>	
<i>Luciana Tavares de Oliveira</i>	
<i>Mariana Cardoso Branco</i>	
<i>Marianna Ferreira Rodrigues</i>	
<i>Michael Santana da Paz</i>	
<i>Rebeca Rocha Goifman</i>	



Sumário

Processos de institucionalização e danos psicossociais na população em situação de rua: Laudo Técnico Psicossocial sobre os Centros de Acolhida de São Paulo, SP	141
<i>Nilson de Jesus Oliveira Leite Júnior</i>	
<i>Antonio Euzébios Filho</i>	
<i>Gabriel Mussato Silva</i>	
<i>Matheus Costa Campos</i>	
<i>Iris Barboza Pastor Souza</i>	
Grupalidade e Potência: estratégias de trabalho grupal no enfrentamento das Violências de Estado institucionalizadas	171
<i>Aline Cruvello Pancieri</i>	
<i>Andrè Felix Ferreira</i>	
<i>Cristina Rauter</i>	
<i>João Gabriel Queirós</i>	
<i>Lucas Gonzaga</i>	
<i>Thais Lasevicius</i>	
Dos Autos de Resistência às Mães que resistem: danos psicossociais, verdade e justiça	184
<i>Antonio Euzébios Filho</i>	
<i>Rafael Lessa Vieira de Sá Menezes</i>	
Pistas para as políticas de saúde mental como políticas de reparação no caso da violência letal de jovens por agentes do Estado	200
<i>Maria Cristina Gonçalves Vicentin</i>	
<i>Claudia Trigo Aguiar</i>	
<i>Lucia Filomena Carreiro</i>	
Caso retirada do Bom Prato do centro da cidade de São Vicente/SP – Uma violação do Estado e a atuação interdisciplinar da Defensoria para garantia de Direitos.....	216
<i>Marcela Chioro Abreu</i>	
<i>Isabella Parras de Lima</i>	
Sentidos e Significados da Violência Policial para Estudantes do Curso de Geografia	234
<i>Ana Luiza Sebba Rady Lopes</i>	
<i>Divino de Jesus da Silva Rodrigues</i>	
<i>Adrillenne Pinheiro Silva Rezende</i>	
Sentidos e Significados da Violência Policial para Estudantes do Curso de Letras da PUC Goiás	248
<i>Julia Gonçalves de Oliveira</i>	
<i>Divino de Jesus da Silva Rodrigues</i>	
<i>Adrillenne Pinheiro Silva Rezende</i>	



Apresentação

Pedro Ribeiro Agustoni Feilke

Defensor Público do Estado de São Paulo

Antonio Euzébios Filho

Docente do Instituto de Psicologia. Departamento de Psicologia Social e do Trabalho da
Universidade de São Paulo (USP)

Esta coletânea intitulada “Trauma Psicopolítico e violências de Estado: experiências, reflexões teóricas e produções técnicas”, organizada pelo Núcleo Especializado de Habitação e Urbanismo em parceria com o Observatório do Trauma Psicopolítico (Psicologia USP e UNIFESP), traz um conjunto de textos e reflexões relevantes para pensar a relação entre Direito e Psicologia desde uma perspectiva crítica, que leve em conta os direitos coletivos e a complexidade de danos que decorrem da violação de Direitos Humanos e das violências contra populações vulneráveis.

Direito e Psicologia possuem um histórico de interessantes conexões, desde a área criminológica tradicional até as pertinentes contribuições na área da família, em uma troca que vem sendo cada vez mais produtiva nas mais diversas áreas e abordagens psicojurídicas.

Desafio de grande magnitude é imaginar a psicologia em uma esfera metaindividual, a partir da análise de experiências psíquicas coletivas que tenham relevância jurídica. A situação se torna mais complexa quando tais vivências são, de fato, violações incidentes, em especial, sobre pessoas cuja violação de direitos já é rotina.

O conceito de dano moral tornou-se extremamente popular nas últimas décadas, sendo algo presente no vocabulário dos mais diversos grupos sociais, ainda que não afetos à área jurídica. Nesta esteira, o fenômeno que se pretende trabalhar e, acima de tudo, divulgar na presente coletânea de textos, é a do trauma psicossocial que, embora possa ser verificado de maneira individualizada, é intrínseco a um contexto maior de violação.

As pessoas e coletivos atingidos por tais situações vivenciam um trauma cuja origem é social e histórica, mas sua manifestação sintomatológica mais imediata é individual, portanto, taz esta denominação de ‘psicossocial’, conforme ensinamentos de Martín-Baró, psicólogo social que cunhou este termo em mediados da década de 1980. Trata-se de um conceito que não se confunde com os demais conceitos jurídicos já estabelecidos, merecendo, assim, um aprofundamento teórico, ora proposto.

Tais experiências traumáticas estão essencialmente ligadas a ações e omissões estatais, por meio de seus agentes e de sua macroestrutura, contribuindo para o rebaixamento da própria condição de dignidade de pessoas que já estão em desamparo.

No cotidiano da Defensoria Pública, inúmeras são as situações que bem se enquadram nesse conceito, podendo-se destacar a violência policial (física e simbólica) direcionada a grupos



vulneráveis; a omissão estatal em garantir dignidade às pessoas em situação de rua; e, finalmente, na área habitacional.

Sobre o tema, um dos textos dessa coletânea, “Dimensões psicossociais da moradia: apresentação e análise de laudos técnicos desenvolvidos sobre ocupações em São Paulo”, trabalha muito bem as diversas violações que o Estado impõe conectados à precariedade habitacional. No mesmo sentido é o “Estudo Psicossocial sobre vivências no acampamento Marielle Vive, do MST: reflexões sobre produção de saúde coletiva e os efeitos psicossociais de ameaças de despejo”, que buscou subsidiar as ações realizadas em meio a um processo de regularização de um acampamento sob risco constante de despejo.

Muitas vezes, na área habitacional, senão em todas, há uma interseccionalidade de violações, como se pode notar nos textos “A contribuição da psicologia na garantia de direitos humanos coletivos: o caso Quilombolas de Alcântara x Brasil”, “Cartografia socioafetiva na produção de parecer sobre impactos psicossociais causados pela BR-135 em territórios quilombolas maranhense” e “Violência Política e Trauma Psicossocial no Quilombo da Marambaia”, que bem explanam como tais contribuições da psicologia podem somar na luta por direitos de populações vulneráveis, no caso, população quilombola. O mesmo é visto, na dimensão dos povos tradicionais caiçaras, no texto “Quando uma política ambiental desencadeia traumas psicossociais em comunidades tradicionais: o caso das famílias caiçaras da Jureia (SP)”.

A questão da violência policial e seus significados também vem trabalhada, em especial nos textos “Sentidos e Significados da Violência Policial para Estudantes do Curso de Geografia e de Letras”; “Dos Autos de Resistência às Mães que resistem: danos psicossociais, verdade e justiça”; “Pistas para as políticas de saúde mental como políticas de reparação no caso da violência letal de jovens por agentes do estado” e “Grupalidade e Potência: estratégias de trabalho grupal no enfrentamento das Violências de Estado institucionalizadas”, cada um trabalhando de forma importante sobre formas de violência policial.

No âmbito das pessoas em situação de rua e em vulnerabilidade e extrema, o texto “Caso retirada do Bom Prato do centro da cidade de São Vicente/SP – Uma violação do Estado e a atuação interdisciplinar da Defensoria para garantia de Direitos” exemplifica, com um caso concreto trabalhado pela Defensoria Pública, como atos estatais podem ter um enorme impacto na vida dessas pessoas, trazendo várias camadas de violações que se somam, bem demonstrando as facetas do trauma psicossocial. A ele se soma o texto “Processos de institucionalização e danos psicossociais na população em situação de rua: Laudo Técnico Psicossocial sobre os Centros de Acolhida de São Paulo, SP”, que analisa a dura realidade dos Centros de Acolhida no Município de São Paulo que são, por si só, ensejadores de traumas psicossociais.

O desafio maior que se extrai das contribuições dessa obra é traduzir tais situações para a linguagem pragmática dos processos judiciais, utilizando os estudos psicossociais em sua amplitude máxima. Cabe à Defensoria Pública ser mais um desses agentes de transformação ao colocar os holofotes sobre tal importante tema e utilizar as importantíssimas contribuições oriundas dos campos dos mais variados campos de conhecimento para construir uma realidade de mais dignidade às populações vulneráveis.



Dimensões psicossociais da moradia: apresentação e análise de laudos técnicos desenvolvidos sobre ocupações em São Paulo

Psychosocial dimensions of housing: presentation and analysis of technical assessments developed on occupancies in São Paulo

Antonio Euzébios Filho

Docente do Instituto de Psicologia. Departamento de Psicologia Social e do Trabalho da Universidade de São Paulo (USP)
antonioeuzebios@usp.br

Joyce Mirelle Lima Farias

Graduanda em psicologia pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo
joyfarias@usp.br

Jussara de Souza Silva

Graduanda em psicologia pela Universidade Federal de São Paulo
jussara.souza@unifesp.br

Alice Kacelnik Rosenthal

Graduanda em história pela Universidade de São Paulo
alicerosenthal@usp.br

Resumo

Este artigo traz uma apresentação e análise de laudos técnicos psicossociais sobre as vivências em duas ocupações da cidade de São Paulo e que foram elaborados por solicitação do Núcleo Especializado de Habitação e Urbanismo da Defensoria Pública do Estado de São Paulo (DPESP). Os laudos foram realizados pelo Observatório do Trauma Psicopolítico, um projeto interinstitucional (Universidade Federal de São Paulo, UNIFESP, Campus Baixada Santista e Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, USP, São Paulo) que atua de forma transdisciplinar envolvendo as áreas de ensino, pesquisa e extensão. A metodologia utilizada contou com entrevistas semiestruturadas, questionários estruturados, rodas de conversa, atividade lúdica com crianças e produção de diários de campo. Assim, foi possível realizar uma análise dos fatores de risco e proteção da Saúde Mental destes moradores tomando como base, especialmente, o conceito de Trauma Psicossocial. Os resultados apontam para trajetórias de vidas marcadas pelo desenraizamento, repletas de despejos, desemprego e situações sequenciais de violências e humilhações. As respostas e narrativas dos participantes também revelam a dimensão psicossocial da moradia, isto é, a relação deste direito com a promoção da Saúde Mental. As ocupações aparecem como espaços que possibilitam a construção de novos vínculos sociais, redes de apoio e solidariedade - atuando, desta maneira, como um fator de proteção. Conclui-se que a moradia representa, sob todos aspectos, um caminho fundamental para autonomia e dignidade humana.

Palavras-chave: Ocupações. Trauma Psicossocial. Moradia.

Abstract

This article presents and analyzes technical psychosocial reports on the experiences of two occupancies in the city of São Paulo, which were drawn up at the request of the Specialized Housing and Urban Planning Unit of the DPESP. The reports were carried out by the Observatory of Psychopolitical Trauma, an inter-institutional project (Federal University of São



Paulo, UNIFESP, Baixada Santista Campus and the Institute of Psychology of the University of São Paulo, USP, São Paulo) which works in a transdisciplinary way involving the areas of teaching, research and extension. The methodology used included semi-structured interviews, structured questionnaires, conversation circles, play activities with children and the production of field diaries. It was thus possible to carry out an analysis of the risk and protective factors for the mental health of these residents, based especially on the concept of psychosocial trauma. The results point to life trajectories marked by uprooting, full of evictions, unemployment and sequential situations of violence and humiliation. The participants' responses and narratives also reveal the psychosocial dimension of housing, that is, the relationship between this right and the promotion of mental health. Occupancies appear to be spaces that make it possible to build new social bonds, support networks and solidarity – thus acting as a protective factor. The conclusion is that housing represents, in all respects, a fundamental path to autonomy and human dignity.

Keywords: *Occupancies. Psychosocial trauma. Housing.*

1. Introdução

O presente artigo é a apresentação e análise dos laudos técnicos psicossociais produzidos a partir das trajetórias vivenciadas por duas ocupações da cidade de São Paulo, por solicitação do Núcleo Especializado de Habitação e Urbanismo da DPESP. Este trabalho foi realizado pelo Observatório do Trauma Psicopolítico, um projeto interinstitucional (Universidade Federal de São Paulo, UNIFESP, Campus Baixada Santista e Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP), São Paulo) que atua de forma transdisciplinar envolvendo as áreas de ensino, pesquisa e extensão.

Os laudos técnicos psicossociais são documentos com o objetivo de trazer contribuições para os processos de ação civil pública no contexto de defesa dessas populações tendo em vista as reintegrações de posse. Nesse sentido, esses laudos analisaram aspectos psicossociais de risco e proteção no contexto de insegurança em relação à moradia, especialmente dado a situação vivenciada de proximidade com a data de 31 de outubro de 2022. Nesta data, a liminar¹ outorgada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) que suspendia os despejos e desocupações no contexto de pandemia iria cessar, assim, após o dia 31 previa-se despejos e reintegrações de posse destas moradias ocupadas.

Para a diferenciação entre os relatos de moradores dos diferentes territórios, optou-se por utilizar os nomes “ocupação vertical” e “ocupação horizontal”. Esta diferenciação possibilita a percepção de similaridades e dessemelhanças entre as trajetórias de vida dos moradores.

O estudo foi desenvolvido a partir da ferramenta conceitual denominada Trauma Psicossocial do psicólogo social Ignacio Martín-Baró. A partir deste conceito, foi possível identificar os fatores de risco e de proteção psicossocial da Saúde Mental na situação vivenciada por moradores dessas ocupações. Além disso, foi feita uma análise do significado psicossocial da moradia e também das violações de direitos humanos no contexto de falta de garantia do direito à moradia.



2. Fundamentos teóricos

2.1 Dimensão psicossocial do direito à moradia

O direito à moradia é um tema amplamente debatido, assim como a violação deste direito é um tema recorrente na literatura científica (ver, por exemplo, EUZÉBIOS FILHO, 2019). Não é o objetivo aqui levantar aspectos jurídicos associados a este direito fundamental, mas ressaltar a dimensão psicossocial do direito de moradia ou da violação deste direito. A falta de moradia acessível é, sobretudo, uma violação de direitos humanos e relaciona-se com a sequencialidade de danos às populações marginalizadas, sendo assim fortemente atravessada por classe, raça, gênero, dentre outras condições que produzem vulnerabilidade social (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU, 2005).

Primeiramente, é preciso destacar que a casa não tem sua importância apenas em seu aspecto físico, mas também simbólico e subjetivo: “Uma moradia adequada não consiste apenas num teto e quatro paredes, mas também num local para viver com paz e dignidade” (ONU, 2005, p. 7, tradução nossa). Nesse sentido, o acesso à moradia de qualidade é base para a humanização dos vínculos com os outros e consigo mesmo, para o reconhecimento e elaboração da autoimagem.

A casa, portanto, é mais que um alojamento físico, mas constitui-se como um lugar que possibilita apego, enraizamento, pertencimento, memória e identidade. Sobre isso, Massola e Svartman (2018) sugerem que “o termo enraizamento seja referido, de modo geral, à relação intrínseca entre a formação da identidade psicossocial e o socioambiente, em sentido amplo, no qual se constitui tal identidade” (p. 303). Assim, o lar é uma possibilidade de relação com o lugar ao qual a pessoa está que permite a constituição de uma identidade, tanto pessoal quanto coletiva – tendo em vista as relações culturais imbricadas no lugar –, e configura-se como elemento de proteção psicossocial.

A partir desse entendimento da casa em sua dimensão psicossocial, percebe-se que a retirada deste direito representa uma violação da autonomia e dignidade humana (EUZÉBIOS FILHO, 2019), além de ferir o acesso aos demais direitos. Assim, Caetano (2019) assinala que “A casa é onde o sujeito cria suas relações com o externo, sem ela, os seus direitos humanos e a sua felicidade estão ameaçados, como bem enfatiza Raquel Rolnik, quando defende que a moradia é a porta de entrada para os direitos humanos” (p. 11). Sem moradia, os sujeitos enfrentam diversas dificuldades na busca de emprego, na garantia de segurança, acesso à higiene pessoal, alimentação, dentre outros impactos em todos os aspectos da organização da vida. Portanto, a retirada deste direito produz danos psicossociais que colocam em risco a Saúde Mental das pessoas que vivem sob essas condições.

Os moradores das ocupações vivem essa realidade, tendo em vista que não têm assegurado o direito à moradia digna. Caetano (2019) explicita o drama vivido por moradores de ocupações:

Diante de um cenário desesperador e que não deixa outra opção para o trabalhador, o sem-teto busca resolver o seu problema eminente, ter um



abrigo, para si e para a sua família. Muitos, sem nenhuma condição, são obrigados a viver em albergues ou até mesmo em situação de rua. Ocupar é a alternativa que esses trabalhadores encontram para resolver as suas necessidades urgentes, pois não podem esperar pelo dia de amanhã, não dá para aguardar em uma fila. (p. 11).

Nesse sentido, dada a importância psicossocial do acesso a moradia acessível e com condições adequadas, demonstra-se que quem não tem casa tem pressa e batalha diariamente para acessar seus direitos, sua autonomia e dignidade.

2.2 Trauma Psicossocial como uma dimensão da violação de Direitos Humanos

O conceito de Trauma Psicossocial (TPS) nos oferece ferramentas para identificação da dimensão psicossocial de situações de violação dos Direitos Humanos (GONÇALVES, 2017; 2021; INSTITUTO LATINOAMERICANO DE SALUD MENTAL Y DERECHOS

HUMANOS, 2019), considerando, ainda, o escopo do debate sobre direitos humanos coletivos. Nota-se, por exemplo que a tipificação do genocídio na legislação brasileira está na Lei 2.889 de 1º de outubro de 1956, que inclui o reconhecimento de dano “à integridade física e mental de membros do grupo” (BRASIL, 1956).

Um olhar psicossocial sobre esta questão pode ser observado, como exemplo, em dois pareceres psicológicos para ações civis públicas em que o Estado foi processado pelo crime de genocídio contra população Krenak e Xavante no contexto da ditadura brasileira (GONÇALVES 2017; 2021). No âmbito dessas ações foram produzidos pareceres sobre os efeitos psicossociais da violência contra essas populações. A produção desses pareceres psicossociais marca a entrada da ciência psicológica nessa modalidade de ação jurídica (ação civil pública sobre direitos coletivos) e demarcam a emergência de um campo de ação profissional promissor para a psicologia na interface com justiça.

Nesta direção, a construção de protocolos de reparação psicossocial significa, inicialmente, reconhecer o sofrimento gerado pelo TPS em sua dialética individual-coletiva, produzir espaços de acolhimento e de resgate da memória histórica e coletiva. Os conhecimentos produzidos pela Psicologia Social sobre grupalidade, psicologia social dos grupos, processos grupais (por exemplo, FREITAS, 1998), entre outros conceitos, dão subsídios para que a construção de reparação psicossocial se dê a partir do encontro com o coletivo, com a comunidade, e que possa gerar frutos na transformação da realidade concreta que ensejou os determinantes da traumatização psicossocial.

2.3 Trauma Psicossocial e Saúde Mental

O conceito de TPS fornece ferramentas para a identificação de indicadores psicossociais de risco e de proteção à Saúde Mental de indivíduos e grupos. O TPS pode ser entendido como a cristalização de relações desumanizadoras (MARTÍN-BARÓ, 1994) e ao pensar o conceito de



trauma em termos psicossociais explicita-se o caráter sócio-histórico dessa ferida e destaca-se o papel das relações sociais na manutenção dessas violências (MARTÍN-BARÓ, 2000a). A partir desta perspectiva, temos, portanto, uma compreensão de saúde mental que leva em conta não apenas aspectos subjetivos, mas também coletivos, institucionais e materiais: a saúde mental é um produto da história e da sociedade.

Nesta direção, o TPS se caracteriza por contínuos danos psicossociais (DOBLES; MUÑOZ, 2019), que são fatores de risco à Saúde Mental de uma determinada população, especialmente, daquelas que não têm seus direitos básicos garantidos e/ou que sofrem violações de Direitos Humanos (MARTÍN-BARÓ, 2000a; 2000b). Esta sequencialidade demonstra inclusive o aspecto transgeracional do TPS, tendo em vista que os grupos marginalizados mais atingidos por processos de traumatização psicossocial são, historicamente, atingidos pela violência de Estado.

Esta modalidade de Trauma é desencadeada por situações de violência – físicas e simbólicas – que produzem afetos que contribuem para o rebaixamento da própria condição de humanidade, autonomia e dignidade.

Em relação aos riscos individuais, percebe-se o (1) estado exacerbado de alerta, (2) sentimento de impotência na organização da vida, (3) alterações no sentido da realidade, (4) a fragilização da autonomia pessoal e da autoconfiança, (5) a depreciação da autoimagem e (6) a ausência de perspectivas animadoras para o futuro. Já em relação aos riscos coletivos, nota-se

(1) a desintegração da memória e identidade coletivas, (2) o acirramento da violência intra e intergrupo, (3) a desconfiança nas relações interpessoais e (4) a estreiteza e rigidez na elaboração da imagem do adversário. Em contrapartida, existem indicadores de proteção psicossocial que promovem a saúde mental e atuam no sentido de reparação psicossocial, sendo estes: (1) fortalecimento da memória e identidade coletiva, (2) fortalecimento da rede de apoio social e afetiva, (3) vínculo comunitário, (4) garantia e manutenção de direitos, (5) e perspectivas de futuro (EUZÉBIOS FILHO et al., 2022a; 2022b).

3. Método

A metodologia adotada para o trabalho desenvolvido partiu do “reconhecimento dos diferentes níveis que os efeitos psicossociais podem tomar: individual, familiar, intergrupar e da comunidade como um todo” (GONÇALVES, 2017, p 12). Nesta esteira, a metodologia para a identificação de fatores de risco e proteção à Saúde Mental considerou o conjunto de saberes da população ou coletivo atingido e os repertórios de cuidado e de produção de saúde da comunidade em intersecção com a literatura científica.

Baseamo-nos em princípios da pesquisa qualitativa (FREITAS, 1998; MINAYO, 2002) e assim, consideramos dois aspectos fundamentais: (1) que a intensidade e o sentido das narrativas são tão válidos quanto a quantidade e repetição das informações e (2) que aspectos universais, passíveis de generalização, estão contidas nas narrativas dos indivíduos. Deste modo, o número de participantes da pesquisa, embora seja um dado relevante, não foi pautado por uma lógica estatística. Buscamos incluir o máximo de participantes no tempo de produção do estudo, que se



deu entre agosto e setembro de 2022 (para a ocupação vertical) e setembro e novembro de 2022 (para a ocupação horizontal), o que não indica uma maior ou menor objetividade da análise, que foi construída com rigor metodológico, ética científica e sólida fundamentação técnica.

Os procedimentos metodológicos envolveram: observações e produção de diários de campo, além de entrevistas individuais em profundidade, realizadas com base em roteiro semiestruturado e, por fim, respostas a um questionário fechado. O questionário fechado sofreu modificações para se adequar a realidade de cada ocupação e também em vista dos ensinamentos aprendidos com a prática na primeira ocupação visitada. A aplicação do questionário (em formato *Google Forms*) foi realizado de forma direta entrevistador/entrevistado na ocupação vertical e na ocupação horizontal, além desse formato de aplicação, também teve a divulgação por *Whatsapp* em decorrência do número muito maior de indivíduos.

3.1 Contexto dos estudos

A primeira ocupação visitada tratou-se de uma ocupação vertical, na região central da capital paulista, que abriga em torno de 50 famílias desde dezembro de 2021. A segunda ocupação visitada, por sua vez, tratou-se de uma ocupação horizontal na Zona Leste da cidade de São Paulo, que abriga em torno de 800 famílias, 3 mil pessoas, há cerca de dois anos (desde 2021).

3.2 Participantes

Na ocupação vertical participaram da pesquisa 19 moradores adultos. Destes participantes, 73,68% eram do gênero feminino, uma participante era refugiada venezuelana e 57,89% eram oriundos de outros estados do Brasil, sua maioria do nordeste brasileiro. Em relação à idade, 42,1% tinham entre 20 a 39 anos, 42,1% entre 40 a 59 anos e 15,8% tinham mais de 60 anos. Já em função da escolarização e da renda familiar, seguem os dados a seguir:



Escolaridade	Frequência	Percentual	Renda Familiar	Frequência	Percentual
Ensino Fundamental I Incompleto	2	10,53%	Menos que R\$ 1212,00 (Menor que um salário mínimo)	6	31,58%
Ensino Fundamental I Completo	1	5,26%	R\$ 1212,00 (1 salário mínimo)	3	15,79%
Ensino Fundamental Completo	3	15,79%	De R\$ 1212,00 até R\$ 2424,00 (De um a dois salários mínimos)	5	26,31%
Ensino Médio Incompleto	5	26,31%	De R\$ 2424,00 até R\$ 3636,00 (De dois a três salários mínimos)	1	5,26%
Ensino Médio Completo	4	21,05%	Não sei responder	3	15,79%
Ensino Médio Técnico Completo	1	5,26%	Prefiro não informar	1	5,26%
Ensino Superior Completo	3	15,79%			

Quadro 1: Escolarização e renda dos participantes

Tipo de auxílio	Frequência	Porcentagem
Aposentadoria	1	5,26%
Auxílio Aluguel	1	5,26%
Auxílio Brasil	8	42,10%
Auxílio Gás	1	5,26%
LOAS	1	5,26%
Não recebem auxílio	7	63,14%

Quadro 2: Tipo de auxílio recebido

Para a ocupação horizontal foram realizadas as entrevistas semi-estruturadas de 20 moradores, todos adultos. As idades variaram entre 18 e 62 anos. Destes participantes, 10 se identificaram como mulheres cisgênero e 10 como homens cisgênero. Entre essas pessoas: 1 se autodeclarou amarela; 7 se autodeclararam brancas, 4 e 8 se autodeclararam pretos e pardos, respectivamente. Eram oriundos de diferentes estados, sendo a maioria de São Paulo. O nível de escolaridade, em sua maioria, foi composto por ensino fundamental e médio incompletos. Além disso, somente 2 delas exerciam trabalho formal e 14 recebiam menos que um salário mínimo.

A seguir, informações sobre os auxílios governamentais recebidos pelos moradores entrevistados*:



Tipo de auxílio	Nº de pessoas	Porcentagem
Aposentadoria	1	5%
Auxílio Aluguel	0	0
Auxílio Brasil	8	40%
Auxílio Gás	1	5%
LOAS	0	0
Auxílio-doença (INSS)	1	5%
Não recebem auxílio	10	50%

Quadro 3: Tipo de auxílio recebido

*total corresponde ao número de respostas.

No terceiro encontro ocorrido na ocupação vertical foi desenvolvida uma oficina de desenho com 11 crianças, 6 meninas e 5 meninos. As idades variaram de 4 a 13 anos.

Cabe destacar que, durante as observações participantes, foi possível notar a presença predominante de pessoas não brancas (pretas, pardas) e de lideranças comunitárias a partir do protagonismo de mulheres da comunidade. Tais elementos compõem a realidade concreta da ocupação vertical visitada, na medida em que se revelam como marcadores sociais de diferença, de reprodução de desigualdades sociais, mas também de potencialidades daquele grupo.

3.3 Procedimento de coleta

A realização das entrevistas individuais foi voluntária. Os dados de identificação são sigilosos e os nomes utilizados são fictícios. Também é importante informar que, antes de abordar a temática do despejo, a equipe se certificou de que se tratava de assunto de amplo conhecimento da comunidade e que ela já estava lidando com isto. A preocupação não era ser mensageiro deste assunto – considerado a delicadeza do tema e toda sua complexidade – mas sim refletir sobre a condição atual de vida desta população. Por último, cabe ressaltar que este tema não foi tocado diretamente com as crianças e adolescentes que participaram do estudo, salvo casos em que o assunto foi trazido pela própria criança e/ou adolescente.

Foram realizadas duas visitas prévias aos locais para ambientação, construção de vínculo e apresentação dos objetivos do estudo para os participantes da pesquisa, que se reuniram para receber os pesquisadores.

Nas visitas iniciais, a equipe de psicólogos mostrou-se aberta à realização de conversas individuais caso o conteúdo da entrevista mobilizasse sentimentos como ansiedade e medo. E caso necessário, seria dado algum encaminhamento clínico aos casos eventualmente acolhidos.

O roteiro semi-estruturado que norteou a entrevista foi organizado por determinados assuntos que compõem o escopo deste trabalho. Assim, as entrevistas individuais foram realizadas a partir de 4 eixos temáticos: (1) histórias de vida; (2) a vida na ocupação; (3) vivência e



sociabilidade e (4) o risco iminente de despejo. Além de perguntas abertas, mais amplas, o roteiro também contou com questões fechadas, o que nos permitiu registrar frequências associadas a estes tipos de respostas. Um exemplo de questão aberta: “Conte-nos sua trajetória de vida”. Um exemplo do que denominamos de questão fechada: “Sinto que aqui é minha casa” com 5 opções de resposta entre discordo e concordo totalmente.

Na primeira ocupação visitada (a ocupação vertical), que teve a participação do público infantojuvenil, o diálogo com as crianças foi mediado por atividade lúdica de desenho. A intervenção foi realizada no espaço de reuniões da ocupação, onde estavam presentes 11 crianças de um total de 35. Os participantes tinham idades variadas, sendo a mais nova 4 anos e a mais velha 14 anos. Como disparador da conversa utilizamos o pedido: “Desenhe uma casa”. Para isso, distribuimos materiais gráficos como, papel, lápis de cor, canetinhas e giz de cera. Entre as 11 crianças participantes, oito desenharam a casa onde gostariam de morar. Nesta atividade, foram registradas à mão as conversas com as crianças e com os pais ali presentes.

3.4 Procedimentos de análise

As narrativas foram transcritas na íntegra e são fiéis à maneira pela qual os participantes se expressaram. Elas foram lidas e relidas para identificação de temáticas, que correspondem a aspectos gerais das falas dos entrevistados. Após a identificação das temáticas, estas foram analisadas com base na literatura que fundamenta a construção de indicadores psicossociais de risco e proteção à Saúde Mental. São estes os indicadores que organizaram a análise teórica das informações: (I) No âmbito individual: (1) estado exacerbado de alerta x segurança psicológica; (2) sentimento de impotência na organização da vida x controle da vida; (3) fragilização da autonomia pessoal e da autoconfiança x autonomia e autoconfiança; (4) depreciação da auto-imagem x valorização da auto-imagem; (5) ausência de perspectivas animadoras para o futuro x capacidade de projetar o futuro. (II) No âmbito da coletividade: (1) desintegração da memória e identidade coletivas x fortalecimento da memória e identidade coletivas; (2) acirramento da violência intragrupal e intergrupala x relações de confiança e consolidação de rede de apoio social e afetiva; (3) desenraizamento comunitário x fixação territorial e comunitária; (4) preconceito e humilhação social x valorização social.

Desta forma, os relatos foram analisados com base no arcabouço conceitual. *A interpretação teórica do conteúdo das temáticas* correspondeu ao que se denominou aqui de *núcleos de investigação de aspectos gerais da Saúde Mental dos participantes da pesquisa*. Estes núcleos de investigação foram nomeados pela equipe que realizou o estudo. Estes nomes buscaram representar tanto o conteúdo das narrativas como os indicadores psicossociais presentes. São eles:

- (1) Trajetórias de vida e moradia: uma busca constante pela sobrevivência: aqui foram reunidas narrativas que trazem histórias de vida marcadas por constantes mudanças e despejos. São histórias que demonstram que o desenraizamento comunitário é uma



marca das trajetórias de muitos participantes: sem endereço fixo, há dificuldade de acessar direitos, construir laços e vínculos sociais com as pessoas e territórios.

- (2) Violência, preconceito e humilhação social: aqui foram agrupadas narrativas que tratam dos preconceitos contra a população da ocupação – preconceitos estes derivados da condição social e econômica destas pessoas. Destacamos, com base na literatura, como o preconceito contribui para justificar a violência contra aqueles que são considerados, por exemplo, como “maloqueiros” ou “bandidos”.
- (3) Entre o bem-estar e a insegurança diante das incertezas: medo, ansiedade e estado de alerta: Se viver na comunidade produz bem-estar, ser despejado, por outro lado, provoca medo e ansiedade. A data de “31 de outubro”, prazo do fim da liminar do STF que proibia despejos e desocupações durante a pandemia, foi citado como um elemento estressor. Aqui, destacamos como o risco iminente de despejo vem provocando ansiedade, medo e sentimento de impotência em diversas pessoas entrevistadas.
- (4) Crianças, adolescentes e a fixação no território: ansiedade, atraso escolar e alterações na rede de sociabilidade: estão reunidos aqui relatos de mães e pais sobre como o risco iminente de despejo provoca ansiedade e insegurança também em crianças e adolescentes. Também reunimos relatos sobre como o despejo pode acarretar atrasos no processo de ensino-aprendizagem e alterações nas redes de sociabilidade destas crianças e adolescentes.
- (5) Perspectivas e insegurança em relação ao futuro: rebaixamento da condição de cidadania e humanidade: neste segmento estão reunidos relatos dos moradores em relação a uma perspectiva de futuro ou a falta dela e a relação destas posições frente ao futuro com a questão da moradia.
- (6) Solidariedade e formação de um tecido social e comunitário: foram reunidas aqui narrativas que demonstram que vem se formando um sentimento de pertença e identidade coletiva, assim como vem se consolidando um tecido social e comunitário caracterizado por ações de cooperação e ajuda mútua, constituição de vínculos afetivos e formação de lideranças e grupos de referência. São estes considerados fatores de proteção à Saúde Mental, contribuindo, assim, para frear a ansiedade e o medo constante.

4. Resultados e Discussão

As duas ocupações são diferentes e similares em diversos aspectos: a sensação dos pesquisadores desde a primeira visita foi de que, com pequenas variações, a situação geral dos moradores era de desamparo: material e psicossocial. Entretanto, o desamparo material não foi difícil de notar, mas foi diferente: ao serem questionados para onde iriam se houvesse o despejo – na iminência do fim da liminar do STF que proibia despejos e desocupações durante a pandemia – a resposta dos moradores da ocupação horizontal quase sempre era a mesma – “Ir para onde?”. Enquanto, os moradores da ocupação vertical já tinham uma perspectiva de ir para outra ocupação



que fizesse parte do movimento de moradia que atua em SP do qual a ocupação em questão faz parte.

Já o desamparo psicossocial se apresentou de várias maneiras, mas similares entre as duas ocupações: pela insegurança diante de um futuro totalmente incerto, pelas vivências de humilhação, preconceito e violência na relação com a vizinhança, com o Estado e a sociedade e pela trajetória de vida marcada por desemprego e por constantes mudanças e remoções forçadas.

4.1 Trajetórias de vida e moradia: uma busca constante pela sobrevivência

As trajetórias de vida da maioria dos entrevistados são marcadas por constantes deslocamentos, mudanças e vivências em ocupações, mas também por uma insegurança em relação ao presente e ao futuro, pela pobreza e, na ocupação horizontal, pela dificuldade em acessar os direitos mais fundamentais.

Foi comum ouvir nas entrevistas da ocupação vertical que os participantes estavam “sem condições de pagar aluguel, fica apertado” (Julia). Ou narrativas como: “Nós foi despejado de lá, teve que sair, fazer o que, né?!” (Ana). Em consonância, na ocupação horizontal, Gilson diz que: “Eu morava em outra ocupação, na terra prometida... aí a GCM [Guarda Civil Metropolitana] foi até lá e tirou nós de lá. Aí de lá, eu vim pra cá! É a quinta ocupação que eu tô. Uma hora vai dar certo” (colchetes nossos). Se considerarmos que a moradia não se constitui apenas como um espaço físico, mas de organização da vida material e afetiva (EUZÉBIOS FILHO, 2019; ONU, 2005), a vida de Gilson é uma constante incerteza.

O relato de que “ou come ou paga aluguel” foi comum de ouvir e alerta para um aspecto importante: que se ocorrer despejos em massa a população em situação de rua pode aumentar ainda mais. Vejamos um relato que ilustra esta condição: “Tá muito difícil. Ou você come ou você paga aluguel. Então se você não for pra uma ocupação e não pagar você vai para rua e aí morar na rua com criança, né?” (João, ocupação vertical). O mesmo acontece com Gilson que afirma, ainda, que se o despejo ocorrer: “Eu vou morar na rua! Eu morei dentro do carro, seis meses dentro do carro! Eu estava trabalhando na Uber na época, aí quando eu saí de uma outra ocupação eu fiquei dormindo dentro do carro.” Ailton, outro entrevistado, encontra-se em condições semelhantes a de seu vizinho. Ele diz:

Que no caso quem não tem a casa própria tem que pagar aluguel. Como que faz sem ter condições? Que nem no meu caso, sempre tive condições de pagar aluguel, mas eu tinha um carrinho de churrasco e aí na pandemia, né? Não deu mais para trabalhar. E aí como que vai fazer para pagar as contas? Foi quando conheci o pessoal daqui que foi logo que eles entraram para cá. Que eu vim também né que não tinha condições, então o dinheiro que tinha que fazer o quê? Se manter. Ajudou e como ajuda até hoje muitas pessoas aqui.

Como se pode notar, a pandemia agravou as condições sociais e econômicas, especialmente, da população mais vulnerável, que vive em condições precárias de moradia (YAGIU; CASTRO-SILVA, EUZÉBIOS FILHO; MARTINS, 2021). Isto se manifesta na narrativa de Ailton de maneira clara: perdeu seu sustento e, assim, não tinha mais condições de pagar o aluguel, a única alternativa foi ir para a ocupação. Seguindo com seu relato:



Tô aqui há um ano, um ano e dois meses que eu tô aqui. Antes eu morava lá em Artur Alvim de aluguel. E aí o pessoal não quer saber, né? Os donos das residências. Eu não tive mais condições de pagar o aluguel, mas eu tinha um contrato. E aí o rapaz até rescindiu o contrato sem eu ter que pagar multa, né?

Ailton, assim como a maioria dos entrevistados, relata ter chegado à ocupação por nãoconseguir pagar o aluguel. Esse também é o caso de Cláudia, que diz que, sem pagar o aluguel, sobradinheiro para se alimentar:

É, o aluguel era caro, eu não tinha trabalho, eles também por causa da pandemia não conseguiram, faziam negócio de biquinho daqui pra lá, uma coisinha assim, um dinheiro bem curto, e aqui não, o dinheiro que a gente faz de bico pra aqui e pra lá a gente se alimenta.

As histórias de vida, em geral, são marcadas por desenraizamento comunitário (WEIL, 1996) causado por tantas mudanças de endereço e vivência na rua. Vejamos o relato abaixo:

Muitas vezes, muitas [teve que mudar]. Porque se você fica desempregada, você não tem como pagar um aluguel e muitas vezes também, eu paguei o aluguel e fiquei sem comida para os meus filhos. Você nem sabe quantas vezes. Não tem um número. Eu tive que fazer essa opção ou ficar na rua ou ficar sem alimento. Aí eu optei em pagar e aí eu pedi o alimento para alguém para que meus filhos tivessem que comer. Já aconteceu muitas vezes comigo, muitas, não fui uma nem duas. (Jorge, ocupação vertical) (Colchetes nossos).

Nota-se também que parte significativa da população estudada é migrante, vindo tentar a vida em São Paulo. A maioria está há alguns anos vivendo na capital paulista. Também não foi raro notar aqueles que não têm uma moradia fixa há alguns anos, vieram de outros despejos, vivendo de auxílios e não se fixando em uma casa ou território específico – já moraram na Zona Sul, Leste, Norte e Oeste. Alguns mais velhos moram longe dos filhos. Novamente, uma situação de um constante desenraizamento social e comunitário, o que acarreta em uma fragilização da rede de apoio social e afetiva, que é um fator de risco à Saúde Mental (WEIL, 1996; MARTÍN-BARÓ, 1998; 2000a; 2000b).

A moradia representa muito mais que um alojamento físico. Como afirma Nilson (ocupação horizontal): “então, tipo se você tem a sua moradia, você pelo menos vai ter um pouco da essência, né?”

É importante lembrar, ainda, que a moradia potencializa o acesso a outros direitos fundamentais, como educação e saúde, ainda muito distantes dos moradores da ocupação horizontal. Como a moradia, a dificuldade de acessar direitos básicos foi narrada diversas vezes, o que caracteriza uma constante insegurança acerca da garantia desses direitos: renda, trabalho, emprego, escolaridade.

Alguns, por exemplo, relatam não estar mais recebendo o Auxílio Brasil (programa de transferência de renda vigente à época), como é o caso de Sônia: “foi bloqueado. Tem que ir lá no CRAS [Centro de Referência de Assistência Social] (colchetes nossos)”. Outros entrevistados também relataram ter dificuldades para renovar o Auxílio. Maria diz: “meu benefício foi cortado, e eu tentei de todo jeito resgatar e não consegui não. Já fui no CRAS, mas não consegui até hoje.” O mesmo afirma Cristina: “No CRAS é difícil porque o auxílio foi bloqueado né?! E pra conseguir uma vaga lá...” As idas e vindas ao CRAS e aos serviços públicos em uma busca de acesso aos



direitos básicos muitas vezes frustrada, certamente, gera um desgaste emocional não apenas pela insegurança que a condição de sobrevivência traz, mas também pelas humilhações que subjazem este tipo de situação, especialmente nas condições em que aqueles moradores se encontram: sem moradia e sem comprovante de endereço.

Os motivos que levaram essas pessoas para a ocupação são muitos: desde questões predominantemente econômicas como também rompimentos de vínculos até questões relacionadas à precariedade da moradia anterior. Sobre esta última questão, o relato abaixo, de uma das moradoras da ocupação vertical, retrata um sentimento de insegurança no local anterior de moradia: “Porque lá onde eu morava tava muito perigoso, porque é comunidade, aí o pessoal tipo rouba e essas coisas, e querendo ou não eu tenho um filho, aí eu preferi sair.”

Como demonstra o documento da ONU (2005) sobre despejos, a condição de não moradia e fixação de um endereço, muitas vezes é produzida ou agravada pela violência contra a mulher. Uma das moradoras relata o motivo de mudar-se para São Paulo e abandonar sua moradia no seu estado de origem: “Lá no Rio Grande eu mudava por causa que não dava certo com meu ex-marido, e aí eu tinha que ficar sempre mudando para poder fugir da situação da violência dele” (Janete, ocupação vertical).

Com uma trajetória de vida marcada pela sobrevivência, sem moradia fixa, no caso da ocupação horizontal sem endereço e com muitas barreiras para acessar direitos, esta é a vida dos moradores das ocupações visitadas – ou pelo menos dos entrevistados. Algo também une a maioria dos participantes desta pesquisa: vistos como “maloqueiros”, são vítimas de violência e preconceito.

4.2 Violência, preconceito e humilhação social

O preconceito se apresenta como uma tentativa de rebaixamento do outro e acompanha situações de violência física e psicológica (GONÇALVES FILHO, 1998). Baseado em estereótipos, o preconceito traz uma imagem simplificada do outro, tornando-o coisificado, pueril ou perigoso – isto é, passível de ser ignorado ou violentado.

Parece-nos que a condição de pobreza vem acompanhada por gerações, sempre marcada não apenas por ausência de renda e trabalho formal, mas por situações de humilhação (GONÇALVES FILHO, 1998) e mudanças constantes de casas e territórios (EUZÉBIOS FILHO, 2019). É uma situação em que a violência e violação de direitos são somadas, conformando um quadro de violência social e simbólica contínua, que passa de geração para geração – trata-se daquilo que Dobles e Muñoz (2019) denominaram de sequencialidade de danos psicossociais, condição para um Trauma Psicossocial. Condição, aliás, que podemos admitir com base nos estudos de Aron (1990) e Punamakí (1990), guarda similaridades à de um Estresse Pós-Traumático em refugiados e perseguidos políticos em situação de guerra civil.

Não ter uma casa significa também agravamento do preconceito contra o “sem teto”. E o preconceito, notamos, não vem apenas acompanhado de agressões verbais ou físicas, mas também de dificuldades das mais diversas, como, por exemplo, para arrumar trabalho. Como Carlos afirma: “Eles que não deixa a gente trabalhar, ninguém contrata [moradores de ocupação]” (colchetes nossos).



A regularização da ocupação, por outro lado, representa uma esperança. Uma esperança não apenas de organizar a vida em casa e no trabalho, mas, na palavra de um dos moradores: “Acredito que se a ocupação fosse regularizada, eu seria mais reconhecida e mais respeitada na sociedade, comunidade e trabalho” (Fernando).

Afinal, não ter uma casa – e lutar por ela – torna a pessoa sem teto mais exposta ao preconceito e violência, lembrando, como Martín-Baró (2000a; 2000b), que o preconceito é um dispositivo psicossocial que contribui para justificar a agressão contra aquele considerado “vagabundo”. Cristina, da ocupação horizontal, cuja trajetória é marcada pela sobrevivência, traduz: “(...) só por eles acharem que é bandido, mora aqui é bandido e aí eles batem, já aconteceu bastante.”.

Geraldo, seu vizinho, tem a mesma percepção e afirma que:

Muitas vezes você às vezes... você olha você diz, ó... ah não, favela... que tem muitos que diz, favela só dá nóia, só dá vagabundo, ladrão, é, só dá traficante... mentira. Mentira! É mentira, tem que falar isso é mentira. Sabe o que é que dá em favela, em comunidade assim? Sabe o que é que dá? Aqueles humilde, aqueles pobre que num pode pagar um... um aluguel de quatrocentos reais, de quinhentos reais. Certo? É isso. É isso, porque d... eu também num num num queria... eu num queria morar porque... eu tinha medo.

Relatos assim surgiram em diversas ocasiões. Vejamos o que diz Sônia:

Não vê que a gente é trabalhador, nunca vê isso né?! Acha que a gente que tá aqui é nóia. Ou não tem o que fazer, tá aí porque quer, mas não vem saber o que a gente passa mesmo na vida né?! Nós somos muito julgados, sem saber mesmo da realidade da nossa vida.

Na ocupação vertical, Erica diz: “Não, eu digo na rua, né, tipo assim, tem gente que tem preconceito, né, que fala que assim bando de vagabundo, vão trabalhar, essas coisas que eles fala. Tem preconceito bastante ainda, até entender é meio complicado” (Erica).

E, quando perguntado a uma participante como ela acredita que a sociedade enxerga moradores daquela ocupação, ela responde: “A palavra certa mesmo, acho que eles veem a gente como indigente” (Ana). Vejamos outro relato em que o morador diz que são tratados:

Como uns bandidos, uns ladrão, é assim que eles olham a gente e não sabe que por dentro, aqui dentro tem mulheres guerreiras, mães sozinhas que criam seus filhos né, homens, trabalhadores, né? Eles não entendem, né? Acha que a gente ... para eles a gente não ocupou, a gente invadiu. Então agente não invadiu, agente ocupou o que estava abandonado (Mauricio).



Ser rebaixado à condição de “vagabundo”, “bandido” ou “ladrão” é, como afirmou Martín-Baró (2000a; 2000b), uma pré-condição para a violência contra uma determinada população marginalizada. São estereótipos que generalizam a condição do outro e contribuem para justificar atos de violência ou agressão contra aqueles não considerados humanos, mas “bandidos” etc.

O preconceito dirigido a esta população aparece, ainda, em alguns relatos dos moradores da ocupação vertical associados à ação dos próprios agentes da justiça. Vejamos, por exemplo, o relato abaixo:

(...) eu presenciei e participei um pouco da resistência contra a opressão policial, né? Os caras estavam agindo como um verdadeiro capanga mesmo, né? Tipo, né? Capitão do mato mesmo para ser mais exato para a maneira que os caras estavam agindo. (...) o oficial de justiça acompanhado da advogada sabe se lá do dono, de que geração é não sei... em pleno dezembro, cara, eles baixaram aqui. O oficial chegava a espumar a boca. O cara tinha que ter um pouco de problema e chegava a espumar a boca assim ele cuspi na sua cara (...) (Maurício).

Com a conformação de uma condição “natural” de suposta periculosidade daqueles que são considerados “vagabundos” ou “ladrões” pela sociedade e muitas vezes pelo Estado, não é à toa que não houvesse um participante que não tenha relatado não ter nenhum medo de que o despejo ocorra com violência policial: 100% disseram que concordam ou concordam totalmente que o despejo será acompanhado por violência policial.

Outro ponto importante levantado, majoritariamente pelos moradores da ocupação horizontal, foi a dificuldade de conseguir emprego. Cristina diz que: “É ruim até pra arrumar emprego, porque quando você fala que mora na ocupação tem bastante preconceito. Acho que por conta disso, de aqui não ter um endereço fixo, mais isso vai mudar! se Deus quiser!”

O preconceito permeia as relações e o cotidiano: Joana afirma que sente o preconceito no dia a dia, não em um local específico. O preconceito surge, segundo ela, quando as pessoas “Olham com desprezo.” Carlos tem a mesma percepção: “Eles olha tudo com os olhos meio atravessado, né? Com aquela desconfiança, com aquele olhar que ... nós para ele somos o quê? Passamos um Zé Mané, um Zé nada, um sem futuro vamos dizer assim, né?” Nilson também nota o preconceito em toda a parte.

Tipo começa a zoar você só porque você mora no barraco, falando que tipo as pessoas que moram na invasão tá atrapalhando... eles, mas a gente não tá atrapalhando em nada, ao contrário, eles estão atrapalhando a gente porque ele jogam lixo na nossa porta, entendeu? (...) E tipo é desnecessário, né? fazer isso... porque não precisa. Assim como eles têm uma moradia digna e tem um artigo, né? Que cada cidadão pode ter a sua moradia digna, né?

As pessoas a que Nilson se refere parecem ser aquelas que vivem nos bairros vizinhos a ocupação horizontal, especialmente, as que vivem em regiões mais abastadas, próximo aos grandes empreendimentos comerciais. Maria narra uma situação semelhante quando diz:

O pessoal lá de cima lá chama a gente de drogado, fala que aqui só mora prostituta, ladrão, maconheiro. Já me chamaram de maconheira, eu nunca usei droga na minha vida. (...) Eles falam discutindo com a gente, é ofensa de



tudo quanto é lado. Fala que a gente veio aqui para trazer bicho, sujeira, enfeiar o bairro dele.

O relato de Silmara vai na mesma direção: “O pessoal fala, ... ah esse rebanho de favelado veio morar ao nosso redor.”

Segundo estes relatos, muitos moradores são tratados como “maloqueiros”, “favelados” e outros adjetivos que visam rebaixá-los a condições de sub-humanos ou sujeitos “naturalmente” perigosos. E, assim, abrem-se caminhos para justificar a violência contra aqueles que, supostamente, causam desordem, trazem “bicho, sujeira” (...) e contribuem para “enfeiar o bairro dele”.

Talvez este cenário justifique que 82,1% dos respondentes (em um total de 79 respostas do questionário da ocupação horizontal) concordam totalmente que, se estiverem fixados em um território com garantia de moradia, eles seriam mais respeitados na sociedade.

Para a ocupação vertical viver na região central provoca sentimentos contraditórios: de felicidade por ter acesso a diversos serviços e equipamentos públicos e privados e tristeza por não se sentir aceito pela vizinhança, considerando o elevado nível socioeconômico do entorno. O relato de uma das moradoras é ilustrativo neste sentido: “Aqui me deixa feliz que tudo é perto, né? É o centro, né? Tudo que você tem que resolver não precisa ficar pagando condução e o que deixa eu triste, né? É a sociedade daqui não aceitar muito a gente que é da periferia” (Fernanda).

Isto posto, apesar de as duas ocupações se encontrarem em territórios completamente diferentes e com acesso a serviços discrepantes, elas têm em comum o preconceito e violência subsequente que sofrem por serem moradores de ocupações.

4.3 Entre o bem-estar e a insegurança diante das incertezas: medo, ansiedade e estado de alerta

Para a ocupação vertical, com este cenário de instabilidades: de acesso e garantia de direitos, de estabilização da vida em um território e construção de vínculos sociais e afetivos de apoio etc., 84% dos participantes afirmaram concordar totalmente que estão ansiosos e tensos pelo despejo.

Como afirma Euzébio Filho (2019), fixar-se em uma moradia significa também fortalecer as redes de apoio social e afetiva, tão fundamentais para a promoção da saúde mental. Nas palavras de um morador:

É, às vezes fica assim, né, gente, tem até dia 31², né, tomara que a gente não saia daqui porque a gente acaba se acostumando (...) com o pessoal, né? Que nem em Itaquera, a gente saiu, teve os que veio, teve os que trabalhava por lá e viu alguma coisa por lá mesmo e acaba... as pessoas que era unida acaba se espalhando, né? (Miranda).

E completa dizendo que, se o despejo ocorre: “É difícil pra manter contato”(Miranda). Outra participante comenta que a vivência na ocupação vem produzindo amizades e uma rede de apoio: “uma amiga ali da ..., ela é evangélica também, me deu esse colchão, né? As pessoas são solidárias” (Jaqueline).



Notamos que a data ‘31 de outubro’ é motivo de grande apreensão da comunidade, inclusive no restabelecimento de vínculos e redes de apoio. Estes sentimentos aparecem novamente nos discursos dos participantes. Uma moradora da ocupação faz menção a ela quando afirma: “Às vezes fica assim não gente... porque é até dia 31 (...) Tem que refazer tudo de novo, fazer amizade tudo de novo, confiar nas pessoas tudo de novo, é meio complicado” (Rogéria).

E novamente: ansiedade e apreensão pelo dia 31 de outubro:

Ah, quando... que nem a gente tem até dia 31 para saber o que vai acontecer... Tipo eu fico ansiosa, né? Porque eu fico tipo sem saber como vai ser, né... Ao mesmo tempo fico triste que já tem quase um ano que a gente tá aqui, já acostumamos. E aí esperar ver o que vai dar (Margarida).

O estado de alerta e hiper vigilância, associado a uma condição traumática (MARTÍN-BARÓ, 2000a; 2000b), parece ser evidente em algumas narrativas e até é verbalizado por alguns, como este participante que afirma que o risco iminente de despejo: “deixa ansioso, fica em alerta” (Julio).

Mais um relato nesta direção, também associado ao risco iminente de despejo no dia 31:

Ah não tem como mensurar... A gente não dorme, a última coisa que a gente pensa é nisso e a gente levanta e a primeira coisa que a gente pensa nisso. Né? Principalmente... sempre com essas constantes, né de renovação da liminar e tal, mas sempre tem que estar batendo na tecla, então a gente sempre fica pensativo assim... (Ricardo).

Notamos, assim, que o estado exacerbado de alerta traz alterações inclusive fisiológicas, podendo alterar o sono, além de ser caracterizado por uma situação prolongada de ansiedade e insegurança psicológica. Uma das moradoras afirma: “comecei com a gagueira aqui” (Vanda).

Outro relato nesta direção dá conta que o risco iminente de despejo agrava a saúde física e psicológica de alguns moradores:

Ai muito né? psicologicamente... quando pensa que vai ter que ser despejado ou que polícia vai entrar, isso deixa a gente nervosa, mexe com o psicológico, a gente perde noite de sono, mexe com o nervo, com a saúde. Igual minha oncologista falou, ‘nossa, tô abismada porque eu te opere embaixo, não te opere em cima para poder tá voltando um câncer’ aí ela foi ver e falou ‘você tá passando algum nervosismo? Como tá a tua vida dentro da ocupação?’ (Marina).

Para a ocupação horizontal, não é diferente. Se a convivência é boa e se está se formando um tecido social e comunitário, o medo e a ansiedade de sair dali são grandes. Para Carla, ciente da possibilidade de despejo:

Todo dia é um medo que a gente não explica né?! A gente não sabe explicar o medo, a gente não sabe explicar, porque a gente vive inúmeros conflitos. Porque a gente não sabe se vai vir hoje, se vai vir amanhã, se vai vir depois. A gente não sabe! A gente está aqui vulnerável a tudo.



A sensação de segurança por viver em uma comunidade, com ações de cooperação e solidariedade crescentes, contrasta com o sentimento de impotência e vulnerabilidade, que produz medo e ansiedade.

Claudia é mais uma a afirmar que sente medo do despejo. Ela diz:

Sim, fico com medo. Eu fico com medo assim, eles despejarem a gente e a gente não ter opções e nem ter pra onde ir. E com esses 600 reais [Auxílio Brasil] que a gente recebe a gente consegue alugar um cômodo, mas e depois quando acabar? Aí fica difícil a gente alugar, água, luz e se alimentar (colchetes nossos).

Assim como Claudia muitos moradores convivem com um futuro incerto que produz medo e ansiedade, gerando um estado de alerta que pode ser comparado aos sintomas de um Estresse Pós-traumático (ARON, 1990; PUNAMAKI, 1990).

A narrativa de Claudia, abaixo, ilustra como se manifesta este estado de alerta constante. Ela diz:

A gente fica com medo, muito medo, a gente fica toda hora pesquisando, tentando saber, procurando informação, se vai continuar, se vai ficar, na expectativa até o dia 31 [de outubro] não? [data da liminar do STF sobre despejos na pandemia]. Porque não é só nós, tem outras por aí, né? Não é só a gente, muita gente... (Colchetes nossos).

Nilson também expõe o que estava sentindo naquele momento, que precedia o dia 31 de outubro:

Ah, tem dia que eu fico pensando, tem dia que eu fico assim pra lá e pra cá agoniado, sabe? Estressado pensando “será que vai acontecer? Será que a gente vai ganhar?” (...) E a gente tá passando por várias coisas aqui, porque eu sempre vou nas passeatas e nas coisas que acontece e eu falo com a advogada, né? Que é daqui, e ela sempre comunica a gente, fala das audiência que tem, né, com o juiz etc., e de vez em quando, sei lá, me dá vontade de sair daqui, sabe? Tipo ah, eu gosto de andar de skate, gosto de andar de bike, gosto de fazer trilha e eu saio daqui um pouco, sabe? Vou refletir um pouco a mente e fico tranquilo, mas de vez em quando eu fico muito agoniado mesmo, sem reação, sem saber o que fazer.

O medo e a insegurança sobre o que ocorrerá no futuro pode vir acompanhado de efeitos psicossomáticos: o estado constante de alerta pode também produzir alterações no sono. É o que parece estar ocorrendo com Cristina: “Tem vezes que eu nem durmo com medo de acontecer no meio da noite e eu ter que sair às pressas com o meu filho no meio da noite. Eu tenho depressão e ansiedade, e fiquei com depressão pós-parto quando ele nasceu. Eu tô lutando sozinha, eu e meu marido, né?!”.

4.4 Crianças, adolescentes e a fixação no território: ansiedade, atraso escolar e alterações na rede de sociabilidade

Os resultados apontaram que, respectivamente, 57,9% e 70,7% dos moradores das ocupações vertical e horizontal possuem filhos que moram na ocupação. Assim, a saída do território representa diversos impactos para essas famílias, com impactos específicos para essas crianças e adolescentes, sendo um destes a perda da vida escolar, como pode ser visto neste relato de Gabriela, ocupação vertical, mãe de um filho de 8 anos que, apesar de estar buscando



alternativas viáveis para a transferência escolar se dê da forma mais célebre possível, relata:

Tá, tá no segundo ano. Só que no caso, ela não tá estudando agora, porque eu morava, eu pagava aluguel, só que ou você paga aluguel ou você come. Eu morava lá em Sapopemba e ela tava estudando lá, aí como eu tive que sair da casa vim para cá e ela não, no momento, ela não está na escola.

O atraso escolar também aparece na fala de outra moradora que relata ouvir de seu filho: “Mãe, eu tô tão adaptada na escola, né? E se sair, se a gente sair, o que vai ser né? Vou ter que ir para outro lugar, como que vai ser?’ Então, assim, mexe muito, né?” (Maria, ocupação vertical). Ao serem questionados sobre o medo de que seus filhos perdessem tempo de estudo ou vaga na escola caso o despejo ocorresse, 77,9% dos moradores da ocupação horizontal concordaram totalmente com a afirmativa.

Com a mudança recente para a ocupação, Ailton, morador da ocupação vertical, relata dificuldades em manter os filhos regularmente na escola, pois “Até para transferir as crianças... o motivo do meu filho tá longe [a creche que o filho de 3 anos frequenta fica a uma distância relativamente longe da ocupação] hoje daqui é por causa do motivo da falta do comprovante de endereço. Porque aqui a gente não tem.” (Colchetes nossos). Nesse sentido, é possível perceber a relação intrínseca entre o direito à moradia e o acesso aos demais direitos, tendo em vista que a falta do comprovante de endereço impõe barreiras e dificuldades de acesso à educação.

Ainda assim, Ailton reconhece a importância de seu filho estar na escola. Nas suas palavras: “Eu passo dificuldade, mas esse negócio de escola para ele é muito favorável, me ajuda, né? Muito. Garante a alimentação certa para o meu filho. Se tiver a reintegração de posse ele vai ficar na rua como eu, está comigo.”.

Dessa maneira, é possível notar que a possibilidade de despejo traz preocupações no que tange a reorganização total da vida escolar das crianças e adolescentes. Vida escolar esta que também representa a possibilidade de acesso à alimentação, construção de vínculos e sociabilidade.

Também pudemos observar, pelo relato de adultos e das próprias crianças, que a condição iminente de despejo fomenta uma insegurança e uma ansiedade muito grande. Quando perguntado para os adultos com filhos menores de 18 anos se eles haviam contado sobre despejo, uma das participantes respondeu: “Sabe. Eu tenho que contar, né? Porque ele fica perguntando por que que a gente tipo não fica parado numa casa que toda vez fica se mudando, aí eu expliquei pra ele” (Miranda, ocupação vertical). Inclusive, uma mãe relatou que seu filho realiza acompanhamento psicológico devido a ansiedade das muitas mudanças de moradia.

Além desse relato que associa a falta de território fixo com a ansiedade, também coletamos casos em que a mãe teme que a criança possa perder o acompanhamento psicológico da criança devido a mudança de território, uma vez que o psicólogo atende na região da ocupação. A mãe pondera, ainda, que a possibilidade de reintegração de posse resultaria na falta de renda familiar direcionada ao tratamento do filho, pontuando que hoje a família consegue manter este custo de saúde por não depender desse valor para o aluguel.



Neste mesmo sentido, Débora, ocupação vertical, traz um relato sobre como a condição iminente de despejo traz angústia e ansiedade para as crianças:

(...) porque quer queira ou não, a moradia mexe também com o psicológico da criança. Às vezes a criança tá ali paradinha... a menininha da moça que mora aqui embaixo, outro dia ela tava na escada assim (...) ela sentou de manhã cedo ali e eu tava descendo para dar um café para alguém aí. E eu acho que a mãe dela tá dormindo. Eu não sei quantos anos aquela menina tem, deve ter uns 3 anos. Aí eu fui lá e dei café, voltei e sentei com ela, ofereci uma bolachinha para ela. (...) Aí ela levantou, eu nunca vou esquecer, ela tava com vestidinho lilás, era de manhã de manhã, quase ninguém tá acordado, só a portaria. 'que você tá fazendo aqui?' 'Tia, que que nós vai fazer depois, se nós ter que sair daqui?'. Eu não sei, aquilo me puxou lágrimas nos olhos. Entendeu?

Segundo alguns relatos, como podemos notar abaixo, essa apreensão das crianças em relação à possibilidade de despejo é parte do cotidiano dos moradores de ocupações. Silmara, ocupação horizontal, diz:

Eles ficam me perguntando, se a gente sair daqui para onde a gente vai. Eu falei, só Deus que sabe o que vai acontecer. Porque a gente saiu do aluguel, eu falo que se sair daqui, a gente vai ter que ir pra debaixo da ponte. Eles dizem que não vão, pedem pra eu mandar eles pra Bahia, pra casa da vó. Eu digo, você tá louco, não posso mandar. Aí, a gente tá vendo o que vai dar. Vou arrumar um serviço, para trabalhar de escrava, pra poder conseguir alugar outra casa. Aí só Deus que sabe.

Em uma narrativa semelhante, Sirlene, ocupação horizontal, questionada se os filhos sabem do risco de despejo, responde:

Sabe e ficam preocupados perguntando pra onde nois vai e eu digo que só Deus sabe, deixa ele trabalhar. A gente não tem pra onde ir né, tô desempregada, não tenho condições para pagar aluguel, se eles tirarem a gente daqui, pra onde é que eu vou com as crianças?

A preocupação por garantir uma moradia digna para a família e os filhos é um elemento que, muitas vezes, é decisivo na construção da identidade de pai e de mãe (ONU, 2005). Não garantir uma vida digna para os filhos pode afetar diretamente a autoestima de um pai ou uma mãe. Esta preocupação existe e se reflete nos espaços de convivência que foram construídos pelos próprios moradores da ocupação vertical, mas também pela preocupação com a educação e bem-estar dos filhos, que também passa por melhorias na infraestrutura do prédio. Um relato ilustrativo desta questão foi destacado abaixo por Mauricio, ocupação vertical:

Então aqui na ocupação, eu vou ser sincero, falar para você. A gente tem uma grande preocupação com as crianças, sim. Com relação ao ficar muito solta. Até mesmo porque nós estamos em fase de estruturação, né de consolidar ela ainda, por mais que tenha muita coisa feita já, os banheiros, encanamento, né? Nós estamos na batalha, né? A parte hidráulica, elétrica, né? A gente ainda tem que terminar ainda, né? Essa consolidação na parte estrutural e tal até né, tampar os vão de precipício e tal. Então a gente tem muita preocupação. Então por conta disso eles só brincam com a gente quando tem a supervisão de alguém, né? Principalmente dos pais. A gente não deixa muito a vontade não, entendeu? E a gente procura muito levar assim, mas final de semana, né? No parque (...), para correr um pouco sabe, extravasar, bicicleta, não deu nem tempo de encher o pneu... para levar ele né? Mas é projeto para fazer, assim, brinquedoteca, uma área para eles brincarem, né? (colchetes nossos, nome do parque suprimido).



Nesse sentido, percebe-se que há aspectos positivos na convivência comunitária. Isto é corroborado pelo relato de Carla, ocupação horizontal: “Aqui é o que você vai mais ver, é criança correndo pela comunidade”. As crianças formam grupos, brincam em conjunto e criam vínculos de amizade. Estes vínculos também se estendem para escola. A mudança da ocupação representaria uma fragmentação dos vínculos afetivos formados na ocupação e na escola.

4.5 Perspectivas e insegurança em relação ao futuro: rebaixamento da condição de cidadania e humanidade

Notamos, quanto às perspectivas de futuro, que elas são desanimadoras. Ao serem perguntados se suas vidas e de sua família seriam piores se saíssem dali, responderam que concordavam totalmente, respectivamente, 84,8% e 68,4% dos moradores das ocupações horizontal e vertical. Perguntamos também: se o despejo acontecer, quais são planos. Eis as respostas de moradores da ocupação vertical: “Sinceramente não sei o que eu vou fazer” (Bruna), “Abrir outro cadeado. Pro aluguel tem como voltar não, sempre tentar outro, né? Um tem que dar certo” (José) e “Ah, mal. Porque, querendo ou não, por mais que seja ocupação, aqui é a nossa casa, né? E a gente fica meio perdido: vai para onde, vai fazer o que, tem que mudar meu filho de escola de novo” (João).

Apareceram respostas similares entre os moradores da ocupação horizontal: “Não tenho planos ... Minha casa é aqui” (Marina), “Morar debaixo da ponte porque não tenho condições de paga aluguel” (Carlos), “Continuar a luta e mostrar para os meus filhos que eles não estão sozinhos” (Márcia) e “Não tenho ideia, sem rumo e destino pra onde ir” (Laura).

As perspectivas de futuro são, muitas vezes, rebaixadas à condição de sobrevivência. Como notamos no relato deste morador, que diz: “Tô aí vivendo, lutando por um espaço digno pra morrer em paz... não quero morrer aí na rua jogado”. E completa que:

Me deixa com medo de repente acordar na rua... já perdi o que tinha, agora que tenho minhas roupas, meu rádio... a gente perde pra depois arrumar, é difícil (...) fico com medo, de agredir a gente, de não ter pra onde ir no frio, passar fome (Marcos, ocupação vertical).

A ansiedade, como afirma Martín-Baró (2000a) e Gonçalves (2017), pode estar associada a uma insegurança do que pode ocorrer amanhã, sendo ela agravada pelas condições precárias de vida. O relato abaixo é ilustrativo neste sentido:

Muita né? [ansiedade] Porque querendo ou não, 9 meses, eu já me organizei, né? Em questão de escola, os tratamentos médicos que eu faço próximo daqui que dá para mim ir andando, a minha filha menor que tem que fazer agora uma cirurgia, a maior também tem que fazer. (Maria, ocupação vertical, colchetes nossos).

Essa ansiedade, quanto às perspectivas de futuro devido ao risco de despejo, também aparece na fala do morador Carlos, ocupação horizontal, que diz: “Um pouco preocupado, né? Inseguro, mas ao mesmo tempo ansioso, em todos os sentidos, se vai se não vai e é o que pode acontecer amanhã ou depois ou outro dia.”. Nesse sentido, é possível perceber o impacto psicossocial nas vidas dessas pessoas que vivem em condições de insegurança em relação à moradia, base de acesso aos demais direitos.



4.6 Solidariedade e formação de um tecido social e comunitário

A constituição de um tecido social e comunitário é um importante fator de proteção à Saúde Mental dos indivíduos (MARTÍN-BARÓ, 2000a; 2000b; GONÇALVES, 2021), ainda mais para pessoas cuja trajetórias são marcadas pelo desenraizamento e constantes deslocamentos.

O que diversas narrativas indicam, com variações, é que se tem se formado na ocupação um tecido comunitário: uma identidade coletiva, um sentido de pertença, ações de cooperação e solidariedade.

É por isto que para os moradores das ocupações horizontal e vertical, respectivamente, 78,5% e 63,2% dos respondentes do questionário concordam totalmente que estão apegadas ao território e 88,6% e 84,2% concordam totalmente que “aqui é minha casa e as pessoas minha comunidade”.

Carla, ocupação horizontal, por exemplo, afirma que “aqui somos todos muito unidos”. Com pouco mais de um ano vivendo na ocupação, ela afirma: “A gente conheceu várias pessoas de outros lugares, outras histórias de outras pessoas. Então o que me alegra é isso!” Isto também aparece na fala de Silvio, ocupação vertical, que diz sobre a possibilidade de mudança que “Gera uma preocupação (...)” Pois aqui a gente é muita união... isso fortalece. A gente tem os coordenadores, ela e outras pessoas, e, assim, nos dá muita força.”.

No mesmo sentido, Cláudia, ocupação horizontal, afirma que “O que me alegra... o que me alegra é a comunidade que a gente fez, uma família grande aqui né.” O mesmo sentimento de pertença é compartilhado por Jorge, ocupação horizontal, que, como pedreiro, narra, ainda, ter encontrado oportunidades de trabalho no interior da própria ocupação: “Quando eu entrei aqui mesmo, não tinha nada, não sabia nem o que fazer pra comprar uma coisa pra comer, hoje não, hoje graças a Deus já estou tendo bastante serviço aqui dentro mesmo, entendeu?!”.

A partir dos relatos, é possível perceber a importância do pertencimento no território para a formação de redes de apoio, inclusive no sentido de circulação de renda e oportunidades de emprego dentro da própria comunidade formada nas ocupações. A solidariedade e ajuda mútuas também aparecem no relato de Carlos, ocupação horizontal, que fala com entusiasmo da comunidade recém-formada: “O que me alegra é poder estar dentro do meu teto, né? Me alegra muito e o pessoal que somos um ajudando o outro, né?”.

O apoio na comunidade representa aspectos de proteção psicossocial da saúde mental, como aparece na fala de Nilson, ocupação horizontal, que comenta: “Um ajudando o outro, sabe? O companheirismo. Tipo assim, você poder conversar com uma pessoa ali e falar ‘Oh vizinho vamos conversar que hoje eu não tô bem’, sabe?”.



Para Silmara, ocupação horizontal, o sentido de comunidade traz união e resolutividade a problemas emergenciais, como ocorreu com o foco de incêndio que aconteceu na vila: “Tem, a gente vai uma na casa da outra. O que precisar a gente ajuda. Como hoje, né, pegou fogo ali, ajuntou o mutirão, fomos apagar. Por isso é que eu tô mal assim, porque a gente foi apagar o fogo.” Sara, ocupação horizontal, também comenta a ação coletiva para apagar o foco de incêndio: “Igual, hoje aconteceu o fato do fogo e todo mundo se juntou, todo mundo se doou, fez o melhor e isso daí é importante. Então tá todo mundo na mesma luta, é essa que é a força que o povo deveria ter, então isso aqui pra gente é motivo de muita força.”

Nesse mesmo sentido, Débora, ocupação vertical, relata:

Não porque querendo ou não, se a gente não tem alguma coisa para comer, mas nós tem um vizinho que pode dar, e querendo ou não, a gente pede uma ajuda uns aos outros. E eu fico pensando, que se tiver uma reintegração de posse para onde as outras famílias vai?! Que também não tem onde morar. Tem famílias aqui, que realmente morava na rua depois da pandemia, depois do que está acontecendo no Brasil. Então a gente vai vendo um a vida do outro, eu me preocupo muito não só comigo mas com cada um que está aqui.

Para Freitas (1998), além das relações de cooperação, a formação de lideranças ou grupos de referência constitui um indicador de fortalecimento comunitário. Silmara, ocupação horizontal, se vê como líder comunitária. Ela diz: “Onde chegar aqui e me procurar as pessoas já sabem quem sou. Eu sou um ponto de referência aqui, porque eu me apeguei muito as pessoas.”

E, continuando com Silmara:

Aqui, o que me alegra é o espaço, né, e o pessoal ao meu redor. A minha alegria é estarmos todos juntos, todo mundo se conhece. Tem vindo gente de longe, até do Grajaú. A gente é uma família né, conheci pessoas diferentes, fiz amizades e tamos juntas aqui até hoje. Já vai para um ano e cinco meses. Não tem nada que me entristece aqui.

O movimento e a própria ocupação aparecem como elementos de proteção da saúde mental. São considerados pontos de apoio e segurança, uma vez que permite um mínimo de enraizamento comunitário. A narrativa de Marina, ocupação vertical, destacada abaixo retrata esta condição:

Então moça, de verdade não, porque eu estou desempregada, eu tô sem dinheiro. Sinceramente se acontecer o despejo por esses meses eu não sei, porque eu não tenho para onde ir, eu não tenho família que me apoie, a minha família moram todas do Nordeste. E eu não tenho assim... alguém que fala assim ‘não, você não vai ficar na rua.’ A única opção que eu tenho e que eu vejo é o movimento que tem essa parte de acolher a gente, então o movimento organizado ele é muito importante, muito, se não fosse eu não sei o que seria dessas pessoas, eu não sei o que seria de mim, de verdade.

Cristina, ocupação horizontal, também expressa sobre este sentimento de pertença, construído, segundo ela, pelo acolhimento e pelas relações de cooperação. Ela diz:

Minha mãe mora ali embaixo... e quando invadiram aqui, né?! Aí a gente ficou sabendo e a gente veio pra cá pegar o nosso espaço. Eles acolheram muito bem! Como eu estava grávida e só tinha meu marido, eles ajudaram a levantar a nossa casinha que a gente tá construindo a um ano e pouco de pouquinho em pouquinho, fazendo encanação a luz.



Ailton, ocupação horizontal, também relata algo parecido:

Aqui é uma equipe. Para luz, para tudo. Tudo que a gente tem aqui foi unido. A energia, a água, os esgoto, né? Que é a fossa, que não tem condições, a gente se ajunta e ajuda o próximo. E assim pessoas que fazem doação de cesta básica... hoje a gente tem entrega de marmítex que tem um pastor que doa. Então hoje tem marmítex, tem cerca de 70, 80 marmítex. Ele avisa que vai vir aí tem sempre um responsável que faz a fila lá e ele distribui cada um pega o seu. Não dá pra todo mundo, mas tem isso. E às vezes tem fruta, tem legumes, é assim. Tem doação de roupa, tem sempre alguém que ajuda.

Com este relato, podemos notar que há aqueles que veem a comunidade com preconceito e desconfiança, mas também há uma vizinhança e um entorno que contribuem e são solidários com a comunidade.

Mas, evidentemente, afirmar que se está formando um tecido comunitário não elimina as divergências que existem entre moradores. Segundo Maria, ocupação horizontal:

O que me alegra é ver que assim as pessoas que a gente tá trazendo e dá o terreno, ela se empenham em fazer um correio e já morar, isso me alegra. O que me entristece é algumas pessoas que tem aqui dentro que não dá valor nenhum aos nossos esforços. Às vezes a gente pede, pede e pede e ninguém ajuda. Tem gente aqui que olha para o seu próprio umbigo, não olha para o vizinho, isso me entristece, isso dói. É difícil... é que nem eu te falei, é difícil lidar com o ser humano, mas a gente vai aprendendo e lapidando eles.

A maioria dos entrevistados diz que a convivência entre os moradores é muito boa, excelente. Outros, contudo, relativizam – é também o caso do gesseiro João Carlos, ocupação horizontal: “Isso depende, uns [vizinhos] são 1000 graus, outros [vizinhos] são uma desgraça” (colchetes nossos).

Nesta mesma direção, o relato de Janete, ocupação vertical, atesta que as vivências e os vínculos sociais gerados na ocupação constituem-se como fator protetivo, apesar das divergências existirem:

Eu me sinto seguro, me sinto feliz, sou muito feliz aqui dentro viu. Ah, que eu não sou santa, às vezes eu brigo mesmo, mas eu sou feliz aqui dentro porque eu me sinto segura. (...) Então isso é se sentir feliz, saber que vai chegar o final do ano, mesmo que eu não tenha um peru, não tem um bom forno, mas eu tenho um café, um arroz para fazer né...

Assim, os diversos relatos exemplificam e demonstram a importância da fixação em um território para a proteção psicossocial devido a formação de vínculos, rede de apoio, produção de horizonte de superação e perspectivas melhores para o futuro. Nesse sentido, aparecem em várias falas as relações de ajuda em termos de acesso à alimentação, construção de suas moradias, apoio para dialogar e dividir os dramas vivenciados em comunidade, dentre outros.

5. Considerações Finais

Dado o enfoque do estudo psicossocial, não foi possível – e não era a intenção – produzir diagnósticos individuais atrelados à condição concreta de vida das populações das duas ocupações estudadas, considerando o contexto de risco iminente de despejo. Notamos, porém, que apesar das duas ocupações terem suas particularidades, elas trazem os mesmos sentimentos de



insegurança e ansiedade, medo e ausência de perspectivas de futuro que a iminência do despejo traz. O trabalho desenvolvido foi permeado pelo fatídico 31 de outubro de 2022, entretanto, essa data não é a única que traz a insegurança para os moradores das ocupações. A vida cotidiana dessa população é impregnada de incertezas.

A ocupação é composta por pessoas cujas trajetórias de vida são marcadas por despejos, desemprego, situações de violência e humilhações. A trajetória de vida da maioria das pessoas da ocupação conforma um quadro de violência social e simbólica contínua, que Dobles e Muñoz (2019) denominaram de sequencialidade de danos psicossociais, condição para um Trauma Psicossocial (MARTÍN-BARÓ, 2000a; 2000b). Condição, aliás, que com base em Aron (1990) e Punamaki (1990), é similar à de um Estresse Pós-Traumático em refugiados e perseguidos políticos em situação de guerra civil: muitos relatam medo e ansiedade devido à situação iminente de despejo, constrangimento e desamparo. Outros vivem um estado de alerta constante, afetando o sono e criando condições para o desenvolvimento de psicopatologias como depressão.

Pelos relatos coletados, os indivíduos das ocupações formam uma população que, em geral, não se enraizou em um território e, portanto, não constituíram ao longo da vida redes regulares de apoio social e afetiva, foram obrigados pelas circunstâncias socioeconômicas a se deslocarem continuamente. A ocupação e a vida naquela comunidade, mesmo que incipiente, surge como um fator de proteção, solidariedade e enraizamento comunitário: traz segurança de poder contar com outros vizinhos, garantias de conseguir a tão sonhada casa, assim como outros direitos sociais básicos e itens essenciais de sobrevivência. Ao se estabelecerem na ocupação essas pessoas começam a tecer redes de cuidado e firmar o apoio na comunidade ali criada, mas tem esse alicerce constantemente ameaçado.

A vivência coletiva e comunitária se mostra extremamente positiva e construtora de estados de condições de “felicidade”, “sonho”, “crescimento”, sinalizando uma abertura na perspectiva de futuro e de dignidade humana aos moradores. A permanência dos moradores nas ocupações e a participação ativa na comunidade, são condições fundamentais para a garantia de direitos e para a construção da dignidade humana.

As entrevistas foram realizadas antes do 31 de outubro de 2022, mas voltamos à comunidade após o fim da liminar do STF que proibia despejos durante a pandemia. Notamos que, após esta data, o medo e a insegurança eram ainda maiores. As lideranças afirmaram que estão buscando soluções e aliados. Todos querem permanecer ali. Desejam, sonham e almejam o básico: uma moradia e um lugar tranquilo para viver.

Referências

ARON, Adriane. Problemas psicológicos de los refugiados salvadoreños en California. In: MARTÍN-BARÓ, Ignacio (org.). **Problema social de la guerra**. San Salvador: Uca Editores, 1990. p. 466-483.

BRASIL. Lei nº 2.889, de 1º de outubro de 1956. Define e pune o crime de genocídio. **Diário Oficial da União**, 01 out. 1956. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l2889.htm. Acesso em: 27 set. 2023.



CAETANO, Welita Alves. A casa do sem-teto, a ocupação!. *In:* - CRP-SP (org.). **Psicologia e moradia: múltiplos olhares sobre a questão habitacional**. São Paulo: CRP SP, 2019. p. 11-21.

DOBLES, Ignacio; MUÑOZ, Dylanna Rodríguez. **Sobre el daño psicosocial: conceptualización y praxis**. San José: Universidad de Costa Rica, 2019.

EUZÉBIOS FILHO, Antonio. O valor imensurável do direito à moradia. *In:* CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE SÃO PAULO - CRP-SP (org.). **Psicologia e moradia: múltiplos olhares sobre a questão habitacional**. São Paulo: CRP SP, 2019. p. 35-43.

EUZÉBIOS FILHO, Antonio; MATSUMOTO, Adriana Eiko; VIEIRA, Andreia Habyak Candido; GONÇALVES, Bruno Simões; FARIAS, Joyce Mirelle Lima; SILVA, Jussara de Souza. **Estudo psicossocial da ocupação:** (endereço ocultado), S.P. 2022a. (não publicado).

EUZÉBIOS FILHO, Antonio; MATSUMOTO, Adriana Eiko; VIEIRA, Andreia Habyak Candido; GONÇALVES, Bruno Simões; FARIAS, Joyce Mirelle Lima; SILVA, Jussara de Souza; ROSENTHAL, Alice Kacelnik. **Estudo psicossocial da ocupação:** ocupação “(nome ocultado)”, s/n. cidade Ademar, São Paulo. 2022b. (não publicado).

FREITAS, Maria de Fatima Quintal de. Inserção na comunidade e análise de necessidades: reflexões sobre a prática do psicólogo. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, [s.l.], v. 11, n. 1, p. 175-189, 1998. DOI:<http://dx.doi.org/10.1590/s0102-79721998000100011>.

GONÇALVES, Bruno Simões. Parecer Psicossocial da Violência contra os Povos Indígenas Brasileiros: o caso reformatório krenak. **Psicologia: Ciência e Profissão**, [s.l.], v. 37, n. spe., p. 186-196, 2017. DOI <http://dx.doi.org/10.1590/1982-3703140002017>.

GONÇALVES, Bruno Simões. O trabalho da psicologia na luta por direitos coletivos dos povos indígenas: parecer psicossocial sobre os Xavante de Marãiwatsédé. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 21, p. 94-102, out. 2021.

GONÇALVES FILHO, José Moura. Humilhação social - um problema político em psicologia. **Psicologia Usp**, [s.l.], v. 9, n. 2, p. 11-67, 1998. DOI <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-65641998000200002>.

HUMANOS, INSTITUTO LATINOAMERICANO DE SALUD MENTAL Y DERECHOS

HUMANOS - ILAS. **Trauma político y la transmisión transgeneracional del daño**. Chile: Subsecretaría de Derechos Humanos, 2019. Disponível em: <https://ilas.cl/nuevo/wp-content/uploads/2019/12/TRAUMA-POLITICO-Y-LA-TRANSMISION-TRANSGENERACIONAL-DEL-DAN%CC%83O.pdf>. Acesso em: 21 set. 2023.

MASSOLA, Gustavo Martineli; SVARTMAN, Bernardo Parodi. Enraizamento, tempo e participação na Psicologia Ambiental. **Estudos de Psicologia (Natal)**, Natal, v. 23, n. 3, p. 293-305, set. 2018. DOI <http://dx.doi.org/10.22491/1678-4669.20180028>.

MARTÍN-BARÓ, Ignacio. Guerra y trauma psicosocial del niño salvadoreño. *In:* ROVIRA, D. P.; BLANCO, A. **Psicología Social Latinoamericana: una vision crítica y plural**.



- ANTHROPOS - Revista de documentación científica de la cultura, n. 156, p. 293-305, 1994.
- MARTÍN-BARÓ, Ignácio. El fatalismo como identidad cognitiva. *In*: BLANCO, Amalio (org.). **Psicología de la liberación**. Madrid: Trotta, 1998. p. 39-130.
- MARTÍN-BARÓ, Ignácio. Guerra y trauma en la niñez. *In*: BLANCO, Amalio; LACORTE, Luis de (org.). **Poder, ideología y violencia**. Madrid: Trotta, 2000a. p. 289-332.
- MARTÍN-BARÓ, Ignácio. Guerra y salud mental. *In*: BLANCO, Amalio; LACORTE, Luis de (org.). **Poder, ideología y violencia**. Madrid: Trotta, 2000b. p. 333-374.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 21. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2002. 80 p.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. **Convenção para a Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio**. 1948. Disponível em: <https://www.oas.org/dil/port/1948%20Conven%C3%A7%C3%A3o%20sobre%20a%20Preven%C3%A7%C3%A3o%20e%20Puni%C3%A7%C3%A3o%20do%20Crime%20de%20Genoc%C3%ADio.pdf>. Acesso em: 21 set. 2023.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. **Informe del Relator Especial sobre una vivienda adecuada como elemento integrante del derecho a un nivel de vida adecuado y sobre el derecho de no discriminación**. 2005. Disponível em: http://www.direitoamoradia.fau.usp.br/wp-content/uploads/2014/07/Report_Homelessness_2005_ES.pdf. Acesso em: 21 set. 2023.
- PUNAMAKÍ, Raija-Leena. Respuestas de stress psicológico de las madres palestinas y sus hijos a las condiciones de ocupación militar y violencia política. *In*: MARTÍN-BARÓ, Ignácio (org.). **Psicología social de la guerra**. San Salvador: Uca Editores, 1990. p. 88-104.
- WEIL, Simone. O desenraizamento operário. *In*: BOSI, Ecléa (org.). **Condição operária e outros estudos sobre a opressão**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. p. 413-440. Original publicado em 1943.
- YAGIU, Hailton; CASTRO-SILVA, Carlos Roberto; EUZÉBIOS FILHO, Antonio; MARTIN, Sueli Terezinha Ferrero. Participação social de lideranças comunitárias em um contexto de desigualdade social e no enfrentamento da pandemia da COVID-19: um enfoque psicossocial. **Saúde e Sociedade**, [s.l.], v. 30, n. 2, p. 1-11, jun. 2021. DOI <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-12902021210008>.

Notas de fim

1. Liminar concedida pelo ministro do STF Luís Roberto Barroso, a partir dos critérios previstos na Lei nº 14.216, de 7 de outubro de 2021, na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 828, direito à moradia e reintegração de posse.
2. Menção ao dia 31 de outubro de 2022, prazo que findou a liminar do STF que proibia despejos e desocupações durante a pandemia.



Estudo Psicossocial sobre vivências no acampamento Marielle Vive, do MST: reflexões sobre produção de saúde coletiva e os efeitos psicossociais de ameaças de despejo

Psychosocial study on experiences in the Marielle Vive camp, of the MST: reflections on collective health production and the psychosocial effects of eviction threats

Bruna Borba de Araujo Tchalekian

Doutoranda em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano,
Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo
bruborba@usp.br

Leandro Amorim Rosa

Docente, Universidade Federal do Acre
leandro.rosa@ufac.br

Paula Sasaki Coelho

Doutoranda em Psicologia Social e do Trabalho,
Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo
paulinha.scoelho@gmail.com

RESUMO

O presente estudo objetivou avaliar os efeitos psicossociais das vivências no Acampamento Marielle Vive (MST), bem como os efeitos da ameaça de despejo das famílias desse território, ocorridos principalmente a partir de novembro de 2021. Foram realizadas 5 entrevistas semiestruturadas feitas remotamente com acampadas e acampados de diferentes sexos, identidades de gênero, raça, orientação sexual e faixa etária, que vivem no acampamento em distintas organizações familiares e atuam em setores diversos. As entrevistas abordaram a história de vida, vivências no acampamento e o processo de despejo. Mesmo com dificuldades e desafios, tais vivências têm sido marcadas por seu caráter humanizador e protetivo, onde há o esforço coletivo para a viabilizar segurança alimentar, moradia, trabalho, relação com o meio ambiente, construção de vínculos afetivos e comunitários, acesso a novos conhecimentos e possibilidade de construção de projetos de futuro. Essas esferas são constitutivas de saúde psicossocial, analisadas a partir das seguintes dimensões: Trabalho e condições de vida; Território e meio ambiente; Relações interpessoais, vínculos e aprendizagens; Vulnerabilidades e segurança/proteção; Luta e organicidade. Destaca-se também a proteção à Covid-19 nos diferentes momentos da pandemia. A partir das análises das entrevistas e pesquisas relacionadas, conclui-se que as ameaças de despejo configuram processos de sofrimento e potencial adoecimento, que podem produzir impactos duradouros e intensos, vivências de desumanização, desenraizamento e humilhação social, processos que sabidamente constituem traumatização psicossocial.

Palavras-chave: Psicologia; comunidade; saúde mental.



ABSTRACT

The present study aimed to evaluate the psychosocial effects of experiences at the Marielle Vive Camp (MST), as well as the effects of the threat of eviction of families from that territory, which occurred mainly from November 2021. Five semi-structured interviews were carried out remotely with campers and campers of different sexes, gender identities, race, sexual orientation and age, who live in the camp in different family organizations and work in different sectors. The interviews addressed the life story, experiences in the camp and the eviction process. Even with difficulties and challenges, such experiences have been marked by their humanizing and protective character, where there is a collective effort to enable food security, housing, work, relationship with the environment, building affective and community bonds, access to new knowledge and the possibility of building projects for the future. These spheres are constitutive of psychosocial health, analyzed from the following dimensions: Work and living conditions; Territory and environment; Interpersonal relationships, bonds and learning; Vulnerabilities and security/protection; Struggle and organicity. Also noteworthy is the protection against Covid-19 at different times of the pandemic. From the analysis of the interviews and related research, it is concluded that the threats of eviction configure processes of suffering and potential illness, which can produce lasting and intense impacts, experiences of dehumanization, uprooting and social humiliation, processes that are known to constitute psychosocial traumatization.

Keywords: *Psychology; community; mental health.*

1. INTRODUÇÃO

O presente texto surge a partir de uma demanda do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em produzir um documento que pudesse subsidiar a discussão sobre os efeitos psicossociais das vivências no Acampamento Marielle Vive, bem como os efeitos da ameaça de despejo das famílias desse território. A partir disso, pretendeu-se conhecer experiências individuais e coletivas vinculadas à construção da vida no acampamento, analisando assim o processo psicossocial de saúde-adoecimento vinculado a tais experiências e investigando os riscos e efeitos psicossociais relacionados à ameaça de remoção/despejo das famílias acampadas. Este artigo apresenta resultados de um estudo realizado em novembro de 2021, momento em que o acampamento passou a receber ameaças de despejo devido à decisão da 37ª Turma de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo.

Em junho de 2021 o Supremo Tribunal Federal (STF) havia suspenso pelo período de seis meses ordens de remoção e despejo de áreas coletivas que estavam habitadas antes da pandemia de covid-19. Devido à crise sanitária em decorrência da covid-19, esta medida considerava o aumento da vulnerabilidade a que as famílias estariam expostas. No fim de 2021, momento em que esse estudo foi realizado, era prevista a finalização da medida, que foi prorrogada até 31 de março de 2022, e se estendeu até outubro daquele ano. Importante destacar que estas prorrogações ocorreram em decorrência de intensa mobilização do MST, junto a outros movimentos sociais, partidos políticos, organizações aliadas e participação da sociedade civil.



Em outubro de 2022, o Supremo Tribunal Federal (STF) liberou as ações de despejo e reintegrações de posse até então suspensas; nesta decisão, o ministro Luís Roberto Barroso indicou, em regime de transição, a instalação de comissões para mediar processos de despejo nos tribunais que tratam das reintegrações de posse, antes que houvessem decisões judiciais (SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, 2022).

As ameaças de despejo envolviam, no primeiro momento, a remoção das famílias do acampamento, o que implicava na perda de suas casas, a perda dos espaços coletivos de convívio e a perda da produção de alimentos cultivada no território. Para além disso, será abordado nesse artigo como as ameaças são compreendidas por pessoas que vivem neste território, amplitude que tais perdas alcançam, e suas implicações psicossociais.

Até o momento de publicação desse artigo, as ameaças de despejo seguem presentes, na medida em que não houve indicações de conquista permanente do território, tampouco foram apresentadas outras áreas possíveis para a vivência do acampamento.

Este estudo compõe um conjunto de ações realizadas pela Rede de Saúde Mental que atua junto ao MST, a fim de contribuir com a compreensão acerca da produção e promoção de saúde mental junto ao Movimento.

2. MARCOS TEÓRICOS E CIENTÍFICOS

Martín-Baró (1984) aborda saúde mental enquanto elemento básico das relações e definidor das possibilidades de humanização de cada pessoa e grupo social de acordo com seu tempo histórico. Desse modo, considera que deve-se atuar junto a sintomas e processos de sofrimentos sem perder de vista que tais manifestações são, em grande parte, fruto de arranjos socioeconômicos e ideológicos adoecedores. Entende-se que ser saudável não é estar adaptado a um mundo adoecido, mas ter recursos para contribuir com a transformação dessa realidade, ou seja, trata-se de uma saúde ético-política (SOUZA & SAWAIA, 2016).

Segundo Martín-Baró (2017, p. 254)

É evidente que os transtornos ou os problemas mentais não são assunto que incumba única e exclusivamente ao indivíduo e sim às relações do indivíduo com os demais. E, sendo assim, também a saúde mental deve ser vista como um problema de relações sociais, interpessoais e intergrupais, que se expressará, em cada caso, em um indivíduo, no seu grupo familiar, em uma instituição ou em uma sociedade inteira.

O termo saúde psicossocial refere-se à necessidade da saúde mental ser compreendida como íntima e dialeticamente vinculada aos elementos sociais e relacionais, nos quais os sujeitos e coletivos estão inseridos.

Como segundo conceito fundante do trabalho aborda-se a concepção de comunidade. De maneira geral, as comunidades podem ser entendidas como geográficas e/ou psicossociais: enquanto o componente geográfico diz respeito à partilha de um território específico; a dimensão psicossocial se refere aos vínculos existentes entre as pessoas de uma comunidade. A comunidade psicossocial se caracteriza não apenas como espaço de trocas racionais ou instrumentais, mas, principalmente, como território de vínculos afetivos, identificações e partilhas de objetivos e



desafios. Uma comunidade dita saudável não se define pela ausência de conflitos ou dificuldades, mas sim pela capacidade de desenvolver recursos coletivos para lidar com tais conflitos e dificuldades (CAMPOS, 2015)

Ainda que a vida comunitária não deva ser vista de forma utópica, há significativa produção científica que evidencia sua potência na promoção de saúde. Vários estudos demonstram como o sentimento de comunidade (NEPOMUCENO, BARBOSA, XIMENES & CARDOSO, 2017) se caracteriza como elemento protetivo de sujeitos e coletividades capaz de produzir: efeitos positivos relacionados à satisfação e qualidade de vida (ELVAS & MONIZ, 2010); qualidade de vida subjetiva, autoconfiança e maior capacidade de mobilização e participação das pessoas na resolução de seus problemas (PREZZA & COSTANTINI, 1998); bem-estar (MORAIS, 2010); fortalecimento das redes comunitárias (FREITAS & MONTERO, 2003) e do apoio social (GARCIA & HERRERO, 2006). Em específico, Rosa (2017) defende que o engajamento de sujeitos no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) – em suas comunidades psicossociais e geográficas – pode vincular-se a diversos fatores terapêuticos e tem o potencial de produzir motivação, autoestima, alegria, esperança, vitalidade – entre outros –, ou seja, em certos aspectos, promover saúde psicossocial.

Aborda-se também a importância do processo de enraizamento como fundamental para a produção de saúde psicossocial. Weil (1996, p.43) defende que o enraizamento é uma das necessidades humanas mais importantes. A autora escreve que “cada ser humano precisa ter múltiplas raízes. Precisa receber quase que a totalidade de sua vida moral, intelectual, espiritual, por intermédio dos meios de que faz parte”, ou seja, dos grupos dos quais participa. Segundo Weil (1996), a participação ativa na existência de uma coletividade mantém vivos determinados vínculos com o passado, individuais e coletivos, assim como certos pressentimentos de futuro. Massola e Svartman (2018, p. 303), em concordância, referem-se ao enraizamento como a “relação intrínseca entre a formação da identidade psicossocial e o socioambiente, em sentido amplo, no qual se constitui tal identidade”.

Por sua vez, o processo de desenraizamento retira e fragmenta referências, nas quais o sujeito possui sua subjetividade ancorada. Tal processo produz angústia, sofrimento e expropria possibilidades de percepção de si próprio. A destruição dos vínculos comunitários resulta em riscos psicossociais significativos. A perda dos laços afetivos e relações interpessoais geram processos de desumanização, ou seja, as pessoas são coisificadas – subtraem-se desses sujeitos características, valores e significados que lhe constituem enquanto humano (REGO, 2014).

Vinculado ao processo de desumanização, pode-se abordar a humilhação social (GONÇALVES FILHO, 1998). A humilhação social se constitui a partir das relações de poder fundadas em determinadas desigualdades políticas e econômicas existentes em uma sociedade. Ela se manifesta de forma opressiva nas relações intersubjetivas e resulta em processo de invisibilidade, inferiorização e maus tratos dirigidos a grupos e indivíduos considerados socialmente subalternos. Segundo Gonçalves Filho (1998, p. 15), "o humilhado atravessa uma situação de impedimento para sua humanidade, uma situação reconhecível nele mesmo – em seu corpo e gestos, em sua imaginação e em sua voz – e também reconhecível em seu mundo – em seu trabalho e em seu bairro”.



Os diversos sofrimentos gerados pelo processo de esfacelamento de uma comunidade e pela humilhação social não se restringem a afetos individuais. Ainda que o sofrimento se manifeste nos indivíduos, sua gênese deve ser buscada nas relações sociais hegemônicas que compõem determinado momento histórico. Sawaia (2001) define tal sofrimento como ético-político. Além do sofrimento manifesto nos indivíduos ameaçados ou vítimas da desvinculação comunitária, é importante citar o potencial trauma psicossocial resultante de tais processos. Simões (2021) defende que o trauma psicossocial diz respeito à análise dos sintomas psicossociais produzidos pela violência política não apenas em indivíduos, mas também em grupos e populações. A violência política produz sintomas psicossociais relacionados a diversos prejuízos individuais e coletivos que são a “cristalização traumática nas pessoas e nos grupos das relações desumanizadas” (MARTÍN-BARÓ, 1984, p. 123, tradução nossa).

A cartilha “Como atuar em projetos que envolvem despejos e remoções?” (Organização das Nações Unidas [ONU], 2010) aborda especificamente as possíveis consequências da realização de processos forçados de despejo – ou seja, destruição de comunidades geográficas e psicossociais. O texto evidencia que tais processos possuem efeitos profundos e duradouros, entre eles traumas psicológicos, pois, muitas vezes, são acompanhados de violências e resultam em pessoas e famílias desamparadas. A Organização das Nações Unidas (ONU, 2010) indica uma ferramenta de avaliação de perdas utilizada em situações de ameaça de despejo produzida pela Coalização Internacional do Habitat (HIC). Tal instrumento considera, entre outros elementos, os bens imateriais das pessoas em ameaça de despejo e cita como importantes fatores a serem avaliados: questões de saúde, psicológicas e integração da comunidade.

3. PERCURSO METODOLÓGICO

Como procedimento para coleta de dados, foram realizadas cinco entrevistas individuais semiestruturadas (MINAYO, 2010), as quais se deram de maneira remota (através da plataforma Google Meet), durante o mês de novembro de 2021. O objetivo de tal procedimento foi investigar como tem sido a vivência de acampadas e acampados, cujo processo de chegada no acampamento, experiência enquanto acampada(o) e atividades realizadas no cotidiano do acampamento são diversas e ilustram como as condições para desenvolvimento e permanência do/no território foram e estão sendo construídas coletivamente, a partir de ações de diferentes naturezas.

No caso das entrevistas que serão abordadas neste artigo, as pessoas entrevistadas foram tomadas como fontes primárias de informação, ou seja, o conteúdo abordado se referiu diretamente à vivência e reflexões de cada pessoa sobre suas experiências, imprescindíveis para se conhecer a realidade investigada¹⁹. As entrevistas tiveram duração entre 1h e 2h, aproximadamente, e foram realizadas por membros da Rede de Saúde Mental junto ao MST. As(os) entrevistadas(os) foram selecionadas(os) e convidadas(os) a participar considerando a diversidade de experiências e pessoas, que pudessem falar sobre a vivência no acampamento através de pontos de vista variados, o que fornece amplitude e pluralidade para as análises realizadas. Para tanto, a escolha dos(as) entrevistados(as) foi realizada a partir dos seguintes critérios: sexo, identidade de gênero, raça, orientação sexual; faixa etária; organização familiar; atividade e funções desenvolvidas no acampamento.



Os procedimentos seguiram as normativas estabelecidas no parágrafo único do 1º artigo da resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (BRASIL, 2016). O nome das(os) entrevistadas(os) será mantido em sigilo, e substituído pela letra inicial de seu nome.

As entrevistas foram orientadas pelos seguintes enfoques:

a. História de vida: abordou-se a história de vida das(os) entrevistados(as), no que se refere aos processos e momentos que culminaram na sua chegada ao acampamento.

b. Vivência no acampamento: a entrevista buscou focar o processo de organização da vivência cotidiana no acampamento, o que envolve a moradia, as atividades realizadas pela pessoa entrevistada e familiares, os aprendizados, desafios e dificuldades da vivência no acampamento. Esse diálogo procurou ter em vista as dimensões individual e coletiva que constituem a vivência, bem como os significados atribuídos a elas.

c. Processo de despejo: foram abordadas as maneiras com as quais as(os) entrevistadas(os) tomaram conhecimento do processo de despejo e suas ameaças, a percepção dos efeitos individual e coletivo desse processo na dinâmica do acampamento. Dialogou-se também sobre as perdas e consequências a partir do despejo, no caso de ocorrer.

4. CONTEXTUALIZAÇÃO DO TERRITÓRIO

O acampamento Marielle Vive existe em uma área onde, anteriormente, era uma fazenda improdutiva, a Fazenda Eldorado Empreendimentos Imobiliários, localizada no município de Valinhos, interior de São Paulo. Esta área, de pouco mais de 130 hectares, estava abandonada à especulação imobiliária e foi ocupada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em um ato de denúncia ao não cumprimento da função social da terra e à necessidade da Reforma Agrária. O acampamento surgiu em abril de 2018, com cerca de 700 famílias, um mês depois do assassinato da vereadora do Rio de Janeiro, Marielle Franco, e do motorista que a acompanhava, Anderson Gomes (MST, 2022a).

No período em que este estudo foi realizado, residiam no território mais de 450 famílias, cerca de 150 crianças e pessoas de diversas faixas etárias e percursos pregressos. Em sua maioria, antes de ir para o acampamento, as famílias residiam em bairros da periferia de Limeira, Valinhos, Americana, Sumaré, Hortolândia e Campinas – todas no interior paulista (MST, 2022a).

Desde a criação do acampamento até a elaboração do presente texto, não houve auxílio por parte do poder público no que diz respeito ao fornecimento de água potável, seguridade social ou acesso à educação e à saúde. Entretanto, as famílias junto ao MST tem se organizado (com o apoio de entidades, organizações sociais, pessoas apoiadoras, entre outros) para garantir: a produção de alimentos sem agrotóxicos em espaços coletivos; o funcionamento de uma cozinha coletiva que alimenta as famílias desde sua chegada ao território; matrícula das crianças nas escolas do entorno, assim como turmas de Educação de Jovens e Adultos (EJA); cuidados coletivos com as crianças (dentro da pedagogia do MST denominada de Ciranda Infantil); atendimentos em saúde com profissionais parceiros (da medicina e psicologia principalmente); atividades esportivas e artísticas; coletivos de mulheres e LGBTQIA+; entre outras ações (2022a).



Nos territórios organizados pelo MST, as atividades cotidianas são divididas em frentes, ou setores, como são chamados. Estes setores são compostos por representantes acampados(as) e coordenam um determinado conjunto de responsabilidades coletivas dentro do território. Os setores do MST atualmente são: saúde (gestiona os processos de cuidados em saúde do acampamento); educação (cuida das demandas de educação formal e não formal das famílias); gênero e coletivo LGBT (atua com o debate e as diretrizes voltadas às questões de gênero); formação (voltado para as atividades de formação política); produção (responsável pela gestão da produção de alimentos pautada no trabalho coletivo e na agroecologia); Juventude (gestionado e voltado pela juventude para as suas pautas e demandas); Comunicação e Cultura (planejam e executam ações de divulgação e comunicação interna e com o exterior do acampamento, assim como com atividades culturais dentro do mesmo); e frente de massas (que cuida dos processos de massificação). Todos esses fazem parte da organização interna do Marielle Vive. Há ainda o setor de Direitos Humanos que atua com representantes por região e não em todas as áreas. Os setores fazem trocas entre outros acampamentos e assentamentos do MST, tanto dentro da região em que se encontram quanto estadual e nacionalmente. Tal dinâmica de organização social própria é chamada de organicidade do MST (MST, 2022b; 2022c).

Vale acrescentar que após o período de coleta das entrevistas realizadas para o presente estudo, o acampamento continuou sob ameaça de despejo e sofreu três atentados nos dias 10 e 17 de agosto de 2022. Nestas ocasiões, foram disparados tiros oriundos de um carro, contra a portaria do acampamento. Por sorte, os tiros atingiram apenas o portão e não houve nenhuma vítima (MONCAU, 2022). Mas estes episódios não estão isolados (Corpo...2019).

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir das entrevistas realizadas, foram levantadas cinco categorias que reúnem e apresentam dimensões sobre vivências no acampamento. Tais categorias foram articuladas aos marcos teóricos levantados na bibliografia técnico-científica, que orientam e subsidiam este estudo.

5.1 TRABALHO E CONDIÇÕES DE VIDA

Em vários momentos das entrevistas, as pessoas relataram as diferenças entre as condições de vida antes e depois da chegada e vivência no acampamento. Sobre as condições de vida anteriores, evidenciam: as dificuldades econômicas e seu vínculo com adoecimento físico e mental; insegurança alimentar e habitacional; situações de violência de diferentes naturezas, como violência doméstica, homofobia e violência de Estado (como em decorrência de despejo); as dificuldades para os(as) que viviam em situação de rua, incluindo gestantes; dificuldades de acesso às políticas públicas de saúde e educação; desemprego.

Os(as) Entrevistados(as) discutiram sobre os desafios de sobreviver antes da chegada no acampamento, com dificuldades econômicas às quais estavam submetidas e são vinculadas pelos(as) entrevistados(as) a adoecimento mental. O processo de saúde-doença deve ser entendido



como intimamente relacionado não apenas a questões de cunho pessoal, mas também ao contexto no qual o sujeito está inserido. A Organização Mundial da Saúde (WHO, 2021) demonstra como a pobreza, exclusão e falta de acesso a moradia e trabalho se caracterizam como fatores de risco à saúde mental.

Entre as melhoras nas condições de vida no acampamento estão: questões materiais, como local para se abrigar e alimentação (segurança física e nutricional); elementos de cunho relacional e comunitário como apoio, acolhimento e aprendizados; acesso a auxílios não conquistados em suas vidas pregressas, como cuidados em saúde por meio do apoio de parceiros do MST; o próprio acampamento – com suas características geográficas e psicossociais – é visto como um espaço de refúgio, cuidado e cura; a possibilidade de trabalhar, plantar e construir atua diretamente na melhora das condições materiais de vida das pessoas, mas também compõem um importante processo de construção de identidade e promoção de saúde psicossocial. São também destacados elementos de cunho relacional e comunitário como apoio, acolhimento e aprendizados. As melhorias nas condições de vida acarretam promoção de saúde integral por meio de segurança física e nutricional, bem como por meio do estabelecimento e fortalecimento de vínculos e sentimentos comunitários (NEPOMUCENO, BARBOSA, XIMENES & CARDOSO, 2017). Alguns(as) entrevistados(as) abordam especificamente a temática da saúde mental: *“Tive muitos benefícios aqui, **tinha muito problema de saúde e fui bem acolhida, sempre eles acolheram a gente muito bem. Tive tratamento, com psicólogo eu tive também aqui. To afastada porque eu caí há um ano e não fiquei desamparada**”*. (Entrevistada E.)

Esse, entre outros trechos das entrevistas, evidencia como as pessoas, dentro do acampamento, puderam receber auxílios não conquistados em suas vidas pregressas. Diante das dificuldades de acesso às políticas públicas de saúde, as pessoas encontram a possibilidade de ser cuidadas ao participar do movimento social. A entrevistada E., em mais de uma situação, compara a comunidade do acampamento a uma família.

Destaca-se que há dificuldades na vida no acampamento. No entanto, como é relatado, tais dificuldades são majoritariamente trabalhadas de forma coletiva. Assim, a comunidade se caracteriza como saudável não pela ausência de problemas e desafios, mas pela capacidade de lidar com tais questões coletivamente. Em suma, ainda que se reconheça as dificuldades existentes em viver em um acampamento, os relatos apontam para o acampamento Marielle Vive como um território produtor de saúde individual e coletiva.

A possibilidade de trabalhar, plantar e construir atua diretamente na melhora das condições materiais de vida das pessoas, bem como compõem um importante processo de construção de identidade e promoção de saúde psicossocial. Os relatos também evidenciam o orgulho e a satisfação que os entrevistados possuem em relação aos seus trabalhos. Em um momento histórico em que o trabalho é, em grande parte das vezes, gerador de adoecimento (ANTUNES, 2019), essas pessoas conseguem realizar atividades que constituem suas identidades de forma saudável e potente. Seus trabalhos são repletos de sentido, os humanizam e os caracterizam enquanto membros ativos da comunidade, assim, são atividades não apenas economicamente produtivas, mas também produtoras de saúde.



Elementos importantes destacados pelos(as) entrevistados(as) como autonomia, apoio social, trabalho com sentido, satisfação, sentimento de valor social do trabalho e aprendizagem podem ser considerados como fatores de proteção psicossocial à saúde do trabalhador (UGT, 2017). Destaca-se também o sentimento de satisfação que os entrevistados relatam em poder contribuir com outras pessoas internas e externas ao acampamento. Pode-se vincular tal sentimento ao fator terapêutico de grupo – também presente na vida comunitária – denominado como altruísmo (ROSA, 2017).

No entanto, a ameaça de despejo coloca em risco o trabalho, bem como as melhoras nas condições de vida conquistadas no acampamento. *“Pra mim [a ameaça de despejo] é muito triste, né? Só que a gente assim, tem que ser forte, entendeu? (...) Preocupante, né? **Porque a gente não tem pra onde ir, né?**”* (Entrevistado R.)

Evidencia-se preocupações – e desesperos – vinculados à perda das condições de vida conquistadas durante o período no acampamento, bem como a destruição do esforço e trabalho empreendido neste território. A ameaça de despejo se coloca como o risco de perda de um território, no qual as pessoas puderam encontrar oportunidades de segurança, cuidado, acolhimento e trabalho por meio de vínculos comunitários diversos. A destruição dos vínculos com a comunidade geográfica e psicossocial constituída no Marielle Vive se constitui como fator de risco para a saúde física e mental de seus acampados.

5.2 TERRITÓRIO E MEIO AMBIENTE

É evidenciado o forte vínculo das pessoas com o território do acampamento, como espaço de construção – a partir de esforços pessoais e coletivos - de vida e trabalho, além de vínculo afetivo com sua fauna e flora. O território é encarado como espaço de “boas energias”, no qual encontram motivação para a construção e trabalho, a satisfação de poder ensinar seus filhos a plantar e preservar a natureza. O vínculo com o território excede em muito a lógica instrumental e econômica de exploração de recursos naturais; ao contrário, os(as) entrevistados(as) destacam a importância da preservação do meio ambiente no acampamento junto a produção agroecológica. O vínculo é produtivo, mas também afetivo. As pessoas se sentem cuidadoras da terra, mas também cuidadas por ela – sentem-se bem no acampamento ao mesmo tempo que desenvolvem o local de forma ambientalmente responsável. Há um processo de enraizamento das pessoas com o território, constituído a partir de uma série de fortalecimentos vinculares com o espaço comunitário, físico e social. O trecho abaixo ilustra tal relação.

A gente ter raízes aqui, raiz. Isso não significa a raiz da planta não, é você pisar o pé no chão e você sentir a terra. (...) **Eu sinto essa raiz aqui. Sem nenhuma dúvida. Minha alma fica tão bem em eu tá aqui dentro** (...) isso é uma maravilha, cara. **É uma maravilha e ao mesmo tempo um pesadelo** por causa dessa decisão [de despejo] aí da justiça. (Entrevistado M.)

Segundo Feitosa e seus colaboradores (2018), mesmo em territórios vulneráveis é possível, por meio do vínculo afetivo entre pessoa-ambiente, o aumento de saúde ético-política, autoestima, autoeficácia e perspectivas de futuro. Tais elementos presentes nas entrevistas são considerados como fatores de proteção contra riscos e vulnerabilidade socioambientais. No



entanto, junto ao sentimento de alegria do enraizamento evidencia-se o “pesadelo” de se poder perder a terra.

Eu quero aproveitar esse período das chuvas pra plantar. Mas com essa decisão aí a gente ficou um pouco... da gente gastar com bastante muda e de repente a gente ter que desocupar a área. (...). As coisas já não tão fácil e você investir e depois ter que sair aí é **um trauma muito muito grande (...). É como um pesadelo (...). O que você construiu e deixar tudo pra trás.** Esse é o pesadelo. **Você constrói aquilo com amor e depois acaba deixando com a dor. Esse é o trauma maior,** meu e da minha esposa (...) (Entrevistado M.).

As entrevistas evidenciam os sentimentos, aos quais os(as) moradores(as) do acampamento estão submetidos. Como já abordado, o processo de despejo expõe essas pessoas a riscos físicos e psicossociais diversos. Muitas famílias seriam forçadas a deixarem locais, aos quais já estão vinculadas econômica e afetivamente, para se aventurarem fora dali sem abrigo e trabalho. Segundo material produzido pela ONU (2010), processos de despejo forçados possuem efeitos negativos duradouros e intensos - entre os quais traumas psicológicos - devido à frequente violência envolvida nestas situações e ao fato de resultarem em condições variadas de desamparo para as pessoas e famílias atingidas.

5.3 RELAÇÕES INTERPESSOAIS, VÍNCULOS E APRENDIZAGENS

As aprendizagens se desenvolveram a partir da criação e manutenção de vínculos significativos e saudáveis, do acolhimento coletivo e comunitário, e da construção de relações com respeito e dignidade. Podemos considerar que tais aprendizagens possuem implicações psicossociais, a nível das relações intersubjetivas e intrassubjetivas: a criação de vínculos afetivos, o apoio mútuo, a vivência com outras formas de interação que não a discriminação e preconceito por ser quem se é; a relação de confiança, que permite que todos possam se responsabilizar e mobilizar-se pela construção coletiva. Aprendizados que favorecem o exercício do diálogo entre as pessoas, o reconhecimento e legitimação do outro, e novas maneiras de perceber a si mesmos, processo que podemos considerar como constitutivo da humanização.

Aprendi muito. **Aprendi que aqui a gente é um ser humano que tem valor,** que a gente não tem aí fora; que são pessoas acolhedoras, que dão apoio, não discrimina ninguém, desde o mais jovem até os mais velhinhos, são todos acolhidos por eles. Aprendi muito. **Aprendi a me sentir mulher,** porque antigamente a gente, aí fora, a gente é muito discriminada no lado feminino, e aqui não. (...). É o aprendizado, sabe? **A gente ser alguém, a gente saber que um dia pode ter um futuro.** Eu talvez não, mas os pequeninhos sim. Tem escola, tem aprendizado pra essas crianças, é aquele carinho, um carinho que a gente tem que eles passam pra gente, muito grande. (Entrevistada E.)

A vivência comunitária pode ser considerada como elemento protetivo à coletividade e aos sujeitos nela pertencentes, e como processo de enraizamento, constituído por meio da participação e comunicação, fortalece a construção de identidade e estrutura dinâmicas relacionais mais dignas e saudáveis.

Sobre o reconhecimento das pessoas enquanto *seres humanos*, processo que podemos considerar como constitutivo da *humanização*, é importante destacar que para que ele ocorra são necessárias que condições de diferentes naturezas sejam garantidas: acesso à alimentação



saudável, moradia, segurança, cuidados em saúde integral, educação, possibilidade de estabelecer vínculos afetivos e comunitários ancorados no respeito e apoio, além do exercício do trabalho em condições dignas. O reconhecimento de que as pessoas possuem uma história de vida, necessidades, desejos e direitos, individuais e coletivos. Os relatos apontam então para uma *vivência humanizadora* no acampamento, onde o reconhecimento e as condições para que ela ocorra buscam ser desenvolvidas coletivamente, e abrem a possibilidade para a construção de projetos de futuro, sobretudo para as crianças que passam a ter acesso a condições de vida mais dignas, com alimento, educação e produção de relações sociais afetivas, dialógicas, nas quais há a construção de vínculos comunitários.

A compreensão de comunidade apresentada nos relatos pode ser apreendida na dimensão psicossocial, na qual os laços sociais fortalecem a produção de saúde ético-política (SOUZA & SAWAIA, 2016), propulsora de ações e transformações. O sentimento de comunidade (NEPOMUCENO, BARBOSA, XIMENES & CARDOSO, 2017) refere-se à percepção e vivência da pessoa como parte de uma rede relacional, vincular, onde o suporte e apoio mútuos são cultivados. Esse sentimento ancora-se nas condições objetivas e subjetivas da construção da comunidade, na rede de relações, o que engloba também a dimensão individual e coletiva da vivência. A construção de significados comuns é possibilitada pelo diálogo e organização coletiva, ao mesmo tempo em que a heterogeneidade das perspectivas pode ser legitimada.

Nas entrevistas, os relatos sobre ajudar uns aos outros, o cuidado mútuo e a satisfação com a troca afetiva saudável se relacionam à construção de comunidade, do mútuo reconhecimento, onde o sentimento de pertencimento à um coletivo que fornece apoio e segurança fortalece as relações sociais e a promoção de saúde.

Perceber-se como parte de um grupo, como capaz de construir laços afetivos, compartilhar histórias de vida e construir histórias compartilhadas, de participar e mobilizar-se junto ao coletivo para resolução de problemas, são dimensões que constituem o processo de identificação e construção de identidade. De maneira oposta, a violência, a desigualdade, o esfacelamento da comunidade e dos laços sociais cultivados com o território e com o grupo relacional apontam para a produção de sofrimento, a partir de situações de humilhação que inferiorizam, desumanizam e configuram quadros de traumatização psicossocial (SIMÕES, 2021). A população que compõe o acampamento é composta por pessoas cuja história de vida é marcada por situações de violência de diferentes naturezas e expressões, e situações de vulnerabilidade social intensificadas pelos marcadores sociais de raça, gênero, sexualidade, classe e faixa etária. Pessoas que chegaram fragilizadas no acampamento e encontraram subsídios para seu fortalecimento.

Relacionado a isso, a vivência comunitária, como processo de enraizamento, pode ser considerada como elemento protetivo (NEPOMUCENO, BARBOSA, XIMENES & CARDOSO, 2017). Entendemos enraizamento como uma relação entre passado, presente e futuro, do indivíduo em articulação com a coletividade e o ambiente, onde este é capaz de se expressar, se vincular, e, por meio da sua ação em comunidade, determinar os caminhos de construção para si e para seu grupo de pertença (MASSOLA E SVARTMAN, 2018). Assim, a partir dos relatos, podemos considerar que o enraizamento junto à comunidade do acampamento, constituído por



meio da participação e comunicação, fortalecem a construção de identidade e estruturam dinâmicas relacionais mais dignas e saudáveis.

Outro eixo de aprendizagens presentes nos relatos diz respeito aos espaços de educação e formação, nos quais destacam-se os cursos em diferentes áreas: arte, cultura, saúde e cuidados, agroecologia e outras mais; além de toda luta pelo acesso à escola para as crianças e adolescentes acampados(as). A aquisição de novos conhecimentos e a ampliação dos conhecimentos já adquiridos, através da diversidade de iniciativas fornecidas pelo MST e seus apoiadores, podem contribuir para o exercício da autonomia e emancipação, fundamentais para a construção de projetos de futuro. Evidencia-se que os aprendizados abordados se relacionam a ao menos três fatores terapêuticos que podem ser também encontrados em comunidades: desenvolvimento de técnicas de socialização, aprendizado por intermédio do outro e compartilhamento de informações (ROSA, 2017). Tais fatores se colocam como mecanismos dinâmicos interdependentes capazes de desencadear mudanças positivas nas pessoas daquele território.

Há também, nos saberes compartilhados sobre o trabalho com a terra e nos saberes em cuidados e saúde, um incentivo ao resgate da cultura do campo, que historicamente é aviltada pelos mecanismos de dominação do sistema capitalista; tal resgate, junto aos processos de aprendizagem, podem produzir efeitos no sentido que as pessoas dão às suas vidas, nas dinâmicas relacionais, na percepção das pessoas como sujeitos autônomos, capazes de fazer escolhas, e não reproduzir relações de dominação e opressão em questões relativas à terra (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA [CFP], 2019).. Práticas que favoreçam o exercício da autonomia não evitam a existência de conflitos, nem garantem consensos; elas possibilitam o aprofundamento de análise e decisão sobre a construção de suas próprias vidas e da comunidade, o que implica em assumir responsabilidades pelas escolhas, e convidam ao exercício de novas formas de organização, relação, e composição de espaços democráticos (CFP, 2019).

5.4 VULNERABILIDADES E SEGURANÇA/PROTEÇÃO

Os relatos enfatizam como o acampamento tornou-se local protetivo para pessoas que se encontravam em intensa situação de vulnerabilidade: pessoas cuja história de vida é marcada por situações de violência física, psicológica, sexual; por situações de risco e falta de acesso alimentar, habitacional, financeiro; vivências de humilhação e exclusão social, fatores esses que implicam em produção de sofrimento e adoecimento de diferentes ordens. O processo saúde-doença precisa ser apreendido na sua complexidade, tendo em vista os marcadores sociais de raça, gênero, sexualidade, classe social e faixa etária, cujas intersecções revelam que determinadas populações se encontram em situação de maior risco e vulnerabilidade, como destacam as entrevistas.

A produção de violência é diversa, complexa e afeta diferentemente as pessoas, portanto torna-se necessário compreender a produção e implicação de tais violências para desenvolver formas qualificadas de cuidado e caminhos para que elas sejam enfrentadas e mitigadas.

No que se refere ao acampamento como local protetivo, os relatos apontam como a chegada no acampamento forneceu segurança para pessoas que se encontravam em situação de



exclusão social: pessoas que vivenciaram processos de humilhação, que se encontravam em situação de rua, de despejo, entre elas crianças e jovens, gestantes, mães soltas, e para pessoas que são alvo de preconceito e violência por homofobia.

A gente ter chegado aqui, e a gente ter o barraquinho da gente aqui, onde eles **entram e saem** a hora que eles quiserem, **comem** a hora que eles querem, fazem o que eles querem em casa **sem ninguém estar xingando e humilhando** eles, é a liberdade que eles nunca tiveram de **saber o que é um lar**, (...). **Aqui eles vivem sem sofrer violência, sem ser humilhados, é aqui que a gente tem paz.** (Entrevistada A).

O relato de A. apresenta a diferença percebida na vivência de seus filhos, antes e depois da chegada no acampamento. As vivências anteriores foram marcadas pela violência, humilhação social, pobreza e insegurança, pelo despejo em outro acampamento onde presenciaram a destruição dos recursos que haviam construído para sobreviver. A violência do despejo tem implicações psicossociais significativas e duradouras, fator de traumatização, que além de já ter sido vivido pela família, no contexto de uma nova ameaça os coloca em posição de revitimização.

A chegada no acampamento forneceu a possibilidade da reconstrução de condições para viver com dignidade, o que envolve a moradia, a alimentação, a segurança, local que se torna lar, um refúgio protetivo para uma mãe solo e seus filhos. A liberdade em transitar pelo espaço com segurança, em construir relações de confiança, vínculos afetivos, experiências que não sejam marcadas pela violência são fundamentais para o desenvolvimento saudável de crianças, jovens e adultos, e fatores determinantes para a produção e promoção de saúde ético-política, compreendida amplamente. Ao referir-se a crianças e adolescentes, pessoas que se encontram em maior situação de vulnerabilidade, esse processo se intensifica. A proteção social é um direito necessário para mitigar o risco às populações fragilizadas. Destaca-se que sentir-se acolhido(a), aceito(a) e pertencente a determinado coletivo configura-se como fator terapêutico e pode ser vinculado a vivências comunitárias (ROSA, 2017). O acesso à educação também configura fator protetivo proporcionado pelo acampamento, como aspecto importante para o desenvolvimento de saúde ético-política, tendo em vista o fornecimento de recursos para a construção de conhecimentos, acesso à cultura, à diversidade, o que subsidia o desenvolvimento integral das crianças e jovens, e que se expressará na construção de projetos de futuro.

O preconceito e julgamentos vivenciados por serem sem-terra, mãe solo, solteira, LGBTQIA+, pessoas em situação de rua, entre outros compartilhados nos relatos, aprofundam a situação de vulnerabilidade e constituem a vivência da exclusão social. Para além da dimensão financeira, a exclusão social refere-se à vivência da subalternidade e humilhação, o não pertencimento, que produz efeitos significativos, como sofrimento ético-político (Sawaia, 2001), vivenciado individual e coletivamente.

A ameaça de despejo e o processo decorrente dela produz implicações psicossociais, tanto no que se refere ao medo pela iminente violência que o processo produz no seu decorrer, quanto pela perda de tudo que está em construção - desde as condições concretas de vida no acampamento até o planejamento para o futuro saudável e digno que se almeja. Os relatos enfatizam a preocupação com a situação de crianças e jovens, que não tem para onde ir com suas famílias, e que tem seus sonhos de construção de uma vida digna interrompidos. A ameaça do despejo coloca em risco os laços comunitários construídos, que encontram no território a base



para que as relações se desenvolvam e fortaleçam. Nesse sentido, o território também deve ser compreendido como parte da dimensão psicossocial. Os impactos de um despejo são materiais e imateriais (ONU, 2010), e o processo de ameaça já anuncia as significativas perdas que podem ocorrer e já são sentidas pelas acampadas e acampados, expressas em sentimentos como tristeza e desespero. Tendo isso em vista, é possível considerar que a ameaça aos laços comunitários, às condições de segurança alimentar, habitacional, ao acesso à saúde, educação e cultura já produzem impactos psicossociais. A insegurança, medo, desespero e a iminente exposição à diversos tipos de violência causados por uma situação de despejo já podem configurar produção de sofrimento significativo durante o processo de ameaça.

Evidencia-se que a vida no acampamento não é isenta de problemas e desafios. As pessoas entrevistadas salientam as dificuldades vinculadas à infraestrutura do local, em especial, ao fornecimento de água. São relatados conflitos relacionados ao convívio das famílias daquela comunidade. Ainda assim, é preciso considerar a manutenção do acampamento como local protetivo, como necessidade para a sobrevivência das acampadas e acampados, onde relações saudáveis são desenvolvidas, e condições básicas de vida são fornecidas e potencializam a criação de novos recursos.

Importante destacar também que o acampamento foi protagonista em diversas ações de solidariedade durante a pandemia de Covid-19, contribuindo com a produção e distribuição de alimentos para populações significativamente afetadas. Além disso, de acordo com as entrevistas, a organicidade do acampamento foi fundamental para a segurança durante os períodos de maior disseminação do vírus, estabelecendo regras para higienização e convivência que tornaram-se fatores protetivos para as pessoas acampadas.

5.5 LUTA E ORGANICIDADE

A partir das entrevistas realizadas, foi possível identificar um diferencial no que diz respeito ao modo de organização da vida coletiva, mais especificamente, da organicidade do MST. Nota-se que parte das conquistas materiais e imateriais atingidas pelo acampamento, até o presente momento, possui relação com sua maneira de organização cotidiana das famílias em torno das pautas e das atividades concretas a serem realizadas. Os sentimentos de coletividade, enraizamento, humanização, aprendizado conjunto citados necessitam de condições sociais para que possam se dar. No caso do acampamento Marielle Vive, estas condições se deram ou foram potencializadas por meio da organicidade do MST, assim como por sua capacidade de enfrentamento e luta por transformação da realidade.

As pessoas entrevistadas reforçam o contraste sentido entre o antes e o depois da vida no acampamento. Fica nítido o sentimento de transformação da vida e das condições de sociabilidade, e um sentimento de pertença a um coletivo, no qual cada pessoa possui um papel social e, a partir do mesmo, pode sentir-se bem-quista. O uso da linguagem no plural reitera o sentimento coletivo e de entendimento de cada um como parte de um todo. Destaca-se a característica da divisão de atividades e trabalhos comunitários por meio dos setores e os mesmos como potencializadores de aprendizado, significação e criação de vínculos.



Nos relatos são referidos sentimentos de segurança vividos pelo fato de fazer parte de um coletivo (o acampamento) que por sua vez é parte de um conjunto ainda mais amplo (o MST). Neste caso, o MST representa também este modo de convivência e gestão da vida no acampamento e a ele é atribuído o sentimento de tranquilidade, confiança e paz. Estas dimensões de fazer parte de um coletivo comum onde se vive são elementos de grande importância no que diz respeito à saúde mental. Martín-Baró (1984), destaca o caráter relacional entre pessoas e grupos para além de um estado individual. De acordo com o autor, por mais que haja singularidade, a saúde mental é fruto de uma trama de relações históricas. Sendo assim, as condições da convivência social são um elemento central para a saúde psicossocial assim como para a própria construção de identidade e papel social.

O sentimento de coletividade não deriva da soma de indivíduos apenas, mas do funcionamento conjunto, da organização e gestão coletivas. Por isso a importância da organicidade. A mesma é relatada pelas pessoas entrevistadas como um modo de organização cotidiana do acampamento que favorece o sentimento de enraizamento e de sentir-se útil frente ao coletivo. A possibilidade de escolha pelo setor, por sua característica de englobar temas diferentes de ações em que cada pessoa irá contribuir é algo que facilita as aptidões e engajamento com suas atividades.

Os relatos exemplificam o papel da vivência e luta coletivas dentro da organicidade do MST e da possibilidade de isso ser revertido em processos de ressignificação e melhorias concretas. A partir das definições de Simões (2021), é possível afirmar que o sofrimento psíquico possui em si um caráter político, pois é um fenômeno individual e social a uma só vez. Existe, portanto, como discutido, um aspecto ético-político (SOUZA & SAWAIA, 2016; SAWAIA, 2001) nos processos de saúde e doença, uma vez que parte dos sintomas e sofrimentos são oriundos de arranjos socioeconômicos e ideológicos adoeceadores. Sendo assim, este tipo de sofrimento requer medidas de proteção e cuidado no que diz respeito ao campo psicossocial, mas também requer medidas sociais. Por mais que estas medidas não estejam completamente garantidas para as famílias que se encontram no acampamento, o fato de dar início a um enfrentamento coletivo às mazelas sociais, apresenta-se nos relatos coletados como um fator de promoção em saúde. Os relatos apontam que o processo de tomada de consciência dos fatores sociais reduz em alguma medida a angústia vivida, assim como promove melhores condições de criação de estratégias para enfrentamentos concretos. Basaglia (1979) afirma que o entendimento de saúde deve estar alicerçado na análise das contradições sociais e os processos de saúde se dão a partir do processo de conscientização das mesmas, assim como na luta por sua superação.

Por mais que haja nas falas conteúdos de dificuldades em diversos âmbitos da vida (alimentação, acesso a itens básicos de higiene, desafios do fazer coletivo, entre outros), parece haver consenso em torno do sentimento de melhora das condições de vida como um todo. Estas melhorias possuem ligação direta com a organicidade do MST e sua capilaridade em somar coletivos e pessoas parceiras para lograr melhorias concretas para as famílias no acampamento. Isto é relatado enquanto um ganho tanto material quanto afetivo. Por isso também é possível identificar no trecho a seguir os sentimentos de medo, insegurança e desesperança com a possibilidade de remoção das famílias sem alternativas ofertadas e construídas com as mesmas. Estes sentimentos, entretanto, se mesclam com sentimentos de esperança e disposição para resistir



coletivamente. *"Quando isso acontece [ameaça de despejo] desestabiliza todo um processo de organicidade. Isso desestabiliza tudo. Mexe com a estrutura nossa, né?"* (Entrevistado L.).

A partir dos depoimentos, nota-se o medo e o sentimento de perda de algo conquistado e dos projetos futuros sonhados. *"Eu tenho o meu espaço aqui. É bem bonito, tem um projeto maravilhoso... Eu tenho a vontade de concluir esse projeto. Não de desmanchar tudo e 'é acabou', não."* (Entrevistado L.).

Assim como as pessoas entrevistadas identificam para si e para o coletivo a importância de manutenção do acampamento e das melhorias e significação que ele possui, existe, por outro lado, medo e insegurança de perder estas conquistas materiais e imateriais. Todavia, estaca-se o caráter de esperança na possibilidade de conquista e confiança no MST, a partir do trecho a seguir: *"E se não der certo, o MST não vai deixar ninguém pra traz. O MST não vai deixar ninguém na mão."* (Entrevistado R.).

Este trecho da entrevista, sintetiza a demanda por uma solução coletiva para a questão do risco de despejo. Não apenas as famílias manifestam o desejo e a disposição de resistência pelo direito de acesso à terra, moradia, trabalho por meio do reconhecimento da concessão de uso e posse da terra (no caso de tornar o acampamento um assentamento), como a solução buscada deve ser coletiva, para o conjunto total das famílias. Em nenhum momento durante todas as entrevistas realizadas, houve a manifestação de que respostas individuais, a uma ou outra família, ou a desagregação do conjunto de 450 famílias seria o caminho adequado. É importante salientar que a confiança depositada no MST não foi a mesma em relação a alguma representação do poder público ou à crença de que o Estado pudesse agir a favor da manutenção dos direitos fundamentais dessas famílias (direito à terra, ao trabalho, à segurança alimentar, à moradia, entre outros). Isso explicita a ausência de medidas sociais e protetivas do poder público em relação às famílias e reforça seu caráter punitivo e repressivo - representado pelo risco de despejo - frente a ela.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base na pesquisa bibliográfica, técnica e nas análises das entrevistas, é possível afirmar que a permanência no acampamento e a possibilidade de seu desenvolvimento configura fator protetivo, ou seja, há produção de saúde individual e coletiva às mais de 450 famílias que vivem no território. Deste modo, a permanência e possibilidade de desenvolvimento do acampamento tem sido constitutiva para a sobrevivência de pessoas que ali vivem.

A vivência no acampamento tem sido marcada por seu caráter humanizador, onde se fornece segurança alimentar, habitacional, trabalho, relação com o meio ambiente, construção de vínculos afetivos e comunitários, acesso a novos conhecimentos e possibilidade de construção de projetos de futuro, dimensões essas constitutivas de saúde psicossocial.

Destaca-se que há dificuldades na vida no acampamento, sendo necessária atenção do poder público no que diz respeito à garantia de direitos fundamentais a este conjunto de famílias. No entanto, como é relatado, no que diz respeito ao funcionamento interno do acampamento, tais dificuldades são trabalhadas coletivamente. Assim, a comunidade se caracteriza como saudável



não pela ausência de problemas e desafios, mas pela capacidade de lidar com tais questões no coletivo.

As ameaças de despejo configuram processos de sofrimento e potencial adoecimento, que podem produzir impactos duradouros e intensos, marcados pela desumanização, desenraizamento e humilhação social, processos que sabidamente constituem traumatização psicossocial. A partir das entrevistas foi possível apreender que as ameaças já produzem uma série de efeitos, pois os riscos de destruição das condições de vida, do que foi construído físico e socialmente, além das inseguranças protetivas de diferentes ordens, desencadeiam processos de sofrimento e potencial adoecimento.

Assim, reafirma-se que, tendo em vista a produção e promoção de saúde ético-política, em situações como a abordada no presente texto, são necessárias respostas sociais que envolvam o conjunto das famílias, mantendo seus laços comunitários e que contemple a participação social.



9. REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Ricardo (2019). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil (Volume IV): trabalho digital, autogestão e expropriação da vida**. São Paulo: Boitempo Editorial.
- BASAGLIA, Franco (1979). **A psiquiatria alternativa: contra o pessimismo da razão, o otimismo da prática**. São Paulo: Brasil Debates.
- BRASIL, Conselho Nacional de Saúde (2016). Resolução nº510 de 07 de abril de 2016.
- CAMPOS, Regina H. F. (Org.) (1996). **Psicologia social comunitária: da solidariedade à autonomia**. Petrópolis: Vozes.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (2019). **Referências técnicas para atuação de psicólogos (os) em questões relativas à terra**. Brasília, DF: CFP.
- Corpo do pedreiro atropelado durante ato do MST em Valinhos é velado em Hortolândia. G1, EPTV Campinas e região, (19 julho de 2019). Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2019/07/19/corpo-do-pedreiro-atropelado-durante-ato-do-mst-em-valinhos-e-velado-em-hortolandia.ghtml>. Acesso: 24 out. 2022.
- ELVAZ, Susana, & MONIZ, Maria J. V. (2010). Sentimento de Comunidade, qualidade de vida e satisfação com a vida. **Análise Psicológica**, 3 (28), 451-464.
- FEITOSA, Maria Z. de S., AZEVEDO SOUSA, Ligia C., COELHO PAZ, Antônio F., FERREIRA LANDIM BARRETO, ELSIDES H., & CRUZ BOMFIM, Zulmira A. (2018). Afetividade, território e vulnerabilidade na relação pessoa-ambiente: um olhar ético político. **Fractal: Revista De Psicologia**, 30(2), 196-203.
- FREITAS, Maribel G., & MONTERO, Maritza (2003). Las redes comunitarias. In Montero, M. (Org.) **Teoría y práctica de la Psicología Comunitaria: la tensión entre comunidad y sociedad** (pp.173-201). Buenos Aires: Paidós.
- GARCIA, Enrique, & HERRERO, Juan (2006). La comunidad como fuente de apoyo social: evaluación e implicaciones en los ámbitos individual y comunitario. **Revista Latinoamericana de Psicología**, 38, 327-342.
- GONÇALVES FILHO, José M. (1998). Humilhação social - Um problema político em psicologia. **Psicologia USP**, 9(2), 11-68.
- MARTIN-BARÓ, Ignacio (1984). **Guerra y Salud Mental**. San Salvador: Universidad Centroamericana José Simeon Cañas.
- MARTÍN-BARÓ, Ignacio. (2017). **Crítica e libertação na Psicologia: Estudos psicossociais**. Petrópolis: Vozes.
- MASSOLA, Gustavo Martineli, & SVARTMAN, Bernardo Parodi. (2018). Enraizamento, tempo e participação na Psicologia Ambiental. **Estudos de Psicologia (Natal)**, 23(3), 293-305.
- MINAYO, Maria C. S. (2010). **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec.



MONCAU, Gabriela. 2022, 19 agosto. Pela terceira vez em cinco meses, tiros são disparados contra acampamento Marielle Vive, em SP. Brasil de fato. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/pela-terceira-vez-em-cinco-meses-tiros-sao-disparados-contr-acampamento-marielle-vive-em-sp/>. Acesso: 24 out. 2022.

MORAIS, Seomara M.R.B.M. (2010). **Viver na Alta de Lisboa: o impacto do Sentimento Psicológico de Comunidade e das relações de vizinhança no Bem-Estar**. (Dissertação de Mestrado). Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa.

MST. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. (2022a) **Acampamento Marielle Vive! em São Paulo: entenda a história de luta e resistência**. Disponível em: <https://mst.org.br/2021/12/01/acampamento-marielle-vive-em-sao-paulo-entenda-a-historia-de-luta-e-resistencia/>.

_____. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. (2022b) **O MST: Nossa História**. Disputa entre dois modelos agrícolas. Disponível em: <https://mst.org.br/nossa-historia/05-14/>.

_____. (2022c). Quem Somos. Disponível em: <https://mst.org.br/quem-somos/>.

Nepomuceno, Bárbara B., Barbosa, Marília S., Ximenes, Verônica M., & Cardoso, Antônio A. V. (2017). Bem Estar Pessoal e Sentimento de Comunidade: Um estudo psicossocial da pobreza. **Psicologia em pesquisa**, 11(1), 74-83.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (2010). Como atuar em projetos que envolvem despejos e remoções? Cartilha da ONU. Disponível em: https://raquelrolnik.files.wordpress.com/2010/01/guia_portugues.pdf.

PREZZA, Miretta & COSTANTINI, Stefano (1998). Sense of Community and Life Satisfaction: Investigation in Three Different Territorial Contexts. **Journal of Community & Applied Social Psychology**, 8, 181-194.

ROSA, Leandro A. (2017) Potencial terapêutico da participação em movimentos sociais: um estudo a partir de militantes do MST. **Sau. & Transf. Soc.**, 8 (1), pp. 72-83.

REGO, Patrique L. (2014). **Caminho da desumanização. Análises e imbricamentos na tradição e história ocidental**. Dissertação: Departamento de Filosofia. Universidade de Brasília.

SAWAIA, Bader B. (Org.). (2001). **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis: Vozes.

SIMÕES, Bruno. (2021). O trabalho da psicologia na luta por direitos coletivos dos povos indígenas: parecer psicossocial sobre os Xavante de Marãiwatsédé. **Revista Espaço Acadêmico**, 21, 94-102.

SOUZA, Ana Silvia Ariza de; SAWAIA, Bader Burihan. (2016). A Saúde como Potência de Ação: uma análise do coletivo e de Comuna do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). **Rev. psicol. polít.**, 16 (37) pp. 305-320.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. 2022, 31 de outubro. Barroso determina que tribunais criem comissões para mediar desocupações coletivas antes de decisão judicial. Portal Supremo



Tribunal Federal. Disponível em:
[<https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=496668&ori=1>]

UNIÃO GERAL DOS TRABALHADORES (2017). **Guia Temático Riscos Psicossociais Relacionados com o Trabalho**. Portugal: UGT.

WEIL, Simone (1996). O enraizamento. In: Bosi, E. (Org.). **A condição operária e outros estudos sobre a opressão**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (2021). **Guidance on community mental health services: promoting person-centred and rights-based approaches**. Geneva: World Health Organization.



Quando uma política ambiental desencadeia traumas psicossociais em comunidades tradicionais: o caso das famílias caiçaras da Jureia (SP)

When an environmental policy triggers psychosocial traumas in traditional communities: the case of the caiçara families of Jureia (SP)

Karina Ferro Otsuka

Educadora e comunicadora popular, Associação dos Jovens da Jureia (AJJ) e Fórum dos Povos e Comunidades Tradicionais do Vale do Ribeira (FPCTVR)
otsuka.karina@gmail.com

Adriana Lima

Educadora popular, União dos Moradores da Jureia (UMJ) e Coordenação Nacional das Comunidades Tradicionais Caiçaras (CNCTC)
adrianaslguarau@gmail.com

Dauro do Prado

Liderança comunitária, União dos Moradores da Jureia (UMJ) e Coordenação Nacional das Comunidades Tradicionais Caiçaras (CNCTC)
dauroitatins@gmail.com

Nayara Gonçalves del Santo

Psicóloga, Agente de Defensoria Pública do Estado de São Paulo (DPESP)
nsanto@defensoria.sp.def.br

Rodrigo Ribeiro de Castro

Antropólogo, Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)
rodrigoifch@gmail.com

Natalia Ribas Guerrero

Antropóloga, Universidade Federal do Pará (UFPA)
nat.guerrero@gmail.com

Resumo

Este artigo tem como objetivo apresentar e analisar narrativas envolvendo o processo vivenciado por famílias caiçaras expulsas de seu território tradicional localizado na Jureia, litoral sul de São Paulo, após a criação da Estação Ecológica Jureia-Itatins (EEJI), em 1986. O estabelecimento dessa unidade de conservação ambiental constituiu um obstáculo à implantação de grandes projetos imobiliários e de infraestrutura previstos para a Jureia, mas também teve como efeito a criminalização do modo de vida de diversas famílias, muitas das quais viviam há



séculos na região. O cerceamento ao modo de vida tradicional caiçara, expresso na proibição de práticas agrícolas, de extrativismo, de moradia, entre muitas outras, ocasionou a saída compulsória de centenas de famílias, que jamais foram indenizadas por suas perdas, e ainda tiveram que seguir um destino incerto e pauperizado nas cidades próximas. O presente texto busca elucidar de que forma as narrativas dessas famílias sobre esse processo de expulsão, bem como seus vetores de resistência, evidenciam o sofrimento de um trauma psicossocial, desencadeado por uma política ambiental de cunho colonial e racista.

Palavras-chave: sofrimento; ambientalismo; caiçaras da Jureia (SP).

Abstract

This article aims to present and analyze narratives involving the process of expulsion experienced by caiçaras families from Jureia, on the coast of São Paulo, after the creation of the Jureia-Itatins Ecological Station (EEJI) in 1986. The establishment of this environmental conservation unit was an obstacle to the implementation of large real estate and infrastructure projects planned for Jureia, but it also had the effect of criminalizing the way of life of several families, many of whom had lived in the region for centuries. The curtailment of the traditional caiçara way of life, expressed in the prohibition of agricultural practices, extractivism, housing, among many others, led to the compulsory departure of hundreds of families, who were never compensated for their losses, and still had to follow an uncertain and impoverished destiny in the nearby cities. This text seeks to elucidate how the narratives of these families about this process of expulsion, as well as their vectors of resistance, highlight the suffering of a psychosocial trauma triggered by a colonial and racist environmental policy.

Keywords: suffering; environmentalism; caiçaras of Jureia (SP).

Introdução

“Eu lembro bastante da nossa infância, foi muito bom. Até que chegou o maldito meio ambiente lá. Que Deus me perdoe, mas eu não gosto muito desse nome.” Depois de quase uma hora de conversa sobre como foram seus primeiros anos de vida nas praias e morros da Jureia, nesse ponto o tom de voz de Laura*¹ se modificou. Não só as sílabas pisavam mais duro em sua fala, como as palavras escolhidas também tinham ponta e corte: *O mal-di-to meio ambiente*.

O alvo das palavras de Laura, contudo, possui ambivalências: esse “meio-ambiente” é concreto como a multa que puniu seu pai pela abertura de uma roça, mas também abstrato como o tema das aulas na escola que Laura* frequentou quando teve que deixar sua comunidade para continuar seus estudos. “E eu sou muito revoltada, falar a verdade pra você”, desabafa. “Às vezes, quando iam falar assim sobre o meio-ambiente, na escola – ‘hoje tem aula sobre o meio-ambiente’ –, nossa, eu me revoltava tanto. Falar assim a verdade pra você, eu acabava discutindo com o professor.” Seu relato resgata o tipo de discussão que travava na escola:

-- Não, sobre o meio-ambiente, eu não quero fazer nada. Nada, nada, nada.

Um dia o professor me chamou para conversar e falou: “O que está acontecendo, Laura, com você? Que você é tão revoltada assim? Você não está fazendo nada que estou pedindo para você, tô dando um trabalho pra você fazer sobre o meio-ambiente e você não consegue”.



– Eu não consigo mesmo, doutor.

Ficava tão revoltada, tinha hora de chegar a chorar na escola. De raiva. Daí ele falou:

-- Mas por que tá acontecendo isso?

Daí eu contei para ele:

-- Professor, como é que eu vou falar bem de uma coisa que só me maltratou, judiou da minha família? Como eu vou falar? Olha, nós morava no sítio, eu morava no sítio do meu pai, da minha mãe lá na Jureia, no Grajaúna. A gente foi expulso pela Secretaria do Meio Ambiente. Foi tirado tudo de nós. O que você quer que eu fale a favor?

Às vezes, os professores tinham dificuldade até de entender exatamente o que tinha ocorrido, pediam mais detalhes. Laura explicava:

-- A gente que preservou todinho aquela área lá, a gente nunca desmatou além do limite. Que meu pai – sempre o tanto que é pra fazer uma roça de arroz, uma roça de feijão, uma roça de rama – sempre fez para nós sobreviver. Ele sabia o lugar, sempre soube. Que nasceu no mato, criou-se lá. Somos de oito gerações. Impossível que meu pai... Precisa de alguém lá da Secretaria do Meio Ambiente para ensinar ele? Não precisa. E eles proibiram a gente, né? Então a gente nasceu num lugar que não precisa pagar água. Graças a Deus deu, isso é de Deus. A natureza, a água, a luz, tudo é de Deus, né? Então Deus deu tudo pra gente de mão beijada. Ainda agradece pela oportunidade de ter, né? E vai um pessoal da Fundação Florestal, da Secretaria do Meio Ambiente, do Ibama lá para destruir a nossa felicidade, e o senhor quer o quê? Que eu fale a favor? Do quê? A gente sempre preservou, nunca desmatamos. Sempre unido, né? E a Secretaria do Meio Ambiente chegou lá, fez todo esse alvoroço na nossa vida, essa destruição amorosa, de amor que tinha entre a vida da natureza e a gente, uma coisa muito rica que Deus deu para a gente. E eles tiram tudo. O que vocês querem que eu fale a favor? Pra mim, eu não quero nem que fale a palavra “Secretaria do meio ambiente”, “Ibama”. A gente sofreu muito.

A partir do fio do depoimento de Laura* e de outras famílias caiçaras da Jureia, pretendemos nos debruçar sobre diversos aspectos do processo de expulsão de comunidades tradicionais caiçaras a partir da criação da Estação Ecológica Jureia-Itatins (EEJI), em 1986. Interessa aqui elucidar de que forma as narrativas dessas famílias sobre esse processo de expulsão, bem como seus vetores de resistência, evidenciam o sofrimento de um trauma psicossocial, desencadeado por uma política ambiental que entendemos como de cunho racista.

Para atingir esse objetivo, a primeira seção deste artigo será dedicada a um olhar sobre a região conhecida como Jureia, destacando seus processos de ocupação e as formas de relação ali estabelecidas, um olhar inspirado pelos campos da antropologia, ecologia histórica e política. Isso permitirá compreender melhor o que significou, nesse contexto, a criação da EEJI, ou *a chegada do meio-ambiente*, como é referida, e que será o tema da segunda seção. Nela, trabalharemos com narrativas sobre a expulsão, identificando ali elementos da configuração de um trauma psicossocialⁱⁱ. O terceiro item será dedicado aos processos de resistência, bem como aos desafios contemporâneos enfrentados pelas famílias. Nas considerações finais, trazemos



alguns elementos que justificam nosso entendimento sobre a política ambiental de cunho colonialista e racista implementada no estado de São Paulo.

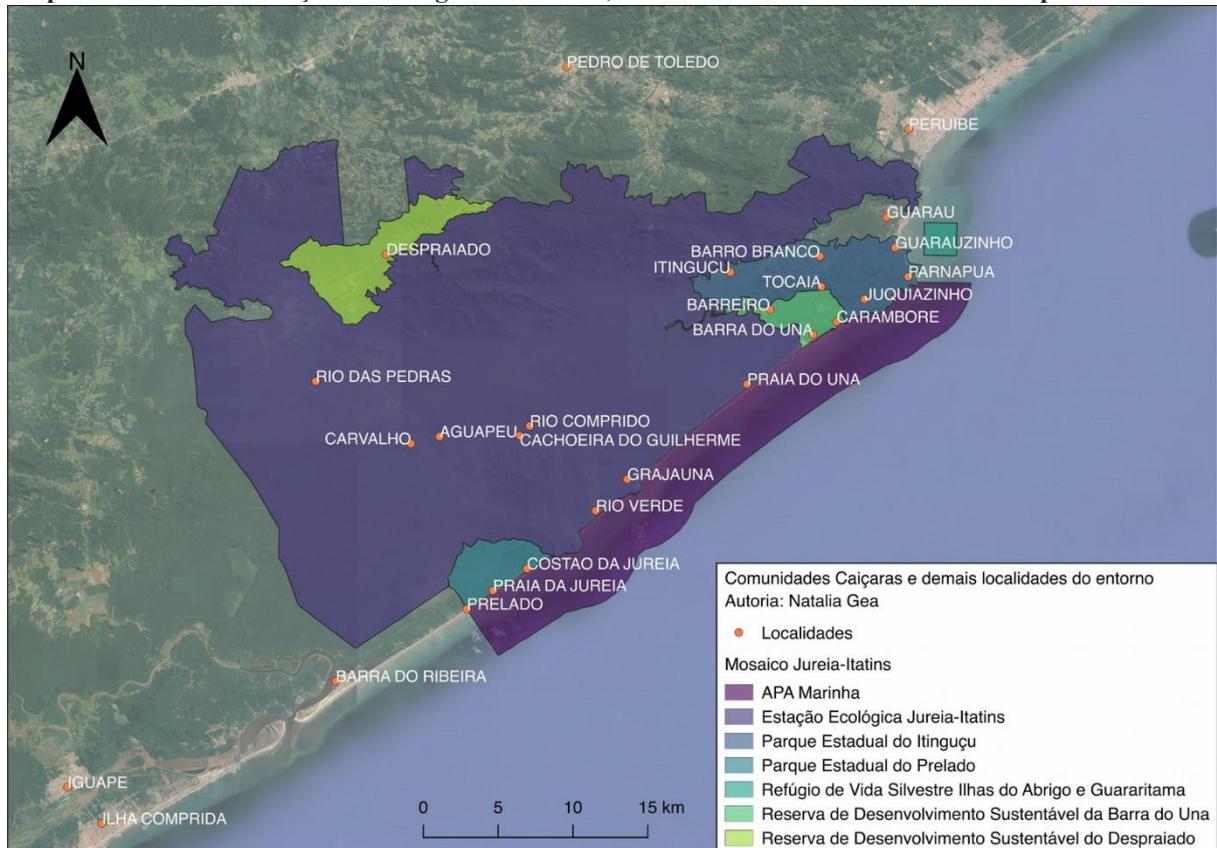
Camadas de história da Jureia

O mais comum neste ponto do trabalho seria aproximarmos o leitor e leitora da situação em questão utilizando referências espaciais. Onde fica a Jureia?

A ideia ainda é essa, mas gostaríamos de começar por uma ressalva. Isso porque, para as famílias que historicamente habitam o que hoje se convencionou chamar de Jureia, esse termo se referia a uma comunidade específica entre 22 que existiam na região, situada próximo ao Costão da Jureia, na beira da praia que liga o Maciço da Jureia até a Barra do Ribeira, em Iguape, litoral de São Paulo.

Hoje, porém, a acepção predominante do termo Jureia é a que se refere à área abrangida pelo Mosaico Jureia-Itatins, um conjunto de sete unidades de conservação ambiental situadas no litoral sul do estado de São Paulo, no Vale do Ribeira, mais especificamente nos municípios de Iguape, Peruíbe, Itariri e Miracatu (ver Mapa 1). Antes da criação da estação ecológica, portanto, cada comunidade tinha seu próprio nome e todas se conheciam e se comunicavam, mesmo sendo distantes umas das outras. Depois, a unidade de conservação recebeu o nome das duas grandes formações de montanhas (maciço da Jureia e Serra dos Itatins) da região Jureia-Itatins e, a partir daí, tudo virou Jureia, descaracterizando e homogeneizando os nomes antigos de cada comunidade.

Mapa 1: Localidades caiçaras na região da Jureia, incluindo os centros urbanos mais próximos



onde muitas das famílias se estabeleceram após o processo de expulsão. Fonte: Gea (2018).



Por isso, embora nos apropriamos aqui do termo Jureia nesse sentido deslocado, a ideia é fazê-lo a contrapelo, apresentando a constituição desse território sob a ótica de suas diversas ocupações, uma ótica da ecologia histórica, em que tempo e espaço se articulam para retirar da invisibilidade processos mais antigos de ocupação humana, bem como as relações que essas sociedades humanas estabeleceram entre si e com elementos desse território.

A presença humana no território da Jureia é antiga – estudos arqueológicos identificaram registros de aproximadamente cinco mil anos na região (Cali, 2008). Além disso, na paróquia da cidade de Iguape (SP), é possível acessar documentos que comprovam, através de títulos de terras do governo imperial, que os ancestrais de muitas das famílias que habitam atualmente a região já possuíam posse reconhecida da terra no século 19 (Carvalho & Schmitt, 2010), mais precisamente de 1856, decorrente dos registros estimulados pela Lei de Terras, assinada em 1850 por Dom Pedro II. Entre o século 19 e o século 20, as comunidades estabelecidas na região da Jureia transmitiram e aprimoraram seu patrimônio material e imaterial, dentre práticas e conhecimentos agrícolas (Adams, 2000a; 2000b), pesqueiras (Ramires & Barrela, 2003), manifestações culturais e religiosas (Rodrigues, 2013).

O termo *caiçara*, a princípio, não era um termo utilizado pelos próprios *caiçaras*, mas foi conferido a eles pelo “encontro colonial”, como se referem Manuela Carneiro da Cunha e Mauro Almeida (2017) a outros termos que definem grupos étnicos como “índio”, “indígena”, “aborígene”, “negro”, que são na realidade “criações da metrópole”. *Caiçara*, nesse sentido, também é um termo advindo da metrópole, também é um termo criado pelo colonizador para diferenciar e subjugar o outro. Lideranças *caiçaras* destacam inclusive que o verbete do dicionário Aurélio reservado ao termo os definia de maneira pejorativa como preguiçosos, o que foi objeto de discussão e sofreu alteração em suas edições atualizadas.

No entanto, entendendo a necessidade de recuperar o direito sobre seu território, a exemplo de outros coletivos, os *caiçaras* decidem por se apropriar do termo e se organizar em torno dele enquanto sujeitos de direitos, parte desse grupo mais amplo conhecido pelo termo “povos e comunidades tradicionais”. Sendo assim, os *caiçaras* se identificam como comunidades tradicionais, que são “grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição”, segundo disposto no Art. 3º do Decreto 6.040/2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais.

As comunidades tradicionais que se reconhecem hoje como *caiçaras* estão localizadas desde o litoral do Paraná ao Rio de Janeiro, passando por todo o litoral de São Paulo. Os *caiçaras* têm, *tradicionalmente*, um modo de vida estreitamente ligado ao território em que vivem e baseado em atividades de roça, pesca (tanto no mar como nos rios), e de cuidado e manejo da floresta, colhendo e criando a partir do que a natureza oferece. Destaca-se o termo “tradicionalmente” porque também há *caiçaras* que vivem fora de seu território de origem, em grande parte devido a processos de expulsão e expropriação de suas terras, e que desenvolvem outras atividades, adaptando seu modo de vida a outra realidade, mas que continuam sendo *caiçaras*, pois mantêm vivas suas memórias e o vínculo com o território e o saber ancestral.



A criação desse modo de vida e dessa territorialidade específica, contudo, ocorreu sob fortes pressões impulsionadas por dinâmicas territoriais e econômicas, como veremos a seguir.

A partir da década de 1930, houve uma forte expansão da fronteira econômica no Brasil e a implementação de grandes projetos de infraestrutura e desenvolvimento nas regiões litorâneas do estado de São Paulo. Isso motivou a especulação em territórios tradicionalmente ocupados. O relatório conclusivo da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo – Rubens Paiva (CNV) apontou a ocorrência de mais de 300 mil casos de violações de direitos humanos contra agricultores, pescadores, populações tradicionais e indígenas, entre 1946 e 1988, no Vale do Ribeira, parte sul do estado de São Paulo, onde se encontra a região da Jureia.

Dauro Marcos do Prado, caíçara, narrou no relatório da CNV a extorsão cometida nesse período contra sua avó, dona Joana. Ali ele relata como os grileiros a pressionaram para que vendesse as terras onde morava. Como dona Joana não dominava a escrita, ela cedeu suas digitais para que regularizasse a venda junto ao cartório de Iguape (SP). Os grileiros prometeram voltar com o dinheiro, mas nunca cumpriram o prometido.

No final da década de 1970, as comunidades da Jureia passaram a ser pressionadas pelo projeto de um condomínio residencial de luxo, encabeçado pela construtora Gomes de Almeida Fernandes (atual Gafisa) e que previa a construção de residências para mais de 70 mil pessoas (Queiroz, 1992). A empresa chegou a iniciar os estudos e traçar os primeiros loteamentos, mas o projeto esbarrou em um obstáculo de maior porte: os planos da ditadura militar para a construção de usinas nucleares na região.

O projeto das usinas foi consignado à empresa estatal Nuclebrás, e previa duas instalações, uma no Morro do Grajaúna, no município de Iguape, e outra em Parnaipoã, em Peruíbe, ambos na região da Jureia. Uma dessas usinas foi projetada para ser instalada na área onde Dauro, sua família e outros moradores viviam, na comunidade do Grajaúna. Até hoje é possível encontrar ali os grandes buracos feitos pela Nuclebrás para análise de solo com vistas ao empreendimento.

Os desígnios do projeto nuclear despertaram uma forte reação junto a setores ambientalistas, que viam na região principalmente uma área com grande biodiversidade. Na década de 1970, tais setores ganhavam cada vez mais força no debate público, no Brasil e no mundo. Em 1974, a Organização das Nações Unidas (ONU) instituiu o 5 de junho como o Dia Mundial do Meio Ambiente – e seis anos depois, nessa exata mesma data, o presidente brasileiro João Figueiredo anunciava a construção das duas usinas na Jureia.

Nesse sentido, o anúncio de Figueiredo, por seu conteúdo e por ocorrer nessa data específica, soou como uma afronta aos interesses dos grupos ambientalistas brasileiros, que se fortaleciam politicamente para as eleições de 1986 (Zhourri, 1992). Ainda que lidasse com diferenças internas, o projeto nuclear na Jureia aproximou distintos setores, como relatou a Queiroz (1992, p. 76) um dos integrantes desse movimento da época: “Era o Dia Mundial do Meio Ambiente, poxa. A gente estava dividido, mas o Estado deu tudo para que a gente se organizasse e formasse uma resistência”.

A resistência ambientalista, nesse contexto da Jureia, envolveu mobilizar o apoio das comunidades tradicionais que ali habitavam, persuadindo-as de que, contra o projeto atômico, a solução seria a criação de uma espécie de “santuário”. Com efeito, a destinação pública de áreas exclusivas para a conservação ambiental, as chamadas unidades de conservação (UC), ganhava



espaço como bandeira do movimento ambientalista. Em 1986, após uma grande mobilização de ambientalistas na mídia e junto ao governo do estado de São Paulo, foi criada a Estação Ecológica Juréia-Itatins (EEJI).

A criação da EEJI teve como um de seus efeitos barrar tanto o projeto nuclear como a especulação imobiliária, que se tornava cada vez mais intensa e predatória. No entanto, ao contrário do que fora alardeado pelos propositores da unidade de conservação, o “santuário” não só não previa a ocupação humana, como a vedava, visto que se tratava de uma modalidade de proteção integral. Vemos aí uma mentira institucionalizada, propagada para criar uma coesão entre a resistência ambientalista e garantir a instalação da EEJI. Em consequência disso, as comunidades caiçaras, que se relacionavam com o território há centenas de anos, e cujo apoio foi decisivo para as pesquisas que embasaram a proposta da EEJI, viram sua história ser apagada e sua presença e modo de ser criar e viver criminalizada, em um processo de violência que perdura até hoje. Segundo muitos moradores, o “santuário” converteria sua vida em um *inferno*.

A chegada do “meio ambiente”

“Primeira vez foi quando multaram meu pai da roça. Meu pai fez uma roça no morro, aí multaram ele. E daí começou”, rememora dona Lindalva* sobre o momento em que sua memória registra pela primeira vez o contato com medidas ligadas à implantação da EEJI. “Eu lembro que chegou o pessoal lá, mandou meu pai assinar um papel porque meu pai tinha sido multado, não podia fazer a roça no morro. [Ele disse]: ‘Mas direto eu faço a roça’. ‘Ah, mas a partir de agora o senhor tá multado.’”

O que dona Lindalva traz acima são eventos que observou quando era jovem, mas até o rememorar traz desafios, dado que vem acompanhado de um fio de dores que conecta o momento da multa até os dias de hoje. “A gente não lembra, é tanta coisa que passa nervoso que a gente nem lembra até. De tanta coisa que vai acontecendo”, desabafa.

A criação da EEJI, no ano de 1986, é frequentemente referida pelos moradores das comunidades da Jureia como a chegada do “meio ambiente”. O termo não era corrente, e passou a ser utilizado para falar de um conjunto de elementos do território, mas também – como no relato acima de dona Lindalva – para aludir aos ambientalistas e aos órgãos ambientais, tais como o Ibama, o Instituto Florestal, a Fundação Florestal e a Polícia Militar Ambiental, que marcaram presença na área após a criação da unidade de conservação. Esses são os sujeitos ocultos da fala da senhora caiçara: “Fizeram o que eles quiseram. Pisaram, pisaram, pisaram, pisaram na gente. Aí todo mundo ficou com medo, né, tinha medo”.

Assim, depois de enfrentarem investidas da grilagem, o avanço da especulação imobiliária e o *lobby* para criação da usina nuclear na área, na década de 1970, os caiçaras sofreram com a criminalização de tudo que envolvia seu modo de vida pela EEJI, de práticas agrícolas a atividades pesqueiras e extrativistas, que passaram a ser alvo de restrições e proibições diversas. Vejamos isso em mais detalhe.

Assim como ocorreu com o pai de dona Lindalva*, diversas famílias caiçaras receberam multas ou advertências em toda a região por uma das práticas mais estruturais de seu modo de vida: a abertura de roças para plantio de variedades de mandioca, arroz, feijão, batata e outros



cultivares. Após cinco anos de proibição e fiscalização intensa sobre essa atividade, e a consequente perda de diversas sementes e mudas, as famílias pressionaram os órgãos ambientais, com o apoio de professores e pesquisadores ligados à universidadeⁱⁱⁱ. Isso visibilizou a denúncia do decreto de morte pela fome que essas comunidades estavam vivendo, a que os órgãos ambientais responderam com a criação de um grupo de trabalho que propôs que as atividades agrícolas poderiam ser autorizadas, desde que houvesse solicitação formal, e em áreas específicas. Na prática, porém, os requisitos eram uma outra forma de reinstaurar as proibições, já que a solicitação envolvia um deslocamento custoso para a cidade, e os locais autorizados não eram considerados adequados pelas famílias.

Um morador da região do Sítio Carvalho conta o que observou em localidades vizinhas, na década de 1990: “Aí o pessoal do Guilherme [Cachoeira do Guilherme] pararam de fazer roça também, várias pessoas pararam de fazer roça. Enquanto tinha esse arroz, essa questão da alimentação, a gente ainda ficou lá. E aí começou a ficar bem... um problema sério de comida mesmo”. À insegurança alimentar, somava-se outra consequência da proibição às roças, que foi o solapamento de uma importantíssima instituição caiçara: os mutirões de roça. Um antigo morador detalha a dinâmica dos mutirões:

O mutirão, você trabalhava, convidava as pessoa, né? Por exemplo, hoje vai ser aqui na minha casa, aí convidava aqueles pessoal da vizinhança, avisava: “olha, pessoal, tal dia tem mutirão lá em casa de roçada pra arroz”. Aí todo mundo prepara a foice, foice e machado né, porque precisa de machado pra tirar a madeira mais grossa. Aí naquele dia vinha todo mundo, 30, 40, 45 pessoas, trabalhava o dia, vinha homens e mulheres, todas as famílias, sabe? E tinha comida pra todo mundo, que o pessoal comia. Durante o dia trabalhavam e, à noite, o que que era o pagamento? Era o baile, fandango. Pagavam com fandango. Aquele dia era dia de roçada pro arroz, outro dia já era dia de cavação pra plantar mandioca, sabe?

Além da agricultura, os órgãos ambientais também restringiram ou proibiram outro pilar do modo de vida caiçara, que é a pesca fluvial e costeira. Tal ação se manifestava principalmente na forma de abordagens policiais nos rios e no mar, que chegaram a envolver, segundo relatos, a apreensão de instrumentos de pesca (como covos e redes), a tentativa de derrubar os moradores dos barcos, revistas agressivas contra as pessoas e em suas casas. Nas praias e costões, a atuação fiscalizatória podia se dar por meio da restrição das passagens para o meio urbano, algo fundamental para quem tinha a pesca como fonte de renda em pequenos bairros ou cidades vizinhas.

O extrativismo também foi alvo de restrições. Dentre os recursos florestais proibidos, destacam-se a caixeta (*Tabebuia cassinoides*) e o palmito (*Euterpe edulis*), além de espécies madeireiras utilizadas na construção de canoas e instrumentos musicais e de trabalho. Isso impactou profundamente a tradição dos mestres canoeiros.

A violência das abordagens

Os depoimentos das pessoas que vivenciaram esse cerceamento ao modo de vida na esteira da implementação da EEJI denunciam uma ampla gama de episódios de violência. Há situações extremas e explícitas, como o uso ilegal de armas de fogo e agressões físicas, por



exemplo, cometidas por agentes ligados à Fundação Florestal. Cabe mencionar que muitos desses agentes, os chamados guarda-parques, eram recrutados junto às próprias comunidades, o que levou ao agravamento dos conflitos internos.

Sobre agentes da Polícia Militar Ambiental, os moradores relataram, por exemplo, que ao longo de viagens pelos rios eram ameaçados de terem seus barcos virados, que suas casas eram repentinamente invadidas por policiais, que foram demolidas sob ordem da Fundação Florestal, que festas religiosas eram interrompidas, que revistas agressivas, insultos e espancamentos foram cometidos por parte dos agentes do Estado. Essas ações eram justificadas com base na fiscalização voltada a proibir as práticas tradicionais de agricultura, pesca, caça e coleta na floresta. Uma moradora lembrou, por exemplo, a situação em que um policial, a pretexto de confiscar a rede de pesca de seu marido, lhe apontou uma arma de fogo quando ainda estava grávida. Outro morador foi espancado na frente dos filhos, fato que motivou sua saída definitiva da comunidade.

Há, porém, um episódio específico que se repete nos relatos, e que aparece frequentemente como um emblema do tipo de humilhação e impotência frente aos órgãos ambientais: atos de fiscalização sobre a alimentação dos moradores.

Daí, na época que o pessoal vivia lá, que entrou a Estação Ecológica, os guardas chegavam na panela das pessoas, abriam as panelas para ver o que tinha dentro. Muita sacanagem, né? Já pensou chegar na sua casa, abrir sua panela, para ver o que tem dentro cozinhando lá? E às vezes tinha o peixinho, mas mesmo assim eles não gostavam. Teve gente até que foi multada por causa disso, matava uma cacinha no sítio... tem que matar uma cacinha, né? Vivia disso, o costume era esse da região.

Fala-se, assim, de um processo escancarado de sujeição que impõe uma relação de poder, coisifica os valores e práticas culturais, desumaniza. Assim, embora a tentativa de retirar todas as famílias oficialmente tenha fracassado no ano de 2011, quando o Ministério Público Estadual (MPE-SP) através do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Meio Ambiente (Gaema), há décadas se expulsa efetivamente através do acúmulo e distribuição de violências em vários aspectos do modo de vida e da dignidade das famílias caiçaras. Um conjunto de traumas, neste sentido, é acompanhado por uma *expulsão pelo cansaço*, como muitas pessoas definem (cf. Castro, 2017)^{iv}.

Esse cansaço vinha também imbricado em medo, e em graves omissões do poder público. Isso porque, além do cerceamento às atividades básicas, a atuação do Estado na implementação da EEJI passou também pelo fechamento de serviços públicos, como escolas e postos de saúde, além do abandono da manutenção de vias de acesso. A soma dos vetores de ação e omissão acabou forçando boa parte das famílias a deixarem o território e se instalarem nos centros urbanos mais próximos. “Então fomos expulsos, sim, não tem como eles falarem que não foi expulso. Nós fomos, sim, porque se nós tivéssemos nossa liberdade como era antes, quem sabe nós estivéssemos lá hoje”, afirma um morador.

Em outra família, de outra localidade do território, que se viu pressionada a mudar para a Barra do Ribeira, o relato é muito semelhante:

Então, minha mãe não queria vir. Na verdade, ninguém queria vir! Meu pai não queria vir, também. Mas era uma das únicas possibilidades que tinha. Ia



pro Grajaúna de volta? Lá estava tudo proibido também. Mesma coisa. Minha mãe falou: “O que que nós vamos fazer? Nós temos que criar nossos filhos”. Três filhos no meio do mato sem poder... né? Eles vieram embora. Não porque um quis ou outro quis, mas porque decidiram, tiveram que decidir, e aí arrumaram as coisas, minha mãe arrumou as coisas, a gente ficou um tempo lá ainda. Aí trouxeram um pouco de coisa pelo barco, que eu lembro quando vieram trazer a canoa. E a gente veio pelo mato, a gente veio aqui pelo picadão da Cica. Com a roupa do corpo, mochila, essas coisas. Pra vir pra ficar.

Na próxima seção, trazemos algumas narrativas sobre esse deslocamento forçado para as sedes municipais mais próximas.

Sofrimento nas cidades: *a gente vem arrastando a saudade*

Como dito, a saída das famílias de seu território não foi o exercício livre de uma escolha, mas o resultado de uma articulação de ações e omissões do Estado, convergentes na atuação do órgão ambiental estadual. “Só não pode tudo, mas pode viver”, resumiu um antigo morador sobre a situação na EEJI. O resultado foi a saída compulsória de centenas de famílias, que jamais foram indenizadas por suas perdas, e ainda tiveram que seguir um destino incerto e pauperizado nos bairros das cidades próximas, com destaque para os bairros Barra do Ribeira e Rocio, em Iguape, e os bairros do Guaraú, Cachoeira das Antas e Caraminguava, em Peruíbe. Outros destinos incluem as cidades de Itanhaém e Guarujá.

Em primeiro lugar, vale destacar que essa saída é progressiva, de modo que os efeitos e o sofrimento associados à expulsão não reverberam somente em quem sai, mas também nos núcleos que permanecem. “Quando um vizinho sai, balança o outro”, explica um antigo morador. E esse impacto era sentido tanto no âmbito da família (“Quando eles saíram, foi um sofrimento em casa, parece que tinha morrido alguém”) como no âmbito comunitário. Os mutirões minguavam, a solidão de olhar as casas dos vizinhos fechadas, a preocupação com a falta de socorro comunitário em caso de uma emergência de saúde. “Fica um ar sem fôlego”, resumiu um morador. A sustentação da vida – individual e comunitária – era feita também sob esse tecido social que, aos poucos, vai se fragilizando com a expulsão sistemática de cada núcleo familiar. Outra moradora relata uma brincadeira de seu companheiro que lhe provoca tristeza “Às vezes a gente tá passando na frente de uma casa que não tem mais gente, uma casa de algum parente, e ele acena com a mão e finge que cumprimenta alguém, como se ainda morasse alguém lá... parece uma brincadeira à toa, mas pra mim escancara o tamanho da solidão de quem ficou”.

Os moradores que permanecem relatam um sofrimento agudo devido à solidão. Este se manifesta inclusive em dores físicas que “não têm explicação”, sobretudo nas mulheres mais velhas. “Dá uma ansiação que não sei como explicar, às vezes dá dor no peito até”, relata uma moradora. Além de vivenciarem o sofrimento de ver partirem seus parentes e vizinhos, ainda têm que vivenciar uma espécie de encarceramento privado frente aos constrangimentos ao receberem amigos e parentes. As restrições de visita à EEJI incidem ora implícita e ora explicitamente no recebimento de visitas dos moradores em suas casas, sendo que duas amigas de moradores já foram indiciadas por estarem na casa de seus amigos sem autorização da gestão. “Receber visita em casa é sempre uma mistura de alegria com um tipo de receio...



nunca sabemos se nossos amigos e parentes vão ser abordados e constrangidos ao nos visitar... nem todos querem correr esse risco e ter que pedir autorização pro gestor pra receber gente na minha casa é uma humilhação”.

Para quem se deslocou, outros tipos de sofrimento aguardavam. As violências e sofrimentos vividos nas comunidades após a criação da EEJI são atualizados e transformados no contexto urbano, ao passo que se associam às novas dificuldades a serem enfrentadas após uma saída desprovida de qualquer amparo do poder público. “Você deixar seu lugar onde você domina tudo, sua maneira de viver, né, você tem toda a sua vida ali e você vem pra uma cidade...”. A combinação do que é dito e calado no relato anterior dá a ideia das dificuldades enfrentadas pelas famílias após a expulsão. “Uma pessoa que vive de pranta, alguma coisinha pra comer só pro gasto, vai ter dinheiro pra fazer uma casa? Nós viemos se batendo de lá. É. Sofrendo”, complementou outra pessoa.

A ampla maioria dos relatos registrados referem um sem número de aspectos contrastantes da cidade em relação ao território, que demandaram esforços de adaptação - muitas vezes sem completo sucesso (“Nunca vai ser pra mim quem nem lá”). Alguns exemplos são a qualidade da água que se ingere, o clima, a alimentação. Mas também muito se fala nos perigos da cidade, na mediação do dinheiro para todas as necessidades e na falta da vida comunitária. Há até menções a como o sofrimento se manifesta em outros âmbitos da subjetividade, como os sonhos. “Mas eu sonho, eu dormindo na minha cama [na cidade], eu sonho lá com todas curvas de rio, todo lugar que eu brinquei, lugar que eu trabalhei...”.

Muitos relatam dificuldades de acessar uma moradia nas localidades para onde se deslocaram. As soluções encontradas pelas famílias incluíam a permanência, por períodos mais ou menos prolongados, na casa de parentes, bem como moradias em condições subordinadas ao trabalho como caseiros e caseiras de proprietários de imóveis na região. Edificações improvisadas e precárias também foram mencionadas, e um morador mencionou que chegou a residir por um tempo em seu automóvel.

Outro ponto importante é que o conhecimento tradicional associado às múltiplas formas de relação com o território, cultivadas e transmitidas por gerações, não encontra, assim, lugar na nova configuração da vida das famílias. “Tudo que ele fazia lá aqui não valia de nada”, contou um morador sobre as dificuldades sentidas por seu pai quando a família deixou o território para se situar em um bairro de Peruíbe. Isso resultou em frequentes inserções precárias e subordinadas no mundo do trabalho.

Observar as dificuldades que as famílias caiçaras tiveram nesse campo do trabalho das cidades faz pensar também na forma com que os sofrimentos da expulsão tiveram manifestações específicas de acordo com certos recortes, como gênero e idade. No caso das crianças, os relatos em primeira pessoa já se referem a uma memória mais antiga, mas apontam, por exemplo, para a dificuldade de inserção na escola da cidade, a vergonha, memórias de ser alvo de risadas e brincadeiras etc. “Quando a gente chega o impacto é tão grande que você passa vergonha, você tem medo. São muitas pessoas.”

As crianças, adolescentes e jovens viviam, assim, a estigmatização da origem e identidade caiçaras. Os traumas decorrentes desse processo são heterogêneos e transgeracionais. A depreciação da auto-imagem não causa um impacto apenas no âmbito individual, coletivamente poderia gerar uma desintegração da memória e da identidade coletiva. A



Associação de Jovens da Jureia, criada em 1991, teve um papel importante em realizar um contraponto nesse sentido:

Hoje tem o espaço caiçara na Barra [do Ribeira], nós começamos o Espaço Caiçara, que foi uma parceria com a AJJ, porque a molecada não queria se considerar caiçara, não se assumiam, tinham vergonha. Eu mesmo tinha vergonha da minha origem, vergonha de falar do jeito que eu falo, de vestir do jeito que eu vestia, porque a gente via aquela ideia de que quem chega de fora é o doutor, então você tem que se ajoelhar.

Alguns dos relatos mais contundentes, porém, diz respeito aos prejuízos à saúde física e mental de pessoas mais velhas que se viram obrigadas a deixar seus lugares. “Meu pai ficou estacionado dentro de casa. Se ele estivesse no sítio, ele ia pescar, ele ia lenhar, ele ia fazer a rocinha dele... acho que a vida é mais saudável, né”, comenta um morador.

De certa forma, essa questão passa por diversos dos aspectos já mencionados, como a desvalorização do conhecimento tradicional, as dificuldades envolvendo a adaptação do corpo às especificidades ambientais do contexto urbano e ao próprio sofrimento causado pela distância com o lugar de referência no território. Como sintetizou um morador: “Ele planta, ele colhe, ele vive ali como se fosse uma planta. Se você arrancar dali e mudar de lugar, tem algumas plantas que você tira do lugar e ela nasce, tem outra planta que não, ela seca. Então foi o que aconteceu com o pessoal. Pessoal que saíram daqui do sítio, que é acostumado ali, muitas pessoas morreram”.

De fato, existe uma percepção difundida de que muitas das pessoas mais velhas que foram retiradas de seus lugares, de certa forma, contra a vontade, enfrentaram processos de adoecimento físicos e, destacadamente, mentais. Um morador de Peruíbe comenta sobre sua mãe, que vive na Barra do Ribeira: “Só fica deitadinha, não sei se você chegou a ver deitadinha. Se ela estivesse no Rio Verde, eu acho que não estaria daquele jeito, ela ia estar mexendo no jardimzinho dela, na rocinha, ia estar limpando os peixinhos dela, com mais atividade, ia tirar as pegoavinhas, as tatuíras...”.

Em alguns casos, entende-se que tiveram sua própria vida encurtada, em decorrência de tais. “De certo, a maioria do pessoal que sai não vive muito, não sei se é pela saudade, estraga um pouco a vida, e a depressão até...”, comentou um antigo morador da Cachoeira do Guilherme. “Ele mesmo falava, que se saísse dali ele ia morrer. Não queria sair de jeito nenhum. O filho que levou ele, assim, meio que à força. Porque também eles não conseguiam viver ali sozinhos. Logo em seguida que eles foram ele morreu, e logo em seguida a esposa também.” Outro morador: “Então, ele não gostava de ficar aqui na cidade. Não gostava. Eu acho que foi o que que levou ele. Eu acho que o que acabou com a vida do meu pai foi isso”.

A retirada das referências socioculturais, o distanciamento das relações comunitárias significativas, a expropriação da terra, da casa e dos objetos pessoais de estima valia – são todos processos de desenraizamento que podem gerar profunda angústia e sofrimento. Não se trata aqui de valor material, mas sim da própria subjetividade que perde seus pontos de suporte e espelhamento. O que está em jogo é a própria percepção de si e da sua realidade.

Foi também notório o esforço que muitas pessoas e famílias fizeram para amenizar o choque da vida na cidade por meio da tentativa de reproduzir, nos contextos urbanos, certos aspectos da vida no seu lugar de origem. “Aí eu tento fazer o que fazia lá. Porque se eu não



conseguisse essa vida... igual lá, na cidade, ia ser difícil pra sobreviver”, disse um antigo morador. Trata-se de práticas que vão desde o cultivo de algumas plantas medicinais e alimentícias em pequenas áreas de quintal e até mesmo em vasos até a pesca em um igarapé urbano, passando pelo artesanato, por caminhadas nas matas próximas, entre outras. Embora essas práticas sejam referidas como de suma importância para as famílias, elas frequentemente ensinaram uma outra classe de violências, decorrentes da atuação dos órgãos ambientais nas cidades. O trauma é revivido e intensificado.

Resistências

Em meio à vivência do trauma, as famílias caiçaras da Jureia mobilizam uma série de ações em seu processo de resistência. Uma delas, mencionada na seção anterior, envolve os esforços de manutenção de vínculos com o território e com o modo de vida caiçara.

Além disso, as restrições impostas pela criação da EEJI impulsionaram a criação de associações comunitárias, como a União dos Moradores da Jureia (UMJ) e a Associação dos Jovens da Jureia (AJJ), que se formaram para reivindicar os direitos territoriais e culturais das comunidades tradicionais. Duas décadas de luta e conflitos resultaram na reclassificação, em 2006, da EEJI para o Mosaico de Unidades de Conservação da Juréia-Itatins, lei vigente atualmente sobre o território da Jureia, e que regularizou a permanência de duas dessas comunidades tradicionais em Reservas de Desenvolvimento Sustentável (Câmara, 2009; Castro, 2017; Nunes, 2003). Vale dizer também que, graças à luta das comunidades, foram incluídas na própria lei do Mosaico cláusulas que resguardam os direitos das famílias que permaneceram na EEJI.

No entanto, entre a previsão da lei e sua materialização para os envolvidos, tem havido grande distância e os órgãos ambientais seguem negando os direitos das famílias. Isso porque, embora o processo de expulsão ensejado pela EEJI tenha resultado em uma flagrante depopulação, há famílias que permanecem assentadas no território, batalhando para manter vivo ali o modo de vida tradicional.

Em mais uma tentativa de efetivar os direitos dos moradores tradicionais e apoiadas nas parcerias no campo acadêmico, as comunidades organizadas em torno das duas Associações construíram o Plano de Uso Territorial (PUT) das Comunidades Tradicionais Caiçara das Comunidades Tradicionais da Jureia-SP. O PUT foi elaborado ao longo de 2016, 2017 e 2018, a partir de reuniões comunitárias e reuniões com assessores acadêmicos e conta com um amplo reconhecimento científico de cunho antropológico, ecológico e jurídico.

O PUT expressa os vínculos e compromissos dos moradores com o território de origem e promove a conservação ambiental respeitando seus direitos enquanto comunidades tradicionais. Também expressa um dos aspectos da resistência, pois, após anos de exclusão das comunidades caiçaras das pesquisas científicas que inclusive legitimaram sua espoliação, como as que resultaram na criação da EEJI, tais comunidades buscaram outra forma de se relacionar com esse campo acadêmico, por meio de colaborações científicas Andriolli, Castro, Lima e Prado (2023), destacam as noções que nortearam as oficinas do PUT: direitos, conhecimento, luta, resistência, retomada e autonomia. E detalham:



Conhecimento equivale, por um lado, a saber que todos os caiçaras estão em uma estação ecológica e que, de acordo com a lei do SNUC, não poderiam estar reunidos dentro dela. Ao estarem ali, fazem-no porque já viviam nessa área antes de ser criada a estação ecológica. O conhecimento, por outro lado, leva à luta por saberem que povos indígenas e quilombolas estão protegidos por um marco legal na Constituição Federal que lhes permite a garantia de permanência e uso de seus territórios e direitos diferenciados, bem como por saberem que os Caiçaras também têm uma legislação que garante a sua permanência e subsistência em seus territórios. “Nós temos ou não temos direitos?” é a questão posta pelos caiçaras quando juristas e antropólogos referenciam a Convenção 169 da OIT ou os artigos 6º e 7º da Lei do Mosaico Jureia-Itatins¹⁴. Com essa questão, o objetivo é pensarem na possibilidade de as comunidades caiçaras avançarem na luta e retomarem seus territórios tradicionais. (Andriolli, Castro, Lima e Prado, 2023, p. 191)

Assim que foi concluído, o Plano de Uso Tradicional foi apresentado para as autoridades competentes da Secretaria de Meio Ambiente e Fundação Florestal. No entanto, a comunidade só obteve uma resposta ao documento mais de um ano após sua apresentação, o que mostra que a estratégia do *cansaço* não se expressa apenas nas restrições ao modo de vida, mas também nas tratativas políticas para solucionar o conflito histórico causado pela criação da unidade de conservação. Em sua resposta negativa, em que alega haver incompatibilidade jurídica e técnica no PUT, a Fundação Florestal indica que “iniciará, desde logo, discussão junto aos interessados que perfizeram as condições legais acima referidas, para outorgar os termos de permissão e uso e respectivo regramento”. Muito embora esse não seja o pleito das comunidades, que julgam o dispositivo frágil, sequer essa promessa foi cumprida.

Vale, por fim, destacar um aspecto recente na história do conflito, que é a dificuldade de permanência de jovens famílias no território. A Fundação Florestal negou pedidos de autorização de construção de novas moradias por parte de três jovens caiçaras, moradores tradicionais da Comunidade Rio Verde e Grajaúna e que preenchem os requisitos da lei do Mosaico. Não tendo respostas após novos pedidos de autorização, e necessitando de suas casas para constituir suas famílias, os jovens construíram suas casas seguindo o aconselhamento dos mais velhos. Os locais escolhidos foram *taperas*, que são locais de antigas moradias e, portanto, antropizados, conhecidos por terem água boa, terreno fértil e plantas alimentícias, medicinais e ornamentais cultivadas por antigos moradores. Também são locais de mais fácil acesso e seguros contra intempéries. As *taperas* fazem parte da territorialidade e da história das comunidades da Jureia.

Após a construção das casas, iniciou-se uma negociação entre a comunidade e a Fundação Florestal mediada pelo Ministério Público Federal. Paralelamente às negociações, a Fundação Florestal preparava o que os moradores chamaram de uma “verdadeira ação de guerra” contra a comunidade. Da noite para o dia, a negociação foi encerrada e uma grande força policial foi mobilizada para uma ação de demolição das moradias caiçaras em 4 de julho de 2019. As duas entradas para o território foram fechadas pela Polícia Militar Ambiental (PMA), a fim de isolar a comunidade e duas casas foram demolidas. Nesse dia, uma terceira casa seria demolida, mas o comandante da PMA interrompeu seu apoio à operação da FF quando a comunidade e a dona da casa, que estava grávida, decidiram permanecer dentro da



casa. Sem ordem judicial e nem direito a defesa, a ação da FF fora considerada ilegal pelo juízo de Iguape em processo que corre na justiça para garantir o direito de moradia da família.

“Hoje, lembrando de tudo o que aconteceu, não dá nem pra acreditar no que a gente passou. Na verdade é difícil até de dizer, porque a gente revive tudo de novo”, conta uma moradora. Seu relato sobre esse dia, e tudo que se seguiu, traz aspectos importantes para pensar as dimensões do trauma psicopolítico nesse caso. Por isso, apesar de extenso, entendemos que é importante o trazermos na íntegra:

A angústia de ver a casa das meninas sendo destruída. Ver a turma tendo que tirar tudo de dentro de casa pra não perder as coisas... cada coisinha que elas tinham enfeitado pra ficar do jeito que elas queriam... Cama, roupas, louça, tudo na chuva... A gente tava muito desamparado, não sabia o que fazer...

E também nunca tinha visto tanta polícia daquele jeito. Além do pessoal da Fundação Florestal, que tava tudo com picareta, marreta, pé de cabra e até uma motosserra na mão pra destruir nossas casas de madeira, tinha um monte de polícia, que diziam que era pra garantir a segurança de todos, mas é óbvio que era a deles, né... os guardas parque serraram parede no meio, esteio no meio, acabaram com tudo. E ainda ver aquele Montilha dando marretada no contra piso... Ele é um gerente, um cargo administrativo, não precisava pegar na marreta, mas parecia que tinha gosto no que tava fazendo.

As meninas estavam na universidade naquele dia, elas fazem um curso de alternância, passam um período imersivo na universidade e depois desenvolvem trabalhos no comunidade. Tavam na universidade e ficaram sabendo lá que as casas delas estavam sendo demolidas, você imagina o sofrimento? Você estar longe e não poder fazer nada? Por outro lado o sofrimento de quem tava lá mas também não pôde fazer nada... meu primo viu a casa dele sendo destruída, a mulher longe, e não tinha o que fazer. Você imagina o que passava na cabeça dele? Mas a gente tava isolado, nós éramos poucos pra garantir as três casas... E eu tava grávida, fui pra minha casa.

Depois que destruíram a primeira casa, eu fui pra minha casa, não aguentei ver a segunda cair... Da minha casa, que era perto, eu ouvia o barulho da casa caindo, a casa do meu compadre e da minha comadre. Não conseguia parar de chorar, eu chorei o dia inteiro... a turma falando pra eu não chorar que eu não podia passar nervoso, que podia fazer mal pro neném, mas como que eu não ia passar nervoso numa situação daquelas?

Meu marido e meu compadre saíram cedo pra pescar naquele dia e não voltaram... depois o guarda avisou a gente que eles foram levados pra delegacia na cidade porque estavam sem documento, sendo que o documento deles tava em casa... eles podiam ter deixado eles buscarem os documentos, mas quiseram levar eles presos pra não atrapalhar a operação deles. Agora imagina a cabeça deles como tava... sendo levados pela polícia no lugar onde nasceram e se criaram, fazendo o que fazem todos os dias e ainda sabendo que os guardas tavam indo lá demolir as nossas casas... Eles só conseguiram voltar pra casa à noite, depois que tudo tinha acontecido... Como que a gente não passa nervoso?

Eu precisava comer... a gente já tava há horas sem comer, debaixo de chuva, vendo aquela violência toda, as casas que a gente construiu com tanto esforço, com tanto amor, sendo destruídas, os sonhos indo junto... Quando fui pra minha casa fiz um arroz com linguiça e ouvia de lá as pancadas das marretas no chão, o pé de cabra fazendo ranger a parede, despregando, caindo... Não consegui comer.



Além de todo o sofrimento de ver a casa dos nossos parentes sendo demolida, ainda tinha o medo porque a minha casa era a próxima. Eu tinha decidido que não ia sair, mas aí o medo de ficar me invadia... e se eles me machucassem, machucassem meu filho... e se começasse uma briga e machucassem alguém da nossa família? Eles não derrubaram a nossa casa, mas a gente nem conseguiu comemorar, eles derrubaram duas casas dos nossos primos.

E depois a gente ainda foi saber as coisas que fizeram com nossos outros parentes que queriam vir ajudar a gente... a gente não tinha comunicação aqui, ainda não tem sinal de celular, né... Daí só depois quando um pessoal conseguiu vir é que falaram pra gente que a polícia tinha até apontado a arma pra um tio nosso que queria furar o bloqueio, você imagina isso? Eles não conseguiam vir pra cá e também não tinha como a gente mandar notícia... eles ficaram o dia inteiro sem saber se a gente tava bem, o que tinha acontecido, foi o dia inteiro sofrendo. Esse dia... você pode perguntar pra qualquer um daqui, não importa onde estava, sentiu uma dor enorme, uma impotência desgraçada. Cada um que você perguntar vai te contar, seja quem tava lá dentro vendo tudo acontecer de mãos atadas, quem tava fora impedido de ajudar... Quando a gente se encontrou a gente nem sabia o que falar... só se abraçava, chorava. Eu chorei muito e choro até hoje só de lembrar.

Uma das nossas tias, mãe de um dos meninos que perdeu a casa, ela é mais fechada sabe? Não é de falar muito o que sente... mas ela tava acabada. Ela falou assim, “você não sabe o sofrimento que é ver o meu filho passando o que meus pais passaram, derrubaram a casa dos meus pais quando veio o meio ambiente e por causa desse mesmo motivo derrubaram a casa dos meus filhos”. E dos mais velhos até os mais novos sentem. O André, que era pequenininho na época, ele veio falar pra gente que a gente precisava ter construído uma casa de tijolo, que aí eles não iam conseguir derrubar, que nem a história dos três porquinhos... como você explica uma violência dessa pra uma criança? Vovó então... a nossa casa a gente fez na tapera dela, da casa que ela e vovô moraram logo que se casaram, antes de grilarem a terra aqui... Ela falou assim, olha minha filha, você não saía da sua casinha, a nossa casa que tinha aqui eles queimaram, mas a de vocês eles não vão tirar daqui... Foi a força que eu consegui naquele momento, foi dela e do meu filho que tava na minha barriga.

À essa ação violenta do estado, se insurgiu o Acampamento Tapera Viva, um movimento de ocupação em torno da casa que resistiu à ação de demolição, ao mesmo tempo para garantir que fosse mantida de pé e para denunciar a violência cometida contra a comunidade com a derrubada das outras duas casas caiçaras. Ao longo de um mês, a comunidade se manteve acampada na casa dos jovens e recebeu mais de uma centena de visitantes entre representantes de movimentos sociais, parlamentares, conselheiros estaduais e nacionais de direitos humanos, pesquisadores, entre outros atores sociais. Foi durante o Acampamento Tapera Viva que, após ingresso de ação pela Defensoria Pública do Estado de São Paulo, os moradores obtiveram, na 1ª Vara da Comarca de Iguape, uma decisão liminar histórica que reconheceu a tradicionalidade e o direito da família, determinando que a Fundação Florestal de abstinência de executar a demolição da casa. Na decisão, o juízo também reconheceu a ilegalidade da ação do órgão ambiental, indicando que, ainda que fossem invasoras, as famílias deveriam ter tido seu direito à defesa garantido.

Considerações finais



O conceito de Trauma Psicossocial formulado por Martín-Baró nos ajuda a compreender os indicadores de riscos à saúde mental de grupos e comunidades que passaram por situações de violências políticas institucionais, grupais ou mesmo individuais. Utilizado muitas vezes para analisar casos de violação de Direitos Humanos, ele ajuda a identificar sintomas psicossociais gerados a partir de violência sistemática. Importante dizer que o que caracteriza o TPS é a “cristalização traumática nas pessoas e nos grupos das relações desumanizadas” (Martín-Baró, 1988, p.123).

Nos relatos das famílias caiçaras da Jureia são observados vários efeitos psicossociais causados por uma política ambiental de cunho colonial e racista que se utilizou de mentiras institucionalizadas, ações desumanizadoras, humilhação social e violência. De forma heterogênea e transgeracional, o trauma foi se engendrando em diversos contextos e sujeitos. Desde a afetação da auto-estima, a desintegração da identidade coletiva e a angústia e intenso sofrimento diante da fragilização do tecido social ou do desenraizamento, os danos psicossociais são profundos e articulados. O trauma assume seu caráter sequencial e se expressa em diversos momentos: na *expulsão pelo cansaço*, na memória da fome, na criminalização das práticas culturais que perseguem as famílias que saem, na solidão e no isolamento – também provocado institucionalmente – das que ficam.

No caso em questão, entendemos que isso é o resultado de uma política ambiental de cunho colonialista e racista, que marca esse tipo de conflito por todo o país. Em síntese, o caso das famílias da Jureia exemplifica a operação concreta do racismo ambiental. Entendimento análogo traz Ana Claudia Matos da Silva, mais conhecida como Ana Mumbuca, quilombola do Quilombo Mumbuca, situado no Jalapão, estado do Tocantins. Em sua dissertação de mestrado, Ana Mumbuca reflete inclusive sobre o conflito com os órgãos ambientais envolvendo parte do território quilombola situada em uma estação ecológica. Para a quilombola e pesquisadora, fala-se em um “ambientalismo puramente conservacionista, que não considera e nos desqualifica como agentes possuidores de relações protetiva da natureza: denominamos tal abordagem como ambientalismo colonialista (Silva, 2019, p. 69). Para fazer frente a isso, seria necessário mobilizar conhecimentos confluentes, prossegue Silva:

E assim, defendemos uma ciência que não sobreponha as concepções quilombistas, mas contribua na ampliação de saberes que sejam eficientes em defesa das vidas. Nisto, estamos construindo possibilidade excepcional de provocar estudos e experimentos científicos em conjunto com o conhecimento quilombola, construindo caminhos confluenciados, não apenas, reconhecendo, mas afirmando a existência de conhecimento quilombola sem suprimi-lo. (Silva, 2019, p. 69)

A formulação de Silva encontra ecos nas reflexões do filósofo martinicano Malcom Ferdinand, sobre as configurações do que chama de *ecologia colonial*. Ferdinand fala como, no bojo do movimento ambientalista nascente, destaca-se também a emergência da imagem de uma nave-Terra como projeção de futuro. Defensores da ideia de Antropoceno convocam, diz Ferdinand, “essa embarcação ao centro da gramática colonial de um colonizador-navegador, de uma ‘human enterprise’ [empresa humana] que, por sua ação geológica, teria ‘impelido’ esse sistema-Terra em direção a uma ‘Terra incognita planetária’” (p. 99, grifos no original).



Uma das questões com essa imagem, que se traduz em uma política, a *política do embarque* da arca de Noé, é que ela “engendra pessoas que são conceitualmente destituídas de suas respectivas identidades culturais e de suas historicidades, sendo reduzidas a *corpos-em-perda*” (p. 100, grifos no original).

A arca de Noé se situa, assim, como um lugar *para além da política*, que nada mais é, diz Ferdinand, que “o fim de uma preocupação com o viver-junto, o fim de uma preocupação com o mundo” (Ferdinand, 2022, p. 213). Prossegue o filósofo:

O retorno à Terra ou à natureza reproduz, assim, a ecologia da arca de Noé na medida em que nem todo o mundo – no duplo sentido do termo – pode fazer parte dela. Esse retorno torna-se literalmente uma recusa do mundo e mantém a propensão à exclusão da ecologia colonial. Esse retorno não sabe o que fazer quando – surpresa! – “descobrem-se” os que já estão lá, naquela Terra ou naquela natureza-alvo do retorno. Esse retorno altercida recusa o encontro, *recusa o mundo tanto na partida quanto na chegada*. (Ferdinand, 2022, p. 219).

As jovens famílias da Comunidade Rio Verde e Grajaúna seguem na resistência. Os dois casais que foram despejados de suas casas hoje dividem moradia na casa dos avós, permanecendo no território tradicional mesmo após toda a violência que sofreram. Com processos correndo na justiça, ambas as famílias aguardam uma decisão favorável para reconstruir suas casas e poder viver e criar seus filhos com mais dignidade.

Seguem na resistência também, as famílias que, mesmo expatriadas, encontraram meios de manter vivas sua memória, seus conhecimentos e suas tradições, mantendo o vínculo com o território e a cultura caiçara. Seguem na resistência, por fim, aqueles e aquelas que estão organizados, buscando meios para a efetivação dos direitos territoriais e culturais de suas comunidades, produzindo conhecimento junto à academia e provocando o debate em tantos espaços de articulação em âmbito local, regional e nacional.

Em meio a tanta disputa, um fôlego para a resistência: uma nova geração de caiçaras floresce dentro e fora do território tradicional. Um fôlego que, no entanto, torna urgente uma nova demanda: a retomada da Escola Caiçara da Jureia, um projeto de educação caiçara que germinou no início dos anos 2000, na Comunidade da Cachoeira do Guilherme, localizada no interior da EEJI, e que segue semeado ao longo das mais diversas ações do movimento por direitos caiçara, mesmo após o fechamento formal da Escola. Franco, Lima e Prado (2020) destacam que “a educação caiçara, nos modelos diferenciados, surge como uma resistência e possibilidade de reflexão para que a cultura caiçara continue existindo dentro do território e no interior do caiçara”. As comunidades discutem, presentemente, a construção de uma proposta pedagógica para a etapa de Educação Infantil da Escola Caiçara, a ser implementada na Comunidade Rio Verde e Grajaúna e após uma série de reuniões comunitárias, iniciam o diálogo com o poder público, com a universidade e instituições parceiras para garantir às crianças acesso a educação de qualidade, socialmente diferenciada e referenciada a partir do modo de vida caiçara, um direito previsto em diversos dispositivos legais relacionados a Povos e Comunidades Tradicionais e a Educação do Campo, das Águas e da Floresta.



Referências

ADAMS, Cristina. As Roças e o Manejo da Mata Atlântica pelos Caiçaras: uma Revisão. **Interciência**, v. 25, n. 3, p. 143-150, May-Jun. 2000a.

ADAMS, Cristina. **Caiçaras na Mata Atlântica**: pesquisa científica versus planejamento e gestão ambiental. São Paulo: Annablume, 2000b.

ANDRIOLLI, Carmen; CASTRO, Rodrigo Ribeiro de; LIMA, Adriana de Souza de; PRADO, Dauro Marcos. Conservação ambiental e os direitos das comunidades tradicionais: a produção de um plano de uso tradicional como um experimento de cooperação entre conhecimento tradicional e científico. **Ruris**, v. 15, n. 1, p. 179-202, 2023.

CÂMARA, Jerusha Mattos. **O Parque do Itinguçu, Município de Iguape – SP: A Problemática da relação Estado e População Local**. Dissertação de Mestrado. Curso de Ecologia Aplicada, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

CALI, Plácido. **Relatório final**: Planos de Manejo do Mosaico de Unidades de Conservação Juréia-Itatins. [S.l.]: Módulo 4: Avaliação do Meio Antrópico. Sub-módulo 4B: Patrimônio Cultural Material e Imaterial, 2008.

CARVALHO, Maria Pereira De; SCHMITT, Alessandra. **Laudo Histórico e Antropológico**. São Paulo, Brasil. Relatório Técnico-Científico para identificação de Famílias Tradicionais presentes na Estação Ecológica da Juréia-Itatins. Secretaria Estadual do Meio Ambiente, 2010.

CASTRO, Rodrigo Ribeiro de. **Expulsão por cansaço e resistências**: etnografia das relações de poder no conflito territorial da Juréia (SP). Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Cultura com aspas e outros ensaios**: Manuela Carneiro da Cunha. São Paulo: Ubu, 2017.

EUZÉBIOS FILHO, Antonio. Trauma psicossocial entre o fatalismo e a conscientização: Martín-Baró para pensar o Brasil e a América Latina. Curitiba; São Paulo: CRV; IPUSP, 2023. (Estudos Avançados em Psicologia Social, 3)

FERDINAND, Malcom. **Uma ecologia decolonial**: pensar a partir do mundo caribenho. Trad. Letícia Mei. São Paulo: Ubu, 2022.

GEA, Natalia. **Deslocamentos populacionais ocasionados pela criação da Estação Ecológica Jureia-Itatins, SP**. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) - Centro de



Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do ABC, Santo André, 2018.

GUERRERO, Natalia Ribas. Tem romance aquele lugar: territorialidade beiradeira e resistência em conflitos socioambientais nos rios Xingu e Iriri (Pará). Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

FRANCO, Paulo César; LIMA, Adriana; PRADO, Dauro Marcos do. A itinerância da educação caiçara e o direito ao território. **Comunidades tradicionais e educação escolar diferenciada no Vale do Ribeira: violações de direitos e conflitos** / organizado por Lisângela Kati do Nascimento, Gabriel da Silva Teixeira. - São José do Rio Preto, SP : Balão Editorial, p. 49-67, 2020.

MARTÍN-BARÓ, Ignacio. La violencia política y la guerra como causas del trauma psicossocial en El Salvador. **Revista de Psicología de El Salvador**, v. 7, n. 28, p. 123-141, 1988.

NUNES, Márcia. **Do passado ao futuro dos moradores tradicionais da Estação Ecológica Juréia-Itatins/SP**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Física, do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em Geografia Física, São Paulo, 2003.

SILVA, Ana Claudia Matos da. **Uma escrita contra-colonialista do Quilombo Mumbuca (Jalapão-TO)**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável - Sustentabilidade Junto a Povos e Territórios Tradicionais) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

RAMIRES, Milena; BARRELA, Walter. Ecologia da pesca artesanal em populações caiçaras da estação Ecológica de Juréia-Itatins, São Paulo, Brasil. **Interciencia**, v. 28, n. 4, Apr. 2003.

RODRIGUES, Carmen Lúcia. **O Lugar do Fandango Caiçara: natureza e cultura de “povos tradicionais”, direitos comunais e travessia ritual no Vale do Ribeira (SP)**. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

QUEIROZ, C. Rubens. **Atores e Reatores na Juréia: Ideias e Práticas do Ecologismo**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1992.

ZHOURI, Andréa. **Discursos Verdes: As Práticas da Ecologia (um estudo antropológico da participação dos ecologistas paulistas nas eleições de 1986)**. Dissertação (Mestrado em



Antropologia Social) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1992.

- i O asterisco indica que o nome foi trocado para preservar a identidade da pessoa.
- ii Os depoimentos apresentados foram registrados pelos antropólogos Rodrigo Ribeiro e Natalia Guerrero entre janeiro e abril de 2023, no âmbito de uma pesquisa que ouviu 42 moradores expulsos da Jureia e que hoje vivem nas cidades de Iguape e Peruíbe.
- iii Dentre eles destaca-se a atuação da engenheira agrônoma e professora Ana Maria Primavesi, então presidente da Associação da Agricultura Orgânica (AAO) nessa reunião com a Secretaria de Meio Ambiente em Iguape, em 1991, decisiva para a retomada das roças pelos moradores tradicionais.
- iv Vale lembrar que esse processo é muito semelhante ao de diversos conflitos que envolvem a criação de unidades de conservação sobre territórios tradicionalmente ocupados pelo país. Na região do rio Xingu, por exemplo, no estado do Pará, famílias beiradeiras que viviam em área que veio a ser sobreposta pelo Parque Nacional da Serra do Pardo relatam ter ouvido de agentes do órgão ambiental: “Não sou eu quem vai tirar vocês, quem vai tirar vocês é a fome” (cf. Guerrero, 2022).



A contribuição da psicologia na garantia de direitos humanos coletivos: o caso Quilombolas de Alcântara x Brasil

The contribution of psychology in guaranteeing collective human rights: the case of Quilombolas de Alcântara x Brazil

Adriana Eiko Matsumoto

Docente UNIFESP

adriana.eiko@unifesp.br

Antônio Euzébios Filho

Docente IPUSP

antonioeuzebios@usp.br

Bruno Simões Gonçalves

USP

brunosim7@yahoo.com.br

Catiana Nogueira dos Santos

Docente UNIFAAHF

catianasantos@gmail.com

Laís da Silva Vieira

Discente curso de Psicologia - UNIFESP

vieira.lais@unifesp.br

Matheus Rios Silva Santos

UFRN

matheusrssantos@gmail.com

Resumo

O presente artigo tem o objetivo de discutir de que forma a Psicologia pode contribuir em ações de garantia de direitos e reparação psicossocial decorrentes de violação de direitos humanos de comunidades quilombolas, a partir da concepção de direitos humanos coletivos. Para isso, apresentamos os aportes teórico-metodológicos que a equipe do Observatório do Trauma Psicopolítico (USP/UNIFESP) utilizou no caso judicial que tramita na Corte Interamericana de Direitos Humanos: Comunidades Quilombolas de Alcântara X Brasil. Dessa forma, pretendemos aprofundar a atuação da psicologia como ciência e profissão em processos periciais que envolvem comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas, convocando a categoria a atuar em processos de violação de direitos coletivos.

Palavras-Chave: Comunidades quilombolas de Alcântara; Trauma Psicossocial; Perícia psicossocial.

Abstract

This article aims to discuss how Psychology can contribute to actions to guarantee rights and psychosocial reparation resulting from human rights violations in quilombola communities. To this end, we present the theoretical-methodological contributions that the team from the Psychopolitical Trauma Observatory (USP/UNIFESP) used in the legal case being processed at the Inter-American Court of Human Rights: Quilombola Communities of Alcântara X Brazil. In



this way, we intend to deepen the role of psychology as a science and profession in expert processes involving indigenous, quilombola and riverside communities, calling on the category to act in processes of violation of collective rights.

Keywords: *Quilombola communities in Alcântara; Psychosocial Trauma; Psychosocial expertise.*

1. INTRODUÇÃO

No início de 2022, a Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH) acolheu a denúncia contra o Estado brasileiro a respeito de possíveis violações aos direitos humanos de comunidades quilombolas a partir da implantação do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA), encaminhada por diferentes associações, coletivos e entidades brasileiras, dentre as quais estão representadas as comunidades quilombolas de Alcântara¹.

Foi neste contexto que o Observatório do Trauma Psicopolítico² (USP/UNIFESP) foi convidado a contribuir com uma perícia psicossocial sobre a violência de Estado perpetrada desde a implantação, até os dias atuais de gestão e de ampliação do CLA. Tal perícia foi parte dos documentos encaminhados pelos reclamantes à Corte IDH, como subsídios para o julgamento no caso "Comunidades Quilombolas de Alcântara x Brasil". O presente artigo trata de aspectos teórico-metodológicos que ensejaram esta perícia psicossocial; não serão apresentados elementos descritivos ou analíticos/conclusivos do caso em questão até que haja a publicação da sentença pela Corte IDH.

Este processo iniciou-se em 17 de agosto de 2001, quando a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) recebeu a petição em que as comunidades, organizações e entidades reclamantes alegaram que o Estado brasileiro foi responsável por violar a propriedade coletiva de 152 comunidades quilombolas de Alcântara devido à falta da emissão de títulos de propriedade, à instalação de uma base aeroespacial sem respeitar os direitos à consulta e consentimento prévios, à desapropriação das suas terras e territórios e à falta de recursos judiciais para remediar tal situação, conforme consta no *Relatório de Mérito n° 189/20* do Caso 12.569 da Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

Com a admissão do processo em 21 de outubro de 2006 (Relatório de Admissibilidade N° 82/06) e após uma Audiência Pública em 19 de novembro de 2019 no âmbito do 174° Período de Sessões, a CIDH concluiu que o Estado é responsável pela violação dos direitos estabelecidos nos seguintes artigos da Convenção Americana de Direitos Humanos: 5° (integridade pessoal), 8° (garantias judiciais), 13° (liberdade de expressão), 16° (liberdade de associação), 17° (proteção à família), 21° (propriedade), 23° (direitos políticos), 24° (igualdade perante a lei), 25° (proteção judicial) e 26° (direitos econômicos, sociais e culturais), combinados com os artigos 1.1 e 2 do mesmo instrumento. A CIDH também concluiu que o Estado foi responsável pela violação dos direitos estabelecidos nos artigos I, II, IV, VI, VIII, XIII, XIV, XVII, XX, XXII e XXIII da Declaração Americana dos Direitos Humanos (1948).

Diante disso, e com base no artigo 35 do Regulamento da Corte Interamericana de Direitos Humanos, em 5 de janeiro de 2022, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos



submeteu o *Caso Comunidades Quilombolas de Alcântara, relativo ao Brasil* perante a Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH).

Ao consultarmos a literatura sobre a implantação do Centro de Lançamento de Alcântara é comum encontrarmos uma série de termos que indicam efeitos psíquicos na vida tanto das pessoas remanejadas para as agrovilas, quanto daqueles que continuam ameaçadas de serem deslocadas devido à gestão e possível ampliação do CLA. Dessa forma, termos e expressões, tais como: "temor", "indignação", "incerteza", "desassossego", "sofrimento", entre outros, são recorrentes em livros, textos, relatórios e laudos realizados até então, quando a temática é o processo da instauração e da gestão do CLA.

Conhecer as lutas históricas destas comunidades significa acompanhar a atualidade de parte das lutas sociais contemporâneas em curso em nosso país, além de contribuir para refletirmos de forma mais aprofundada sobre este contexto que consiste no primeiro caso sobre violações a quilombos no Brasil a ser julgado pela Corte IDH.

Diante disso, foi desenvolvido, em paralelo à realização de uma perícia psicossocial² junto às comunidades quilombolas de Alcântara, uma pesquisa de levantamento bibliográfico³ que teve como objetivo sistematizar a produção nacional de pesquisas publicadas em periódicos nacionais em plataformas *online* (SciELO e Pepsic) e no catálogo de dissertações e teses da CAPES dos últimos 5 (cinco) anos sobre a realidade das comunidades quilombolas de Alcântara (Maranhão), de modo a articular reflexão sobre o enfrentamento em relação à implantação, gestão e ampliação do CLA.

Neste levantamento, foram utilizados os descritores “quilombo”, “quilombola”, “quilombismo”, “quilombagem” e as pesquisas relacionadas foram no total de 11 (onze) artigos publicados em periódicos nacionais e 27 trabalhos de dissertações e teses. A partir disso, analisou-se a compreensão de quilombo e a expressão das lutas e resistências de povos quilombolas, pois poucos foram os trabalhos encontrados relativos especificamente aos quilombos de Alcântara, o que significou ampliar o escopo inicial para abarcar trabalhos que abordassem a questão quilombola em geral.

Também buscou-se levantar documentos jurídicos e relatórios pertinentes para a análise do caso das Comunidades quilombolas de Alcântara x Brasil na Corte IDH, de modo a evidenciar aspectos psicossociais constantes nestes textos. A perspectiva da Psicologia da Libertação constituiu-se como a base teórico-epistemológica das análises e reflexões produzidas no presente trabalho. Considerou-se a importância da psicologia como ciência e profissão poder se debruçar em relação a esta temática, de modo a compreender os efeitos psicossociais desta realidade na busca pelo direito à vida e ao território.

2. AS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DE ALCÂNTARA: LUTAS E RESISTÊNCIAS

Para compreender a formação das comunidades quilombolas de Alcântara é necessário recapitular a constituição desse território. Segundo Araújo e Filho (2006), a formação social e histórica da ilha de Alcântara, teve início com a presença dos povos nativos das etnias tupinambá e tapuia. A primeira colonização por europeus da ilha aconteceu a partir de 1612 através dos



franceses que nomearam esse território como ilha do Maranhão. A partir de 1615, os portugueses invadem a ilha e a transformam em uma região exportadora de variados produtos. Em virtude da extensa exploração da região, iniciaram-se dois processos concomitantes: a chegada de pessoas negras escravizadas, raptadas do seu continente de origem e a tentativa de domesticação e apagamento dos saberes e modos de vida indígenas por meio da catequização. Após seu apogeu econômico entre 1850/60 esse processo de ascensão foi interrompido no final do século XIX:

(...) com a produção açucareira e de algodão em outras regiões e a queda dos preços internacionais destes produtos, as lutas de libertação e o fim da escravidão. Inicia-se um longo declínio econômico da região, que levou progressivamente ao abandono de fazendas e unidades produtoras, repassadas ao Estado ou à igreja, ou simplesmente desocupadas por seus senhores. (ARAÚJO; FILHO, 2006, p. 212).

Beatriz do Nascimento (1985) indica que desde 1559 há menção a quilombos em documentos oficiais de Portugal, mas que somente em 1740, a partir do recrudescimento da luta de populações negras livres nos contornos da Colônia, é que há a designação formal dada pelos colonizadores ao nomear quilombo toda habitação de mais de cinco “negros fugidos”. Desde então, em suas trajetórias, os quilombos, segundo a autora, constituíram-se em símbolos de resistência étnica e política.

Para Abdias do Nascimento (2002, p. 273), quilombo não é sinônimo de “escravo fugido”, mas sim de “reunião fraterna e livre, solidariedade, convivência, comunhão existencial”. Segundo o autor, a sociedade quilombola é a expressão de uma etapa no progresso humano, uma etapa no desenvolvimento sócio-político e um avanço em termos de igualdade concreta.

Neste âmbito podemos evidenciar que os quilombos fizeram parte de um processo de resistência para os negros livres. Clóvis Moura (1977) em seus estudos debateu sobre como essas formas políticas dos escravizados tiveram um impacto contra-hegemônico, explicando as determinações contraditórias e a dinâmica da luta de classe no Brasil que foram forjadas já neste contexto.

Ao buscarmos no levantamento bibliográfico realizado sobre o conceito de quilombo foi possível encontrar que existem quatro concepções utilizadas: 1) jurídico-normativa; 2) política; 3) teórica e 4) atualização das concepções jurídica, política e teórica ao qual nos aprofundamos a seguir:

Em relação à **categoria jurídico-normativa** das concepções de quilombo, encontramos que o processo de construção da Constituição Federal de 1988 considerou diferentes atores sociais, o que possibilitou a discussão a respeito da caracterização das comunidades quilombolas:

Naquele momento, novos personagens são inseridos nesse embate, dentre eles: antropólogos, historiadores, sociólogos, advogados e outros, os quais buscam definir um conceito de quilombo para ser contemplado por esse dispositivo. Assim, nos dias 17 a 18 de outubro de 1994, a Associação Brasileira de Antropologia, no Rio de Janeiro, reuniu-se para buscar uma conceituação que se tornasse plausível para prosseguir no processo de titulação das terras quilombolas, chegando ao consenso de que comunidades quilombolas seriam “[...] os grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida (BRASIL, 2014, p. 200).



Já a grande contribuição da 169ª Convenção da Organização Internacional do Trabalho foi elucidar o critério de autodeterminação:

Os atuais remanescentes de quilombos podem ser deliberados como comunidades étnico-raciais com percurso histórico e ancestralidade de combate e territorialidade, observada a perspectiva de auto-atribuição declarada pelas respectivas comunidades, que igualmente é o critério e determinação utilizado pela Convenção no 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT - sobre Povos Indígenas e Tribais, que entrou em vigor internacional em 1991 e para o Brasil em 2003. (SILVA, 2020, p. 77)

As **concepções políticas de quilombo** se caracterizam a partir da importância das lutas históricas dessas formas de organização social, não só para as disputas territoriais no espaço rural, mas também, na importância das estruturações políticas para o movimento negro como um todo (BRANDÃO, 2020). Essa compreensão histórica é recente, e supera compreensões reducionistas anteriores que definiam quilombos como originários de pessoas escravizadas fugidas. Através dessa nova lente a designação reconhece a quão diversa e complexa são essas comunidades, além de partir a definição considerando suas lutas e resistências (LUZ, 2018). Outro aspecto importante é a auto identificação e autodeterminação como parte do processo de busca pelo reconhecimento e demarcação de seu território por parte do Estado. (SARDINHA, 2019).

Outra forma de compreensão é a via **teórica**, fundamentada principalmente na conceituação em teorias antropológicas, que consideram questões étnicas, territoriais, históricas e ancestrais:

Segundo a ABA (Associação brasileira de antropologia) contemporaneamente, o termo não se refere a resíduos ou resquícios arqueológicos de ocupação temporal ou de comprovação biológica. Também não se trata de grupos isolados ou de uma população estritamente homogênea. Da mesma forma, nem sempre foram constituídos a partir de movimentos insurrecionais ou rebelados, mas, sobretudo, consistem em grupos que desenvolveram práticas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos num determinado lugar. (ABA, 1994, p. 2).

O resultado de todas essas concepções a respeito da categoria quilombo é a compreensão contemporânea que, de modo mais ampliado, apresenta-se como uma **atualização das concepções jurídica, política e teórica**, levando em conta estes aspectos de modo a considerar as especificidades locais dos quilombolas de Alcântara. O artigo “O crescimento do pentecostalismo entre quilombolas: por uma sociologia da presença pentecostal em comunidades quilombolas de Alcântara (MA)” (CARREIRO, 2022), trabalha especificamente esse ponto:

A partir da revisão da literatura especializada, optamos por adotar aqui a categoria território étnico para os grupos quilombolas de Alcântara, seguindo os critérios teóricos de pesquisadores como Alfredo Wagner Almeida, Maristela de Paula Andrade e Benedito Souza Filho em seus trabalhos sobre Alcântara. O debate acerca do conceito de território étnico é amplo e uma das principais referências são os trabalhos de Fredrik Barth. Na construção do supracitado conceito, “as categorias de território e identidade aparecem imbricadas e correlacionadas indissociavelmente” (Barth, 2000: 15). Corroboramos com a tese de que se trata de um território étnico o extenso e profundo laudo antropológico de Almeida (2002) que viu ali uma singularidade de relação com dependência mútua e vínculos de ancestralidade que unem míticamente mais de uma centena de grupos quilombolas do município. (CARREIRO, 2020 p. 586)



Hodiernamente, tendo em vista os avanços das iniciativas militares na região desde os anos 1960/1970, em plena ditadura empresarial-militar brasileira, se faz necessário compreender que, para as comunidades tradicionais que habitam esse território há tanto tempo, as barreiras geográficas impostas no processo de instalação e expansão do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA) não fazem parte da concepção desses povoados sobre a terra.

De acordo com inquérito civil público instaurado em 1999 instaurado pelo Ministério Público Federal do Maranhão, existem mais de 150 comunidades quilombolas em Alcântara nesse sentido, cabe pensar sobre as relações desses povoados com as praias e igarapés, sendo essa de extrema importância para a produção e reprodução de modos de vida e, nesse sentido, o fato de várias dessas comunidades serem impedidas de acessar esses espaços, devido à implantação CLA, constitui-se em uma das violações do processo desapropriação de suas terras pelo Estado através do uso militar da área (SEREJO LOPES, 2020).

Notadamente, apesar das inúmeras privações de direitos das quais os povoados quilombolas da região de Alcântara têm sido submetidos, os órgãos públicos têm negligenciado essa questão, assim, uma das formas de luta por direitos tem se dado por meio da pressão direcionada a mecanismos internacionais de proteção aos direitos humanos, de modo que o Estado brasileiro possa sofrer cobranças externas em relação ao respeito a seus povos tradicionais.

Produzir uma reflexão sistemática e crítica sobre a história dos quilombos de Alcântara, desde uma perspectiva psicossocial é, portanto, contribuir para que se potencialize leituras desde as resistências, desde os povos tradicionais, desde as lutas daqueles que sempre estiveram no enfrentamento ao jugo da colonização de suas vidas e territórios.

3. IMPLANTAÇÃO, GESTÃO E AMPLIAÇÃO DO CENTRO DE LANÇAMENTO DE ALCÂNTARA (CLA)

A discussão e implementação da base de Alcântara foi feita no contexto ditatorial brasileiro nas décadas de 1960/1970 através da estruturação do Programa Nacional de Atividades Espaciais (PNAE) e decorrente da insatisfação com o resultado do Centro de Lançamento da Barreira do Inferno (CLBI), construído na década de 60 no estado do Rio Grande do Norte, especificamente na cidade de Natal.

Como vantagens do CLA, foram alegados alguns fatores como: facilidade de acesso aéreo e marítimo ao município; facilidade de acesso aéreo e marítimo ao município, baixo custo de desapropriação, e baixa densidade demográfica (ARAÚJO; FILHO, 2006). Especialmente esse último fator, tem sido alvo de constantes críticas por parte das mais de 150 (cento e cinquenta) comunidades quilombolas da região. Apesar da resistência de quem reside na região, o controle de Alcântara se tornou alvo de cobiça até entre outros países por apresentar circunstâncias ditas ideais para diferentes lançamentos espaciais. Em virtude dessa configuração, através de alguns Decretos Lei ao decorrer dos anos, atualmente mais da metade do território de Alcântara pertence à União para fins do PNAE.

Como resultados dessas movimentações políticas, entre 1986 e 1987, 312 (trezentas e doze) famílias foram obrigadas a se deslocarem da região costeira do município, sendo realocadas



em agrovilas construídas nos moldes decididos pelos militares, e que especialmente pela constituição agrária e a interdição de acesso aos recursos da costa, não atende as necessidades dos quilombolas - importante notar que esse arranjo que não considerou a autodeterminação dos povos quilombolas da região, nem ao menos a consulta livre e informada sobre tais processos, se traduziu em conflitos na região.

Em 1997 com a notícia de novos deslocamentos compulsórios, o conflito fundiário da região ganha novos contornos e aumenta o grau de organização das comunidades locais, atingindo diferentes instâncias do judiciário, bem como articulações com órgãos internacionais de proteção aos direitos humanos. Em 1999 ocorre o seminário “Alcântara: A Base Espacial e os Impasses Sociais” que retomou intensamente as mobilizações em relação ao programa aeroespacial e seus impactos, o evento foi realizado pelo Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Alcântara (STTR) entre os dias 11 e 14 de maio daquele ano. Sob pressão, o Ministério Público Federal no Maranhão instaurou em 1999 um Inquérito Civil Público, tanto para verificação de características étnicas na população local, como também possíveis inadequações em relação à implementação do CLA.

No que diz respeito ao direito internacional, um dos marcos em relação à proteção do direito dos povos indígenas foi a convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), após a ratificação dessa convenção no Brasil por meio de Decreto Legislativo em 2002, fez com que a pauta do direito pleno à ocupação e uso da terra por parte das minorias étnicas se fizesse presentes nos órgãos estatais.

Entre os direitos reconhecidos, destacamos o direito à consulta; o direito de permanecer em seus territórios e o direito de retorno a esses territórios. Não por outra razão essa Convenção tem ocupado, nos últimos anos, lugar de destaque nas pautas dos movimentos sociais representativos dos povos e comunidades tradicionais. No caso de Alcântara, a presente Convenção sintoniza-se com inquebrantável lucidez científica e robusta exegese jurídica. (SEREJO LOPES, 2020, p.37).

Por fim, cabe frisar mais um aspecto preocupante: nos mais de trinta anos de atividade do Centro de Lançamento de Alcântara não foi realizado nenhum estudo referente a danos ambientais, “constituindo-se em flagrante ofensa ao dispositivo constitucional 225, IV (CF/88), e toda a legislação ambiental; além, é claro, da C169” (SEREJO LOPES, 2020, p.38).

Dessa forma, conforme já relatado anteriormente, somente no início de 2022 a Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH) acolheu denúncias encaminhadas por várias entidades, associações e coletivos, dentre os quais vários representantes de comunidades quilombolas de Alcântara, contra o Estado brasileiro a respeito de possíveis violações de direitos humanos relacionadas à instalação do CLA. Os casos relatados à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) e, posteriormente, à Corte, remontam à década de 1970 até os dias atuais, incluindo o Acordo de Salvaguarda Tecnológica (ACT) promulgado pelo atual governo da União em 05 de fevereiro de 2020 (Decreto 10.220/2020) e que prevê a retirada de mais comunidades da faixa litorânea de Alcântara para a ampliação do CLA.



4. VIOLÊNCIA DE ESTADO E TRAUMA PSICOSSOCIAL

Etimologicamente, Trauma significa ferida. Assim, Trauma Psicossocial (TPS) corresponde a uma ferida coletiva vivida por populações que sofrem violência e violação de direitos. Segundo Martín-Baró (1988; 2000a) são três os elementos desencadeadores do Trauma: violência, mentira institucionalizada e polarização social. Buscaremos, neste projeto, demonstrar que esse Trauma se coloca, dialeticamente, entre duas condições ético-políticas: o fatalismo – ou a paralisia e impotência do sujeito diante de uma realidade social naturalizada e aparentemente imutável (MARTÍN-BARÓ, 1998) – e a conscientização (FREIRE, 2005), isto é, a decodificação das relações de poder, acompanhada daquilo que Martín-Baró (1998) e Paulo Freire (2005) denominaram de prática de classe.

Primeiramente, procuramos elucidar o que Martín-Baró (2000) considera como TPS:

Etimologicamente, trauma significa heridas; un traumatizado es un herido, cualesquiera sean las causas y el tipo de lesión sufrida. Sin embargo, cuando em Psicología hablamos de trauma no nos referimos a cualquier tipo de dolencia o trastorno comportamental, sino a aquellos problemas psíquicos originados por el impacto que una determinada experiencia o vivencia tiene em uma pessoa. (p. 290).

Contudo, o conceito de TPS, diferente do Trauma psíquico, tem enfoque na relação entre indivíduos, grupos sociais e estruturas da sociedade. Ainda, segundo o autor:

Aqui se utiliza el término nada usual de trauma psicossocial para enfatizar el carácter esencialmente dialéctico de la herida causada por la vivencia prolongada de una guerra como la que se da em El Salvador. Con ello no se quiere decir que se produzca algún efecto uniforme o común a toda la población o que de la experiencia de la guerra pueda presumirse algún impacto mecánico en las personas; precisamente si se habla de carácter dialéctico del trauma psicossocial es para subrayar que la herida o afectación dependerá de la peculiar vivencia de cada individuo, vivencia condicionada por su extracción social, por su grado de participación en el conflicto (MARTÍN-BARÓ, 2000a. p. 366)

Como podemos notar, Martín-Baró ressalta a importância de considerar o sofrimento dos sujeitos particulares, considerando a dimensão da subjetividade como importante elemento para elaboração do TPS. Contudo, o autor indica a necessidade de olhar para a estrutura social e os efeitos da violência, polarização social, mentira institucionalizada na subjetividade de indivíduos e grupos sociais.

Para o autor, a TPS tem origem na sociedade de classes e se potencializa em um cenário de conflito social, atingindo de forma diferentes indivíduos e grupos mais ou menos expostos a elevados graus de participação nos conflitos políticos oriundos deste cenário estrutural. O TPS encontra condições mais favoráveis para seu desenvolvimento em um cenário de um acirramento da luta de classes. Como já adiantamos, o TPS é desencadeado por três elementos: violência política, mentira institucionalizada e polarização social. A violência política figura como elemento central de um conflito social segundo Martín-Baró (1988; 2000a). Ela corresponde, segundo o autor, à raiz do TPS (MARTÍN-BARÓ, 2000a). Este tipo de violência engloba a repressão política (física ou psicológica, pelo uso direta da força ou pelo terrorismo psicológico), sendo mais ou menos ideológica, e é ainda mais comum em cenários de polarização social. Quanto



mais polarizada está a sociedade, mais TPS se produzirá, uma vez que se acirra o uso da violência política para desqualificação do adversário político, propagando afetos como ódio e ressentimento contra ele, caracterizando-o, finalmente, como inimigo e justificando, assim, sua eliminação. A mentira institucionalizada também tende a se propagar em um cenário de polarização e violência. Ela contribui, segundo Martín-Baró (1988) para “el ocultamento sistemático de la realidad” por meio da criação de “una história oficial” (MARTÍN-BARÓ, 2000a, p. 131) que caracteriza uma suposta luta do bem contra o mal.

O TPS é disparado pela violência, polarização e mentira institucionalizada ao mesmo tempo em que reforça estas características e a inserem no bojo das relações interpessoais e entre grupos sociais. Assim, contribui para a desintegração da identidade coletiva, memória histórica e laços de solidariedade de classe.

Mesmo identificando aspectos estruturais que contribuem para uma situação de TPS, Martín-Baró adverte que os fatores desencadeadores deste fenômeno devem ser analisados concretamente, uma vez que incidem de maneiras distintas em diferentes populações, grupos e classes. A situação concreta somada à condição particular de existência de um determinado grupo gera um grau de previsibilidade dos fatos geradores de um TPS.

Em *La violencia politica y la guerra como causas del trauma psicossocial en El Salvador*, Martín-Baró (1988) trata de contextualizar a situação do TPS:

(...) lo que para unos representa la ruína para otros um gran negocio, u lo que a ciertos grupos pone al borde de la muerte a otros abre la posibilidad de una nueva vida. Uma es la guerra que tiene que sufrir em carne própria el campesino y outra muy distinta la que em sus pantallas de letevisión contempla el burgués industrial. Em El Salvador quienes van al campo de batalla son mayoritariamente los pobres, los hijos de los campesinos o de los marginados urbanos, no los hijos del patrón o del professional (p. 129).

Como podemos notar, contextualizar o TPS não é o mesmo que relativizá-lo. Martín-Baró (1988; 2000) entende que a situação de permanente violência e desigualdade social, sendo associadas ao funcionamento do capitalismo, anuncia uma situação permanente de TPS, especialmente para a população mais pobre e vulnerável aos conflitos. Isto porque se reconhece que o TPS surge em uma realidade concreta – e ela é a situação das classes populares na América Latina. Como dito, o TPS torna-se ainda mais previsível em populações que vivem em condições seculares de pobreza e opressão. Neste sentido, nosso autor traz dois aspectos essenciais que caracterizam o fenômeno em questão: a sequencialidade e a transgeracionalidade das condições de pobreza, violência e opressão que criam condições para que o TPS passe de geração a geração (GONÇALVES, 2017).

Neste sentido, as desigualdades que perduram por séculos no cenário brasileiro e Latino-Americano, especialmente para as populações mais vulneráveis a todo tipo de opressão, exploração e violência, ajudam a prever uma situação de pré TPS – ou então, como estas populações vivem uma situação de TPS permanente. Generalizar para toda a população esta condição de TPS permanente é justamente negar as assimetrias produzidas pela sociedade de classes no capitalismo racializado. Novamente aqui destacamos que os fatores desencadeantes do TPS devem ser analisados concretamente, e ainda deve se levar em conta como os grupos, mesmo os mais afetados, processam subjetivamente as condições sociais e históricas geradoras do TPS.



Contudo, Martín-Baró não tem dúvida de que um grupo mais marginalizado e mais precarizado, mesmo elaborando o trauma coletivo, sempre está mais exposto a novos TPS ou à repetição de velhos - novamente chamamos atenção para o elemento da transgeracionalidade e da sequencialidade (GONÇALVES, 2017), considerando, por exemplo, a reprodução da condição de pobreza e de vulnerabilidade social por gerações.

Amparados pela ideia da transgeracionalidade do TPS, Dobles e Arroyo (2020) indicam que o TPS é desencadeado por danos psicossociais prolongados que afetam o tecido social e comunitário de uma determinada população ou grupo. Como expõe Dobles (2016):

Con el concepto de trauma psicosocial no solo se dirige la mirada a la situación traumática y la postraumática, sino, también, a la pre-traumática, ya que explora la conformación de relaciones dañadas que dan lugar al trauma psicosocial. En este terreno, Martín-Baró señala que no se trata sólo de eventos que aparecen de forma súbita e imprevista, sino que puede responder la situación a una configuración de relaciones aberrantes y dañadas, que han sido naturalizadas por quienes se encuentran en ella. (DOBLES, 2016, p. 206)

Os danos psicossociais estão representados, sobretudo, por um conjunto de emoções que extrapolam, em um determinado momento concreto, a capacidade representacional não apenas de um sujeito, mas de um grupo, e que se tornam persistentes, atuando para enfraquecer o tecido social e os laços comunitários (DOBLES, 2016; DOBLES & ARROYO, 2020; MARTÍN-BARÓ, 2000a).

Os efeitos do TPS foram elencados por Martín-Baró a partir de diferentes estudos sobre bem-estar subjetivo, estresse pós-traumático (PUNAMAKI, 1990), guerra e terrorismo psicológico (ROZITCHER, 1990), tortura (DOBLES, 1990), perdas e lutos (BECKER; KOVALSKYS, 1990), entre outros aspectos, mas sempre ressaltando seu caráter histórico e dialético.

Apoiado nos estudos de Elizabeth Lira sobre o terrorismo estatal na ditadura chilena, Martín-Baró (2000b) aponta quatro possíveis danos psicossociais que são desencadeados em uma situação de TPS, associados ao medo da repressão: (1) sensação de vulnerabilidade; (2) estado exacerbado de alerta; (3) sentimento de impotência; (4) alteração do sentido de realidade ao ver que é impossível validar, objetivamente, as próprias experiências e conhecimentos. Outros exemplos de danos psicossociais são identificados por Martín-Baró (2000b): (a) estreiteza e rigidez na elaboração da imagem do adversário, que se torna inimigo; (b) fragilização da autonomia pessoal e da autoconfiança (c) polarização social baseado na desconfiança nas relações interpessoais.

Por fim, gostaríamos de destacar que a identificação e a atuação profissional para atenuação de um TPS não estão baseadas em um modelo sintomatológico. Como nos esclarece Moreira e Guzzo (2015), a noção de TPS não diz de saúde e doença, na forma como se compreende este fenômeno hegemonicamente pela medicina, psiquiatria e pela própria psicologia. O TPS não diz de normalidade e anormalidade, também compreendida nos moldes tradicionais. De acordo com as autoras:

o trauma não define um sujeito doente, ao contrário define a especificidade de uma relação entre a sociedade e seus indivíduos, para além de parâmetros de normalidade e anormalidade tão caros à tradição da ciência psicológica. Nesse sentido, o adoecimento pode significar, uma resposta esperada, uma reação



normal frente a uma situação anormal. Para Martín-Baró (1990a), o trauma psicossocial reflete as características de desumanização que a ordem de exploração e acumulação evidenciam em uma de suas formas mais aviltantes: a guerra (MOREIRA; GUZZO, 2015, p. 575).

Segundo Blanco e Díaz (2004), Martín-Baró apresenta uma preocupação em superar a concepção nosológica do Trauma, presente na medicina tradicional, quando destaca a importância de contextualizar, historicamente, os efeitos do TPS, sejam eles de ordem emocional ou cognitiva.

Para além da constatação do TPS e suas múltiplas determinações, encontramos em Martín-Baró (1990b) também uma perspectiva de reparação psicossocial. Como afirmou o autor, é importante que haja implicação com processos de responsabilização e que as situações geradoras do trauma possam ser lembradas. A reparação, contudo, não é algo que ocorre naturalmente ou como um fenômeno individual. O reconhecimento da violência sobre o trauma é resultado da reivindicação popular - o que pressupõe organização comunitária, um processo de conscientização, de recuperação da memória histórica e do que o nosso autor denominou de prática e cooperação de classe. Estes elementos somados permitem identificar nas situações-limite a potencialidade para encontrar caminhos de insurgência na e pela crise. Deste modo, a dimensão do sujeito coletivo deve ser ponto de partida para a Psicologia, inclusive para compreensão das singularidades e de como as vivências coletivas atravessam cada uma das pessoas.

Consideramos, assim, que os modos coletivos de produção de reflexões sobre as realidades postas, a partir da grupalidade e de formas comunitárias de organização, são alternativas imprescindíveis para a construção de processos de reparação, de organização e de resistências frente às violências sofridas. O processo de reparação e elaboração é sempre parcial, sendo constituído de muitos momentos e elementos, com a possibilidade de reconhecer as vivências sofridas como uma de suas importantes dimensões.

5. A PRODUÇÃO DE PERÍCIAS PSICOSSOCIAIS NA PSICOLOGIA EM AÇÕES DE VIOLAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS COLETIVOS

De acordo com Nieves Gómez Dupuis (2009), a perícia psicológica objetiva investigar a existência de uma série de danos psicológicos e psicossociais e o grau de correlação entre esses danos e os fatos objeto da denúncia. Normalmente, a experiência traumática deixa marcas indelévels e gera uma série de danos que atingem a esfera individual, familiar, grupal e social e uma transformação do projeto de vida da pessoa.

Desta maneira, a perícia psicossocial neste contexto deve se propor a fazer uma avaliação diagnóstica com base em três elementos: a) as características do fato; b) o dano ao projeto de vida comunitário, social e familiar; e c) o dano ao projeto de vida individual. Portanto, o termo psicossocial faz referência à interrelação de diferentes elementos e esferas que constituem o ser humano.

De acordo com a Resolução do Conselho Federal de Psicologia nº 06/2019, que trata da elaboração de documentos escritos pela psicóloga, a *perícia psicológica é um processo de avaliação que visa apresentar informações técnicas e científicas dos fenômenos psicológicos, considerando os determinantes sociais e históricos das pessoas, grupos, coletivos ou instituições atendidas*. Deve considerar a demanda, os procedimentos e o raciocínio técnico-científico da



psicologia de forma fundamentada, considerando a natureza dinâmica e não cristalizada de seu objeto de estudo.

A violação de direitos humanos pode acarretar danos sociais e psicológicos recorrentes para as pessoas que passam por eventos que impactam seus modos de vida, sistema de crença, organização e reprodução da vida social. No caso dos quilombolas de Alcântara, a CIDH considerou que as condições, restrições e proibições impostas pelo Estado resultaram em violações relacionadas aos direitos da liberdade de associação e proteção da família, além dos direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais destas comunidades. Em todos esses aspectos é possível observar sua dimensão psicológica, extraíndo daí análises que indicam os efeitos psicossociais dessas violações.

No campo da produção de perícias psicossociais no âmbito internacional, vale dar destaque à Equipe de Estudos Comunitários e Ação Psicossocial (ECAP) da Guatemala, cujos trabalhos referenciaram a elaboração da presente perícia psicossocial. Este grupo elaborou, até 2009, três perícias psicossociais: o caso do massacre da comunidade indígena de Plan de Sánchez para a Corte IDH em 2001 e a outra sobre os danos causados em decorrência do massacre de Las Dos Erres para a CIDH em 2006. A terceira perícia psicossocial foi elaborada a pedido do Centro para Justiça e o Direito Internacional (CEJIL). Todas as três perícias foram apresentadas para o Sistema Interamericano de Direitos Humanos. Para uma consulta mais aprofundada sobre metodologia e a compreensão das três perícias, consultar “*Peritaje psicossocial por violaciones a derechos humanos*” de Nieves Gómez Dupuis (2009).

Para o jurista e pesquisador Danilo da Conceição Serejo Lopes (Conselho Federal de Psicologia, 2019), a participação da Psicologia é uma questão fundamental que perpassa pelas subjetividades. Ele explica que:

A psicologia é importante nesse processo pelo qual passamos por muita insegurança jurídica, o que afeta muito a saúde mental. São centenas de famílias com o futuro incerto, é uma interface na condição básica do ser humano, que é o direito de planejar o seu futuro. É você retirar a capacidade de sonhar das pessoas. (CONSELHO Federal de Psicologia, 2019, s/p).

Em outros documentos, pudemos encontrar demandas e assinalamentos sobre os aspectos psicológicos e psicossociais relacionados à violação de direitos coletivos do caso da implantação do CLA nos territórios das comunidades quilombolas de Alcântara, tais como:

- a) **Relatório das violações de direitos contra comunidades quilombolas, da comissão permanente dos direitos dos povos indígenas, dos quilombolas, dos povos e comunidades tradicionais, de populações afetadas por grandes empreendimentos e dos trabalhadores e trabalhadoras rurais envolvidos em conflitos fundiários, da CNDH, entre os meses de julho a outubro de 2017.**

A Comissão permanente dos direitos dos povos indígenas, dos quilombolas, dos povos e comunidades tradicionais, de populações afetadas por grandes empreendimentos e dos trabalhadores e trabalhadoras rurais envolvidos em conflitos fundiários, do Conselho Nacional de Direitos Humanos do Brasil (CNDH), verificou que os deslocamentos compulsórios realizados em Alcântara geraram graves impactos psicológicos para os indivíduos.



Sobre os indivíduos das comunidades que continuam em suas terras tradicionais, o referido relatório afirma que eles relataram grande sofrimento face à ameaça de remoção, marcados por:

(...) expressões de insegurança, causada pela morosidade e indefinição do processo de titulação do Território, pela ausência de transparência nos processos afetos ao CLA, pelos limites mal definidos e/ou mal informados para a proposta de expansão e, sobretudo, pelo longo histórico de uma relação autoritária, sem diálogo ou respeito aos direitos quilombolas (CNDH, 2017, p.36).

Há ainda relatos dos quilombolas da comunidade que indicam o “grande sofrimento face à ameaça de remoção, o que se aprofunda com a ausência de transparência dos processos” (CNDH, 2017, p.36).

b) O Mapa de Conflitos: Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil

Em uma publicação sobre a situação das populações quilombolas de Alcântara, o "Mapa de Conflitos: Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil", formulado pela FIOCRUZ (2019), menciona episódios de humilhação, incerteza sobre o futuro e de medo quanto à possibilidade de remoção das terras do litoral.

c) Relatório Nº 189/20 - Caso 12.569 - Relatório de Mérito - Comunidades Quilombolas de Alcântara - Brasil

O Relatório da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (ORGANIZAÇÃO dos Estados Americanos, 2020) fundamentou o entendimento do Sistema Interamericano quanto ao deslocamento interno como uma violação contínua e múltipla de direitos humanos. É contínua porque a situação de deslocamento se mantém até que as pessoas possam retornar aos seus lugares de origem de maneira voluntária, digna e em condições seguras ou tenham realizado seu reassentamento voluntário e seguro em outra parte do país. O documento ainda expõe que o deslocamento forçado pode provocar nas pessoas: a perda da terra e da moradia, a marginalização, o desemprego, o empobrecimento e a deterioração das condições de vida, entre outras, situação que pode ser entendida como uma condição de fato de ausência de proteção. Esse conjunto de fenômenos produzem os impactos psicossociais e graves repercussões na vida psíquica das pessoas afetadas: instabilidade emocional, desconfiança, fechamento, descrença, e sofrimentos emocionais das mais variadas ordens.

Embora não seja objeto deste artigo abordar questões referentes às análises psicossociais produzidas a partir da perícia psicossocial realizada para o julgamento do Caso Comunidades Quilombolas de Alcântara X Brasil na Corte IDH (as quais poderão ser conhecidas somente após sentença da Corte), importante destacar aspectos metodológicos que embasaram nossas práticas neste contexto.

A perícia psicossocial foi realizada pela equipe do Observatório do Trauma Psicossocial (USP/UNIFESP) entre janeiro e abril de 2023, a partir da solicitação de representantes das Comunidades Quilombolas de Alcântara para que pudessem incluir como suas manifestações perante à Corte IDH.



Uma das primeiras ações que realizamos, conforme já apontamos, foi o exame do processo em trâmite na CIDH e na Corte IDH, bem como de documentos jurídicos e afins relativos ao caso. O exame do processo como um todo procurou identificar a presença de elementos que apontam para os impactos psicossociais do episódio da remoção e da insegurança causada pela ameaça de novos deslocamentos que podem ser realizados, devido à gestão e ampliação do CLA.

Simultaneamente, realizamos o levantamento de literatura científica⁴, que se deu por três caminhos: (1) Caráter mais geral e abrangente da formação das comunidades e territórios quilombolas do Brasil; (2) Processos históricos da formação e da luta das comunidades negras rurais e, posteriormente, quilombolas do Estado do Maranhão e, especificamente, do território de Alcântara; (3) Conceituação de traumatização psicossocial em suas dimensões individuais e coletivas a partir dos pressupostos da Psicologia e disciplinas afins.

Foram também realizados estudos de campo e entrevistas psicossociais (individuais e em grupo em Agrovilas no Território Étnico de Alcântara, além de algumas comunidades litorâneas que estão sob o risco de serem remanejadas, entrevistas na cidade de Alcântara com pessoas que passaram pelo processo da remoção e entrevistas de forma virtual para o aprofundamento de alguns dados. Foram realizadas também observações *in loco* e as conversas informais realizadas durante a viagem de campo da equipe de peritos. Essas observações foram parte importante do escopo metodológico, pois forneceram informações que dificilmente são passadas em formas mais estruturadas de entrevista.

Nestas atividades, buscou-se abordar as memórias individuais e coletivas sobre o período da remoção de seus territórios, os processos individuais e coletivos de adaptação e de sofrimento frente à nova realidade após o deslocamento, a sequencialidade e novas traumatizações a partir de gestão e possível ampliação do CLA, a transgeracionalidade dos danos e, tendo em vista os efeitos em idosos, adultos, jovens e crianças, a heterogeneidade de expressões desses efeitos psicossociais a partir da instauração e da gestão do CLA.

As visitas ocorreram após pactuações com lideranças e representantes de cada comunidade, com indicação conjunta de entrevistados em cada território e consulta para verificação de anuência dos mesmos sobre sua participação no processo desta perícia, de modo que os cuidados éticos foram tomados desde antes do início das atividades em campo.

Embora tratasse de uma atuação pericial, e não uma pesquisa acadêmica, importante ressaltar que nos baseamos em **princípios da pesquisa qualitativa** (FREITAS, 1998; MINAYO, 2002) e, assim, foram considerados dois aspectos fundamentais: (1) que a intensidade e o sentido das narrativas são tão válidos quanto a quantidade e repetição das informações e; (2) que aspectos universais, passíveis de generalização, estão contidas nas narrativas dos indivíduos. Deste modo, o número de participantes de entrevistas, embora seja um dado relevante, não foi pautado por uma lógica estatística. Buscamos incluir o máximo de participantes no tempo de produção do estudo de campo, o que não indica uma maior ou menor objetividade da análise, que foi construída com rigor metodológico, ético-científico e sólida fundamentação técnica.

Assim, aspecto importante a ser ressaltado como desdobramento da realização de uma perícia psicossocial é a possibilidade de construção de uma ação profissional da Psicologia que aponte caminhos de superação e reparação dos efeitos oriundos da violência política. Nesse



sentido, com base na realização deste trabalho, também foi possível apontar algumas diretrizes fundamentais para processo de reparação psicossocial coletiva.

Deste modo, a dimensão do sujeito coletivo e a compreensão das singularidades a partir das vivências coletivas são pontos fundamentais para a Psicologia em seu trabalho pericial com comunidades. No caso em tela, as ferramentas da Psicologia foram utilizadas numa perspectiva de reconhecimento da cultura e do protagonismo da comunidade na construção dos protocolos de consulta, na participação das decisões que envolvem mudanças em suas vidas e de sua comunidade, na possibilidade de planejar seu futuro e elaborar projetos individuais, familiares e comunitários.

6. OS DIREITOS HUMANOS COLETIVOS E A CONTRIBUIÇÃO DA PSICOLOGIA

A contribuição da Psicologia na interface com o sistema de justiça em ações jurídicas de proteção e garantia de direitos encontra na formulação dos direitos coletivos um potente campo para seu desenvolvimento. Essa discussão incide no tema do pluralismo jurídico e nas reflexões sobre justiça de transição, que consideram a pluralidade de grupos sociais com sistemas jurídicos múltiplos, pela possibilidade de existência de diversos ordenamentos em um mesmo espaço temporal e geográfico, a restituição de direitos e reparação pela memória, justiça e verdade.

Outra interface importante que conta com participação da psicologia é o campo dos direitos humanos. A relação da psicologia com os direitos humanos é ponto central na proposição do Código de Ética Profissional vigente na psicologia brasileira, e traz como pressupostos a compreensão do contexto histórico-social a que estão submetidos os sujeitos atendidos. Nesse sentido, cabe à psicologia contribuir com seus saberes e práticas para o desvelamento dos mecanismos institucionais e sociais que operam na produção de violação dos direitos humanos.

Ainda no contexto do debate sobre direitos humanos cabe destacar a categoria dos **direitos humanos coletivos**. Oriunda dos debates que tensionam o caráter individual e universal dos direitos humanos e dos direitos coletivos a partir da existência da diversidade cultural dos povos do mundo, a categoria dos direitos humanos coletivos apresenta o conceito de terra comunal, ou seja, de propriedade coletiva como um elemento a ser considerado tanto no contexto dos direitos humanos como nos direitos coletivos. Ou seja, o marco regulador do direito não se estenderia ao coletivo como sujeito de direitos.

A partir de casos como da Comunidade Mayagna (Sumo) Awas Tingni x. Nicarágua, arbitrados pela Corte IDH no contexto da propriedade e usufruto de território de forma coletiva por povos indígenas, abre-se a possibilidade de acolher a demandas de povos que, em seu contexto cultural, compartilham do usufruto coletivo de um determinado território, a chamada terra comunal (FERNANDES, 2019). Um trecho da perícia realizada pelo antropólogo Rodolfo Stavanhagen no caso citado, torna evidente o caminho para compreensão dos direitos humanos coletivos do grupo vinculado a esse território (terra comunal):

Em certos contextos históricos, os direitos da pessoa humana são garantidos e podem ser exercidos plenamente apenas se são reconhecidos os direitos da coletividade e da comunidade a que pertence esta pessoa desde seu nascimento, da qual forma parte e a qual lhe dá os elementos necessários para poder sentir-se plenamente realizada como ser humano, que significa também ser social e cultural. A contraposição desta afirmação é que, ao serem violados os direitos



de uma comunidade de seguir subsistindo como tal e de poder reproduzir-se como unidade e identidade, são violados uma série de direitos humanos básicos: os direitos à cultura, à participação, à identidade, à sobrevivência; vários estudos sobre povos e comunidades indígenas na América Latina têm demonstrado isso (CORTE, 2001)

O pertencimento de determinado membro a um coletivo guarda, portanto, duas dimensões que, segundo o caminho apontado pelo desenvolvimento de direitos humanos coletivos, devem ser contempladas: primeiramente, a compreensão que devem ser oferecidas condições à plena realização como ser humano enquanto ser individual dotado de subjetividade e singularidade; segundo, que essas condições passam pela compreensão do pertencimento a uma cultura e modo de vida próprio e que devem ser garantidos para que seus direitos humanos individuais possam estar protegidos. Não há direito subjetivo sem a garantia do direito coletivo e vice-versa, nesta perspectiva.

Nesse contexto, dentro do marco legal do debate sobre direitos humanos coletivos, as ações da ciência psicológica referentes ao crime de genocídio ganham importante destaque. A tipificação do genocídio na legislação brasileira está na Lei 2.889/1956, que pune a conduta de "quem, com a intenção de destruir, no todo ou em parte, grupo nacional, étnico, racial ou religioso". Em 1948 o conceito foi inserido na Convenção para a Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio da Organização das Nações Unidas (ONU), que tornou o genocídio passível de punição, diz o tratado:

Trata-se de genocídio quaisquer dos seguintes atos, cometidos com a intenção de destruir, no todo ou em parte, um grupo nacional, étnico, racial ou religioso, tais como assassinato de membros do grupo; dano grave à integridade física ou mental de membros do grupo; submissão intencional do grupo a condições de existência que lhe ocasionem a destruição física total ou parcial; medidas destinadas a impedir os nascimentos no seio do grupo; transferência forçada de menores do grupo para outro grupo (ONU, 1948).

No Brasil, desde a Constituição Federal promulgada em 1988, o crime de genocídio está previsto como parte do compromisso do Estado brasileiro com "promoção do bem de todos de forma equitativa, independente da etnia ou raça".

De acordo com a Lei no. 8.078/1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, em seu artigo 81, temos que os direitos coletivos, entendidos como os transindividuais, de natureza indivisível, tem como titular um grupo, categoria ou classe de pessoas ligadas entre si ou com a parte contrária por uma relação jurídica de base. O mesmo artigo também considera interesses ou direitos individuais homogêneos, entendidos como decorrentes de origem comum.

No caso da psicologia, cabe ressaltar a realização de dois pareceres psicológicos para ações civis públicas onde o Estado foi processado pelo crime de genocídio contra população Krenak e Xavante no contexto da ditadura brasileira (GONÇALVES 2017; 2021). No âmbito dessas ações foram produzidos pareceres sobre os efeitos psicossociais da violência política contra essas populações. A produção desses pareceres psicossociais, partindo da articulação na luta pelos direitos humanos coletivos da população brasileira, marca a entrada da ciência psicológica nessa modalidade de ação jurídica (ação civil pública sobre direitos humanos



coletivos) e demarcam a emergência de um campo de ação profissional promissor para a psicologia na interface com justiça.

A reflexão sobre os direitos humanos coletivos também merece destaque ao cotejarmos com as contribuições da psicologia desde a perspectiva da libertação. Em uma concepção “coletivista” sobre os direitos humanos (RAZ, 2011), podemos considerar que há aproximações nas formulações sobre os direitos coletivos e direitos humanos.

Nesse sentido, as práticas de produção de documentos técnicos psicossociais, como as perícias ou pareceres psicossociais, que, pautados em metodologias e conceitos oriundos das reflexões da Psicologia da Libertação e, mais precisamente, do Trauma Psicossocial, podem consistir em prova pericial ou documental importante em diferentes processos jurídicos, tais como os relativos a garantia de direitos à terra, à moradia, no enfrentamento à violência do Estado, na reparação frente a desastres ambientais, entre outros.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Faz-se necessário não perder de vista o fato de que quilombolas do Brasil figuram nos piores ranques de marcadores sociais:

Para a Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Maranhão os quilombolas ainda lutam para assegurar direitos básicos, como o acesso à saúde, à educação formal, à capacitação profissional, à melhoria das condições de trabalho e de geração de renda (SARDINHA, 2019, p.2)

Dados como esse demonstram o resultado de anos de negligência sistemática por parte do Estado Brasileiro em relação às suas populações quilombolas, estas, até a atualidade afetadas diretamente pela ausência de políticas públicas no pós-abolição e a insuficiência destas hodiernamente. A compreensão histórica e social desses fenômenos históricos não deve ser desconsiderada na formulação das estratégias de governo, isso também inclui as políticas de saúde mental (BATISTA e ROCHA, 2020) pois essas questões materiais também impactam na subjetividade.

De todo modo, apesar de suas limitações, a via jurídica tem sido importante para as comunidades quilombolas por conta da titulação e proteção de seus territórios, temos como exemplo a 169ª convenção da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que versou sobre a importância da autodeterminação e organização de povos indígenas e tribais, essa resolução influenciou a decisão Suprema Corte brasileira que institucionalizou esse direito ao votar a favor das comunidades quilombolas no julgamento da Ação direta de inconstitucionalidade n.º 3.239:

Portanto, institucionalizaram e legitimaram, por meio da ADI n.º 3.239, o sentido do direito de autodeterminação quilombola previsto na Convenção n.º 169 da OIT, combinando com o art. 68 do ADCT e, com isso, dispuseram em favor das comunidades remanescentes mais um recurso importante para a continuidade da luta pelos seus direitos (MUNIZ, 2021, p. 146).

Historicamente, a via legal também tem sido tensionada por meio da mobilização de diferentes movimentos sociais, a luta quilombola também se utilizou dessa estratégia como forma de garantia de direitos (LUZ, 2018). Esse processo resultou na formulação de inúmeras políticas públicas, por exemplo o Programa Brasil Quilombola (PBQ), criado em 2004 e instituído pelo



decreto 4.887/03. (SANTOS, 2020). O PBQ foi um caminho institucional utilizado pelo Estado brasileiro a fim de colocar em prática políticas de reparação, proteção patrimonial e promoção de direitos, levando em conta as particularidades das populações quilombolas.

Entretanto, esse contexto aparentemente favorável ainda não garante total segurança para as comunidades quilombolas de Alcântara, pois, além do avanço do CLA, o Estado brasileiro não emitiu titulações territoriais definitivas (OLIVEIRA, 2021). Assim, a finalização do julgamento da Corte IDH sobre o caso Comunidades Quilombolas de Alcântara x Brasil pode sinalizar avanços importantes nesta luta histórica.

Como afirma Martin-Baró (1990b), é importante que haja implicação com processos de responsabilização e que as situações geradoras do trauma possam ser lembradas. A reparação, contudo, não é algo que ocorre naturalmente ou como um fenômeno individual, nem mesmo apenas pela via de uma sentença judicial. O reconhecimento da violência sobre o trauma é resultado da reivindicação popular - o que pressupõe organização comunitária, um processo de conscientização, de recuperação da memória histórica e do que o nosso autor denominou de prática e cooperação de classe.

Consideramos, assim, que os modos coletivos de produção de reflexões sobre as realidades postas, a partir da grupalidade e de formas comunitárias de organização, são alternativas imprescindíveis para a construção de processos de reparação, de organização e de resistências frente às violências sofridas. No caso de comunidades tradicionais e quilombolas, o respeito à sua história, aos modos de organização e autodeterminação são imprescindíveis para que esse processo de reparação seja efetivo. Sabemos que tal processo é sempre parcial, sendo constituído de muitos momentos e elementos, com a possibilidade de reconhecer as vivências sofridas como uma de suas importantes dimensões. Contudo, a dimensão do sujeito coletivo deve ser ponto de partida para a Psicologia, inclusive para compreensão das singularidades e de como as vivências coletivas atravessam cada uma das pessoas.

REFERÊNCIAS

ABA. Documento do Grupo de Trabalho sobre Comunidades Negras Rurais, Rio de Janeiro: 1994, p. 81-82. Disponível em: <https://cutt.ly/tgviSDM>. Acesso em: 24 fev, 2023

AGUIAR, Wanda Maria Junqueira; OZELLA, Sergio. Núcleos de significação como instrumento para a apreensão da constituição dos sentidos. *Psicol. cienc. prof.*, Brasília, v. 26, n. 2, p. 222-245, June 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932006000200006&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 08 mai, 2021.

ALVES, Danielle de Assis Araujo. As paisagens das terras de Santa Tereza: geodiversidade e identidade cultural no quilombo Itamatatua, Alcântara- MA. Dissertação (Mestrado em cultura e sociedade) - Universidade federal do Maranhão, São Luis, 2021. Disponível



em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=10965930.

ARAÚJO, Maria do Socorro Gomes; FILHO, Domingos Leite Lima. Tecnologia Aeroespacial e a desestruturação sócio-cultural nas comunidades quilombolas de Alcântara. *Revista tecnologia e sociedade*, Curitiba, n. 2, 2006.

BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. 1ª edição. Edições 70, 2015.

BATISTA, Eraldo Carlos e ROCHA, Katia Bones. Saúde mental em comunidades quilombolas do Brasil: uma revisão sistemática da literatura. *Interações*. (Campo Grande) [online]. 2020, v. 21, n. 1. p. 35-50. Acesso em: 23 Outubro, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/inter/a/mKwyPqBVc4QBgMsxkqnyH9d/?lang=p>

BECKER, D.; KOVALSKYS, J. Dentro y fuera de la cárcel: el problema de conquistar la libertad. In I. Martín-Baró (Org.), *Psicología social de la guerra* (pp. 269-285). San Salvador: UCA editores, 1990.

BLANCO, A.; DÍAZ, D. Bienestar social y trauma psicosocial: una visión alternativa al transtorno de estrés protraumático. *Clínica y salud*, 15(3), 227-252, 2004.

BENJAMIN, W. As Teses sobre o Conceito de História. In: *Obras Escolhidas*, v. 1, p. 222-232. São Paulo: Brasiliense, 1985

BRANDÃO, Joseane Paiva Macedo. Quilombos, política federal de patrimônio e reparação. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*. [online]. 2020, v. 28, p.22-57. Acesso em: 23 Outubro 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/anaismp/a/BZBSCZJxjxmv6SWcBHV5d/?lang=pt#>

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nº 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nº 1/92 a 76/2013 e pelo Decreto Legislativo nº 186/2008*. Brasília, DF: Senado Federal, 2014.

CARREIRO, Gamaliel da Silva. O crescimento do pentecostalismo entre quilombolas: por uma sociologia da presença pentecostal em comunidades quilombolas de Alcântara (MA). *Sociedade e Estado*. [online]. 2020, v. 35, n. 02. p. 581-603. Acesso em: out, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/ZZwCQQfCSDpfvCw77ZMPZ9R/?lang=pt>



CONSELHO Federal de Psicologia. *Psicologia contribui com protocolo comunitário de comunidades quilombolas de Alcântara (MA)*, 2019. Recuperado de <https://site.cfp.org.br/psicologia-contribui-com-protocolo-comunitario-de-comunidades-quilombolas-de-alcantara-ma/>.

CONSELHO Nacional de Direitos Humanos. *Relatório das violações de direitos contra comunidades quilombolas, da comissão permanente dos direitos dos povos indígenas, dos quilombolas, dos povos e comunidades tradicionais, de populações afetadas por grandes empreendimentos e dos trabalhadores e trabalhadoras rurais envolvidos em conflitos fundiários, do CNDH, entre os meses de julho a outubro de 2017*. Brasília: Conselho Nacional dos Direitos Humanos. Recuperado de https://www.gov.br/mdh/pt-br/acao-a-informacao/participacao-social/conselho-nacional-de-direitos-humanos-cndh/RelatorioGTQuilombola_finalaprovado_comrevisodamesadiretora.pdf

CORTE IDH. Caso da Comunidade Mayagna (Sumo) Awas Tingni Vs. Nicaragua. Mérito, Reparaciones e Custas. Sentença de 31 de agosto de 2001. Série C No. 79.

Convenção Americana sobre Direitos Humanos. (Assinada na Conferência Especializada Interamericana sobre Direitos Humanos, San José, Costa Rica, em 22 de novembro de 1969), 1969. Recuperado de https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/c.convencao_americana.htm

Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem. (Aprovada na Nona Conferência Internacional Americana, Bogotá, 1948), 1948. Recuperado de https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/b.declaracao_americana.htm

DOBLES, I. Apuntes sobre psicología de la tortura. In I. Martín-Baró (Org.). Problema social de la guerra (pp. 197-209). UCA, 1990.

DOBLES, I. Ignacio Martín-Baró, Una lectura en tiempos de quiebres y esperanzas. San José: Arlekin, 2016.

DOBLES, I.; ARROYO, H. Neoliberalismo y afectos: derivaciones para una praxis psicosocial liberadora. San José: Arlekin, 2020.

DUPUIS, N. G. *Peritaje psicosocial por violaciones a derechos humanos*. Guatemala: Equipo de Estudios Comunitarios y Acción Psicosocial y F&G Editores, 2009.



FARIAS, M. Uma esquerda marxista fora do lugar: pensamento adstringido e a luta de classe e raça no Brasil. *SER Social*, Brasília, v. 19, n. 41, p. 398-413, jul.-dez., 2017.

FERNADES, R. "Direitos humanos coletivos": uma categoria possível? Trabalho de Conclusão de Curso (faculdade de Direito) Universidade de Brasília. Brasília, 2019. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/23572/1/2019_RenatoFernandesNeto_tcc.pdf

FIOCRUZ. MA – *Comunidade Quilombola de Alcântara continua luta contra o Centro de Lançamento e pelo seu direito de ficar na terra*, 2019. Recuperado de <https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/ma-comunidade-quilombola-de-alcantara-continua-luta-contr-o-centro-de-lancamento-e-pelo-seu-direito-de-ficar-na-terra/>

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FREITAS, M. F. Q. Inserção na comunidade e análise de necessidades: reflexões sobre a prática do psicólogo. *Psicologia: reflexão e crítica*, 11(1), 175-189, 1998. doi: <https://doi.org/10.1590/S0102-79721998000100011>

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. Quadro geral de comunidades remanescentes de quilombos (CRQs). [Internet]. Brasília, DF: [sem editora]; 2015. Acesso em 23 jun, 2023. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/crqs/quadro-geral-por-estado-ate-23-02-2015.pdf>

GIFFONI, Johny Fernandes. Protocolos comunitários-autônomos de consulta e consentimento quilombolas: direito e negacionismo. (Dissertação Mestrado em Direito) - Instituto de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufpa.br/handle/2011/15030>

GONÇALVES, B. S. A Dupla Consciência Latino-Americana: contribuições para uma psicologia descolonizada. *Rev. psicol. polít.*, São Paulo, v. 16, n. 37, p. 397-413, dez. 2016.

GONÇALVES, B. S. Parecer Psicossocial da Violência contra os Povos Indígenas Brasileiros: o Caso Reformatório Krenak. *Psicologia Ciência e Profissão*, v. 37, p. 186-196, 2017.



HADDOCK-LOBO, Susana de Castro. Tecendo fios de liberdade a partir de quilombismos. (Dissertação, Mestrado em Programa de Pós-Graduação em Filosofia). UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11515750.

LIMA, Marivaldo Silva. Alcântara vai para o espaço: o discurso da mídia jornalística impressa sobre os conflitos entre comunidades quilombolas e a base de lançamento de foguetes em Alcântara (Dissertação mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020

LOPES, Júlio César. O pluralismo jurídico e os povos remanescentes de quilombo. (Dissertação - Mestrado) - Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, Santa Catarina. 2019. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta//viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=787006.

LUZ, Marlise da rosa. Os movimentos sociais e o direito: contribuição da corte interamericana de direitos humanos para o movimento quilombola. (Dissertação Mestrado em direito) Universidade la salle, Rio Grande do Sul, 2018..

MARIÁTEGUI, J. C. Sete ensaios de interpretação da realidade peruana. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARINI, R. M. Dialética da dependência: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini. Petrópolis, RJ: Vozes; Buenos Aires: CLACSO, 2000.

MARTÍN-BARÓ, I. Acción e ideología: psicología social desde Centroamérica. San Salvador: UCA, 1985.

MARTÍN-BARÓ, I. Psicología social de la guerra: trauma y terapia. San Salvador: UCA Editores, 1990.

MARTÍN-BARÓ, I. La violencia política y la guerra como causas del trauma psicosocial en El Salvador. Revista de Psicología de El Salvador, 7(28),123-141, 1988.

MARTÍN-BARÓ, I. El impacto psicosocial de la guerra: guerra y salud mental. In I. Martín-Baro (Edit.). Psicología Social de la Guerra (pp. 24-40). San Salvador: UCA Editores, 1990.



MARTÍN-BARÓ, I. Guerra y salud mental. In A. Blanco & L. De la Corte (Orgs.). Poder, ideología y violencia (pp. 333-374). Madrid: Trota, 2000a.

MARTÍN-BARÓ, I. Represión política y terrorismo: sus consecuencias psicológicas. In A. Blanco & L. De la Corte (Orgs.). Poder, ideología y violencia (pp. 259-288). Madrid: Trota, 2000b.

MARX, K. O Capital - Livro I – crítica da economia política: O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MELO, Marco Aurélio Bezerra. O direito fundamental de propriedade dos remanescentes das comunidades de quilombo no Brasil a titulação dos territórios como instrumento de efetividade do artigo 68 do ato das disposições constitucionais transitórias. (Tese, Doutorado em direito) - Estácio de Sá, Rio de Janeiro. 2018.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde. Hucitec, 2014.

MINAYO, M. C. S. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. (21ª edição) Petrópolis: Vozes, 2002.

MIRANDA, Shirley Aparecida de. Quilombos e Educação: identidades em disputa. Educar em Revista [online]. 2018, v. 34, n. 69. p. 193-207. Acesso em: 23 Out, 2022. Disponível em: https://www.scielo.br/j/er/a/cQtxQ4L65n8K3w_MYPZnnPWb/?lang=pt.

MONTEIRO, J. M. Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MOREIRA, A. P.; GUZZO, R. S. L. Do Trauma Psicossocial às situações-limite: a compreensão de Ignácio Martín-Baró. Estudos de Psicologia, 32(3), 569-577, 2015.

MOURA, C. Negro, de bom escravo a mau cidadão? Rio de Janeiro: Conquista, 1977.

MUNIZ, Lucas Pacif do Prado. A autodeterminação quilombola na suprema corte brasileira: uma análise do processo judicial da ação direta de inconstitucionalidade n.º 3.239.1/03/05/2018 159 f. (Mestrado em Direito Processual) -Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2021. Disponível em:



https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=644446.

NASCIMENTO, Abdias do. O quilombismo: documentos de uma militância pan-africanista. 2. ed. Brasília / Rio de Janeiro: Fundação Palmares / OR Editor Produtor, 2002, p. 269-274).

NASCIMENTO, Beatriz do. O conceito de Quilombo e a resistência cultural negra. Afrodiáspora, ano 3, n. 6-7, p. 41-48, 1985. Disponível em: . Acesso em: 21 jan. 2019.

OLIVEIRA, Elivaldo Carlos Moreira de. Etnobotânica em agrovilas quilombolas de Alcântara, Amazônia Oriental Brasil: uma perspectiva socioambiental quali-quantitativa. (Tese, Doutorado em Agroecologia) - Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2020. Disponível em: <https://repositorio.uema.br/jspui/handle/123456789/1320>

ORGANIZAÇÃO dos Estados Americanos. RELATÓRIO Nº 189/20. CASO 12.569. RELATÓRIO DE MÉRITO. COMUNIDADES QUILOMBOLAS DE ALCÂNTARA, 2020. Recuperado de https://www.oas.org/pt/cidh/decisiones/corte/2022/br_12.569_pt.pdf

PEREIRA, Amílcar Araujo, O mundo negro: relações raciais e a Constituição do Movimento Negro Contemporâneo no Brasil, Rio de Janeiro: FAPERJ, Pallas, 2013, p. 217-323.

PEREIRA, Cleyciane Cassia Moreira. Necessidades informacionais das mulheres da Comunidade Quilombola de Itamatatiua- Maranhão. (Tese - Doutorado em Ciência da Informação) - Instituto de Ciência da Informação, Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia, Salvador. 2018.

PEREIRA, Paulo Fernando Soares. Os esquecimentos da memória: o tombamento do patrimônio cultural quilombola e a formulação de uma política pública. (Tese Doutorado em Direito)—Universidade de Brasília, Brasília, 2019

PUNAMAKI, R. L.. Respuestas de stress psicológico de las madres palestinas y sus hijos a las condiciones de ocupación militar y violencia política. In I. Martín-Baró (Org.). Psicología social de la guerra (pp. 88-104). San Salvador: UCA editores, 1990

QUIJANO, A. Notas sobre “raza” y democracia em los países andinos. In: Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales, v. 1 (ener- abr.), p. 53-59, 2003.



QUIJANO, A. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

RAZ, Joseph. “Multiculturalism: A Liberal Perspective.” In: *Ethics in the Public Domain: Essays in the Morality of Law and Politics*, rev. ed. Oxford: Oxford University Press, pp. 170-191, 1995.

RODRIGUES, Bruno de Oliveira, REZENDE, Tayra Fonseca e Nunes, GARCIA, de Tiago.. Movimento Negro e a pauta quilombola no Constituinte: ação, estratégia e repertório. *Revista Direito e Práxis* [online]. 2019, v. 10, n. 1. p. 198-221. Acesso em: 23 Out, 2022.. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdp/a/gd6QVXVsV3KY8kFSr3KJWjg/?lang=pt>.

ROZITICHER, L. Efectos psiosociales de la represión. In I. Martín-Baró (Org.). *Psicología social de la guerra* (pp. 105-137). San Salvador: UCA editores, 1990.

SANTOS, Edmilson . Offer of Schools of Quilombola School Education Center in the Northeast/BR. *Educação & Realidade* [online]. 2019, v. 44, n. 1, Acesso em: 23 Out, 2022.. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/SqKy4swDPWnHQJp4vCHLD6J/?lang=en>.

SANTOS, E. S.; VELLOSO, T. R.; NACIF, P. G. S. & Silva, G. M. da. Oferta de Escolas de Educação Escolar Quilombola no Nordeste Brasileiro. *Educação & Realidade*, [s.l.], v.44, n.1, 2019. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoe realidade/article/view/81346>. Acesso em: 14 abril, 2023.

SANTOS, Felipe Imidio. Soberania alimentar quilombola: uma abordagem histórica e desafios para romper colonialidades. 2020. (Dissertação - Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural) - Faculdade de Planaltina, Universidade de Brasília, Brasília, 2020.

SARDINHA, Ana Hélia de Lima, et al. Quality of life of elderly quilombolas in the Brazilian northeast. *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia* [online]. 2019, v. 22, n. 03. Acesso em: 23 Out, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbgg/a/>

SEREJO LOPES, Danilo da Conceição. A atemporalidade do colonialismo: contribuições para entender a luta das comunidades quilombolas de Alcântara e a base espacial. São Luís. Editora: MA, UEMA/PPGCSPA/ PNCESA, 2020



SILVA, Bittencourt Santos. Quilombo como categoria do pluralismo das ordens jurídicas: efeitos sobre as políticas sociais públicas de acesso à terra. (Tese -Doutorado políticas sociais e cidadania) – Universidade Católica do Salvador, Salvador. 2020.

SOARES, Iris Pontes. Ainda guardo o direito de algum antepassado da cor: luta quilombola brasileira. Revista Katálysis [online]. 2018, v. 21, n. 03. p.547-583. Acesso em: 23 Out, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/rk/a/ZWK69KvXnz79kz97LNhnSTp/?lang=pt>

TEIXEIRA, Tadeu Gomes e SAMPAIO, Camila Alves Machado. Análise orçamentária do Programa Brasil Quilombola no Brasil e no Maranhão: o ocaso de uma política pública. Revista de Administração Pública [online]. 2019, v. 53, n. 2 p. 461-480. Acesso em: 23 Out, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/fdMyGGdJDqxHfVxLhX7PMKC/?lang=pt>.

NOTAS

1. Comunidades quilombolas de Samucangaua, Iririzal, Ladeira, Só Assim, Santa Maria, Canelatiua, Itapera e Mamuna, situadas em Alcântara, pela Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (SMDH), pelo Centro de Cultura Negra do Maranhão (CCN), pela Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Maranhão (ACONERUQ), pela Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Maranhão (FETAEMA), pelo Centro de Justiça Global e pela Global Exchange.
2. O Observatório do Trauma Psicopolítico é uma iniciativa conjunta de professores, estudantes e pesquisadores do IP-USP e da UNIFESP (Campus Baixada Santista) e tem como objetivos: (a) realizar pesquisas sobre a manifestação, a prevenção e reparação de trauma psicossocial como efeitos da violência política; (b) realizar estudos e perícias para identificação, avaliação e atuação psicossocial diante do trauma psicossocial.
3. A perícia psicossocial foi realizada pelo Observatório do Trauma Psicopolítico (USP/UNIFESP) como parte integrante de manifestações de comunidades quilombolas de Alcântara no caso em tela na Corte IDH. A equipe de peritos contou com: Adriana Eiko Matsumoto, Bruno Simões Gonçalves, Catiana Nogueira dos Santos e Matheus Rios Silva Santos. As análises desta perícia não serão alvo deste artigo, pois a mesma somente poderá ser conhecida em sua íntegra após definição da sentença pela Corte IDH. Contudo, apresentam-se questões teórico-metodológicas que podem ser partilhadas no escopo do presente trabalho.



4. A pesquisa realizada se deu a partir de uma Iniciação Científica intitulada: "As comunidades quilombolas de Alcântara/MA: lutas e resistências", realizada pela discente do curso de Psicologia da UNIFESP, Lais da Silva Vieira, com bolsa CNPq PIBIC/AF, finalizada em agosto de 2023.

5. Fez parte deste processo de levantamento de bibliografia para a consecução da perícia psicossocial do Caso Comunidades Quilombolas de Alcântara X Brasil na Corte IDH a pesquisa realizada na modalidade de Iniciação Científica mencionada na nota anterior.



Cartografia socioafetiva na produção de parecer sobre impactos psicossociais causados pela BR-135 em territórios quilombolas maranhenses

Socio-affective cartography in the production of an opinion on psychosocial impacts caused by BR-135 in quilombola territories in Maranhão

Bruno Simões Gonçalves

Pesquisador do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo -
Departamento de Psicologia Social e do Trabalho
brunosim7@yahoo.com.br

Resumo

O presente artigo é uma síntese de um parecer psicossocial para averiguar os impactos psicossociais de uma estrada federal para a vida dos moradores de três localidades – quilombos- do Estado do Maranhão. A reivindicação por direitos por parte das comunidades tradicionais afetadas se insere em uma Campanha Nacional pela consulta prévia aos povos tradicionais do Maranhão. Com a presença de um Psicólogo, uma Geógrafa e uma Educadora Popular, -autores do presente relatório- como mediadores, foi possível que diversas dimensões e fatores dos impactos psicossociais sofridos coletivamente ao longo de décadas fossem trazidos e identificados pelos quilombolas. É de fundamental importância a abordagem de forma integrada dos aspectos psicológicos e sociais, comumente omitidos do âmbito institucional pelo poder público, haja vista que os aspectos psicossociais, não são considerados o âmbito do estudo de impacto ambiental para obtenção da autorização pelo empreendedor. A abordagem psicossocial permite que os sujeitos sociais falem de si e exponham suas questões, e possam elaborar coletivamente os efeitos da obra em sua vida individual e coletiva. São as formas de relações, os afetos, os espaços de alegria, de dor ou de medo que geram dinâmicas de sociabilização, mobilidade, e portanto da possibilidade de reprodução do seu meio de vida, afetados de forma significativa e permanente por grandes obras. Apresentamos como as oficinas foram realizadas, as questões expostas por parte dos quilombolas, e os apontamentos e análises por parte dos mediadores das oficinas. Em todos os territórios ficou explícita a presença de impactos prejudiciais à vida da comunidade.

Palavras-chave: Terra quilombola; cartografia social; impacto psicossocial.

Abstract

This article is a synthesis of a psychosocial opinion to investigate the psychosocial impacts of a Federal road on the lives of residents of three locations – quilombos – in the State of Maranhão. The demand for rights by the affected traditional communities is part of a National Campaign through prior consultation with the traditional peoples of Maranhão. With the presence of a Psychologist, a Geographer and a Popular Educator, -authors of this report- as mediators, it was possible for various dimensions and factors of the psychosocial impacts suffered collectively over decades to be brought and identified by quilombolas. It is of fundamental importance to approach psychological and social aspects in an integrated manner, commonly omitted from the institutional scope by public authorities, given that psychosocial aspects are not considered the scope of the environmental impact study to obtain authorization by the entrepreneur. The psychosocial approach allows social subjects



to talk about themselves and expose their issues, and to collectively elaborate the effects of the work on their individual and collective lives. These are the forms of relationships, affections, spaces of joy, pain or fear that generate dynamics of socialization, mobility, and therefore the possibility of reproducing their way of life, affected in a significant and permanent way by major works. We present how the workshops were carried out, the issues raised by the quilombolas, and the notes and analyzes by the workshop mediators. In all Territories the presence of harmful impacts on community life was clear.

Keywords: *Quilombola land; social cartography; psychosocial impact.*

Apresentação

O presente artigo é uma síntese do parecer sobre os impactos psicossociais da rodovia BR135 nos territórios quilombolas de Joaquim Maria, no município de Miranda do Norte, e Santa Rosa dos Pretos e Santa Maria dos Pinheiros, no Município de Itapecuru-Mirim localizados no estado do Maranhão.

O documento foi produzido a partir de uma demanda do conjunto de entidades, ativistas e militantes dos quilombos e daqueles que apoiam a luta dos quilombos da região de Itapecuru. Coordenados pela associação e coletivos de moradores desses territórios, foi organizada a realização desse parecer como documento a ser apresentado à Defensoria Pública do Estado do Maranhão. Seu objetivo foi contribuir com informações qualificadas nas ações judiciais a respeito da duplicação da BR 135, estrada federal que corta as terras quilombolas.

O parecer tem como autores três profissionais de distintas áreas: Um psicólogo, uma geógrafa e uma educadora popular. São eles, respectivamente: Bruno Simões Gonçalves, Patrícia Yamamoto e Josicléa Pires da Silva. A educadora popular Josicléa é uma moradora e líder do quilombo Santa Rosa dos Pretos.

Por uma opção consensuada entre os autores, o termo “dor” foi estabelecido como categoria afetiva política central para estabelecer o efeito psicossocial central da construção e possível duplicação da BR135. Importante salientar que a escolha dessa categoria é parte do trabalho interdisciplinar realizado, não sendo ela uma categoria específica da ciência psicológica

Outro aspecto importante a ser ressaltado é a utilização de técnicas de educação popular na confecção das cartografias socioafetivas. Essa ferramenta potencializou a participação da comunidade na elaboração das análises realizadas para construção do parecer. Os espaços das oficinas possibilitaram um debate e uma construção de nexos e articulações extremamente significativos para a elaboração do documento. Além disso, possibilitaram um espaço de fortalecimento na organização dos moradores de distintos territórios.

A construção do parecer

Tendo em vista a iminência da possibilidade de duplicação da BR- 135 por parte do DNIT, e a reivindicação por direitos por parte das comunidades tradicionais afetadas, que realizam Campanha Nacional pela consulta prévia aos povos tradicionais do Maranhão,



foram realizadas oficinas nos territórios quilombolas de Joaquim Maria, no Município de Miranda do Norte, e Santa Rosa dos Pretos e Santa Maria dos Pinheiros, no Município de Itapecuru-Mirim, a fim de identificar os impactos psicossociais sofridos coletivamente a partir de 1942, com o início da construção da BR-135. Com a presença de um psicólogo, uma geógrafa e uma educadora popular, - autores do presente relatório - como mediadores, foi possível que diversas dimensões e fatores dos impactos psicossociais sofridos coletivamente ao longo de décadas fossem trazidos e identificados pelos quilombolas. Posteriormente um encontro coletivo foi realizado entre os Quilombos.

Os três quilombos sofrem igualmente a perda de seus territórios invadidos por megaempreendimentos. Em todos os relatos foi unânime a questão de que já estavam estabelecidos no território muito antes de qualquer empreendimento chegar, desde o século XVIII. São dois linhões da Companhia Energética do Maranhão (CEMAR) e três da Eletronorte, três estradas de ferro – uma via da Transnordestina, que liga São Luís (MA) a Teresina (PI), e duas da Estrada de Ferro Carajás (EFC), da Vale S.A. – e a própria BR 135, que devido a intenção de duplicação motivou a realização das presentes oficinas, além das invasões de terra por terceiros.

É de fundamental importância a abordagem de forma integrada dos aspectos psicológicos e sociais, comumente omitidos do âmbito institucional pelo poder público. A abordagem psicossocial pretende que os sujeitos sociais falem de si e exponham suas questões, principalmente quando estas questões conflitam diretamente com o discurso e a visão de interesse social do empreendedor. São as formas de relações, os afetos, os espaços de alegria, de dor ou de medo que geram dinâmicas de sociabilização, mobilidade e, portanto, da possibilidade de reprodução do seu meio de vida, afetados de forma significativa e permanente por e análises por parte dos mediadores. Em todos os territórios ficou explícita a necessidade de se falar da dor, tão conhecida, sentida e subjetivada.

Os encontros foram realizados com a participação entre 15 a 20 pessoas e levando cinco horas em média.

A idade dos participantes foi variável, indo dos dezoito anos até maiores de oitenta anos. A grande maioria tinha idade entre quarenta e sessenta anos.

As oficinas tiveram grandes obras, como é o caso presente de territórios quilombolas invadidos e afetados negativamente pela BR-135. Apresentamos como as oficinas foram realizadas, as questões expostas por parte dos quilombolas, e os apontamentos um momento inicial de apresentação, por parte do psicólogo de como ocorreria e quais seus objetivos. Em seguida foi realizada uma conversa coletiva, de contextualização e socialização dos sentimentos relacionados com a chegada da BR-135 e com a ameaça de duplicação.

Algumas das perguntas orientadoras foram:

“Quais são as emoções que a estrada traz e quais acontecimentos geraram essas emoções, afetos e sentimentos?”

“Quais as histórias coletivas e que se passam na estrada?”

“Quem tem alguma história pessoal ou da família pra contar?” (Qual história da vida pessoal e familiar inclui a estrada?)



“Quem lembra como era antes? O que mudou? O que acontecesse tempo?”.

A partir desta conversa coletiva em que diversos aspectos foram suscitados, procedeu-se a elaboração de um mapa coletivo, representando a cartografia espacial socioafetiva (das emoções e sentimentos) do quilombo, cujo propósito foi criar um ambiente compartilhado com a representação espacial dos aspectos considerados de maior importância para o coletivo, realizando grande desenho e completando os espaços com experiências, sentimentos, afetos, fatos que remetam às dinâmicas psicossociais das transformações no território. Todos foram convidados a desenhar sobre o papel de *flip-chart* colocado sobre uma mesa central, e a pegarem lápis/caneta e desenhar locais considerados de referência, sem qualquer preocupação em atender a critérios de representação da cartografia oficial. Partiu-se da presença da BR-135 como referência, por ser principal objeto da discussão.

Após essa estruturação inicial do mapa, foram representados lugares importantes para a coletividade como: exemplo a escola, a igreja, pés de árvores, poços comunitários, postos de saúde, espaços de encontro, espaços de lazer, praças, lugares de realização de festas, espaços religiosos, associações, etc.. Também foram representados espaços que criam tensionamentos, como fazendas e outras propriedades, construções do Estado, empreendimentos, espaços comerciais, etc. A etapa seguinte foi identificar os afetos existentes e relacionados aos lugares. Acordou-se uma legenda para estes afetos e sentimentos, e as pessoas foram preenchendo os lugares com os símbolos que representavam estes afetos.

Relatório das oficinas

Oficina no Quilombo Santa Rosa dos Pretos

Território Quilombola Santa Rosa dos Pretos, Município de Itapecuru-Mirim/Maranhão

Nesta primeira oficina realizada no Quilombo Santa Rosa dos Pretos, a maioria das pessoas presentes são moradoras próximas de onde a BR-135 está hoje.. O encontro aconteceu no quintal de uma família, a 50 metros de distância da rodagem, como barulho constante dos veículos que tornou muitas vezes os relatos inaudíveis e que precisaram ser repetidos.

Processo de exclusão, segregação e medo trazidos pela BR-135

Seu Libânio, ancião do território, relata que nasceu na beira do caminho, quando a estrada não existia. Morou também no caminho do Boi, onde na época em que foram escravizados, se carregava o Barão nas costas e se transportava a mercadoria, e havia outro caminho que cortava o território quilombola que ia para Itapecuru. Na beira desses caminhos ficavam os quilombos. Em 1942 foi quando passou o primeiro pico da estrada, a linha para abrir a estrada, e já estavam ali morando.



Mortes e traumas coletivos

Os quilombolas relataram inúmeras perdas de parentes e conhecidos atropelados na BR, reconsiderados como assassinados devido à condução agressiva dos motoristas, bem como o testemunho de cenas violentas que estão registradas como traumas, e marcados de forma muito profunda.

Relatam que Maria José, moradora do Quilombo Barreira Funda, teve seu filho assassinado pela BR-135 há mais de 32 anos. Falam que até hoje ela sente a mesma dor de quando o assassinaram,

Dona Maria da Conceição teve sua filha assassinada com 11 anos indo para a escola. *“(…)No dia que isso aconteceu eu estava lá, tinha uma série de crianças, e todas viram tudo acontecer, e isso ficou na cabeça de todo mundo que estava ali, a gente ficou parado na porta da escola e viu ela atravessar para ir para casa.*

Foi somente após este assassinato que o governo construiu um quebra-molas na rodovia, próximo à escola, aproximadamente em 2010. Os traumas advindos dos assassinatos que ocorreram na BR-135 tiveram suas localizações representadas no mapa. São locais onde as pessoas evitam passar, e quando passam a memória é reavivada e há dor.

Violência sonora

A violência sonora constitui-se não só devido ao barulho alto, constante e ininterrupto da passagem de caminhões, veículos de carga, carretas, entre outros, mas também daqueles sons associados a traumas, que fizeram permanecer nas pessoas o reflexo e a iminência de novas tragédias.

Houve dificuldade em se encontrar a forma mais adequada de representar a violência sonora no mapa, pois seu impacto é significativo, imensurável e percorre toda a extensão linear ao longo da rodovia que invade o território.

Confecção do Mapa

A partir da observação dos desenhos realizados, foi feito um levantamento dos afetos psicossociais presentes. Com base nesses afetos e nos respectivos sinais indicativos, foi sendo criada uma legenda.

Observou-se que a maioria dos impactos permeiam toda extensão da BR e margens, de forma constante, não sendo possível definir locais específicos de sua ocorrência. São eles: o barulho alto e constante, a possibilidade iminente das freadas, de batidas e buzinas; o medo constante de estar com o corpo próximo à rodovia. A poluição sonora também é muito intensa e forte próxima aos quebra-molas, onde as pessoas freiam para passar.

Os afetos psicossociais legendados e seus pontos de expressão foram:

Árvores – pequizeiros e azeitonas; essas árvores foram desenhadas (e legendadas) devido a principalmente dois aspectos:

O primeiro é referente à importância socioafetiva identificada no pequizeiro



secular que se encontra no Quilombo. Foram relatados vários acontecimentos de nível pessoal, coletivo e espiritual nos quais o pé de pequi tem um papel central

Além disso as árvores constituem importante barreira física de proteção das moradias, pois em diversas situações de acidentes os carros não avançaram sobre as casas porque foram barrados por essas árvores.

Poluição sonora: Houve uma representação bastante evidente do sinal referente à poluição sonora trazida pela estrada. O som constante de automóveis foi representado ao longo de toda a extensão da estrada, identificando sua presença de maneira significativa em todo o território.

Buzinas e freadas: A representação do sinal que indica a presença de sons de buzina e de freadas também foi feita ao longo de toda a extensão da rodovia, em especial perto dos pontos com quebra-molas.

Insegurança físico-emocional: Como as duas legendas anteriores, a representação de insegurança físico-emocional também aparece ao longo de toda a estrada e expressa a sensação de perigo iminente de que algum acidente possa acontecer.

Letal: Um dos sinais escolhidos foi a representação de acidentes letais relacionados à existência da estrada. São pontos onde as pessoas frequentemente relatam se sentir muito mobilizadas emocionalmente pela memória de acontecimentos com desfecho demorte devido aos assassinatos na estrada.

Medo/mão branca: A representação do medo é bastante significativa. Ela aparece, a partir da conversa coletiva realizada durante a oficina, É como se, reunindo todos os afetos e implicações da presença da estrada, o medo fosse o fio comum a ligar todos eles.

A discussão sobre a cartografia e a observação do mapa realizado foram acontecendo a partir da feitura da legenda socioafetiva. O conjunto de afetos e acontecimentos trazidos foram sendo elaborados coletivamente durante a realização de toda a oficina, sendo a construção da legenda seu momento de síntese.



Desenho 1: Cartografia socioafetiva do Quilombo Santa Rosa dos Pretos. Fonte: desenho coletivo elaborado na Oficina Cartografia socioafetiva do Quilombo Santa Rosa dos Pretos.



A reunião começa com o relato de que o DNIT invadiu a área da casa de Seu José do Carmo Rocha e Dona Maria. Tal ação foi sentida por todos, que testemunharam a ação do órgão e temem pelo o que pode vir a acontecer no futuro.

Trata-se um cratera aberta, profunda, em frente à casa do casal que, com as chuvas intensas, arreventou e inundou a casa.

Ednete Lisboa, do povoado de Capotal (próximo ao Quilombo), relata sobre a dor sofrida com a Estrada de Ferro Carajás atravessando o povoado. A empresa Vale S. A. tem intenção de agravar a situação com a triplicação da ferrovia, que hoje já se encontra duplicada. O trem, que mede mais de 3 quilômetros, demora mais de uma hora para passar.

Vidas em risco, o acesso à escola

Em Colombo a BR-135 divide a Escola da maioria dos moradores, pois para acessar a escola é necessário atravessar a estrada e todos se colocam em risco.

“(...) Meu sobrinho saiu, e ficou entre os caminhões na BR, com 03 anos, os motoristas não respeitam, alguns se sensibilizam e os outros que vem atrás não



respeitam, não tem sinalização nenhuma de que tem a escola. Pela manhã é o mais complicado (...)”, relata Maria do Livramento.

Violência sonora - Como se escutar?

É unânime entre os presentes os problemas advindos do barulho da estrada. A proximidade da BR à Escola faz com que todo barulho, alto e constante, adentre as salas de aula, prejudicando a concentração dos alunos e esgotando a capacidade de voz dos professores.

“(...) as criança não se concentra naquilo que a gente está fazendo, o diálogo. Aqui na Igreja, se não tiver o microfone, o outro não escuta aquilo que estamos querendo transmitir. Se na igreja é difícil, imagina na escola (...) a gente começa a conversar baixinho, e depois vai aumentando, por causa do barulho, e vai aumentando a voz de repente nossos filhos estão falando: ‘mamãe, a senhora está gritando’ (...) Aqui tem muitas pessoas com problemas de audição, mas não sabemos se é por causa da BR”, fala Maria José.

Mortes e traumas coletivos

“(...) Um motorista, se ele botasse na cabeça a vida dele e a dos outros, não era para ele andar naquela velocidade, porque aqui pode passar um boi, uma criança, um animal, ele devia ter a noção de diminuir a velocidade (...)” – Fala Rafael, que relata com dificuldade a perda de um irmão que estava de bicicleta no acostamento.

Da mesma forma como ocorre em Santa Rosa dos Pretos, em Colombo os relatos de parentes que morreram (foram assassinados) e aqueles que quase morreram na BR, não são diferentes. As infraestruturas colocadas pelo DNIT só ocorreram após a morte dessas pessoas seguida de uma intensa reivindicação por parte dos quilombos.

Processos de exclusão, segregação e medo trazidos pela BR-135

Relatam que com o começo do trânsito de pessoas desconhecidas nos quilombos, após a construção da BR, os quilombolas passaram a se trancar, a não ficar mais na porta de casa, e a botar grades nas portas e janelas. Há perda de sociabilidade das pessoas mais velhas, à noite evitam de ir às cerimônias que acontecem na igreja porque ficam com medo de andar perto da BR, bem como não se sentem seguras para atravessar a estrada.

É mencionado que o Bispo da Diocese analisa que as comunidades atravessadas pela BR são muito mais difíceis de trabalho.

A partir dos desenhos realizados e da discussão prévia sobre os efeitos psicossociais da estrada, foi criada uma legenda na qual podiam ser identificados os lugares onde esses afetos mais apareciam.

Os afetos psicossociais legendados e seus pontos de expressão foram:



Dificuldade de aprendizagem: O sinal de dificuldade de aprendizagem foi colocado ao lado das instituições de ensino, na escola e nas casas, nas igrejas e escolas dominicais. Pela forte presença do tema durante a oficina, é possível indicar que essa é uma das problemáticas centrais e que mais atingem as famílias.

Medo e nervosismo: O sinal de medo e nervosismo foi colocado em Capotal devido à presença constante do trem e de seu som extremamente alto. Foi colocado na BR nos entroncamentos das estradas, local de muitos acidentes, assim como nos quebra-molas.

Falta de liberdade e autonomia: A falta de liberdade foi sinalizada em diversos locais e em pequenas aglomerações de casas ao longo da estrada. Também foram sinalizadas nas instituições escolares. Este sinal está muito relacionado ao perigo constante de atropelamento.

Tristeza/Morte: O sinal de tristeza foi desenhado praticamente em relação direta como sinal de morte. A identificação entre esse afeto e o luto é bastante evidente.

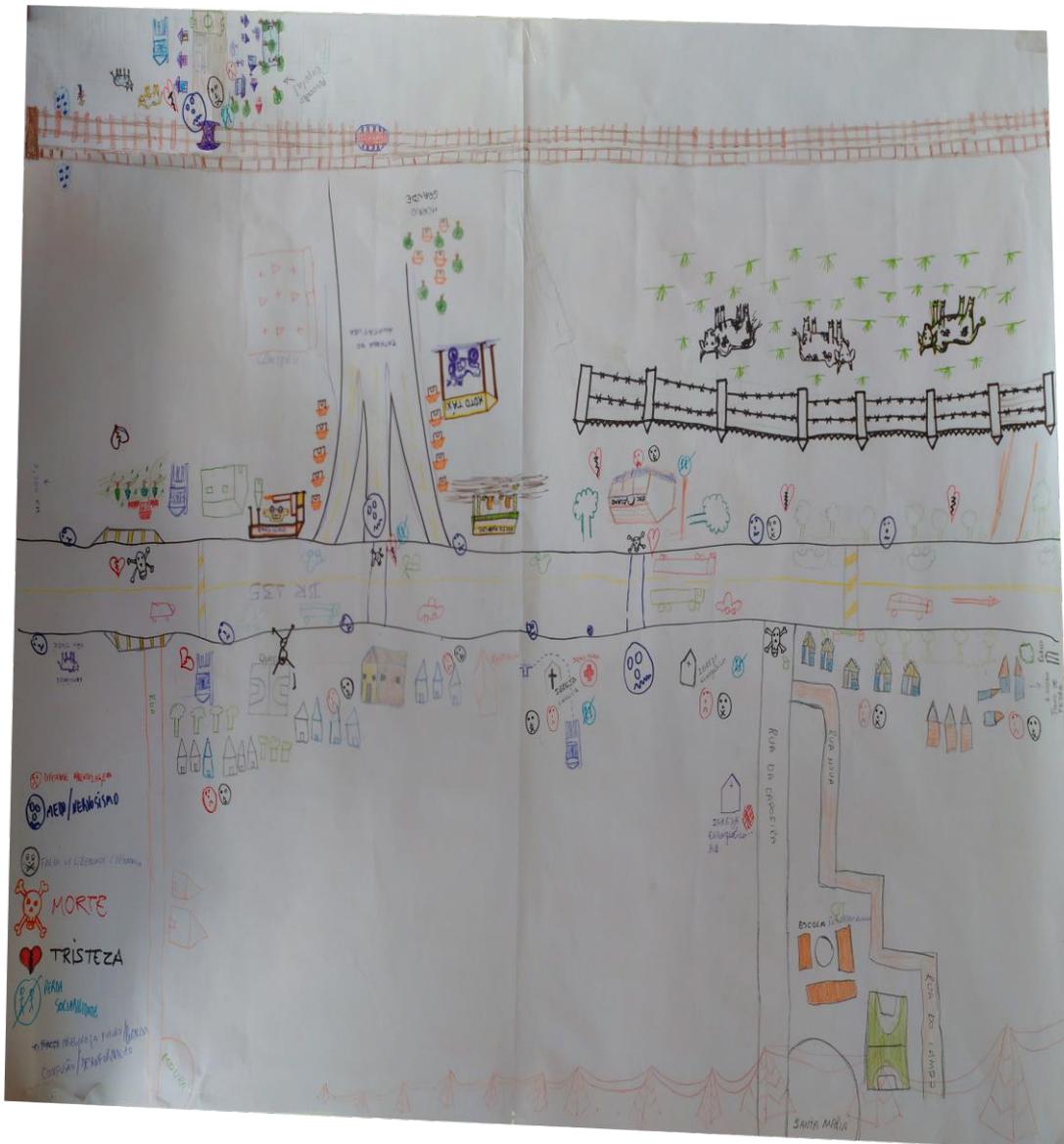
O sinal de morte está presente principalmente nos locais onde houveram acidentes letais/assassinatos. No momento de desenhar o local dos assassinatos, o pai da pessoa que foi assassinada fez questão de identificar exatamente este local.

Perda de sociabilidade: A perda de sociabilidade foi sinalizada em lugares onde acontecem encontros comunitários, como escolas e a igreja. A dificuldade das pessoas de estarem presentes nesses locais devido à presença da estrada é bastante sentida e foi muito relatada.

Observou-se que parte dos comentários realizados foram elaborações que decorreram do contexto da oficina, da possibilidade de se elaborar o conhecimento e a dor coletivamente. A apropriação pelos participantes da produção coletiva do conhecimento é um dos principais objetivos da cartografia social, pois ao conseguir visualizar o território de maneira ampla e compartilhada.



Desenho 2: Cartografia socioafetiva do Quilombo Colombo. Fonte: desenho coletivo elaborado na Oficina Cartografia socioafetiva do Quilombo Colombo.



Oficina no Quilombo Joaquim Maria

Estão presentes na oficina quilombolas que residem no território e familiares que estão morando em outros locais, bem como dois moradores de Pindoval preocupados com a possibilidade de duplicação da BR-135, mas não quilombolas. Vale mencionar que chamou a atenção a presença majoritária de homens.

A oficina é realizada no espaço comunitário de Joaquim Maria, a 8 km da BR-135, desta forma foi muito contrastante a possibilidade de escuta entre as pessoas, sem o barulho da estrada.



Processos de exclusão, segregação e medo trazidos pela BR-135

Luis Carlos Babosa, membro da diretoria da luta quilombola, começa a reunião questionando a fala do DNIT em reunião realizada na Defensoria Pública da União, no dia 09 de agosto de 2018. Nesta reunião a autarquia caracterizou os impactos da duplicação da BR-135 como indiretos para os quilombos. Luis enfatiza como um absurdo pois somente existem impactos diretos ao território quilombola, e como poderia a autarquia definir o que é indireto se o modo de vida e todos serão afetados diretamente. Além da extensão física que a duplicação ocuparia, seriam estendidos para cada lado das margens nova faixa de domínio, reduzindo de forma extrema o território quilombola que já está espremido.

Apesar de o centro comunitário e a maioria das moradias, mas não todas, estarem distantes da BR-135, o Quilombo Joaquim Maria sofre inúmeros impactos advindos da incessante perda de suas terras. Descreveram de forma dolorosa todo o processo de perda de seu território, que acarretou a perda de seus familiares para outros locais distantes, das incessantes invasões, tanto por parte de fazendeiros, como o caso da fazenda da juízaque se apropriou de grande extensão de terras em um processo violento de expulsão dos moradores com a derrubada de casas, quanto por parte dos megaempreendimentos que invadiram, sem qualquer consulta ou indenização. A possibilidade iminente da duplicação da BR-135 se torna aterrorizante e reaviva os traumas que vem sendo sofridos. Os quilombolas enfatizam que querem permanecer aonde estão, e não querem dinheiro para ter de ir a outro lugar: *“A BR não é boa, eles vão dizer que se não quer vender e não quer dinheiro, vão viver de que? Nós queremos viver nas nossas casas”*, enfatiza um senhor.

Foi relatado que funcionários do DNIT perguntaram quanto foi gasto nas casas, pra saber quanto dar, mas relatam que o DNIT não quer indenizar por mais de trinta mil pelas casas, e que não é possível valorá-las. Além disso, a maioria das casas de Joaquim Maria são de barro e é dito que o DNIT não as reconhece e não querem indenizar por elas.

Há diversas plantações nos quintais, e não há outros lugares para fazê-las. Caso a duplicação ocorra vão derrubar as casas e as plantações, e perderão tudo, os poços, os pés de árvores frutíferas produtivas, além de que a principal fonte de renda do quilombo é a farinha de mandioca.

A escola também está localizada próxima à BR, assim como o posto de saúde e outras estruturas públicas. Estudam nesta escola alunos de diversas comunidades próximas, e os de Joaquim Maria precisam atravessar a estrada para chegar à ela. Não diferente é para os idosos acessarem o posto de saúde, além dos comércios também estarem do outro lado, e questionam como essa situação já complicada ficaria com a duplicação da BR. Ainda em relação à escola, identificam da mesma forma problemas de aprendizagem devido ao barulho constante da estrada.

Os quilombolas também enfatizam que estão na área muito antes do DNIT e de qualquer estrada chegar, mas que o órgão se posiciona como se a área fosse deles, e nunca houveram indenizações aos Quilombos.

Além das demonstrações de descaso e atropelo da autarquia, outras duas questões foram colocadas em relação à BR. A primeira é de que no trecho em que a BR atravessa



Pindoval, a estrada está em nível extremamente elevado, chegando a coincidir com a altura dos telhados das casas. Este nível existente que separa fisicamente ainda mais os moradores entre as duas margens da estrada tem relação histórica com o racismo, pois foi a partir de uma briga que ocorreu devido a um casal de pessoas negras terem sido barrados na entrada de uma festa de brancos na década de 60, que na época a via foi elevada para que um lado não fosse visto pelo outro, separando o que passou a ser chamado na época de Pindoval dos Carneiros e Pindoval dos Pretos. A vontade atual dos moradores é de que o nível da estrada retorne ao nível do solo, rompendo com essa divisão física existente. É ainda agravante que ao não considerar essa questão junto às pessoas, o DNIT planeja realizar a duplicação avançando a estrada sobre a altura das casas adjacentes. A segunda questão é que informaram que o túnel de passagem do igarapé sob a rodovia é suficiente para que pedestres a atravessem. Ocorre que justamente por tratar-se de passagem com fluxo de água, além da lama, no inverno a passagem ficaria totalmente interdita e impossibilitada de ser realizada. Demonstram intensa preocupação com a inexistência de condições seguras para que mulheres, crianças e idosos possam realizar tal passagem em um túnel escuro sob uma rodovia de alto tráfego.

O Senhor José Maria Barbosa Lemes, de Pindoval, relata que o DNIT disse que ia tirá-lo da casa dele, e chegaram derrubando as mangueiras de manga rosa: “(...) *Eu tenho as azeitoneiras ali que cresceu na água que eu fui regando, e as crianças sobem lá e vendem na estrada depois (...) Estou preocupado.*”

Remontam à história do início da chegada de pessoas de fora nas terras, com a chegada de um casal do Ceará, chamado Carneiro, que começaram uma família, que foi crescendo e se dividindo. Os Quilombos já existiam antes dos Carneiros chegarem, mas eles chegaram foram trocando terra por coisas que eles ofereciam. Na época só existia Pindoval dos Pretos, depois o Olho d'água dos Carneiros. No entanto o território todo era Pindoval dos Pretos.

Apesar de o centro comunitário e a maioria das moradias, mas não todas, estarem distantes da BR-135, o Quilombo Joaquim Maria sofre inúmeros impactos advindos da incessante perda de suas terras. Descreveram de forma dolorosa todo o processo de perda de seu território, que acarretou a perda de seus familiares para outros locais distantes, das incessantes invasões, tanto por parte de fazendeiros, como o caso da fazenda da juíza que se apropriou de grande extensão de terras em um processo violento de expulsão dos moradores com a derrubada de casas, quanto por parte dos megaempreendimentos que invadiram, sem qualquer consulta ou indenização.

O sentimento é de dor, agravado com a perspectiva do DNIT que, diante de todo esse processo histórico trata os moradores como invasores. Há também o medo de que com a duplicação da BR as famílias sejam ainda mais divididas. Todos se preocupam pois sequer teriam para onde ir.

Confecção do Mapa

A oficina em Joaquim Maria foi bastante distinta das duas outras realizadas, pois o interesse em conversar sobre os afetos relativos aos impactos da estrada estavam



intrinsecamente ligadas à divisão de seu território e expropriação de suas terras, que ficará agravado com a possibilidade de duplicação. Houve um debate muito grande sobre quais regiões, quilombos e construções deveriam ser representados no mapa, em razão do seu processo histórico marcado por violências e expropriações de diferentes ordens.

A construção da cartografia é uma elaboração coletiva da própria história do território. No caso de Joaquim Maria, essa história é marcada por pontos difusos, pois em muitas das áreas eles estão impedidos de acessar, e criar uma representação visual exigiu uma elaboração para a representação coletiva deste processo histórico.

O processo histórico de invasões emergiu como principal tema a ser trabalhado e cartografado em relação à preocupação sobre a duplicação da BR. Como resultado, embora haja uma legenda realizada – os sinais foram assassinato, dificuldade de aprendizagem e medo –, a cartografia pôde adquirir seu maior sentido na espacialização dos territórios que foram expropriados, invadidos e hoje são fazendas de outros proprietários.

Além da presença das atuais fazendas no território, é importante frisar a representação dos linhões de transmissão de energia da Eletronorte e CEMAR. Assim como no caso da estrada de ferro da empresa Vale na cartografia de Santa Maria dos Pinheiros, a presença de outra grande obra na região aparece em um contexto de leitura mais ampliada do processo histórico de uso do território por grandes empresas, em detrimento da vida dos moradores locais.

Após a observação da cartografia realizada, o grupo percebeu que o Quilombo Joaquim Maria é uma ilha em meio a um conjunto de terras expropriadas, de um imenso conjunto de fazendas e empreendimentos. Essa percepção levou à criação de uma nova legenda, a de *injustiça social* que sintetiza esse processo de expropriação, que vem ocorrendo há muitas e muitas décadas.

O encerramento teve como traço principal a reafirmação dessa síntese. Em relação à possibilidade de duplicação da estrada, após elencarem esse conjunto de argument

Incluídos aqui aqueles mais relacionados à BR-135 – todos se mostraram contra a duplicação da BR-135, e os sentimentos coletivos de medos, inseguranças e dores que a possibilidade de sua duplicação representa, indicam claramente os impactos psicossociais negativos e somatizados.



Desenho 3: Cartografia socioafetiva do Quilombo Joaquim Maria. Fonte: desenho coletivo elaborado na Oficina Cartografia socioafetiva do Quilombo Joaquim Maria.



Encontro coletivo

O Encontro coletivo com quilombolas dos três territórios foi na igreja do Quilombo Colombo, por estar localizada entre os dois outros territórios. Estiveram presentes um grupo de pessoas de cada um dos territórios.

Cada representante apresentou aos demais as questões que foram socializadas durante as oficinas, e depois houve um momento de discussão e análise conjuntas. Colocamos aqui algumas das falas desse momento de socialização, mesmo que repetindo alguns dos aspectos já expostos anteriormente, eles também representam o que ficou de marcante.

Para a socialização das sínteses, os mapas desenhados foram dispostos no espaço da igreja para todos observarem.

Apresentação de Joaquim Maria

Os presentes do Quilombo Joaquim Maria deram início à apresentação, com o relato de Luis Carlos e Edivaldo Correia sobre o processo de invasões que se sucederam no território: “(...) *A nossa história não é diferente da história de ninguém aqui, a única diferença são os fazendeiros.*(...)”

Luís aponta os locais onde houveram assassinatos por atropelamentos, e comenta que não estão contadas ainda as pessoas que passam dias machucadas, sem poder andar,



vítimas de atropelamentos não letais. Sobre os chamados impactos indiretos pela autarquia federal, Luís enfatiza: “(...) *Tinha uma mangueira em frente a casa do Seu Martins, chegaram e cortaram [o DNIT], ali vinha gente de outros lugares pegar, e ela vai fazer falta porque não está mais ali pra gente suprir as necessidades. Afeta muito o quilombo, as crianças que atravessam a BR para ir à escola, a mangueira que eles cortaram que todo mundo se alimentava dela, essa coisa de impacto indireto não existe, todo mundo precisa atravessar a estrada, se a estrada mata meu amigo, vão dizer que isso afeta indiretamente?! As crianças e os idosos são os que mais nos preocupam (...)*”.

Ao explicar a legenda do mapa, Luís coloca a dor de luto pelas mortes que ocorreram e as famílias que se afastaram para outras cidades: “(...) *não temos mais contato com o mundo, a filha de Dona Maria, de Seu Antônio que teve a casa derrubada pelo trator....*

“era pegar a criança, botar no colo e sair, em uma semana uma mulher faleceu de tristeza, parou de comer, depressão. Tudo isso é um sentimento, é raiva, é frustração, a gente não tinha o conhecimento que a gente tem hoje que as coisas poderiam ter sido diferentes, e a BR vem e vai separar de novo o nosso povo. Se a BR passa, vão colocar as pessoas aonde? Novamente vamos ser separados por obras do meio empresarial (...)”.

Dona Anacleta, de Santa Rosa dos Pretos, fala: “*Diante de todo traçado que estamos vivendo hoje, isso é um resgate de uma vivência, e eu me lembro do sofrimento que está dentro da gente, essa cicatriz não sai, ela vem de geração a geração, a gente vê uma grande fazenda negociada com o agronegócio. (...) Vejam o ponto que chegamos, estamos mortos de tanta perseguição (...). Eu vejo Joaquim Maria, temos que respirar, a nossa realidade é a mesma. Temos que entender que o linhão, a ferrovia, os eucaliptos, a soja, é essa moléstia da BR 135... por onde vem os vagões do trem?! Pela BR (...)*”.

Seu Sebastião, de Capotal, comenta: “(.) *Eu sou vítima de duas pessoas que eu perdi nessa BR, duas pessoas que a gente não tem mais envolta na nossa família, e quero me unir a essa luta, eu sou um dos prejudicados dessa BR, temos que ter uma saída para não acontecer mais o que aconteceu*”.

Apresentação de Colombo/Santa Maria dos Pinheiros

Dona Ana dá início: “(...) *Nosso caso não é diferente de Joaquim Maria, também somos cercados pela ferrovia e pela Eletronorte, nós estamos bem espremidos no nosso território. Fizemos as ruas, conhecida como a rua da capoeira, fizemos [aponta no mapa] a entrada de Anajatuba, onde tem muitos símbolos de tristeza e morte, e algumas casas na margem da BR, a escola que toda hora estamos preocupados de atravessar nossos filhos, as duas igrejas, só na BR são 3 poços, a quadra esportiva, várias árvores tudo isso que será destruído com essa duplicação. E com esse problema foi a despertarção [mostra a casa de Seu José e Dona Maria no mapa], foi o que abriu nossos olhos e a nossa mente, (...) juntamos as mãos e paralisamos a obra do DNIT, mas o prejuízo já estava, eles cortaram as árvores deles, a casa dele como nós sabemos*



ficou com um buraco enorme, ali nunca foi resolvido a situação. Em Anajatuba é um problema a entrada, houveram mortes, pessoas morreram e a comunidade se manifestou, o DNIT fez 03 quebra-molas e depois de uma reforma na estrada eles engoliram um quebra-molas, e mesmo assim os motoristas não respeitam essas duas lombadas. Os motoristas não respeitam, não temos uma sinalização de onde é a escola, uma faixa de pedestre. No período da manhã são mais crianças de 03 a 10 anos, é muito perigoso, e temos uma lida muito grande para atravessar essas crianças, é muito perigoso, se um motorista pára, a gente não atravessa mesmo assim, se um pára tem um que atravessa com tudo, á teve um caso de uma mulher que ia atravessar, o carro parou e o outro veio com tudoe derrubou ela e a criança, então nosso cenário não é diferente de Joaquim Maria... temos o Quilombo Morro Grande na entrada de Anajatuba...E foi colocado aqui a linhade ferro, e eles estão sufocados e espremidos igual a gente está aqui, e eles podem dizer a experiência deles”.

Dona Ana coloca que os alunos tem muita dificuldade de aprendizagem na escola por causa do barulho, e que os professores relatam frequentemente problema de garganta porque precisam falar constantemente muito mais alto por causa do barulho para os alunos ouvirem e questiona: “...então vamos imaginar com a duplicação o que seria?!”.

Apresentação de Santa Rosa dos Pretos

Dona Anacleto: “(...) tudo tratado com o DNIT é o meio ambiente, e a gente entende que o meio é a metade, quando eles deveriam tratar por completo. Pra eles é o beneficiodireto e indireto, porque a ação deles é direta, tudo é espaço, quando o DNIT vem com essa complicação deles, eles querem terra para botar mais um pedaço de asfalto e a gente vê como não faz diferença pra eles, mas esses matos, ele é um corpo só, pra eles tem o benefício de tomar as terras pro asfalto. Quando Santa Rosa dos Preto começou, não foi fácil, como Luis diz, traçou uma fazenda, traçou uma BR e a gente foificando invisível (...) Nós começamos como um meio da Santa Rosa dos Pretos [aponta o mapa], e deixamos um começo. Começamos da igreja do Divino Espírito Santo...a tradição do festejo tem mais de 250 anos. (...) Em frente a igreja tem um quebra mola (...)”. Mostra as casas, com o símbolo de um pássaro preso que representa a insegurança.

Bruno analisando o conjunto das oficinas fala sobre **o medo das freadas**, que próximas ao quebra-molas estressam demais as pessoas em todas as casas, porque ocorre a memória da emoção de um assassinato, de alguma coisa ruim que pode ter acontecido. **E isso, esses acúmulos, geram sentimentos, que as pessoas depois podem brigar umas com as outras**, assim como o estresse em Capotal, que afeta diretamente as pessoas o tempotodo. Também relembra o que foi falado sobre o pequizeiro centenário, que a espera pelospequis embaixo da árvore gera um espaço de socialização muito importante que não é só relativo ao comer o pequi, e todas essas questões são impactos de cunho psicossocialsofridos coletivamente.

“(...) Esses bonequinhos que representa os assassinatos, estão muito repetidos né, isso é uma questãoa gente fez o mapa para traçar as coisas, mas eu vejo quando o



companheiro expressa a perda de uma filha na saída de São Luis na BR-135, aquilo que a gente falou muito, a insegurança está na BR toda, não só no Quilombo de Colombo, o companheiro perdeu o irmão em Colombo, mas perdeu a filha lá na saída de São Luis né, então essa insegurança está na estrada toda (.) a questão da dor renovada são esses marcos, porque toda hora que você passa naquele lugar que aconteceu as coisas, você lembra, e está compreendido que o responsável disso que é essa besta-fera”, fala Dona Anacleta.

“(...) Hoje às vezes a gente se depara, todo mundo tem direito. O DNIT diz que é direito do Governo de duplicar a BR, e aonde ficou o dever? (...)”, diz Anacleta, e Josiclea complementa: “(...) Trazendo essa questão de pensar em uma Consulta Prévia (...)...é indenização, compensação...tem uma coisa só que precisa ser reparada, a gente não quer outro mal, a gente quer a reparação do que está aí. A gente não quer porque ela só trouxe mal e só trouxe fome. Os igarapés foram destruídos para que os carros passassem. É preciso sim reparar alguma coisa, e é o mal que já tem, (...) temos coisas a serem reparadas. (...) O DNIT não quer saber. Se voltarmos lá atrás, a reparação é muito anterior, e não podemos permitir de forma alguma que se aumente a dor, que se aumente a fome (...). A BR nos liga com muitas comunidades e territórios pela dor (...).

Análise e conclusões

A oficina serviu também como um espaço de amadurecimento conjunto das dores e doconhecimento coletivo desses acontecimentos.

A partir dos relatos e das cartografias produzidas nas oficinas realizadas, bem como do encontro coletivo, foi observado que a dor é preponderante, acumulada e renovada ao longo do tempo, pois suas causas não cessaram de acontecer, pelo contrário, foram intensificadas, com o aumento do tráfego de veículos de carga e automóveis, barulho e velocidade dos veículos ao longo dos anos. Há revolta, indignação, insegurança e medo, além da perspectiva de agravamento dessa dor, com a possibilidade de duplicação da BR, devido às incertezas de para onde iriam morar as centenas de famílias próximas de onde a BR se instalou, de que forma, em quais condições e recursos, e à intensificação de todos os aspectos que geram hoje tantas dores. Questões essas nunca tratadas pela autarquia e qualquer outro empreendimento que invadiu terras de quilombos, e que pelo contrário, sempre resistiram à implementação de medidas de segurança mínimas, como quebra-molas, placas de sinalização, faixas para travessia de pedestres e radares de velocidade, sempre reivindicados pelos quilombos, que sem alternativas, se viram sempre obrigados a pararem a estrada a fim de serem atendidas. Não suficiente, o DNIT ainda, posteriormente, tirou quebra-molas que já haviam sido implantados.

As dores perpassam o não reconhecimento de que os territórios pertencem aos quilombolas em tempo muito anterior à própria existência da autarquia federal e outros sujeitos invasores, bem como a compra e venda ilegítima de áreas do território por terceiros, a possibilidade de duplicação da BR-135 representa a continuidade do mesmo processo de expropriação. Sendo o DNIT o invasor, a ação da autarquia juntamente aos outros



empreendimentos e fazendeiros, quase todos eles com intenção de invadir ainda mais os territórios (duplicação e triplicação da Estrada de Ferro Carajás, ampliação dos linhões de energia pela Eletronorte, além da BR-135 em discussão), além de renovarem a dor, agridem o meio ambiente gerando o aumento da poluição sonora e do ar, o assoreamento dos igarapés (que provém água e peixes), a drástica diminuição de áreas para o cultivo de alimentos, o desmatamento em larga escala, estes, além de degradarem a terra, inviabilizam seu potencial de regeneração e geram a morte de indivíduos arbóreos que provém fonte de propágulos e de diversidade de alimentos, não só às pessoas como à fauna nativa da região. Muitos destes indivíduos arbóreos tem ainda significado simbólico e espiritual de fundamental importância, e são centenários, nenhuma reposição florestal poderia dar conta de suprir sua existência. Sem falar na possibilidade de aterramento de poços artesianos e cacimbões caso a duplicação ocorra, ou seja, além de assorearem os igarapés, ainda corre-se o risco de ficarem sem a água dos poços que abastecem os territórios.

Ainda sobre a tão falada dor, que é o fio comum entre os territórios, o testemunho de acidentes, assassinatos, atropelamentos e colisões cometidas por motoristas, por pessoas de todas as faixas etárias dos quilombos, geram traumas para mães, filhos e familiares.

Quando crianças testemunham uma tragédia, elas passarão toda a sua vida com a memória do trauma. O trauma impacta a mente e o corpo das pessoas, e na BR, fica a impossibilidade em se contornar a situação, pois ao cortar o território, todos são forçados a passar por ela.

A BR-135 ainda traz o intenso fluxo de passagem de pessoas desconhecidas com fácil acesso aos territórios, com fácil acesso para entrar e sair, transformando um ambiente que era antes conhecido e acolhedor, com a liberdade de circulação de crianças e animais, para um de insegurança, medo e desconfiança. Isso acarretou não apenas a constante preocupação de crianças se aproximarem da estrada, como na perda de sociabilidade dos mais velhos, a dificuldade de participação em atividades coletivas. Além disso, a divisão física do território gera a diminuição da sociabilização entre familiares e a perda de visão para o que acontece do outro lado da pista. Houve uma elaboração coletiva de que o medo é um afeto central que atravessa a vida social nos quilombos.

A violência sonora, de impacto significativo, incessante e imensurável, percorre toda a extensão linear ao longo da rodovia que invade os territórios. Nos territórios quilombolas aonde as escolas se encontram próximas à BR-135, há dificuldade de aprendizado dos alunos e desgaste dos professores. Houveram diferentes relatos e apontamentos sobre sintomas psicológicos advindos do stress relativos ao nível de barulho e circulação incessante dos carros: perda de sociabilidade, distúrbios de memória, problemas de aprendizagem, instabilidade emocional, irritabilidade e dificuldade de manter a atenção. em Joaquim Maria, e indiretamente nos dois outros territórios, é pano de fundo das relações sociais, que recai sobre as políticas de regularização de terras, fragilizadas para gerar as condições de inviabilização de empreendimentos, com a justificativa do desenvolvimento econômico e de promessas de gerar empregos e condições para a qualidade de vida, e no entanto, o que se constata é a geração de sofrimentos que não haviam antes e a renovação da dor existente.

Com base nesse conjunto de reflexões coletivas, é possível afirmar que para os três



territórios é muito evidente o conjunto de efeitos psicossociais prejudiciais trazidos pela BR-135 e pelo gradativo aumento do fluxo de automóveis. São efeitos que vão desde sintomas presentes na perda de atenção e na retirada das árvores até aqueles produzidos em todo o território pela perda de parentes e pessoas próximas por acidentes letais/assassinatos. Há muita precisão no levantamento desse conjunto de efeitos e na percepção de que a duplicação da estrada agudizará ainda mais esses efeitos psicossociais prejudiciais.

Bibliografia

BERISTAIN, Carlos Martín. *Sobre perspectiva psicossocial em la investigación de derechos humanos*. Bilbao: Hegoa, 2007.

BRINKMANN, Beatriz. *Daño transgeneracional: consecuencias de la represión en el Cono Sur*. Santiago: Cintras, 2009.

BRUSTOLIN, Cíndia; DOS ANJOS, José Carlos Gomes; SANTOS, Dayanne da Silva. Um corredor para exportações: o território de Santa Rosa dos Pretos nas v(e)ias abertas da mineração. SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes de; TEISSERENC, Maria José da Silva Aquino; BRUSTOLIN, Cíndia. (Orgs.) *Desenvolvimento em questão: projetos desenvolvimentistas, resistências e conflitos socioambientais*. São Luís: EDUFMA, 2018.

CAMPOS, Fabiana de Andrade. Massacre no acampamento Terra Prometida – Felisburgo/MG: o papel da Psicologia frente ao trauma psicossocial. In: FERREIRA, Jader, org. *Psicologia em contextos rurais*. Natal: Ed. UFRN, 2007.

DOBLES, Ignacio. *Memorias del dolor: consideraciones acerca de las Comisiones de la Verdad en América Latina*. México: Arlequim, 2009.

ESPINOZA, Adriana & RODRIGUEZ, Cecília. *A memória enquistada: uma aproximação ao trauma transgeracional*. Cadernos de Ciências Humanas Especiarías. Florianópolis: UESC, 2006.

FAÚNDEZ, Ximena & CORNEJO, Marcela. Aproximaciones al estudio de la transmisión transgeneracional del trauma psicossocial. *Revista de Psicología*, Santiago: Universidad de Chile, vol. 19, núm. 2, agosto-diciembre, 2010.

GOMIDE, Maria Lucia Cereda. *Maranhã Bododi: a territorialidade nos caminhos do Ró*. Doutorado: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, 2009.

GONÇALVES FILHO, J. M. *Humilhação social: um problema político em psicologia*. São Paulo: Psicologia USP, 1998.



_____. Problemas de método em Psicologia Social: algumas notas sobre a humilhação política e o pesquisador participante. In: BOCK, A. M. B. (org.) *Psicologia e compromisso social*. São Paulo: Cortez, 2005.

IOSA, Emilio Transmisión transgeneracional del trauma psicosocial en comunidades indígenas de Argentina: percepción del daño en el pasado y presente y acciones autoreparatorias. *Caderno de Saúde Coletiva*, vol. 21. Rio de Janeiro:, 2013.

MARTÍN-BARÓ, I. *Guerra y salud mental*. Sistema y poder. San Salvador: Universidad Centroamericana José Simeon Cañas, 1984a.

_____. *La violencia política y la guerra como causas en el país del trauma psicosocial en El Salvador*. Sistema y poder. San Salvador: Universidad Centroamericana José Simeon Cañas, 1984b.

_____. *O papel do psicólogo*. Estudos de Psicologia. São Paulo: USP, 2006.

PEDERSEN, Duncan. Reformulando a violência política e efeitos na saúde mental: esboçando uma agenda de pesquisa e ação para a América Latina e região do Caribe. Rio de Janeiro: *Ciência & Saúde coletiva*, vol. 11, 2006.

REGO, Patrique Lamounier. *Caminho da desumanização*. Análises e imbricamentos na tradição e história ocidental. Dissertação: Departamento de Filosofia. Universidade de Brasília, 2014.

SANTOS, Dayanne da Silva. *Não se pode entrar em terra de encantado sem permissão*: um estudo sobre a relação entre pessoas e encantados na luta pelo território quilombola Santa Rosa dos Pretos (ItapecuruMirim/MA). São Luís/MA, UFMA, 2019 Dissertação do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais da UFMA.

SILVA, Anacleto Pires da. *Resistência e Trajetória de Luta pela Regularização Fundiária do Território Quilombola Santa Rosa dos Pretos*. Bacabal, 2017.

SILVA, Anacleto Pires da. SANTOS, Dayanne da Silva. *Terra de encantados: a luta pela permanência no território quilombola Santa Rosa dos Pretos (ItapecuruMirim/MA)*. São Paulo: Hucitec, 2020.

Silva, A. P. da, Santos, D. da S., & López, J. I. A. Anacleto Pires da Silva: corpo, vida e lutas no e pelo Território Quilombola Santa Rosa dos Pretos (Itapecuru-Mirim/MA). *Simbiótica*. Revista Eletrônica, 9(2), 173–181, 2022. <https://doi.org/10.47456/simbitica.v9i2.39251>

SILVA, Joécio Pires da. *O tambor como herança dos pretos: uma análise sobre o território*



quilombola de santa rosa dos pretos. V.10/N.2 Dissertação Programa de Pós-graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia – PPCSPA/ Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA. São Luís, 2019.

SILVA, Josicléa Pires da (Zica Pires). *A riqueza e a pobreza ao longo do corredor Carajás: os impactos dos projetos de mineração nos territórios quilombola Santa Rosa dos Pretos e Monge-Belo*. São Luís/MA, UFMA, 2017. Monografia de Graduação do curso de licenciatura em pedagogia da terra pelo organizado pelo PRONERA.ZINE. O mundo preto tem Mais vida. 2018. Fundação Rosa Luxemburgo e fundos do Ministério Federal para a Cooperação Econômica e de Desenvolvimento da Alemanha (BMZ).

WEIL, Simone. O desenraizamento operário. In: BOSI, Ecléa. (org.) *A condição operária e outros estudos sobre a opressão*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.



Violência Política e Trauma Psicossocial no Quilombo da Marambaia

Political Violence and Psychosocial Trauma in the Quilombo of Marambaia

Filipe Boechat

Professor do Departamento de Psicologia Social, IP/UFRJ
filipeboechat@psicologia.ufrj.br

Elisa Fauth

Estudante do Instituto de Psicologia da UFRJ
elisa.fauth.br@gmail.com

Isadora Resende Oliveira Silva

Estudante do Instituto de Psicologia da UFRJ
isadora08resendesufrj@gmail.com

Luciana Tavares de Oliveira

Estudante do Instituto de Psicologia da UFRJ
tavares.luciana.academico@gmail.com

Mariana Cardoso Branco

Estudante do Instituto de Psicologia da UFRJ
brancomariana10@gmail.com

Marianna Ferreira Rodrigues

Estudante do Instituto de Psicologia da UFRJ
mariannaferrodri@gmail.com

Michael Santana da Paz

Estudante do Instituto de Psicologia da UFRJ
mike.santanacfm@gmail.com

Rebeca Rocha Goifman

Estudante do Instituto de Psicologia da UFRJ
rebecagoifmanufrj@gmail.com

Resumo

A violência política, seja através de atos repressivos ou da obstrução e negação de direitos, faz parte do cotidiano dos habitantes do Quilombo da Marambaia, localizado na Ilha da Marambaia, na costa de Mangaratiba (RJ). Localizado em área sob administração militar, esse território enfrenta desafios políticos e jurídicos constantes. O presente artigo baseia-se num relato da intervenção psicossocial realizada por meio do projeto de extensão Direito ao Território Quilombola (DATEQ), que busca unir esforços universitários para promover políticas públicas na região. O relato dessa intervenção psicossocial, que incluiu entrevistas, observações de campo e pesquisa bibliográfica, adota a perspectiva da Psicologia da Libertação e revela os traumas psicossociais resultantes da recorrente violência política, afetando tanto indivíduos quanto a comunidade. Carência material, violência subjetiva e a luta pela preservação da identidade, da



memória e da cultura quilombolas emergem como temas centrais. A resistência da comunidade, exemplificada pela ARQIMAR, destaca-se como um poderoso mecanismo de enfrentamento. O artigo argumenta em favor da necessidade de políticas públicas eficazes para abordar os impactos da violência política e fortalecer a comunidade quilombola, além de contribuir para a compreensão das complexas dinâmicas sociais e psicológicas envolvidas na luta por justiça, preservação da identidade, da memória e da cultura quilombolas na Ilha da Marambaia.

Palavras-chave: Quilombo da Marambaia. trauma psicossocial. DATEQ.

Abstract

Political violence, whether through repressive acts or the obstruction and denial of rights, is part of the daily lives of the residents of Quilombo da Marambaia, located on Marambaia Island off the coast of Mangaratiba (RJ). Situated in an area under military administration, this territory faces constant political and legal challenges. This article is based on an account of the psychosocial intervention carried out through the Quilombola Territory Rights (DATEQ) extension project, which seeks to unite university efforts to promote public policies in the region. The account of this psychosocial intervention, which included interviews, field observations, and bibliographic research, adopts the perspective of Liberation Psychology and reveals the psychosocial traumas resulting from recurrent political violence, affecting both individuals and the community. Material deprivation, subjective violence, and the struggle for the preservation of Quilombola identity, memory, and culture emerge as central themes. The community's resistance, exemplified by ARQIMAR, stands out as a powerful coping mechanism. The article argues in favor of the need for effective public policies to address the impacts of political violence and strengthen the Quilombola community, while also contributing to the understanding of the complex social and psychological dynamics involved in the struggle for justice, preservation of Quilombola identity, memory, and culture on Marambaia Island.

Keywords: Quilombo of Ilha da Marambaia. psychosocial trauma. DATEQ.

Introdução

O Quilombo da Marambaia, localizado na Ilha da Marambaia, na costa de Mangaratiba (RJ), enfrenta diariamente a dura realidade da violência política, que se manifesta por meio de ações repressivas e pela negação sistemática de direitos por parte do Estado brasileiro. Esse cenário de violações de direitos e restrições ao acesso a políticas públicas cria uma barreira intransponível para a busca de uma vida digna, desenvolvimento pleno e bem-estar dessa comunidade. Essa violência política não apenas mina a dignidade e a autonomia dos moradores, mas também obstaculiza o surgimento de oportunidades educacionais, econômicas e sociais vitais para qualquer coletividade.

A história da Ilha da Marambaia é marcada por várias mudanças de posse e administração, o que gerou conflitos e tensões persistentes entre a comunidade tradicional e o Estado brasileiro. Durante a época escravocrata, a região serviu como ponto de desembarque de pessoas escravizadas, conforme documentado pela historiadora Daniela Paiva Yabeta Moraes (2009). Após o fim desse período, em 1905, o território tornou-se propriedade da União Federal, apesar da presença contínua de ex-escravizados e seus descendentes que se estabeleceram na região.



A década de 1970, durante o contexto da ditadura empresarial-militar, marcou a chegada da Marinha Brasileira à Ilha da Marambaia, presença que perdura até os dias atuais. Essa coexistência no território entre os descendentes das pessoas escravizadas e um ramo das forças armadas do Brasil resultou em conflitos de natureza política e jurídica, que serão detalhadamente explorados ao longo deste artigo. Desse contexto complexo emerge um cenário onde questões relacionadas a direitos territoriais, acesso a recursos e representação política se entrelaçam de maneira intrincada.

Em 2002, o Ministério Público Federal (MPF) tomou uma iniciativa crucial ao ajuizar a Ação Civil Pública (ACP) nº 2002.51.11.000.118-2, visando assegurar os direitos centenários da população tradicional. A vitória parcial obtida nesse caso determinou que a Marinha do Brasil e o Estado brasileiro fossem obrigados a “tolerar” a ocupação quilombola na Ilha da Marambaia até a conclusão do procedimento administrativo de identificação, reconhecimento, demarcação, titulação e registro da Comunidade da Ilha da Marambaia como comunidade remanescente de quilombo, em conformidade com o artigo 68 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988 e o Decreto 4.887/2003. A ACP tramitou até 2015, quando foi possível a assinatura e homologação de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) para encerrar o litígio.

Atualmente, os moradores do Quilombo da Marambaia continuam profundamente afetados pela presença militar, enfrentando desafios como a falta de transporte público, a perda de direitos territoriais, a precarização das atividades de agricultura, pesca e coleta de mariscos, bem como dificuldades no acesso a cuidados de saúde e saneamento, entre outras adversidades, que se agravaram desde a década de 1970. Além disso, os moradores experimentam conflitos diretos cotidianos ao compartilharem o território com militares, devido à fragmentação do território quilombola.

O quilombo carece de acesso adequado à água potável, saneamento básico, eletricidade e estradas pavimentadas, dificultando o acesso a serviços essenciais e comprometendo a qualidade de vida dos moradores. A luta pela demarcação e regularização das terras quilombolas é um desafio constante. Disputas legais ameaçam a integridade territorial do quilombo e a preservação de suas tradições. A carência de escolas adequadas e recursos educacionais dificulta o acesso à educação de qualidade para as crianças do quilombo. Isso pode afetar seu desenvolvimento e oportunidades futuras. A falta de acesso a serviços de saúde adequados e a distância de centros médicos comprometem a saúde dos moradores do quilombo, tornando o acesso a cuidados médicos um desafio. A ausência de oportunidades econômicas e de emprego dentro ou nas proximidades do quilombo leva à migração dos moradores em busca de trabalho, o que impacta a coesão da comunidade. A pressão da cultura dominante e a falta de apoio à preservação cultural resulta na perda das tradições, língua e práticas culturais do quilombo ao longo do tempo. A proximidade de áreas de conservação e a falta de conscientização ambiental levam a conflitos com medidas de proteção ambiental, afetando as atividades tradicionais dos quilombolas, como a agricultura e a pesca. A falta de acesso a tecnologias e conectividade exclui a comunidade do quilombo de oportunidades educacionais, econômicas e sociais que dependem cada vez mais da *internet* e da tecnologia. O preconceito racial e a discriminação, expressões do racismo brasileiro, ainda são desafios enfrentados pelo quilombo, afetando a autoestima dos moradores e seu acesso



igualitário a serviços e oportunidades. Além disso, mudanças ambientais, restrições de acesso a terras e recursos naturais afetam a segurança alimentar da comunidade, comprometendo a disponibilidade de alimentos tradicionais.

Partimos da hipótese de que essas diversas violências contribuem para o desenvolvimento de um trauma psicossocial (MARTÍN-BARÓ, 2000, 2017). Consequentemente, defendemos que o enfrentamento desses problemas requer esforços conjuntos do governo, organizações não governamentais e a sociedade em geral, a fim de garantir os direitos e o bem-estar da comunidade do Quilombo da Marambaia. Nesse contexto, o Projeto de Extensão Direito ao Território Quilombola (DATEQ), realizado em parceria entre os cursos de Serviço Social, Direito e Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e da Universidade Federal Fluminense (UFF), assume uma relevância fundamental. Além da participação de estudantes e professores, o projeto conta com o apoio de associações parceiras, como a Associação de Remanescentes de Quilombos da Ilha da Marambaia (ARQIMAR), o Núcleo de Assessoria Jurídica Universitária Popular Luísa Mahin (NAJUP - FND/UFRJ), o Grupo de Extensão Popular Ignacio Martín-Baró (GEP-IMB - IP/UFRJ) e o Núcleo de Pesquisa e Extensão sobre Projetos Societários, Educação e Questão Agrária na Formação Social Brasileira (NEPEQ/UFF). O objetivo principal é defender o direito dos quilombolas ao seu território e, ao mesmo tempo, ampliar o papel da universidade pública, considerando-a não apenas como uma instituição de formação, mas também como um agente ético-político engajado na superação e reparação dos efeitos da violência política.

A iniciativa deste projeto surgiu em resposta à denúncia apresentada perante a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) no caso nº 14.969 - Comunidade Quilombola de Ilha de Marambaia/RJ vs. Brasil. A equipe executiva do projeto de extensão apresentou um relatório de observações socioeconômicas e psicossociais baseado em visitas realizadas *in loco*, que foi anexado à petição de esclarecimentos direcionada à Secretária Executiva da CIDH. O objetivo foi enriquecer a denúncia com evidências tanto materiais quanto simbólicas, objetivas e subjetivas, que ilustram as violações em andamento, proporcionando uma compreensão mais aprofundada das adversidades enfrentadas pelos quilombolas e das violências diretas e indiretas perpetradas pela Marinha do Brasil e pelo Estado Brasileiro.

O projeto de extensão universitária se configura como um espaço de ação e interação com a comunidade, visando garantir a efetivação dos direitos na Ilha da Marambaia. O DATEQ assume um posicionamento que compreende a necessidade de uma extensão universitária de caráter popular. Ou seja, uma extensão universitária que, para além de cumprir um papel de eixo articulador entre universidade e sociedade, incorpora como objetivo a contribuição na solução de problemas das maiorias populares no interesse das maiorias populares e com a participação ativa e consciente das amplas maiorias populares (FALCÃO, BOECHAT E PIMENTEL, 2020). Intrinsecamente aliada à pesquisa e ao conhecimento historicamente sistematizado, a extensão popular é uma prática integrativa que busca contribuir para a emancipação popular, evitando assumir, acriticamente, uma postura assistencialista, tecnicista ou, ainda, mercantilista. A perspectiva psicossocial da denúncia e o compromisso do DATEQ com essa luta são fundamentais para destacar o papel crucial que a tentativa de apagar a memória histórica dos



quilombolas e a negação de seus direitos básicos desempenham na asfixia e aniquilação do Quilombo da Marambaia.

Revisão de literatura

Para compreender a complexa questão da violência política no território do Quilombo da Marambaia, é imperativo realizar uma revisão de literatura que abranja estudos relevantes sobre a violência política em contextos quilombolas, explore a relação entre essa violência e o trauma psicossocial, além de contextualizar a importância da identidade, memória e cultura quilombolas no enfrentamento dessa violência e na construção de resistência.

Embora seja fundamental examinar as produções científicas em Psicologia que discorrem sobre a história do quilombo e a realidade enfrentada pelos quilombolas da Marambaia, constata-se uma lacuna significativa nesse campo. A busca utilizando o descritor “Quilombo da Marambaia” na plataforma PePSIC (Periódicos Eletrônicos em Psicologia) não revelou registros de estudos científicos na área de Psicologia, evidenciando a falta de investigações psicossociais sobre esse território e justificando a relevância do presente trabalho ao promover a participação da ciência psicológica na defesa dos direitos humanos.

Já na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), não nos limitando a textos psicossociais, identificamos alguns resultados pertinentes, especialmente teses e dissertações que documentaram diversos tipos de violência contra os quilombolas, seja em dimensões históricas, jurídicas ou educacionais.

Entre os estudos relevantes, temos o estudo de Daniela Paiva Yabeta de Moraes (2009), sobre a Lei 581 de 1850, que alterou os procedimentos judiciais relacionados ao tráfico de africanos para o Brasil. A autora analisou dois processos julgados pela Auditoria Geral da Marinha em 1851, relacionados ao desembarque clandestino de africanos na Ilha da Marambaia, de propriedade do comendador Joaquim José de Souza Breves, um influente cafeicultor do sul fluminense do Rio de Janeiro. Em texto posterior, publicado em conjunto com Flávio Gomes (2013), a autora recuperou a história do Quilombo da Marambaia e revelou, por meio de documentos históricos, a origem de alguns dos elementos estruturais da violência política vivida pelos quilombolas.

Olívia Chaves de Oliveira (2009) ofereceu um panorama da educação infantil e ensino fundamental no Quilombo da Marambaia, abordando as questões das diretrizes curriculares e das novas oportunidades educacionais para a comunidade. A autora sugeriu que a escola presente no território não atendia às necessidades da comunidade, e que a população desejava um ensino profissional voltado para a pesca, enquanto a escola oferecia currículos uniformes desconectados da realidade local. Isso levaria os jovens a abandonar a escola e a ilha em busca de oportunidades.

A partir de uma perspectiva crítica sobre a educação na Ilha, Cristiano Gomes de Oliveira (2022) abordou a relação entre o artesanato local produzido pelos remanescentes quilombolas e o ensino escolar, com base na Etnomatemática, Pedagogia Decolonial e Pedagogia Libertadora. Utilizando-se de entrevistas, observação e análise documental, argumentou que



valorizar tanto os conhecimentos populares quanto os acadêmicos, sem hierarquizá-los, pode fortalecer a identidade cultural local.

Lilian Cristina Bernardo Gomes (2009) investigou a relação entre a luta local dos quilombolas e os Movimentos Sociais Negros, bem como os conflitos com a União enfrentados por comunidades quilombolas, incluindo o Quilombo da Marambaia. A autora abordou a inclusão do direito à territorialidade das comunidades quilombolas na Constituição de 1988, após lutas articuladas com os Movimentos Sociais Negros, e destacou o impacto do Movimento Quilombola no espaço público e os conflitos enfrentados por essas comunidades na titulação de territórios em três estados brasileiros.

Aline Caldeira Lopes (2017), a partir da análise de processos judiciais e entrevistas com moradores, analisou o papel do Judiciário no reconhecimento de comunidades remanescentes de quilombos, focando na Ilha da Marambaia, Rio de Janeiro. A autora avaliou como o Judiciário contribui ou dificulta o reconhecimento dessas comunidades em relação a terra, meios de subsistência e identidade. Em texto mais recente (2020), a autora abordou conflitos sócio-jurídicos em territórios negros tradicionais em áreas militares no Brasil durante a década de 1970, que agora são reconhecidos como territórios remanescentes de quilombos. Concentrando-se na Ilha da Marambaia (RJ) e em Rio dos Macacos (BA), ambas ocupadas pela Marinha do Brasil em 1971, a autora buscou reconstruir a história dos grupos subjugados durante a ditadura militar, destacando documentos e memórias que lançam luz sobre o passado, concluindo pela recomendação de políticas de reparação pelos abusos aos direitos humanos cometidos nesses territórios durante o regime ditatorial, em consonância com as conclusões da Comissão Camponesa da Verdade.

Willeman (2007) discutiu a formação de identidades raciais positivas em um território negro, especificamente na restinga de Marambaia, no litoral sul do Rio de Janeiro. A autora destacou que este território é um importante símbolo de resistência racial devido à regularização fundiária para remanescentes de quilombos, conforme previsto no Artigo 68 da Constituição Federal de 1988. A partir de entrevistas com moradores e agentes institucionais, documentação pública e informações históricas, geográficas e antropológicas, abordou a história de disputas pela posse da área, desde a doação informal das terras a ex-escravos até o controle atual pela Marinha do Brasil, e buscou entender como as identidades raciais negativas foram desconstruídas, dando lugar a identidades positivas entre os moradores históricos da região. A autora ainda ressaltou a importância da identidade quilombola para combater a violência política e construir uma resistência efetiva. Nesse sentido, propôs que, através da valorização dos saberes tradicionais, a revitalização de significados e símbolos e a formação de territórios simbólicos, a identidade quilombola torna-se uma ferramenta vital na busca pela justiça e pela dignidade dentro de um contexto marcado por violência política e opressão. Assim, a territorialidade se revela não apenas como um espaço físico, mas também como um símbolo de pertencimento e luta por direitos, fornecendo uma base sólida para ação política e resistência contra a desumanização imposta pela violência política.

Para analisar o trauma psicossocial decorrente da violência política vivida pelos quilombolas, é relevante recorrermos também às elaborações de Martín-Baró (1996, 2000, 2017) sobre o tema, bem como à literatura que discute suas ideias (DOBLES, 2009; GUZZO E



LACERDA JR., 2009; MOREIRA E GUZZO, 2015; EUZÉBIOS FILHO, 2023). As contribuições teóricas de Martín-Baró, formuladas em meio a uma guerra civil em El Salvador, proporcionam *insights* valiosos para compreender a dimensão política do trauma e os efeitos da violência política em nível individual e coletivo. Afinal, Martín-Baró argumentou que a situação de guerra gera uma cristalização traumática de relações sociais desumanizantes tanto em indivíduos quanto em grupos sociais. Com o conceito de trauma psicossocial, o autor buscou iluminar as experiências de sofrimento psicológico e emocional decorrentes de eventos sociais ou políticos impactantes. Martín-Baró enfatizou como eventos como guerras, opressão política, violência e injustiça social podem causar danos profundos à saúde mental das pessoas e comunidades. Argumentou que o trauma psicossocial não apenas afeta indivíduos, mas também tem consequências coletivas, alterando dinâmicas sociais e relações interpessoais. Martín-Baró destacou a importância de considerar fatores contextuais e sociais ao compreender o impacto psicológico dos eventos traumáticos, e enfatizou a necessidade de intervenções que levem em conta as dimensões sociopolíticas do sofrimento psíquico.

A partir das reflexões de Martín-Baró (1996, 2000, 2011, 2017), alguns trabalhos têm elaborado pareceres psicossociais (GONÇALVES, 2017; SIMÕES, 2021) sobre a violência contra povos indígenas em diferentes contextos, como o Reformatório Krenak e a população xavante de Marãiwatsédé. Embora abordem situações distintas, esses estudos evidenciam um fenômeno semelhante de trauma psicossocial e também servem como orientações para nossas análises.

Bruno Simões Gonçalves (2017) apontou para aspectos essenciais na formação de uma estrutura de traumatização coletiva, incluindo a heterogeneidade, a sequencialidade e a transgeracionalidade. A heterogeneidade reconhece o trauma como um fenômeno histórico e multifacetado, com manifestações e efeitos diversos. A sequencialidade indica que o trauma pode se desenvolver como um processo acumulativo e permanente que aprofunda e complexifica a traumatização. A transgeracionalidade sugere que os efeitos do trauma podem se manifestar em gerações subsequentes às que sofreram diretamente a violência política. Esses aspectos são cruciais para a análise da traumatização presente no Quilombo da Marambaia. Em artigo posterior, o autor (2021) explorou outros elementos estruturais e intersubjetivos da traumatização psicossocial coletiva a partir de seu parecer sobre a população xavante de Marãiwatsédé. O autor abordou a violência política contra os indígenas Xavante de Marãiwatsédé durante a ditadura militar brasileira e analisou um parecer técnico psicológico que examinou os efeitos psicossociais dessa violência, concluindo pela existência de uma traumatização coletiva. Destacou a necessidade de examinar esses efeitos e a possibilidade de uma reparação psicossocial coletiva para essa população, e discutiu desenraizamento, desumanização e humilhação social como componentes dessa traumatização. De acordo com ele, o desenraizamento refere-se à expropriação de espaços, objetos, símbolos e relações sociais significativas. A desumanização envolve a negação da humanidade do outro por meio de discursos e práticas. A humilhação social abrange relações de opressão, inferiorização, invisibilidade e maus tratos influenciados pela desigualdade política e econômica.

Por fim, em texto recente, Antonio Euzébios Filho (2023) argumentou que o trauma psicossocial, conforme concebido por Ignacio Martín-Baró, representa um fenômeno político que



transcende o contexto original de guerra civil em El Salvador na década de 1980. Euzébios Filho enfatizou que esse conceito tem relevância contemporânea ao abordar os impactos psicossociais decorrentes do persistente desrespeito aos direitos sociais e à dignidade humana, bem como da militarização e segregação presentes na sociedade atual. O autor destacou que o trauma psicossocial se situa entre duas condições ético-políticas: o fatalismo, caracterizado pela paralisia diante de uma realidade aparentemente imutável, e a conscientização, que envolve a decodificação das relações de poder acompanhada da prática de classe, tornando-se um elemento crucial para compreender a dinâmica social na América Latina e no Brasil.

Embora focados em contextos diferentes, os estudos de Bruno Simões Gonçalves (2017) e Antonio Euzébios Filho (2023) oferecem perspectivas valiosas para compreender as dinâmicas de traumatização no Quilombo da Marambaia.

Metodologia

Este trabalho baseia-se numa ação extensionista interdisciplinar e interinstitucional, ainda em curso, conduzida no território do Quilombo da Ilha da Marambaia. Para alcançar os objetivos propostos, temos empregado uma combinação de técnicas metodológicas, incluindo entrevistas, observações de campo e pesquisa bibliográfica, a fim de obter uma compreensão aprofundada da realidade vivida pelos quilombolas na Ilha e contribuir para a preservação de suas tradições e modos de vida. Esta abordagem permite uma análise holística e contextualizada das questões enfrentadas pela comunidade, levando em consideração tanto a perspectiva local quanto a investigação científica.

A articulação universitária tem desempenhado um papel crucial na condução deste projeto. A colaboração entre diferentes cursos e áreas de conhecimento tem possibilitado a integração de perspectivas variadas e enriquecedoras. A parceria com a ARQIMAR tem proporcionado uma abordagem abrangente e informada para a execução das atividades, e essa união de esforços tem permitido uma troca eficaz de conhecimento e uma melhor compreensão das necessidades e aspirações da comunidade, garantindo a relevância e eficácia das intervenções realizadas.

O perfil do público-alvo da ação extensionista reflete a diversidade e a conexão com a comunidade quilombola. A escolha dos entrevistados baseou-se em critérios específicos, como proximidade com a ARQIMAR, conhecimento notório e idade. Até o presente momento, foram selecionados cinco entrevistados, cada um representando uma perspectiva única dentro da comunidade: uma liderança atual do quilombo, uma liderança mais antiga, um quilombola que não foi considerado morador da Ilha conforme o TAC, um parente próximo da atual presidente da ARQIMAR e um pescador do quilombo. Essa seleção intencional permitiu uma visão multifacetada da vida no quilombo e das questões que o afetam, bem como a compreensão das dinâmicas de poder e resistência que permeiam a comunidade.

No que diz respeito à metodologia, adotamos uma abordagem participativa, buscando envolver ativamente os moradores da Ilha da Marambaia nas atividades do projeto. A técnica do Teatro do Oprimido, proposta por Augusto Boal, foi empregada como uma forma de estimular o



desenvolvimento da consciência política, o debate crítico e explorar possibilidades de superação das opressões enfrentadas pela comunidade (BOAL, 2006). Durante a experiência realizada na sede da ARQIMAR, os estudantes extensionistas representaram situações reais de violência e opressão vivenciadas pelos quilombolas na Ilha. Essa representação provocou reações de contestação e revolta no público, incentivando discussões sobre as condições materiais, sociais e institucionais que contribuem para o cenário adverso enfrentado pela comunidade.

Além das atividades realizadas *in loco*, a ação extensionista também tem se valido de estudos e pesquisas já desenvolvidos sobre o território quilombola, bem como documentos oficiais, relatórios de órgãos públicos e depoimentos. A equipe também tem buscado expandir o alcance do projeto por meio de reuniões com instituições como o Ministério da Saúde, o Ministério da Igualdade Racial, o Ministério Público Federal, a Defensoria Pública e a Secretaria de Transporte do Rio de Janeiro. Esses encontros não apenas ampliam a visibilidade das violações de direitos na Ilha, mas também enriquecem a compreensão das perspectivas estatais e contribuem para a formulação de estratégias de reparação.

A ação extensionista tem sido realizada em várias etapas, incluindo reuniões, visitas e momentos de interação com os moradores. A construção coletiva de uma linha do tempo, a discussão de documentos importantes e a realização de entrevistas individuais e coletivas forneceram informações ricas sobre a vida, as aspirações e os desafios enfrentados pelos quilombolas. A análise qualitativa dos dados coletados permitiu uma compreensão profunda da situação e das perspectivas da comunidade, direcionando o projeto de extensão para a formulação de respostas concretas às violações de direitos e à luta pela preservação da identidade, da memória e da cultura quilombolas na Ilha da Marambaia, a exemplo do Plano de Atenção Psicossocial, que será apresentado mais adiante.

Em síntese, a metodologia adotada neste projeto alia técnicas participativas, pesquisa bibliográfica e articulação universitária para fornecer uma visão abrangente e embasada da realidade do Quilombo da Ilha da Marambaia. Ao envolver os moradores, utilizar abordagens teatrais e dialogar com instituições relevantes, o projeto visa não apenas documentar e compreender as violações de direitos, mas também fornecer ferramentas para a resistência e a transformação da comunidade, fortalecendo a luta pela justiça social e a preservação das tradições quilombolas.

Resultados e Discussão

Os resultados parciais desta ação extensionista revelam a complexidade dos aspectos psicossociais dos conflitos no Quilombo da Marambaia, destacando as profundas ramificações das ofensivas cotidianas perpetradas pela Marinha e pelo Estado brasileiro. Essas ofensivas desencadeiam uma série de questões cruciais que impactam a comunidade quilombola, gerando traumas de natureza individual e coletiva. A análise desses resultados proporciona uma compreensão mais profunda dos processos psicológicos e sociais resultantes das violências políticas, bem como aponta estratégias de resistência e enfrentamento.



Um dos aspectos mais evidentes é o trauma psicossocial que se estabelece na comunidade devido à sequência de violências políticas sofridas. Essa sequencialidade, heterogeneidade e transgeracionalidade contribuem para a cristalização de um trauma que afeta tanto o indivíduo quanto o coletivo. As situações de obstrução de direitos e as tensões com os militares constituem um trauma psicossocial, resultando em sintomas psicossomáticos, como choro, voz embargada, retraimento corporal e outras expressões de sofrimento emocional. Tais manifestações refletem a sequencialidade traumática e as experiências de desumanização que marcam a relação dos quilombolas com o poder estatal.

Nesse contexto, é relevante destacar as contribuições teóricas de Ignacio Martín-Baró (2000, 2017), que argumentou que o trauma psicossocial, diferentemente da imagem que fazemos do trauma psíquico, não é necessariamente o resultado de um evento brusco, imprevisível e de caráter individual. Pelo contrário, para Martín-Baró, o trauma psicossocial possui um caráter dialético e histórico, razão pela qual o trauma deve ser explicado a partir da relação que a pessoa estabelece com sua sociedade, e é precisamente esse caráter dialético e histórico o que permite compreender que determinadas situações sociais não sejam vividas como tais por todos os indivíduos de uma determinada coletividade.

Além disso, o trauma psicossocial é produzido socialmente e, portanto, sua compreensão e sua solução não requerem apenas que se atente aos sintomas individuais, mas às suas raízes sociais, ou seja, às estruturas ou condições sociais traumatogênicas. Determinadas relações sociais entre indivíduos não apenas causam traumas, uma vez que sua manutenção é também o que alimenta e multiplica casos de indivíduos traumatizados. O trauma psicossocial constitui a cristalização concreta, nos indivíduos, das relações sociais aberrantes e desumanizadoras, e pode ser parte de uma sociabilidade “anormalmente normal” em sistemas sociais baseados em relações de exploração e opressão desumanizadoras (MARTÍN-BARÓ, 2000). Esta sociabilidade anormalmente normal ou “desordem ordenada”, como também escreveu Martín-Baró (2017), afeta muito particularmente às crianças, que devem construir sua identidade e desenvolver sua vida na rede dessas relações desumanizadoras.

Voltando à realidade do Quilombo da Marambaia, o trauma psicossocial é evidente nas carências materiais enfrentadas pela comunidade, incluindo a falta de acesso a serviços básicos, como transporte, saúde, saneamento e educação, que contribuem para uma sensação de abandono e desamparo. Essas carências impactam diretamente na qualidade de vida da comunidade, minando sua autonomia e dignidade. Por outro lado, a violência subjetiva, que envolve a tentativa de apagar a identidade, a memória e a cultura quilombolas, perpetua o trauma cultural e histórico, reforçando a marginalização e a desigualdade.

No entanto, a identidade, a memória e a cultura quilombolas emergem como poderosas ferramentas de resistência diante dos conflitos políticos enfrentados. A atuação da ARQIMAR destaca-se como um exemplo significativo dessa resistência. A ARQIMAR se dedica a barrar a expulsão dos quilombolas do território e a promover atividades culturais e políticas que reafirmem a identidade, a memória e a cultura quilombolas. Além disso, busca apoio em parcerias estratégicas para fortalecer sua luta, reconhecendo que a união amplia sua voz e alcance.



Exemplo disso podemos ver na reunião do dia 19 de agosto de 2023, realizadas na Sede da ARQIMAR, envolvendo representantes do Ministério da Saúde, da Coordenação de Atenção Psicossocial do Estado do Rio de Janeiro, da Marinha do Brasil, das secretarias de Saúde Mental, Assistência Social e Direitos Humanos de Mangaratiba. A reunião foi convocada por Jaqueline Alves, presidente da ARQIMAR, e Paulo Fernandes dos Santos Pereira, vice-presidente, juntamente com membros do projeto de Extensão e suas respectivas parcerias. O objetivo da reunião foi discutir as demandas da comunidade do quilombo da Ilha da Marambaia, incluindo atendimento de saúde mental, questões de acesso ao território quilombola, segurança alimentar e acesso a especialistas médicos. Ao final da reunião, encaminhou-se a elaboração de um Plano de Atenção Psicossocial. O Plano de Atenção Psicossocial para o Quilombo da Marambaia, em fase de desenvolvimento, visa promover uma abordagem abrangente e integrada para fortalecer a comunidade quilombola, ampliar seus direitos sociais e melhorar sua saúde mental e bem-estar. O plano estabelece objetivos específicos, como capacitar a comunidade, oferecer apoio psicossocial, preservar a cultura quilombola e promover a autonomia econômica e educacional. Ele também adota uma perspectiva ampliada e crítica de cuidado, desafiando estruturas de opressão, e destaca a importância de intervenções não medicamentosas. O cronograma de ações abrange o curto, médio e longo prazo, visando à construção de uma base sólida para um futuro mais justo e equitativo, consolidando uma rede de suporte social e celebrando a identidade, a memória e a cultura quilombolas.

A educação surge como um dos principais campos de atuação para reforçar a identidade, a memória e a cultura quilombolas e capacitar a comunidade a enfrentar os conflitos políticos. A falta de ensino sobre a história e cultura quilombola nas escolas perpetua o apagamento e reforça o racismo estrutural. A educação emancipadora, baseada em currículos específicos e na participação de membros quilombolas, fortalece os jovens e os capacita a compreenderem sua história, valorizarem suas raízes e enfrentarem a luta com conhecimento da própria história e determinação.

Ao se articular com a perspectiva da Psicologia da Libertação, percebe-se que os resultados observados corroboram a ideia de que a liberdade individual e coletiva só é alcançada através da resistência coletiva contra sistemas opressivos. A ARQIMAR, como expressão da luta e resistência quilombola, reflete essa busca por libertação, usando a identidade, a memória e a cultura como instrumentos de resistência contra o trauma psicossocial e a violência política. A Psicologia da Libertação ressalta a importância de reconhecer os contextos históricos e sociais que moldam as experiências traumáticas, e essa compreensão se alinha à análise aqui apresentada.

Considerações finais

Este artigo buscou analisar e compreender os impactos da violência política no Quilombo da Marambaia, considerando uma abordagem psicossocial e enfatizando a importância da intervenção interdisciplinar e da articulação com a Psicologia da Libertação. Recapitulando os principais pontos discutidos, observamos que a comunidade quilombola da Ilha da Marambaia enfrenta uma série de ofensivas cotidianas perpetradas pela Marinha e pelo Estado brasileiro,



resultando em uma sequência de violências políticas que afetam tanto o âmbito material quanto o subjetivo.

A análise dos impactos individuais e coletivos do trauma psicossocial revelou a cristalização traumática que perpassa as experiências dos quilombolas, gerando sintomas psicossomáticos e expressões de sofrimento emocional. A identidade, a memória e a cultura quilombolas, atuando como forma de resistência, surgem como importantes recursos para enfrentar os conflitos políticos vivenciados. A ARQIMAR é um exemplo de como a organização comunitária pode ser uma força catalisadora na luta por direitos e justiça, corroborando a perspectiva psicossocial aqui adotada. Afinal, segundo Martín-Baró, seriam tarefas de uma Psicologia da Libertação a desideologização da experiência cotidiana (mediante processos de conscientização); a valorização e potencialização de virtudes populares (germes, no senso comum, de processos de conscientização); o resgate da memória histórica das lutas populares e o fortalecimento das instâncias auto-organizativas das amplas maiorias populares.

Neste contexto, a intervenção psicossocial desempenha um papel fundamental na compreensão dos mecanismos que perpetuam a violência política e seus efeitos nas vítimas. Através de observações *in loco*, entrevistas e análises bibliográficas, foi possível destacar a complexidade das violências sofridas pela comunidade, indo além das manifestações visíveis e abrangendo aspectos psicológicos e sociais profundamente arraigados.

Uma vez compreendidos os impactos, torna-se imperativo direcionar esforços para a efetivação de políticas públicas que promovam a superação da violência política e o fortalecimento da comunidade quilombola. O Projeto de Extensão DATEQ, por meio de suas movimentações, emerge como uma iniciativa essencial nesse processo. A articulação universitária, a realização de oficinas, entrevistas, a aproximação com órgãos públicos e a elaboração de um Plano de Atenção Psicossocial demonstram o engajamento em catalisar mudanças efetivas.

À luz das discussões apresentadas, propõe-se uma série de possíveis direcionamentos para futuras intervenções no contexto do Quilombo da Marambaia. Primeiramente, a continuidade da intervenção psicossocial pode aprofundar a compreensão das dinâmicas emocionais e psicológicas da comunidade, permitindo o desenvolvimento de estratégias de apoio psicossocial mais eficazes. Além disso, é crucial estabelecer parcerias com órgãos governamentais e organizações não governamentais para promover ações concretas que atendam às necessidades da comunidade, incluindo acesso a serviços básicos, educação culturalmente sensível e ações que reforcem a identidade, a memória e a cultura quilombolas.

Em última análise, este artigo evidencia que a violência política tem implicações profundas e multifacetadas para a comunidade quilombola da Marambaia. No entanto, também ressalta a resistência e a força da comunidade na busca pela justiça, pela preservação de sua identidade, de sua memória e de sua cultura, e pela construção de um futuro mais justo, respeitoso para com os direitos humanos e menos desigual. A união de esforços, como demonstrado pelo Projeto de Extensão DATEQ, torna-se um caminho promissor para transformar a realidade vivida pelos quilombolas e pavimentar o caminho para a efetivação de seus direitos e a conquista de sua liberdade.



Por fim, é essencial enfatizar que este artigo não adota uma perspectiva salvacionista e psicologista, reconhecendo que a Psicologia não pode assumir o papel principal na resolução de problemas que pertencem principalmente às comunidades afetadas, e que são, acima de tudo, questões políticas, econômicas e sociais. No entanto, como destacado por Ignacio Martín-Baró, isso não exclui o papel de uma Psicologia comprometida com a emancipação humana. Nesse contexto, a contribuição da Psicologia está em fortalecer todas as mediações grupais, como comunidades, cooperativas, sindicatos e organizações populares, que buscam representar e promover os interesses das maiorias populares (MARTÍN-BARÓ, 2017, p. 83).

Referências

BOAL, Augusto. *O Arco-íris do Desejo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

DOBLES, Ignacio Oropeza. La reconstrucción de un pensamiento y una praxis crítica en la psicología latino-americana. *Revista de Ciências Sociais y Humanidades (Realidad)*, n. 121, 2009.

EUZÉBIOS FILHO, Antonio. *Trauma psicossocial entre o fatalismo e a conscientização: Martín-Baró para pensar o Brasil e a América Latina*. Curitiba: CRV; São Paulo: IPUSP, 2023. 115 p. (Coleção: Estudos Avançados em Psicologia Social, v. 3).

FALCÃO, Ana Taisa da Silva; BOECHAT, Filipe Milagres; PIMENTEL, Maria das Dores Mendes. Educação Popular e Conscientização de Classe. In: BARBOZA, D. R.; LIMA BARBOZA, J. A. B. (Org.). *Lutas sociais e ofensiva do capital no Brasil contemporâneo: desafios e estratégias de organização da classe trabalhadora*. 1ª ed.. Niterói: EdUFF, 2020. p. 10-28.

GOMES, Lilian Cristina Bernardo. *Justiça seja feita: direito quilombola ao território*. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

GONÇALVES, Bruno Simões. Parecer Psicossocial da Violência contra os Povos Indígenas Brasileiros: o Caso Reformatório Krenak. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 37, n. spe, 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1982-3703140002017>>. ISSN 1982-3703.

GUZZO, Raquel. Souza Lobo, & LACERDA JR., Fernando. *Psicologia Social para a América Latina: o resgate da Psicologia da Libertação*. Campinas: Alínea, 2009.



LOPES, Aline Caldeira. *Marambaia: Processo Social e Direito: a disputa territorial entre a comunidade remanescente de quilombos e a Marinha do Brasil*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2010.

LOPES, Aline Caldeira. *Sob os Despojos da História: Territórios Negros Tradicionais em meio à Ditadura Militar no Brasil*. Tese (Doutorado em Direito) - Departamento de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

MARTÍN-BARÓ, Ignacio. O Papel do Psicólogo. Estudos de Psicologia, *Revista da UFRN*, Natal, 1996, n. 2, v. 1, p. 7-27. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-294X1997000100002>>.

MARTÍN-BARÓ, Ignacio. *Psicología social de la guerra: trauma y terapia*. Seleção e introdução de Ignacio Martín-Baró. 3ª ed.. São Salvador, El Salvador: UCA Editores, 2000.

MARTÍN-BARÓ, Ignacio. Para uma Psicologia da Libertação (1986/2011). In: GUZZO, Raquel S. L.; LACERDA JR, Fernando. *Psicologia Social para América Latina: O Resgate da Psicologia da Libertação*. 2ª ed.. Campinas, SP: Editora Alínea, 2011.

MARTÍN-BARÓ, Ignacio. *Crítica e libertação na Psicologia: estudos psicossociais*. Petrópolis: Vozes, 2017.

MORAES, Daniela Paiva Yabeta. *A Capital do Comendador: A Auditoria Geral da Marinha no julgamento sobre a liberdade dos africanos apreendidos na Ilha da Marambaia (1851)*. Dissertação apresentada no Curso de Pós Graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro: Uni Rio, 2009.

MOREIRA, Ana Paula Gomes; GUZZO, Raquel Souza Lobo. Do trauma psicossocial às situações-limite: a compreensão de Ignácio Martín-Baró. *Estudos de Psicologia*, Campinas, v. 32, n. 3, p. 569-577, set. 2015. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0103-166x2015000300021>.

OLIVEIRA, Cristiano Gomes de. *Etnomatemática e a educação escolar quilombola na Ilha da Marambaia em Mangaratiba-RJ: conexões entre o artesanato local e a prática escolar*. Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências e Matemática) - Instituto de Educação, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2022.



OLIVEIRA, Olívia Chaves de. *As possibilidades de novos rumos para a educação formal na Ilha da Marambaia - RJ*. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola) - Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2009.

SIMÕES, Bruno. O trabalho da psicologia na luta por direitos coletivos dos povos indígenas: parecer psicossocial sobre os Xavante de Marãiwatsédé. *Revista Espaço Acadêmico*. Edição especial. Ano XXI. Out., 2021.

WILLEMANN, Estela Martini. *Marambaia: “Ilha subversiva”: múltiplos aspectos do processo de formação de identidade no “território negro” remanescente de quilombo*. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <<https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/projetosEspeciais/ETDs/consultas/conteudo.php?strSecao=resultado&nrSeq=11407@1>>. Acesso em: 03 de set. 2023.

YABETA, Daniela; GOMES, Flávio. Memória, cidadania e direitos de comunidades remanescentes (em torno de um documento da história dos quilombolas da Marambaia). *Afro-Ásia*, n. 47, p. 79–117, 2013.



Processos de institucionalização e danos psicossociais na população em situação de rua: Laudo Técnico Psicossocial sobre os Centros de Acolhida de São Paulo, SP

Institutionalization processes and psychosocial damage in the homeless population: Psychosocial Technical Report on the Shelter Centers of São Paulo, SP

Nilson de Jesus Oliveira Leite Júnior

Mestrando em Psicologia Social pelo Instituto de Psicologia, departamento de Psicologia Social e do Trabalho da Universidade de São Paulo (USP)

nilson.junior@usp.br

Antonio Euzébios Filho

Docente do Instituto de Psicologia, departamento de Psicologia Social e do Trabalho da Universidade de São Paulo (USP)

antonioeuzebios@usp.br

Gabriel Mussato Silva

Graduando em Psicologia pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP)

gabrielmussato@usp.br

Matheus Costa Campos

Graduando em Psicologia pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP)

matheusc campos13@usp.br

Iris Barboza Pastor Souza

Graduanda em Psicologia pelo Centro Universitário São Camilo

irispbs.gp@gmail.com

Resumo

Este artigo é a apresentação e análise do Laudo Técnico Psicossocial realizado para verificar se a política para a população em situação de rua (PSR) da cidade de São Paulo – com destaque para os dispositivos de acolhimento, dentre eles, especialmente, os Centros de Acolhida (CAs), – favorece a autonomia e a dignidade ou mesmo a saída da PSR das ruas. Ele foi elaborado a pedido do Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos da Defensoria Pública do Estado de São Paulo para subsidiar procedimentos e ações do referido núcleo com vistas à garantia dos direitos da PSR. Para tal, contou com roteiros de entrevistas semiestruturadas, questionários estruturados, grupos focais e produção de diários de campo, que possibilitaram uma análise multiforme das condições de autonomia, dignidade, segurança nas ruas e as experiências cotidianas no contexto do abrigo institucional (fixo e/ou pernoite) na cidade de São Paulo. Os resultados permitem verificar que, apesar das tímidas avaliações positivas sobre os CAs, eles podem contribuir para estimular (ou mesmo produzir) danos psicossociais, como a reprodução de relações baseadas no medo, autoritarismo, desconfiança, patologização e difamação da PSR; resolução de conflitos com base no uso de violência psicológica; retirada sistemática de direitos sociais; despersonalização do atendimento e da atenção nos CAs; e desintegração da identidade e



autonomia da população que utiliza tais serviços. Conclui-se que os dispositivos de acolhimento para PSR da cidade de São Paulo, sobretudo os CAs, nem sempre favorecem a autonomia e, em muitos casos, são potenciais produtores de violência institucional.

Palavras-chave: Pessoas em situação de rua. Danos psicossociais. Acolhimento.

Abstract

This article is the presentation and analysis of the Psychosocial Technical Report carried out to verify whether the policy for the homeless population (PSR) in the city of São Paulo - with emphasis on reception devices, among them, especially, the Shelter Centers (CAs), - favors autonomy and dignity or even the removal of PSR from the streets. It was prepared at the request of the Specialized Center for Citizenship and Human Rights of the Public Defender's Office of the State of São Paulo to support procedures and actions of the aforementioned center with a view to guaranteeing the rights of PSR. To this end, it relied on semi-structured interview scripts, structured questionnaires, focus groups and the production of field diaries, which enabled a multifaceted analysis of the conditions of autonomy, dignity, safety on the streets and everyday experiences in the context of institutional shelter (fixed and/or fixe overnight) in the city of São Paulo. The results allow us to verify that, despite the timid positive evaluations about CAs, they can contribute to stimulating (or even producing) psychosocial damage, such as the reproduction of relationships based on fear, authoritarianism, distrust, pathologization and defamation of PSR; conflict resolution based on the use of psychological violence; systematic withdrawal of social rights; depersonalization of service and attention in CAs; and disintegration of the identity and autonomy of the population that uses such services. It is concluded that the reception devices for HP in the city of São Paulo, especially the CAs, do not always favor autonomy and, in many cases, are potential producers of institutional violence.

Keywords: Homeless people. Psychosocial damage. Embracement.

Introdução

Este artigo é a apresentação e análise do Laudo Técnico Psicossocial das trajetórias de institucionalização e das vivências da população em situação de rua (PSR) na cidade de São Paulo, realizado pelo Observatório do Trauma Psicopolítico¹, a pedido do Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos da Defensoria Pública do Estado de São Paulo (DPESP), para subsidiar procedimentos e ações do referido núcleo com vistas à garantia dos direitos da PSR. Assim, o Laudo Técnico Psicossocial teve como propósito verificar se a política para a PSR da cidade de São Paulo – com destaque para os dispositivos de acolhimento, dentre eles, especialmente, os Centros de Acolhida (CAs), – favorece a autonomia e a dignidade ou mesmo a saída da PSR das ruas.

A PSR é um fenômeno secular e uma expressão das desigualdades sociais que se manifestam, especialmente, em virtude das mudanças nas esferas política, social e econômica mundiais das últimas décadas. Mesmo com o aumento exponencial nos últimos anos, a gênese desse fenômeno é antiga e a literatura aponta que ele remonta ao surgimento das sociedades pré-industriais da Europa com as condições favoráveis ao modo de produção capitalista. Assim, trata-se de um fenômeno histórico resultado de um contexto de desigualdades sociais que denotam um sistema de violação de direitos.



Consoante o Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009, são características deste grupo populacional: a heterogeneidade, a pobreza extrema, os vínculos familiares fragilizados ou inexistentes e a falta de moradia convencional regular. São pessoas que utilizam de logradouros públicos e/ou áreas degradadas como espaço de moradia e meio de subsistência, seja temporária ou permanentemente, além de espaços socioassistenciais para pernoite ou moradia provisória (BRASIL, 2009a). Ademais, são pessoas que se diferenciam pelos motivos e/ou razões que levaram para a rua (fatores biográficos, fatores estruturais e/ou fatores da natureza, por exemplo), pelas formas de uso da rua e dos espaços públicos, pelo tempo de permanência em situação de rua e pelas táticas de sobrevivência criadas (SCOREL, 1999). Todavia, se assemelham em virtude da invisibilidade (a inexistência de dados oficiais de abrangência nacional), dos dramas humanos presentes no viver nas ruas (violência, marginalização, humilhação social, criminalização, preconceito e discriminação) e da reinvenção da rua e dos espaços públicos (estratégias de sobrevivência, conhecimentos e modos de vida próprios, mecanismos de resistência e defesa às adversidades presentes na rua), denotando as singularidades e diversidades desse grupo (SICARI; ZANELLA, 2018).

No Brasil, o número de pessoas em situação de rua tem aumentado a um ritmo acelerado e ascendente, sobretudo entre o período de 2019 e 2022 com os impactos e reflexos diretos e indiretos da pandemia de Covid-19, com um crescimento de 38% da PSR no país no período citado. Assim, a partir de dados cruzados do Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), o Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania (MDHC), lançou em 2023 um diagnóstico que demonstra que, até dezembro de 2022, 236.400 pessoas encontravam-se em situação de rua no Brasil e cadastradas no CadÚnico (BRASIL, 2023). Trata-se de um grupo populacional que demanda ações articuladas, intersetoriais e integralizadas das políticas públicas, observando suas especificidades, para que a situação de rua seja superada. Sendo assim, e considerando os objetivos da Política Nacional para a População em Situação de Rua, parte-se do entendimento que a garantia do acesso à moradia digna e definitiva é condição *sine qua non* para que os demais desafios vivenciados por esta população sejam superados e se alcance qualidade de vida (KOHARA, 2023). Nesse sentido, a complexidade inerente às trajetórias de rua demanda uma rede complexa e integral de atendimento, na qual todas as dimensões que envolvem a vida dessas pessoas sejam contempladas. Por último, entende-se também que a vivência cotidiana e sistemática a situações adversas tem potencial para a promoção de danos psicossociais e processos de traumatização psicossocial, representando, assim, um fator de risco para a saúde mental da PSR.

População em situação de rua em São Paulo e os serviços de acolhimento institucional

Em São Paulo, maior capital da América Latina, estima-se uma população de 31.884 pessoas em situação de rua, segundo dados da pesquisa censitária realizada pela Prefeitura de São Paulo em 2021, das quais 39,8% encontravam-se em acolhimento institucional (PREFEITURA DE SÃO PAULO, 2021). Todavia, segundo o diagnóstico do MDHC com dados do CadÚnico, com referência ao mês de dezembro de 2022, estima-se que a cidade de São Paulo concentre



53.853 pessoas em situação de rua, representando um aumento de cerca de 69% em relação ao censo da prefeitura de 2021.

Com base na pesquisa censitária realizada, o perfil sociodemográfico da PSR é composto, majoritariamente, por indivíduos do sexo masculino (83,40%). Em relação à identidade de gênero, é composto, principalmente, de homens cis (80,10%), seguidos de mulheres cis (16,90%), agêneros (1%), mulheres transexuais (0,80%), homens transexuais (0,30%), travestis (0,20%), não binárias (0,20%) e declaradas como outras (0,50%). Quanto à distribuição por faixa etária, o maior percentual é de pessoas que se encontram na faixa etária entre 31 e 49 anos (49,40%), seguidas de 50 a 59 anos (17%), 60 anos ou mais (12%) e até 18 anos (3,10%). No tocante à cor/raça/etnia, a maior incidência é de pessoas declaradas pardas (47,10%), seguidas das pessoas brancas (25,80%), pretas (23,70%), amarelas (0,80%) e indígenas (0,80%). Além disso, 28,60% dos respondentes declararam possuir alguma pessoa considerada familiar nas ruas ou CAs. Por último, quanto ao tempo em situação de rua, 28,70% estão há mais de 2 anos até 5 anos, 27,90% estão há menos de 2 anos, 25,90% há mais de 5 anos até 10 anos e 17,40% há mais de 10 anos. Em síntese, esses dados sinalizam um perfil masculino, composto por homens cis, pretos/pardos, na faixa etária de 31 a 49 anos e estão de 2 anos até 5 anos em situação de rua (PREFEITURA DE SÃO PAULO, 2021).

No campo das políticas públicas voltadas para a PSR, encontra-se a Política de Assistência Social, organizada a partir do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) – um sistema público, descentralizado, participativo e não contributivo que gere, no campo da proteção social brasileira, o conteúdo específico da assistência social, por meio da oferta integrada de serviços, benefícios, programas e projetos. Desta forma, a assistência social se organiza em dois níveis de proteção que compõem a rede socioassistencial: a Proteção Social Básica (PSB) e a Proteção Social Especial (PSE), esta última em níveis de complexidade média e alta (BRASIL, 2005). Sendo, portanto, nesse último nível (PSE de alta complexidade) que se encontram os serviços de acolhimento institucional para a PSR, tendo entre outros objetivos a garantia do acolhimento e da proteção integral aos usuários (BRASIL, 2009b).

Em São Paulo, a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS) é a responsável pela coordenação e operacionalização da política de assistência social, e para o atendimento e enfrentamento às situações de vulnerabilidades sociais e riscos, sobretudo de atenção e proteção às pessoas em situação de rua. A rede de acolhimento voltada para a PSR é composta por serviços ofertados através da rede estatal governamental e da rede conveniada não governamental, via Organizações da Sociedade Civil (OSCs) (BRASIL, 2009b). Estes serviços ocorrem em diferentes tipos de equipamentos, conforme o público, a fim de garantir a proteção integral, tais como o Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes; Casa Lar; Família Acolhedora; República Jovem; Residência Inclusiva; Centro de Acolhida (CA), nas modalidades: gestantes, mães e bebês, mulheres em situação de rua, imigrantes e adultos em situação de rua (podendo ser 16 horas ou 24 horas); Centro de Acolhida Especial (CAE), nas modalidades: mulheres em situação de violência, mulheres transexuais em situação de rua, homens transexuais em situação de rua, idosos em situação de rua, famílias em situação de rua e convalescentes em situação de rua; Autonomia em Foco; República para adultos em situação de rua e Instituição de Longa Permanência para Idosos (PREFEITURA DE SÃO PAULO, 2010).



Os CAs são serviços de acolhimento provisório para pessoas adultas de 18 anos ou mais que se encontram em situação de rua. Sua finalidade é a oferta de acolhimento, de proteção integral, de escuta e de condições necessárias para o fortalecimento da autonomia dos usuários, para contribuir para o protagonismo e eventual superação da situação de rua. No tocante aos CAs da cidade de São Paulo, dados do Relatório das visitas de inspeção aos serviços, realizado pela Câmara Municipal de São Paulo no ano de 2022, denunciam a presença de inúmeras precariedades nas dimensões de estrutura, de higiene, de saúde e de alimentação dos serviços inspecionados (CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 2022).

Moradia e *Housing First*: a dimensão psicossocial do direito à moradia

Em relação ao modelo de moradia em vigência na cidade de São Paulo para a PSR, ele é organizado a partir do paradigma etapista, no qual há o desenvolvimento sucessivo e progressivo do usuário, por meio de etapas até se alcançar a moradia definitiva. Ao entrar em situação de rua, a primeira etapa consiste em acessar os serviços voltados para a PSR, como a Abordagem Social ou o Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro Pop). A segunda etapa consiste na PSR ser direcionada para o serviço de acolhimento institucional, seguido da moradia transitória. Por fim, espera-se que a PSR alcance moradia definitiva (CARNEIRO, 2021), como pode ser observado no Decreto municipal nº 62.149, de 24 de janeiro de 2023, que cria o Programa Reencontro e regulamenta a Política Municipal para a População em Situação de Rua (PREFEITURA DE SÃO PAULO, 2023a). A política municipal prevê os serviços de acolhimento institucional tais como CAs, Repúblicas e Hospedagens. O princípio básico deste modelo é que os serviços oferecidos promovam a instrumentalização dos usuários, para se alcançar qualidade de vida e progredir de maneira autônoma.

Todavia, este modelo não é capaz de promover a superação da situação de rua, pois leva à estagnação no acolhimento institucional e impõe condicionalidades, muitas vezes atravessadas por aspectos morais, que favorecem retrocessos nas etapas já alcançadas. Ademais, esse modelo funda-se na expectativa de que a adoção de etapas ascendentes resultará em melhorias progressivas nas condições de vida do usuário (BRASIL, 2022). Neste sentido, é relevante mencionar que a falta ou mesmo a inexistência de infraestrutura adequada de uma moradia impacta negativamente nas demais dimensões da vida, como o trabalho e a geração de renda, por exemplo, mas também impõem obstáculos em termos de higienização, segurança e organização da vida.

Contrariamente ao modelo etapista, o modelo moradia primeiro (*Housing First*) tem como eixo central o acesso à moradia para, na sequência, serem trabalhadas as demais questões apresentadas pelo usuário para se alcançar a qualidade de vida (CARVALHO; FURTADO, 2022). Nesse sentido, esse modelo oferece acesso direto à moradia para a PSR e, a partir disso, o acompanhamento e suporte técnico necessários para a manutenção, além da conexão com as demais políticas públicas. O modelo “moradia primeiro”, portanto, parte dos princípios que o acesso imediato à moradia, sem condicionalidades de preparação, é um direito básico. Nesta direção, devem prevalecer a escolha do beneficiário e sua autodeterminação, isto é, a adesão é livre, e as decisões e encaminhamentos seguem a partir de uma relação de cooperação entre a pessoa beneficiária e a equipe técnica; o serviço é orientado para a recuperação, a partir da



definição do beneficiário, que junto aos técnicos e serviços reconhecem os desafios a serem trabalhados; oferta de suporte individualizado e guiado pelo beneficiário por meio de uma equipe responsável em que o atendido define os aspectos para o suporte; e integração social e comunitária com produção de vínculos entre moradoras, moradores e comunidade (BRASIL, 2022). Nota-se, portanto, que o direito à moradia é um tema complexo e que deve ser debatido de forma ampla, incluindo uma perspectiva psicossocial relacionada a este direito.

A necessidade de um olhar psicossocial acerca do direito à moradia é suscitada pela Comissão Especial da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre Direitos Humanos, que expressa, entre outros aspectos, a moradia para além de uma forma de subsistência ou um simples espaço físico, mas um lugar que possibilita a estabilidade e a segurança psicológica. São estes dois últimos aspectos que fornecem orientações para identificar componentes psicossociais associados ao direito à moradia (ONU, 2005).

Ademais, as diretrizes da ONU (2005) sobre a atuação da sociedade civil e do poder público em ocorrências de despejo ressaltam dois aspectos que delimitam a compreensão psicossocial sobre o direito à moradia: (1) que moradia acessível e digna não se refere, essencialmente, ao tamanho e à forma como foi produzida, mas está relacionada intimamente ao reconhecimento da própria dignidade, de se sentir reconhecido como humano, portanto, é base fundamental de todo processo de humanização das relações e de si, assim como da elaboração da autoimagem, do sentimento de confiança no futuro e elemento fundamental para constituição de vínculos sociais e afetivos. Assim, decorre deste um segundo ponto: (2) a relação – nem sempre coincidente, é verdade, mas sempre relevante – entre estabilidade material e emocional. A moradia é reconhecida aqui como casa e há garantias que ela oferece não apenas como alojamento físico: há apego, há identificação, há enraizamento, há memória individual e coletiva. É, assim, relacionada ao direito de memória e ao pertencimento comunitário (EUZÉBIOS FILHO, 2019).

Desse modo, continuando com o informe especial da ONU, são múltiplas especificidades que atestam a complexidade de componentes que constituem o direito de morar. O documento associa, por exemplo, o aumento da violência de gênero à ausência ou precariedade deste direito, uma vez que as vítimas não encontram maneiras de separação física do agressor. Outro exemplo se relaciona à dificuldade de crianças e adolescentes em se integrar na comunidade, uma vez que a itinerância dificulta o acesso e a permanência na escola, entre outros componentes. Desse modo, a violação deste direito produz uma série de fatores de risco à saúde mental, podendo configurar uma situação de traumatização psicossocial coletiva (ONU, 2005; EUZÉBIO FILHO, 2019; GONÇALVES, 2017; 2021). O direito à moradia, por fim, está associado a um elemento fundamental da dignidade humana: a autonomia, isto é, o direito de não ser tutorado e vigiado na organização das tarefas diárias, por exemplo (EUZÉBIOS FILHO, 2019).

Violência de Estado, Trauma Psicossocial e saúde mental

Considerando que a ausência de moradia acarreta múltiplas violências, acirra a desigualdade social e a disputa por territórios, define itinerários urbanos mais ou menos excludentes, fomenta o distanciamento entre indivíduos e suas comunidades e suas redes de apoio,



e é uma responsabilidade do Estado, compreendemos a violação do direito de habitar um lar como violência de Estado.

Para Sanjurjo e Feltran (2015), a violência de Estado passou a ser objeto de discussão e ação pública após as atrocidades cometidas na 2ª Guerra e, posteriormente, na América Latina, durante as ditaduras militares ao longo dos anos 60, 70 e 80. Trata-se de um conceito inicialmente pensado como correspondente a uma violência material e/ou física contra uma determinada população civil. Mas, logo se notou, no campo da produção acadêmica e dos próprios tribunais internacionais, que a violência contra um grupo (como consta na tipificação de genocídio, por exemplo) tem sérias repercussões na saúde mental.

O conceito de Trauma Psicossocial (TPS), por sua vez, se apresenta como um caminho teórico para uma definição do objeto: a dimensão psicossocial da violência de Estado. Trata-se de um conceito que permite à Psicologia e áreas afins identificar indicadores psicossociais que configuram risco ou proteção à promoção da saúde mental de indivíduos e grupos sistematicamente vulnerabilizados social e economicamente.

Segundo Martín-Baró (2000), psicólogo social formulador deste conceito:

Ao falar de Trauma Psicossocial se quer sublinhar também outros dois aspectos que com frequência tendem-se a se esquecer: (a) que a ferida que afeta as pessoas é uma produção social, quer dizer, que suas raízes não se encontram no indivíduo, mas na sociedade; (b) que sua mesma natureza se alimenta e se mantém na relação entre indivíduo e sociedade através de diversas mediações institucionais, grupais e inclusive individuais (p. 367, tradução nossa).

Martín-Baró enfatiza que uma compreensão psicossocial sobre a violência política tem como enfoque os afetos coletivos que surgem em uma situação de agressão, violência e conflito político, abrindo, assim, caminho para uma compreensão de saúde mental que considera além de aspectos subjetivos, também coletivos, institucionais, históricos e materiais. Nesse sentido, a dimensão psicossocial da violência política se manifesta em toda situação que, por suposto, envolve uma disputa desigual pelo poder social e econômico, mas que, paralelamente, envolve: rebaixamento e humilhação do diferente, seja pela sua condição social ou cultural; um arcabouço de justificativas psicológicas com forte teor afetivo que favorecem a violência contra o outro polarizado; o enfraquecimento das redes de apoio; a falta de apego comunitário e de projeções para o futuro, entre outros (MARTÍN-BARÓ, 2000; EUZÉBIOS FILHO, 2023).

Neste sentido, o TPS se concretiza não apenas por um ato isolado de violência, mas pela sequencialidade de danos psicossociais provenientes de uma violência política regular – seja violência policial, de gênero ou racial, seja pela retirada constante de direitos básicos para sobrevivência, como moradia e segurança alimentar. Em suma, a violência política se apresenta em todas as situações de violação sistemática de direitos humanos e gera não apenas danos materiais como também psicossociais (MARTÍN-BARÓ, 2000).

O TPS se constitui por uma sequencialidade de danos psicossociais que orientam uma compreensão de saúde mental. Enquanto fatores de risco, alguns deles, no âmbito individual: (1) estado exacerbado de alerta; (2) sentimento de impotência na organização da vida; (3) alteração do sentido de realidade; (4) fragilização da autonomia pessoal e da autoconfiança (5) depreciação da autoimagem; e (6) ausência de perspectivas animadoras para o futuro. Já no âmbito da



coletividade: (1) desintegração da memória e identidade coletivas; (2) acirramento da violência intragrupo e intergrupo; (3) desconfiança nas relações interpessoais; e (4) estreiteza e rigidez na elaboração da imagem do adversário, que se torna inimigo. E, por outro lado, alguns dos indicadores psicossociais de proteção: fortalecimento da memória e identidade coletiva, fortalecimento da rede de apoio social e afetiva, vínculo comunitário, garantia e manutenção de direitos, e perspectivas de futuro (EUZÉBIOS FILHO, 2023).

Método

O processo de construção de dados necessários à realização deste trabalho, seguiu os princípios da pesquisa qualitativa (FREITAS, 1998; MINAYO, 2002), compreendendo a relevância da intensidade e os sentidos das narrativas, bem como a existência de aspectos universais passíveis de generalização nas narrativas individuais. O território do estudo foi a cidade de São Paulo e, enquanto *lócus* para a sua execução, foi eleito um local fixo para a coleta sistemática de dados e outros espaços ocasionais. Assim, para o primeiro, foi escolhido um serviço socioassistencial, que também é sede do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR), e está localizado na região central da cidade de São Paulo. Já os espaços ocasionais, por sua vez, seguiram a agenda de atendimentos itinerantes do Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos da DPESP, em espaços como Núcleos de Convivência, CAs e Praça da Sé.

Os procedimentos metodológicos envolveram métodos diversificados para a coleta de dados, que ocorreu entre novembro de 2022 e abril de 2023, sendo realizadas entrevistas individuais, grupos focais e visitas em atendimentos itinerantes do Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos. Participaram deste estudo um total de 162 pessoas adultas em situação de rua, distribuídas da seguinte forma: 36 entrevistas individuais em profundidade, realizadas com base em roteiro semiestruturado, aplicação de 61 questionários estruturados e em Escala *Likert* de cinco pontos (concordo totalmente, concordo parcialmente, não sei responder, discordo parcialmente e discordo totalmente) e 6 grupos focais perfazendo 65 participantes ao todo, organizados a partir de três eixos temáticos: (1) histórias de vida; (2) vivência nas ruas e nas instituições de acolhimento; e (3) indicadores psicossociais de risco e proteção à saúde mental.

Convém destacar que em todas as etapas de coleta de dados foram realizadas observações e produção de diários de campo com registro das impressões dos pesquisadores. A participação ocorreu de forma voluntária e os pesquisadores seguiram as recomendações e diretrizes éticas de pesquisas envolvendo seres humanos. Dessa forma, não foram coletados dados de identificação dos participantes e as informações coletadas foram tratadas como sigilosas em todas as etapas da produção do documento. Ademais, os nomes utilizados neste artigo são todos fictícios, não correspondendo aos nomes reais dos participantes. Outrossim, os pesquisadores foram submetidos a treinamento prévio para elucidação de dúvidas e questões técnicas e éticas relacionadas à natureza desse trabalho, bem como a observância às formas de contato, aproximação e abordagem da PSR.

Em relação aos procedimentos de análise adotados, as entrevistas foram transcritas de forma integral e fidedigna à maneira como foram expressas pelos participantes. Na sequência, foram lidas e relidas de modo a classificá-las em núcleos de investigação que corresponderam aos



aspectos gerais das falas dos participantes. Acrescenta-se que após o processo de classificação em núcleos de investigação, as narrativas foram analisadas dialeticamente com auxílio da literatura especializada que trata dos indicadores psicossociais de risco e proteção à saúde mental.

Resultados e Discussões

Em se tratando dos entrevistados e dos respondentes aos questionários estruturados, foram coletadas informações sociodemográficas e sobre a trajetória em situação de rua que serão apresentadas a seguir. Em relação àqueles participantes das atividades grupais, não foram coletadas informações sociodemográficas visando garantir espaço em que se expressassem livremente. Somando, um total de 61 pessoas entre 18 e 79 anos que correspondem ao total da caracterização sociodemográfica. Vale destacar que das 36 pessoas participantes das entrevistas semiestruturadas, 26 delas também responderam ao questionário estruturado (por serem instrumentos com finalidades distintas) e outras 10 optaram por não fornecer dados sociodemográficos. A figura 1 apresenta as informações sociodemográficas dos participantes

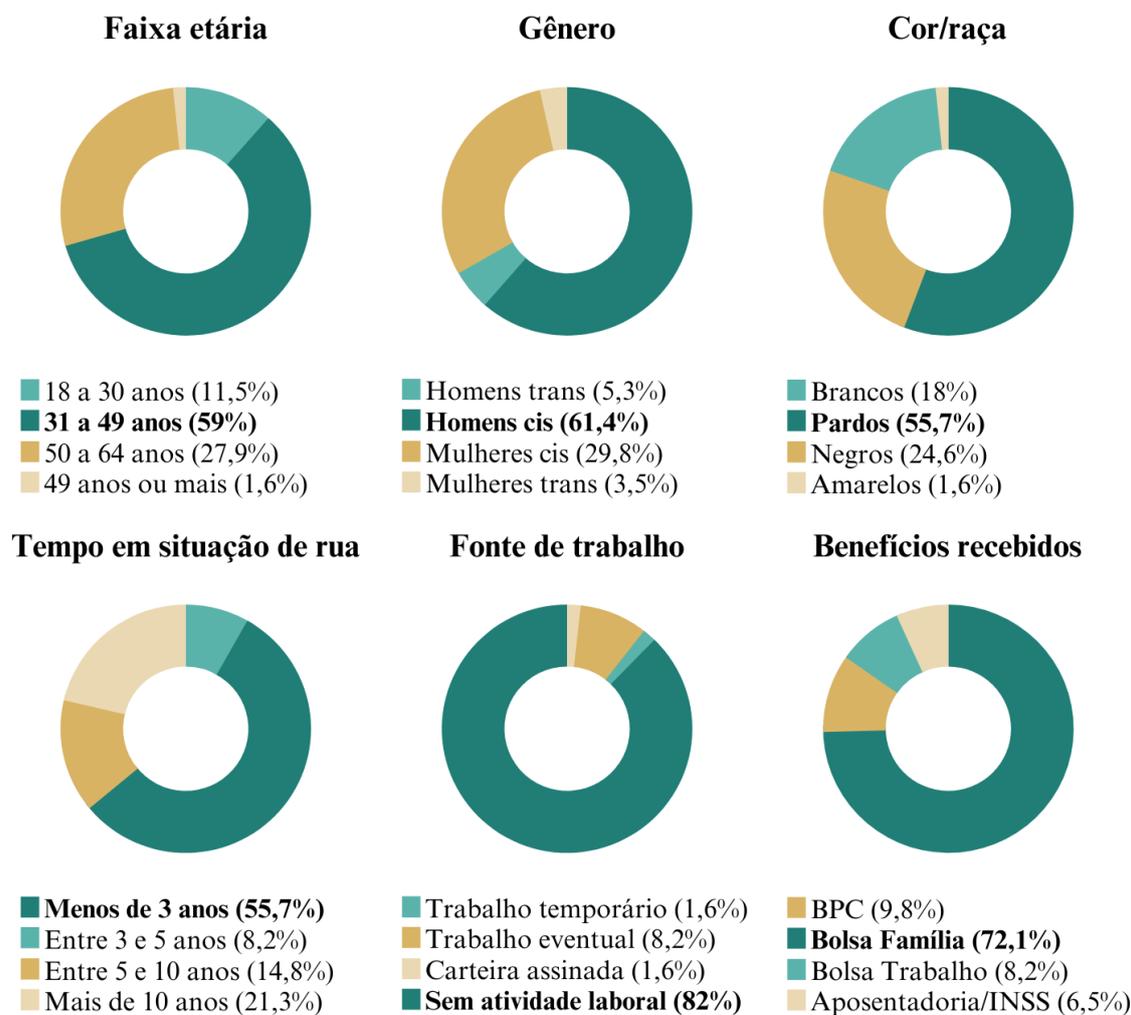


Figura 1 - Informações sociodemográficas dos participantes

Em síntese, o perfil dos participantes é composto, principalmente, por homens cis, de 31 a 49 anos, que autodeclararam como pardos/negros e que estão com menos de 3 anos em situação



de rua. Outrossim, grande parte não exerce atividades laborais, tendo o Programa Bolsa Família como a principal fonte de renda.

Preconceito, um elemento estruturante da socialização da PSR: justificativas para maus tratos e obstáculos à empregabilidade

Esse núcleo de investigação agregou narrativas e informações sobre a vivência de preconceito pela PSR em decorrência da condição de situação de rua ou de abrigo em CA. As narrativas demonstram como o estereótipo e o estigma são fundamentais para compreender os processos de socialização da PSR nas ruas e nas instituições, e como a visão depreciada da PSR fomenta variados episódios de humilhação social, de não reconhecimento, de impessoalidade e de discriminação.

As vivências de preconceito e discriminação compõem o itinerário e o cotidiano de vida de muitas pessoas que se encontram em situação de rua. Assim, setores da sociedade comumente classificam a PSR como suja, perigosa, vagabunda, louca e coitada, o que acarreta atitudes como a indiferença ou mesmo a violência (MATTOS; FERREIRA, 2004). Apesar dessa imagem socialmente construída da PSR, Maurício afirma que “as pessoas pensam que a maioria [da PSR] é drogado, ex-presidiário e vagabundo. Infelizmente, é essa a mentalidade que as pessoas têm.” (Maurício, homem cis, 53 anos, negro, colchetes nossos). De modo semelhante, Juliano complementa que “[...] a maioria mesmo [da população em geral] não gosta da população de rua” (Juliano, homem cis, 51 anos, negro, colchetes nossos).

Esses estereótipos acerca da PSR, baseados na crença de que naturalmente possuem características negativas (ALLPORT, 1954), alimentam barreiras e o distanciamento da referida população com as políticas públicas e com a população domiciliada. O preconceito se materializa em atitudes, isto é, em ações muitas vezes violentas, com forte carga afetiva, dirigidas para eliminação ou para algum tipo de ação violenta contra a PSR – a mais comum, aquela voltada para retirada dessa população em determinados locais da cidade, como as ações da Zeladoria Urbana ou as solicitações de pessoas domiciliadas ao 156 para a retirada da PSR dos logradouros onde residem, conforme relatos dos participantes da pesquisa (Informação registrada em Diário de Campo no dia 01 dez. 2022).

Para Major e O’Brien (2005), o estereótipo, o preconceito e a discriminação estão na base do estigma, um fenômeno social que abrange os conhecimentos (estereótipos), as atitudes (preconceito) e os comportamentos (discriminação). A esse respeito, Goffman (1982, p. 6) aponta que o estigma é uma marca e um *status* desvalorizado atribuído quando uma pessoa possui (ou acredita possuir) um atributo que faz com que “[...] deixamos de considerá-lo como criatura comum e total, reduzindo-o a uma pessoa estragada e diminuída”.

Sobre esse aspecto, Cássio afirma que o preconceito e a discriminação são realidades constantes na vida da PSR: “[...] o preconceito em si, contra morador de rua, tem, tem, cara... tem gente que já passa te xingando, tem gente que cuspe em você, de verdade cara, você toma tapa na cara!” (Cássio, homem cis, 42 anos, pardo). Em outro momento da entrevista, ele fala sobre a vivência de situações de humilhação e vergonha por estar em situação de rua:



Por ser morador de rua você não vale nada, entendeu? Que nem: você tá sendo agredido, tá sendo ameaçado de um cara te bater, você vai chamar uma viatura e os cara fala: “sai daqui seu lixo!”, têm muitos policiais, têm bastante também policiais bons, mas tem uns que nem ligam porque você não é nada, você é morador de rua cara, cê não vale duas notas [risos], entende?

Apesar do tom cômico apresentado por Cássio ao final do seu relato, ele fornece elementos para entender o processo de desqualificação social da PSR que, muitas vezes, é operado pela própria polícia.

A PSR, muitas vezes, é classificada, como ressalta Castel (1998), como um conjunto de pessoas consideradas inúteis e supranumerárias por não estarem consoante o tipo de sociabilidade capitalista, e que, portanto, são desqualificadas civil e politicamente por este sistema justamente por isso. Em variados momentos da coleta de dados, se destacaram as falas sobre más condições de vida, maus tratos, situações de violência e desqualificação moral da PSR nos CAs, por exemplo, cometidas por parte tanto dos funcionários quanto dos conviventes. Estas situações podem ser compreendidas sob o crivo da humilhação social que, segundo Gonçalves Filho (1998, p. 16):

[...] conhece, em seu mecanismo, determinações econômicas e inconscientes. Deveremos propô-la como uma modalidade de angústia disparada pelo enigma da desigualdade de classes. Como tal, trata-se de um fenômeno, ao mesmo tempo, psicológico e político. O humilhado atravessa uma situação de impedimento para sua humanidade, uma situação reconhecível nele mesmo – em seu corpo e gestos, em sua imaginação e em sua voz – e também reconhecível em seu mundo – em seu trabalho e em seu bairro.

A humilhação social, nos moldes como é pensada por Gonçalves Filho (1998; 2004), se caracteriza como um ato externo e público que age para dentro da pessoa humilhada, ceifando-lhe em sua *práxis* (ação) e memória (biografia). Outrossim, se presentifica por meio de imagens, gestos, palavras e comportamentos relacionados ao rebaixamento político. Nessa direção, Ximenes *et al.* (2021, p. 3) afirmam que a humilhação “[...] é uma ação desrespeitosa que resulta em inferiorização e diminuição da autoestima”. Isso é percebido na fala de um participante de grupo focal que, ao denunciar as condições sub-humanas dos CAs, expressa que “[...] a gente não tem o mínimo de dignidade” (Pedro, participante do sexo masculino, grupo focal).

Como reflexo da condição de abrigo em CA e por estar em situação de rua, foi observado que a PSR também se defronta com sérios problemas para acessar o mercado formal de trabalho, devidamente registrado na Carteira de Trabalho e Previdência Social. Isto também ocorre em função do preconceito existente em diversas empresas que, ao receberem o comprovante de residência proveniente do CA ou uma declaração que comprove que o candidato está abrigado no local, desclassificam-no, tal como dito por Carlos, “Ah, emprego eu procuro direto! Sou vigilante, sou técnico em enfermagem. Experiência em limpeza eu tenho, mas infelizmente, vou nas empresas e entrego todos os meus documentos. Mas quando vê o comprovante de endereço que é Centro de Acolhida, não dá a vaga” (Carlos, homem cis, 49 anos, pardo).

As respostas à escala demonstram, ainda, que mais da metade dos respondentes (69,05%) acreditam já terem perdido oportunidades de emprego por não terem comprovante de residência. Essa situação também é associada a sentimentos de frustração, como se observa no excerto a



seguir: “[...] é difícil, tá quase empregado e não consegue a vaga.” (Participante do sexo masculino, grupo focal).

Ainda, outro obstáculo à empregabilidade que se apresenta é em relação às condições de higiene e vestimenta da PSR, posto que, para 71,43% dos participantes que estão residindo em CAs e 81,82% que estão residindo nas ruas, isto se mostra como uma dificuldade para acessar o mercado de trabalho. Esse dado é corroborado pela fala de Rubens: “eu tô no Centro de Acolhida, mas não posso ter muitas roupas e nem mais de um par de tênis porque não tem onde guardar. Como vou trabalhar com as mesmas roupas? A galera tem preconceito e discrimina por causa disso” (Rubens, homem cis, 32 anos, branco).

Diante dos relatos que foram apresentados, ao longo das diferentes trajetórias da PSR pelos CAs, é possível concluir que grande parte dessas pessoas passam por vivências de preconceito, discriminação e estigma, em decorrência da condição de situação de rua ou do abrigo em CA gerados pelos estereótipos construídos e compartilhados socialmente.

Centros de Acolhida como um não lugar: vínculos, desapego e não pertencimento

Esse núcleo de investigação reuniu narrativas e informações que se referem à passagem da PSR por variados equipamentos socioassistenciais, sobretudo os CAs, que, em muitos casos, não rompem com a trajetória de desenraizamento, de não fixação, de não identificação e de desapego por uma comunidade.

As representações de espaços e as noções de lugar e apego ao lugar (CAVALCANTE; NÓBREGA, 2011) constituem temáticas importantes para a Psicologia Social e Ambiental, no sentido de compreender a relação (não apenas material, mas simbólica) entre indivíduo e território – ou como fica evidente na maioria das narrativas dos participantes que versaram sobre os vínculos com os CAs, como desapego e não pertencimento com as referidas instituições.

A noção de “lugar” nos permite compreender uma comunidade para além de um espaço físico, valorizando os vínculos criados ou cindidos, os processos de identificação e de reconhecimento do mundo, as redes de apoio e elementos que trazem ou não estabilidade e segurança econômica e afetiva.

Sobre o conceito de “lugar”, Cavalcante e Nóbrega (2011) escrevem:

[...] um espaço que identificamos: é onde moramos, trabalhamos, nos divertimos, vivemos. É um espaço no qual estabelecemos parada. Seus limites são definidos. Ele pode ser reconhecido: é referência. É um espaço ao qual se atribui significado e que ganha valor pela vivência e pelos sentimentos. Lugar é o espaço com o qual se estabelece relação. (p. 182).

Assim, o lugar é criado pela interação e pelo uso habitual do espaço. Refere-se, ainda, aos “[...] conceitos de apropriação e de identidade de lugar. A referência da pessoa com seus lugares pode ser tão grande e importante, que os indivíduos definem ‘quem’ e ‘o que’ são nos termos de quão fortes são seus vínculos com seu lar ou vizinhança ou comunidade” (CAVALCANTE; NÓBREGA, 2011, p. 186).



Um fato elementar nas narrativas dos participantes sobre suas vivências até chegar às ruas, como já adiantado, são os vínculos e os não vínculos da PSR com os espaços institucionais: é possível dizer que são criados vínculos com os CAs? Se sim, quais?

Como foi possível constatar, a trajetória em situação de rua é perpassada por múltiplas e constantes institucionalizações em CAs, por motivos distintos como os desligamentos arbitrários pela inobservância das normas e regras instituídas, conflitos internos com trabalhadores e/ou outros conviventes, desligamento por escolha do próprio usuário em função das condições físicas, materiais e de recursos humanos nos equipamentos, acesso ao trabalho e à moradia, e estar sob o sistema de pernoites sem vaga fixa, por exemplo. Sobre este aspecto, João conta: “Eu já passei pelo [...], pelo [...], pelo [...], ele é um refúgio para você escapar da rua, nessas horas ele serve” (João, homem cis, 50 anos, pardo, colchetes nossos – os nomes dos CAs foram suprimidos).

Como é possível observar, os CAs são lugares que se “escapa da rua” de maneira, muitas vezes, transitória. São apontados como locais de difícil fixação. Lúcio afirma que:

Rapaz...de Missão Belém eu tenho mais de dez; eu passei por muitos em São Bernardo do Campo, em Campinas, em Pernambuco; é que eu sou trecheiro né [mas, e aqui em São Paulo?] Aqui em São Paulo foram muitos, foram muitos... Já morei no, no [...], no [...]. Olha, eu num... em albergue... para morar em um albergue eu sou mais ficar na rua (Lúcio, homem cis, 39 anos, branco, colchetes nossos – os nomes dos CAs foram suprimidos).

Ao contar sobre a sua trajetória de vida, João, como muitas outras pessoas em situação de rua, verbalizou sobre as agruras desse processo, que oscila entre a chegada-saída-chegada das ruas, num ciclo que se repete dadas às instabilidades e acessos precários ao mercado de trabalho e ao acolhimento institucional via sistema pernoite até lograr uma vaga fixa. Alguns participantes, por sua vez, transitam entre os serviços institucionais e aluguel de quartos.

[Sobre a trajetória] Eu tô, mais ou menos... Assim, agora, né? Porque eu já tive, empreguei, voltei, já fui, já voltei. Dessa vez, agora que eu fiquei na rua, fiquei 3 meses. Passei 3 meses na rua, assim, na rua mesmo! Pegando só pernoite, às vezes eu dormia no papelão, enquanto eu tava vendo se eu conseguia alguma vaga em albergue. Foi muito difícil, né (João, homem cis, 50 anos, pardo, colchetes nossos).

O apego ao lugar, como se pode observar nestas e em outras narrativas, é muito frágil: “se der na minha cabeça eu saio fora (...)”, disse Cássio. Há muitas vezes uma recusa dos próprios usuários às ofertas de serviços de acolhimento, visto que nem sempre são bem avaliados por eles – avaliação informal, vale ressaltar.

Segundo Massola e Svartman (2018), a importância da relação da pessoa com o ambiente, o enraizamento em um lugar que só a moradia pode oferecer, é comumente associado por cinco fatores principais: (1) habitação por longo tempo em um lugar; (2) sentimento de “estar em casa” em um lugar; (3) familiaridade que provém da frequência recorrente a um lugar; (4) forma não consciente de vínculo com um lugar sentido como a “casa” ou o “lar” e (5) relação com o passado e com a tradição do grupo ou do povo que fundamenta o sentido de identidade pessoal. Esses fatores elencados pelos autores podem ser confrontados com a realidade da PSR contactada que, por sua vez, fornece elementos suficientes para correlacionar a vivência em CAs com o desenraizamento.



Essa constatação é corroborada pelos resultados quantitativos referentes às 61 respostas sobre os níveis de concordância/discordância para as afirmativas *Sinto que o Centro de Acolhida é como se fosse a minha casa* (77% discordaram) e *Se pudesse, preferia sair do Centro de Acolhida* (98,12% concordaram) que indicam a ausência do sentimento de “estar em casa”, e o estabelecimento de vínculos e apego com os CAs. Esses achados corroboram também com o quarto fator, acerca do vínculo sentido de que o lugar é visto como “lar” ou uma “casa”. O sentimento de não pertencimento ao lugar, de não sentir sua identidade ali representada e de não sentir a segurança de uma “casa” é um fator relevante nas considerações de parte significativa dos participantes.

As trajetórias incertas de institucionalização e o trânsito entre serviços e outros locais transitórios de estada (aluguéis, quartos e pensões, por exemplo) parece ser impulsionada também pelas condições características dos CAs, que não fomentam vínculos significativos. Assim, Lucas relata sobre seus esforços para saída do CA:

A questão que eu queria falar com vocês é que eu já tinha decidido a não brigar mais com o pessoal dos albergues... deixa esse pessoal pra lá. Vou tentar é sair daqui. A melhor resposta que eu posso dar é eu sair daqui. E se eu puder do lado de fora instruir outros... Assim, mas eu tá brigando aqui dentro? “Vamos mudar esse prato, vamos mudar essa comida, vamos mudar isso” não pode nada fazer isso mais! (Lucas, homem cis, 37 anos, pardo).

Este “tentar sair daqui”, como é sabido, não indica que o serviço de acolhimento tenha obtido sucesso na sua contribuição, ainda que mínima, de retirar as pessoas das ruas e voltar a viver na sua comunidade/território/itinerário. Representa, muitas vezes, o contrário: sair dos CAs para voltar a morar nas ruas, dada a relação insuportável que se estabelece entre conviventes, entre estes e funcionários, as regras impostas de maneira não-dialogada, entre outras situações.

A alta rotatividade nos CAs, seja nos casos de pernoites ou à vista da iminência de perda da vaga pelo não cumprimento das condicionalidades impostas nos CAs, impede que a PSR habite por longo tempo.

Trajетórias de institucionalização, Centros de Acolhida e danos psicossociais

Esse núcleo de investigação aglutinou narrativas e informações que possibilitam compreender que as trajetórias de institucionalização, em especial nos CAs, podem contribuir para a produção de danos psicossociais (individuais e coletivos), seja em função do modo pelo qual os CAs se relacionam com a PSR, seja em função das condições de infraestrutura destes equipamentos e seja nas condicionalidades impostas à PSR atendida que, por sua vez, gera alta rotatividade nestes equipamentos.

Para Dobles e Arroyo (2020), danos psicossociais constituem-se como sentimentos que reduzem: a capacidade de autocontrole da conduta; a capacidade de produzir pensamento crítico sobre a realidade ou mesmo sobre a própria atividade e as redes de relações ao redor; e, ainda, a capacidade de ação dos indivíduos sobre seus destinos.

Sendo assim, é possível constatar que o modelo de acolhimento institucional para a PSR, especialmente os CAs, adotado pela Prefeitura de São Paulo, se não produzem diretamente danos psicossociais (como humilhação social, preconceito e desenraizamento físico e simbólico)



certamente se constituem como palcos que favorecem vivências de violência, desqualificação da autoimagem da PSR, perda da autonomia pessoal, dentre outros, e não contribuem, minimamente, para proteger e garantir a proteção integral, assim como está previsto na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, documento responsável pela padronização dos serviços de proteção social básica e especial em todo o território nacional (BRASIL, 2009b).

No que foi possível notar com as informações coletadas e as visitas aos espaços de acolhimento, os CAs, da forma como são estruturados – com regramento excessivo, instituições totalizadoras, despersonalização, supressão da autonomia até para servir a própria alimentação – configuram-se como espaços potenciais de produção de danos psicossociais.

Esse aspecto fica evidente no discurso de muitos participantes que, ao mesmo tempo em que reconhecem os CAs como um refúgio para os enfrentamentos das intempéries ou mesmo das violências a que estão submetidos nas ruas da capital paulista, também denunciam as precariedades e deficiências existentes. Isso é possível observar no excerto da narrativa de um entrevistado, que dissertou sobre qual a rede de apoio que ele poderia contar/acionar estando em situação de rua: “os Centros de Acolhida, porque na hora que eu mais precisei foi deles que eu fui atrás.” E, em outro momento da entrevista, afirmou que “Eu acho que ali, Centro de Acolhida, não foi feito pra gente, porque as estruturas, que não muda de um pra outro, tudo igual, tudo é a mesma coisa [...]” (Carlos, homem cis, 49 anos, pardo, colchetes nossos).

De modo semelhante, em uma das oficinas realizadas, foi aplicada a técnica do mapa afetivo com quatro participantes. Nesta técnica, cinco círculos foram dispostos em uma folha de modo a representar níveis de intensidade afetiva: *muito frequentemente, frequentemente, regularmente, poucas vezes e nada ou quase nada*. E, aos participantes, foi apresentada a instrução: Em ordem de importância, quais são os espaços, pessoas ou instituições que você mais tem e/ou busca apoio? Como resultado, o sistema de justiça (Ministério Público e Defensoria Pública) foi apresentado como rede de apoio acionada muito frequentemente pelos participantes; ao passo que a assistência social, o MNPR e as bocas de rango [locais onde há distribuição de alimentação] são acionadas frequentemente; Núcleos de Convivência, Centros Comunitários e rede informal de doações (alimentos e roupas) são acionadas regularmente; Centros de Acolhida, serviços de saúde e locais de lazer (como parques) são acionados poucas vezes; e os serviços de segurança, nada ou quase nada (Informações registradas em Diário de Campo no dia 01 dez. 2022). Destaca-se que apenas dois participantes mencionaram os CAs como locais de apoio e, mesmo assim, o grau de importância concedido foi de poucas vezes.

Portanto, percebe-se que, se por um lado, os CAs são em alguns casos considerados como uma instituição que compõem, de alguma forma, as redes de apoio, por outro lado, e de maneira mais enfática, são espaços de risco à saúde mental, uma vez que o vínculo entre PSR e CAs raramente é significativo, dificilmente produz apego, identificação, promoção de autonomia e solidariedade.

Ainda segundo Dobles e Arroyo (2020), o dano psicossocial possui um efeito relacional e que, nas pessoas afetadas, pode gerar sentimentos como culpa e outros próprios da desumanização e mutilação da identidade, como a degradação da autoestima e a humilhação social, e a conseqüente internalização desses sentimentos. A despeito desse aspecto, a narrativa a



seguir é ilustrativa: “Todo Centro de Acolhida tem uma placa invisível: ‘Destruiremos a mentalidade do homem hoje, e não nos preocuparemos com ele amanhã’. Porque é isso que acontece, é destruir a mentalidade” (Lucas, homem cis, 37 anos, pardo). Essa afirmativa é corroborada pela seguinte narrativa: “[...] albergues... só depósito! Essa é a expressão, depósito. Depósito de gente!” (Paula, mulher trans, 35 anos, parda).

Enquanto elementos associados aos CAs, que podem ser lidos como fatores de risco à saúde mental e que têm potencial para desencadear danos psicossociais, identificou-se a desintegração da identidade e do poder pessoal de decisão sobre a própria vida, a perda da autonomia, a vivência constante de insegurança e medo, que se manifesta tanto no sentido de perder a vaga a qualquer momento no CA e, assim, não ter um lugar para dormir, quanto no medo de sofrer algum tipo de violência nas instituições.

A exposição às condições precárias de infraestrutura nos CAs, que muitas vezes se aproximam de um “depósito de gente”, foi mencionada de forma constante no decorrer da coleta dos dados. Esses elementos ficam visíveis ao analisar as respostas às questões dispostas em Escala Likert, quanto às percepções e opiniões dos entrevistados, e seus níveis de concordância e/ou discordância frente às afirmações apresentadas no instrumento.

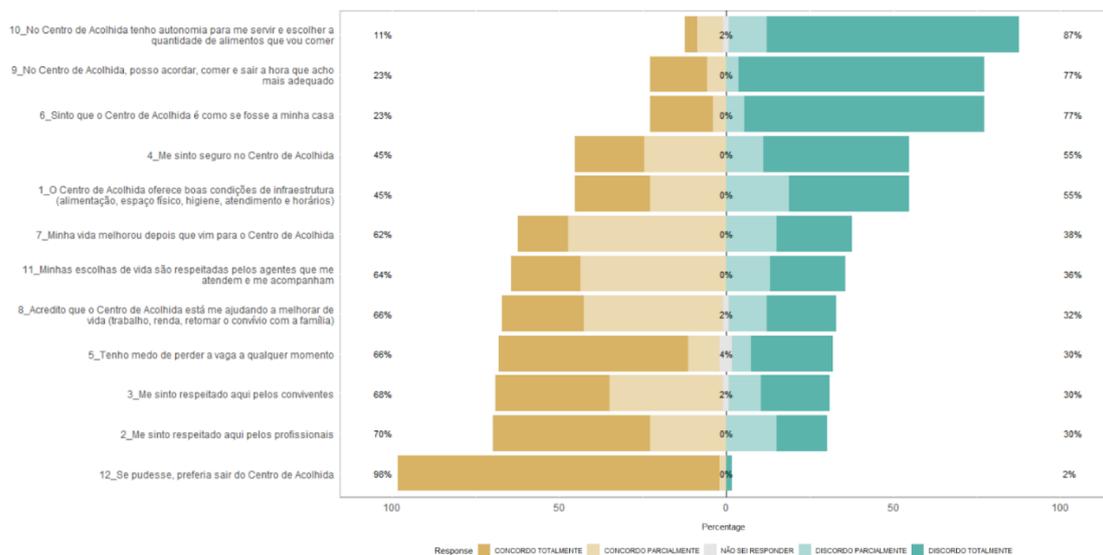


Gráfico 1 - Análise da concordância e/ou discordância sobre os Centros de Acolhida

Como visto no gráfico anterior, um primeiro aspecto que chama a atenção é o antagonismo entre a discordância, em alguma intensidade, da afirmação de que *No Centro de Acolhida tenho autonomia para me servir e escolher a quantidade de alimentos que vou comer*, perfazendo 86,79% (75,47% discordo totalmente e 11,32% discordo parcialmente), e a concordância, em alguma intensidade, com a afirmativa *Se pudesse, preferia sair do Centro de Acolhida*, perfazendo 98,12% (96,23% concordo totalmente e 1,89% concordo parcialmente).

A afirmação *No Centro de Acolhida posso acordar, comer e sair a hora que acho mais adequado* e *Sinto que o Centro de Acolhida é como se fosse a minha casa*, obtiveram ambas 77% de discordância, em alguma intensidade, e *Me sinto seguro no Centro de Acolhida* e *O Centro de Acolhida oferece boas condições de infraestrutura (alimentação, espaço físico, higiene, atendimento e horários)*, obtiveram ambas 55% de discordância, em alguma intensidade.



Os dados coletados, contudo, demonstram uma relação de ambivalência com os CAs e avaliações positivas em relação a estes espaços. Por exemplo, o grau de concordância com a seguinte afirmação é relativamente alta: *Minha vida melhorou depois que vim para o Centro de Acolhida* – 62% concordaram, sendo 15,09% totalmente e 47,17% parcialmente.

Minhas escolhas de vida são respeitadas pelos agentes que me atendem e me acompanham obtiveram, ainda, 64% de concordância (20,75% totalmente e 43,40% parcialmente). *Acredito que o Centro de Acolhida está me ajudando a melhorar de vida (trabalho, renda, retomar o convívio com a família)* tiveram 66% de concordância (24,53% totalmente e 41,51% parcialmente) e *Me sinto respeitado pelos conviventes*: 68% concordaram (33,96% totalmente e 33,96% parcialmente). Para a afirmativa *Me sinto respeitado pelos profissionais* 70% concordaram (47,17% totalmente e 22,64% parcialmente).

Esses dados estatísticos possibilitam tecer duas inferências que são corroboradas pelas narrativas colhidas. A primeira diz respeito aos CAs como lugares de acolhimento em contraposição às vicissitudes das ruas. Mesmo com a presença de elementos aversivos, para algumas pessoas é preferível estar nas instituições do que nas ruas. Em relação a esse aspecto, verifica-se no seguinte excerto: “[...] a realidade está na hora que você deita, puxa o papelão e dorme” (Ramon, participante do sexo masculino, grupo focal). A segunda, refere-se ao posicionamento individual frente ao instituído, às relações verticalizadas e às hierarquizações existentes nos CAs. Aqueles que adotam uma postura de passividade, não questionam a instituição e seguem as condutas estabelecidas que normatizam os comportamentos, tendem a relatar boas experiências na convivência nos CAs e relacionamentos estabelecidos com outros conviventes e equipes, como se verifica na fala de Paula: “[...] aqui dentro eu tenho uma conduta muito boa, eu me dou bem com todo mundo, eu não dou problema” (Paula, mulher trans, 35 anos, parda). Contrariamente, aqueles que destoam a essa perspectiva, em geral, e “dão problema”, tendem a relatar experiências negativas, como as perseguições, tal como exposto na fala de Renan “[...] um ser humano que está em vulnerabilidade informado, ele é uma arma, mano, contra o sistema, tá entendendo? Então, quando eles vê nós, que têm informação [sobre os direitos] e vê que é articulado, eles tenta vir perseguindo nós” (Renan, homem cis, 28 anos, negro, colchetes nossos).

Uma das participantes desta pesquisa, que relatou ter tido problemas de relacionamento nos CAs, afirmou que “todo esse processo [a entrada, permanência e saída dos CAs], desconstrói a gente como pessoa” (Thaís, participante do sexo feminino, grupo focal, colchetes nossos).

Esse sentimento de estagnação da vida após a ida para o CA também se verifica em outra passagem, quando outro participante afirma que “o problema do sistema deles [CAs] é pegar você, sabe, e não quer que você evolua. Porque, você pra eles, é um tesouro pra eles. É uma máquina financeira pra eles” (João, homem cis, 50 anos, pardo, colchetes nossos).

A desintegração da identidade e a desumanização, via escamoteamento das características pessoais que singularizam os indivíduos, foi retratada em outros momentos da coleta de dados, como as variadas situações em que, em certos CAs, os usuários são chamados pelo número da cama que estão ocupando ou na obrigatoriedade de orações antes das refeições.

Além da desintegração da identidade, os participantes também denunciaram a perda do poder pessoal de decisão sobre a própria vida e a perda da autonomia como características



marcantes dos CAs. Como descrito por um dos interlocutores, os CAs “[...] não aceitam o contrário, eles não aceitam que você pense, em albergue você não pode pensar, você não pode emitir uma opinião, se uma opinião for contraditória, eles não aceitam o contraditório, você não pode questionar. Eles não querem que você recorra à decisão deles” (Lucas, homem cis, 37 anos, pardo, colchetes nossos).

Similarmente, a insegurança e o medo foram recorrentes nas falas dos participantes. Tratando-se da insegurança, ela é apresentada como um reflexo do modo de organização dos CAs e das arbitrariedades presentes nas gestões desses equipamentos. Isso se traduz na iminência de ser restringido e/ou expulso do CA quando da não observância ou cumprimento das normas e regras estabelecidas nos equipamentos. A insegurança e o medo de perder a vaga se expressam na seguinte fala:

Eu tenho medo, sabe por quê? Porque eles são muito rígido. Eles pra botar você pra fora é de uma hora pra outra. Sabe por que eu tenho medo de perder minha vaga? Por exemplo, ontem, eu queria dar uma voltinha no Anhangabaú, mas duas coisas que eu lembrei: tinha medo de voltar pra casa, e com medo de eu demorar e perder a minha vaga. Porque duas falta vai pra rua, duas falta vai pra rua! Quer dizer, a gente tem que andar do jeito que eles querem, nós somos mandado. Eu não tenho minha liberdade (João, homem cis, 50 anos, pardo).

Em outro momento, ele afirma que as ameaças de perder a vaga são práticas constantes nos CAs, como se observa: “É direto! Mexem com o psicológico, são três advertências e aí perde a vaga” (Lucas, homem cis, 37 anos, pardo). De modo semelhante, uma participante fala sobre as pressões vividas dentro dos CAs:

É muita pressão, se você age diferente ele quer mandar em você e colocar numa parede. Através daquele erro que você cometeu, eles falam do que mais te afeta, falam muito dos filhos. Não tem ninguém pra sentar, conversar e instruir a gente. [Sente que tem um julgamento?] Sim, chantagem emocional, abuso psicológico (Maria, mulher cis, 34 anos, parda, colchetes nossos).

Essas questões são corroboradas pelos dados quantitativos obtidos, nos quais 35% dos respondentes já foram impedidos, ao menos uma vez, de frequentar algum CA na cidade de São Paulo. E, no que concerne aos motivos, 66,67% foram impedidos por não respeitarem os horários estabelecidos nos CAs e 14,29% por brigas ou desavenças com funcionários.

Ao ser questionado se já foi impedido de frequentar algum CA, Cássio pontuou: “Já fui várias vezes por causa de falta. Se faltar três dias você já perdeu sua vaga, né? Já é difícil conseguir uma vaga... Se eu perder onde que eu tô, onde vou parar?” (Cássio, homem cis, 42 anos, pardo).

No âmbito individual, o medo e a insegurança também foram associados ao desencadeamento de episódios de ansiedade, como se verifica na fala de Isabela:

O Centro de Acolhida gera ansiedade, porque eu não sei quando eu vou sair dessa situação, é uma coisa que... você não tem segurança nenhuma. Você tem seu trabalho, você coloca lá nos papéis: Fundo de garantia, férias. Aqui a gente... não tem, de uma hora para outra a gente pode estar na rua. Ansiedade no sentido de não saber onde eu vou estar amanhã, por exemplo, bem recente, ontem minha assistente social me chamou para conversar, aí eu já fiquei passando mal” (Isabela, mulher cis, 45 anos, branca).

Os sentimentos de medo e insegurança expressados, também dizem respeito à iminência de vivenciar algum episódio de violência dentro dos CAs. Como é sabido, o grupo da PSR é



caracterizado pela heterogeneidade e, assim, nesses equipamentos, pessoas com histórias de vidas distintas, hábitos, valores e práticas culturais são levadas a conviverem no mesmo ambiente, o que pode ocasionar em embates e episódios de violências. Isso é corroborado pelos achados do instrumento quantitativo, os quais apontaram que mais da metade dos participantes (54,10%) já sofreram algum tipo de violência dentro dos CAs da cidade, com destaque para a violência verbal, incluindo os xingamentos e ameaças, (68,18%) e a violência física (27,27%). A despeito da vivência de violência nos CAs, foi constatado que em 56,82% dos casos, os perpetradores foram trabalhadores das equipes dos CAs, e, em 43,18% dos casos, outros conviventes dos CAs.

De maneira semelhante, frente à pergunta *Você se sente seguro no CA*, Lucas relatou: “Física ou emocionalmente? [risos] [pode ser ambos] Nada, nada... configura que, vamos supor, se alguém quiser matar alguém, tá todo mundo desarmado, não tem um segurança pra desarmar, se o cara quiser levar o PCC [Primeiro Comando da Capital] pra dentro, se quiser matar alguém o cara entra!” (Lucas, homem cis, 37 anos, pardo, colchetes nossos). Já Luzia, residente em CAE para Mulheres, relata sua preocupação com os cuidados com a filha no ambiente e afirma que não se sente segura, pois “[...] os quartos têm porta, mas você não pode fechar. Tem todo tipo de gente, tem esturadora, mulher ex-presidiária, mulher homicida” (Luzia, mulher cis, 28 anos, parda).

Para além da insegurança e do medo relacionados à violência, os entrevistados também relacionam esses sentimentos com as condições de infraestrutura dos CAs que, de maneira quase unânime, foram indicadas como precárias. É importante mencionar que o Relatório das visitas de inspeção aos serviços para a população em situação de rua, realizado pela Comissão Extraordinária de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da Câmara Municipal de São Paulo (2022) em 8 equipamentos de acolhimento para a PSR, constatou inúmeras precariedades nas estruturas dos serviços, como as condições de higiene (banheiros insalubres, presença de percevejos e pombos nos quartos e refeitórios), alimentação em quantidade insuficiente e/ou de má qualidade e os problemas estruturais (problemas na rede elétrica e/ou abastecimento irregular de água, colchões inadequados, quantidade insuficiente de banheiros para o número de usuários e ausência de telas de proteção em CAs com presença de crianças).

Destaca-se que, para 54,72% dos participantes, os CAs não oferecem boas condições de infraestrutura, tais como alimentação de qualidade, espaço físico adequado, higiene, atendimento e horários compatíveis com as necessidades da PSR. Em se tratando disso, um participante afirma que não se sente seguro no CA, pois “pode acontecer alguma coisa, o teto cair, cair um raio, aí eu não me sinto seguro num lugar desse” (Cássio, homem cis, 42 anos, pardo).

Esse discurso também é reforçado pelas seguintes falas: “Muitos faltam água, muitos dá comida que quer, esfriada. Se chegar um pouco mais tarde eles não dão um prato de comida pra você. É tudo regra” (Maurício, homem cis, 40 anos, pardo); “A alimentação lá é péssima, a alimentação é horrível. Uma vez a empresa mandou a alimentação, as marmitas, e tava tudo azeda” (Lucas, homem cis, 37 anos, pardo); e “Tem umas coisas que eu não acho legal, comida não é muito boa não. E os horários que no caso, eu sempre tive minhas coisas para fazer, é meu dia a dia corrido, então os horários não bate, tem que estar lá seis, sete, oito horas da noite e tem que comparecer esses horários” (Renato, homem cis, 62 anos, pardo).



As condições físicas da estrutura também se mostram insuficientes para as pessoas que possuem necessidades motoras reduzidas e que necessitam de espaços acessíveis e adaptados às suas necessidades. Para uma participante, “o elevador vive quebrando, por exemplo, e eu tenho problema no joelho e vivo no sexto andar” (Joana, mulher transsexual, 22 anos, preta).

Portanto, esses elementos presentificados nos discursos dos participantes, bem como aqueles que foram obtidos por meio dos dados quantitativos, permitem inferir que a vivência cotidiana dessas situações promove afetações nessas pessoas. E, por serem afetações negativas, constituem-se em potenciais danos psicossociais que promovem prejuízos à saúde mental. Essa constatação parece ser balizada pela fala de um interlocutor que está há 13 anos em situação de rua e, após a vivência de alguns anos em CAs da cidade, optou por não mais utilizar esses serviços e afirma preferir morar na própria rua, tal como é visto no excerto que se segue: “As camas até eram mais ou menos, mas banheiro... fora de condições! Por esses motivos aí e outros eu prefiro ficar na rua” (Lúcio, homem cis, 39 anos, branco).

Um outro aspecto que merece ser sublinhado, diz respeito a algumas avaliações positivas dos entrevistados sobre alguns CAs. Nesses moldes, o fato de os CAs se apresentarem como um abrigo frente às adversidades do ser e estar em situação de rua, e aqueles serviços que contam com instalações novas e número reduzido de acolhidos tendem a ser avaliados positivamente. Outrossim, há destaque para a atuação profissional de alguns trabalhadores técnicos de nível superior (Psicólogos e Assistentes Sociais) e de nível médio (Orientadores, Seguranças e outros), pautadas pelo reconhecimento da PSR como sujeitos de direitos, que contribuem para as avaliações positivas. Esses dados achados foram observados tanto no instrumento quantitativo quanto nas entrevistas. Em relação ao primeiro, quase a metade dos participantes (45,28) concordaram que os CAs oferecem boas condições de infraestrutura (22,64% concordaram totalmente e 22,64% concordaram parcialmente com a afirmação), e mais da metade 69,81% concordaram que se sentem respeitados pelos profissionais (47,17% concordaram totalmente e 22,64% concordaram parcialmente).

Não obstante, mesmo esses aspectos positivos elencados (abrigo, instalações novas, número reduzido de acolhidos e trabalhadores que atuam no reconhecimento da PSR como sujeito de direitos), prevaleceu a percepção dos participantes de que esses elementos não são suficientes para subverter a lógica sob a qual se estruturam os CAs ou mesmo as debilidades estruturais, materiais e de recursos humanos desses espaços. Esses aspectos são ilustrados nas falas de João e Renan: “[...] tem hora que as coisas aperta, e o único refúgio da gente é os albergues. Bom ou ruim, é os albergue. Só que tem uns melhor, outros mais ruim, mas é tudo a mesma coisa” (João, homem cis, 50 anos, pardo, colchetes nossos). “Em certos equipamentos não têm um acompanhamento individual adequado, porque, vamos dizer assim, nesse que eu tô lá e é pouca gente, mas é duas Assistentes Sociais e uma Psicóloga pra 150 pessoas cada, tá entendendo?” (Renan, homem cis, 28 anos, negro).

Resumidamente, ainda que haja tímidas avaliações positivas sobre os CAs, os resultados sugerem que o funcionamento e a qualidade das relações humanas promovidas pelos CAs, do ponto de vista psicossocial, se manifestam, predominantemente, da seguinte forma: (1) por meio das relações baseadas no medo e autoritarismo, na desconfiança, na patologização e difamação do outro (preconceito e estereótipo); (2) mediante o uso da violência psicológica como



instrumento padrão para resolução de conflitos (humilhação e rebaixamento da condição de dignidade humana); (3) por intermédio da desintegração da identidade e da autonomia (relação impessoal e, por vezes, sem empatia, regras que desrespeitam a diversidade e autonomia). Ademais, contribui para retirada sistemática de direitos sociais e desvalorização da vida.

Gênero e maternidade em Centros de Acolhida

Esse núcleo de investigação agrupou narrativas e informações que abordam as especificidades do gênero e da maternidade em CAs e seus múltiplos desdobramentos, e as implicações e violências vividas de um modo muito particular por um público que, muitas vezes, não tem as suas particularidades consideradas.

Como tem sido reiterado, a heterogeneidade é uma característica marcante da PSR, o que resulta na compreensão de que ela é formada por grupos diversos que demandam olhares específicos a despeito de suas singularidades e diversidades. Neste sentido, a partir dos dados obtidos, o enfoque será dado ao gênero, em especial às vivências de mulheres e homens trans e à maternidade em CAs.

A diferenciação entre os papéis de gênero e manifestações da sexualidade na sociedade se mostram presentes com a população LGBTQIAPN+, que, por sua vez, também encontra obstáculos para empregabilidade, aceitação, respeito e sofre com a violência física e simbólica. Portanto, ser LGBTQIAPN+ e viver nas ruas compreende um duplo desafio de sobrevivência e reconhecimento social.

Em um acompanhamento de atendimento itinerante do Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos em um CAE para Mulheres, foram colhidas narrativas que denotam a questão do gênero e da maternidade neste equipamento, caracterizadas por preconceitos e discriminações entre as mulheres que estão vivendo sua maternidade juntamente com mulheres transexuais.

O gênero é uma classificação “[...] pessoal e social das pessoas como homens ou mulheres. Orienta papéis e expressões de gênero e independe do sexo” (JESUS, 2012, p. 24). Destaca-se que o debate em torno do gênero e suas lutas não figuram mais na diferenciação do binarismo de sexo, mas aborda um grande leque de conceitos, como a orientação sexual (diz respeito à atração afetivo-sexual por alguém – homem e/ou mulher), expressão de gênero (forma como a pessoa se apresenta, comportamento e aparência conforme as expectativas sociais de um determinado gênero) e identidade de gênero (gênero com o qual a pessoa se identifica – pode ou não concordar com aquele atribuído ao nascimento) (JESUS, 2012).

Com relação às pessoas transexuais, estas são um grupo de pessoas que não se identificam com os comportamentos e/ou os papéis esperados do gênero atribuído pelas características corporais no nascimento. Assim, é chamado de homem transexual a pessoa que reivindica o reconhecimento legal e social como homem, ao passo que a mulher transexual reivindica o reconhecimento legal e social como mulher (JESUS, 2012).



Refletindo sobre a vivência como homem trans em um CA, Luíz relata sobre as dificuldades cotidianas quanto à sua identidade de gênero, ao ser questionado se se sentia respeitado pelos conviventes:

Mais ou menos, né? Tem uns “tan tan” da cabeça que a gente tem que colaborar com os “tan tan” da cabeça. Aí, os outros falam para mim assim: “Mas você é mulher, no fundo você é mulher. Então, para mim você é mulher”, aí eu falei: “Não, eu sou homem”. Então, tem que colaborar com isso. Aí, as pessoas: “Ah, mas eu acho você feminina”. Então... para eles mesmo que são... que tem problema de cabeça, para eles isso é uma vergonha, para mim, eu não acho. [Pelo nome também eles não respeitam?] Não! Nem o nome. Chama pelo nome feminino! (Luíz, homem trans, 29 anos, branco, colchete nossos).

As mulheres e homens transexuais revelaram questões de violências que vivenciam nos CAs, como manifestações da transfobia que, de acordo com Ribeiro e Silveira (2020), dizem respeito às diversas formas e práticas de exclusão e violência infligidas contra as pessoas travestis e transexuais, sobretudo para as últimas. Butler (1990) destaca o fato de que as pessoas trans estão expostas à ausência de legitimação social, sendo essa uma das condicionantes para as manifestações de violência contra essas pessoas. Desta forma, os CAs, como uma estrutura social, são lugares de reprodução de preconceitos, discriminações e estigmas arraigados na sociedade que, conseqüentemente, podem resultar em impactos psicossociais negativos para tal público.

A respeito dessa questão, Paula pontua vivências de violência em CAs, muitas delas motivadas pelo preconceito acerca da sua orientação social: “Já sofri agressão sim, verbal. [Quem cometeu as violências verbais?] Conviventes, mas assim... isso é muito... muito superficial, sabe? Ou é uma piadinha, ou é uma palavra de baixo calão, entendeu?” (Paula, mulher trans, 35 anos, parda, colchete nossos).

Um aspecto vivenciado por pessoas trans no CAE Mulheres refere-se à reprodução de estereótipos comumente associados às pessoas LGBTQIAPN+, tal como a narrativa de que essas pessoas são promíscuas, sendo propagadas tanto por trabalhadores do equipamento quanto pelas mães. Nessa direção, Paula nos conta sobre perseguições vivenciadas em CAs em função da sua orientação sexual.

E já teve perseguição por parte de assistente social em um outro equipamento, [...], eu entrei como menino também e ela me chamava constantemente para falar que tinham relatos que eu estava tendo relações sexuais no banheiro com outros caras e eu disse para ela assim: “Tá, mas me fala uma coisa, meu amor, eu estava. Ok, acredito em você, eu estava. Mas, então, porque que nenhum orientador viu, me flagrou? [...] Ah, ele é gay, então provavelmente vai estar transando no banheiro, sendo que ninguém nunca viu, não tem provas”. Foram três vezes, aí eu me cansei e disse para ela: “Eu quero meu desligamento, porque eu estou sendo perseguida aqui por causa da minha orientação sexual, por três vezes.” E foram três vezes categóricas, ela disse para mim que se ela pegasse, ela iria...sabe, enérgica. Mas quem viu? Quem te falou? Foi algum orientador? (Paula, mulher trans, 35 anos, parda, colchete nossos).

Em outro momento, conta sobre uma experiência em que tentou ingressar em um CA para homens e foi impedida de frequentar, dada a iminência de ser vítima de violência no equipamento.

No [...] não me deram vaga, porque eu fui de menino, mas o assistente social pegou trejeitos meus muitos femininos e ele entendeu... a justificativa dele, tá? Não sei se eu estou de acordo, mas para mim, parece plausível. A justificativa dele era que ele estava preservando minha integridade física, porque já aconteceu estupro lá dentro, entendeu? Com gays muito afeminados,



entendeu? (Paula, mulher trans, 35 anos, parda, colchetes nossos – nome do CA suprimido).

Em se tratando das questões de gênero que envolvem a vivências de mulheres e homens trans, o relato de Joana enuncia o preconceito enraizado nas questões de gênero e que se manifesta também nos CAs, quando necessitam dividir o espaço com outras mulheres cis. Assim, Joana expressa as dificuldades na convivência com crianças no CA, tendo em vista o imaginário das outras pessoas que sexualizam as relações de pessoas trans e, assim, tiram-lhes o direito de expressarem uma afetividade genuína, como se observa no excerto:

Algumas conviventes já me chamaram de viado, outra me chama somente no masculino. O fato de eu gostar de crianças levanta uma suspeita e aí eu considero uma violência. A assistente social disse que não tem nada contra, mas que está chegando no ouvido essas coisas e para preservar tem que fazer isso [se referindo à advertência] (Joana, mulher transsexual, 22 anos, preta, colchetes nossos).

Em relação à diversidade nos CAs, Ingrid ao abordar sobre o exercício da maternidade em um mesmo espaço com homens e mulheres trans, apontou: “Eu vou ser sincera, é que agora tem pessoas meio diferentes e é difícil criar crianças” (Ingrid, mulher cis, 42 anos, branca). De modo semelhante, essas narrativas trouxeram à tona a questão da maternidade, do tornar-se mãe e da intensificação dos obstáculos enfrentados para a criação de seus filhos em situação de vulnerabilidade. Além da dificuldade relatada sobre como responder às perguntas de seus filhos a respeito das pessoas transexuais, elas apontam outras dificuldades como os julgamentos quanto à forma de criação dos filhos dentro dos CAs, as constantes interferências no processo de cuidado e educação e o preconceito vivido pelas crianças em outros espaços, como na escola. Assim, Maria disserta sobre os julgamentos “[...] se eu deixo ela [referindo-se a outra usuária] com o meu filho, já tem gente julgando falando 'ó deixou o seu filho sozinho’” (Maria, mulher cis, 34 anos, branca, colchetes nossos).

Leila conta que o impacto causado pelos CAs na maternidade não afeta somente a mãe, mas também a criança, que cresce em um local onde existe a reprodução de preconceitos sociais desde o momento que a criança nasce. Assim, ela afirma que: “Meu filho tem problemas na escola, ele é bastante agredido. Acredito que por ele ter nascido em um Centro de Acolhida ele tenha um tratamento um pouco diferente. Ele não é agressivo, mas chamam ele de molenga, de bocó, essas coisas” (Leila, mulher cis, 45 anos, branca).

Aqui é possível apontar dois aspectos para reflexão: (1) a necessidade de assegurar o atendimento à diversidade nos CAs – e fazê-lo de forma profunda, levando em conta as relações de respeito e autonomia; e (2) observar as especificidades da mãe com filhos, sua socialização, desenvolvimento, estratégias para lidar com o preconceito na escola e o processo ensino-aprendizagem.

A moradia como fator protetivo à saúde mental

Esse núcleo de investigação reuniu narrativas e informações em que os participantes externalizaram o que entendiam por moradia e qual o tipo de moradia que gostariam de ter. Além disso, as narrativas e informações dão conta de demonstrar como os CAs podem não representar fatores protetivos à saúde mental, tal qual uma moradia digna representaria. Outrossim, nas



caracterizações do que os participantes compreendem por moradia digna, emergem elementos protetivos à saúde mental, como a estabilidade, a segurança, a privacidade e a aplicação da capacidade de organização da vida, por exemplo.

A moradia foi apontada como o horizonte a ser alcançado por diversos participantes, haja vista que, em contraposição à situação de rua e à vivência em CAs, quando ofertada em condições dignas promove benefícios que, em uma ótica psicossocial, se constitui como um fator protetivo à saúde mental. A respeito desse aspecto Euzébios Filho (2019), por exemplo, sublinha que a moradia é um direito social básico e, assim, possui um valor imensurável, pois fundamenta os princípios básicos do processo de humanização, tais como a autonomia e a dignidade humana.

A importância da moradia para a PSR também foi expressa nas respostas à afirmativa *Se pudesse, preferiria sair do CA?* na qual 96,23% concordaram totalmente. Entre os elementos presentes nos discursos que podem ser reivindicados como positivos, os participantes atribuíram à moradia características como liberdade, autonomia, dignidade, privacidade e lazer, em contraposição ao que experienciam nos CAs, como a insegurança, o medo, a falta de autonomia e de controle sobre suas vidas, bem como os regramentos excessivos. Sobre esse aspecto Leila conta: “Só assim, que eu não tenho, que na minha família tinha muito que era assim, o lazer. Desde que eu cheguei eu não tenho nenhum lazer” (Leila, mulher cis, 45 anos, branca).

Outro aspecto presente nas falas, é a concepção de que a moradia é uma condição central para superar as violações de direitos da PSR. Assim, Cássio, ao falar sobre suas experiências, afirmou: “E essa vida aqui é um pouco difícil... discriminação, né? Não tem direito nenhum, você não tem direito... você começa a ter direito quando começa a ter moradia, entendeu? Agora assim, morando na rua, ficando dependente dos outros, é complicado” (Cássio, homem cis, 42 anos, pardo).

As falas citadas se aproximam do que Martín-Baró (1976) discute acerca da negação ao direito à moradia que, para além da negação de um espaço físico para sobrevivência, envolve a negação da pessoa se reconhecer, ela própria, como um ser humano. E, corroborando com essa ideia, Euzébios Filho (2019, p. 42) acrescenta que a moradia “[...] é identidade, afeto, cuidado e respeito”. E, nas falas dos participantes, fica evidenciado que a moradia também é representada por uma síntese entre noções de privacidade, coletividade e redes de apoio.

Fato é que CAs não são casas. Isto é nítido também para os usuários:

Não posso sentir como se fosse minha casa, é como se fosse um lugar temporário pra mim passar, tendeu? Porque casa é diferente, casa você tem a liberdade de entrar e sair a hora que você quiser. Agora, Centro de Acolhida não, tem horário pra você chegar e pra você sair, certo. Então não é minha casa. Se eu pudesse eu sairia [do CA] (Cássio, homem cis, 42 anos, pardo, colchetes nossos).

A moradia também é uma forma de obter reconhecimento e legitimidade social. A falta dela leva a inúmeras situações sociais de embaraço, vergonha, humilhação e preconceito, como é o caso das solicitações de comprovantes como o de residência. 54,55% dos entrevistados que estão vivendo nas ruas e 69,05% dos que estão abrigadas em CAs, afirmam já terem perdido oportunidades de emprego pela falta do comprovante de residência. Assim, esses dados são corroborados pela narrativa:



Quando eu vou arrumar emprego eu arranjo sempre um endereço... eu não tenho muito contato com a minha família, mas vou na casa da minha mãe, nos meus tios, pego um endereço lá... porque queima! O [endereço] do albergue queima, os caras não aceitam não. Às vezes tá tudo ok, mas aí, com o endereço do albergue? Aí ferrou... precisa arranjar uma saída, vou falar que também que eu não falo onde que eu moro também não (Cássio, homem cis, 42 anos, pardo, colchetes nossos).

Em suma, a moradia em condições dignas é apresentada como um fator protetivo importante para a promoção da saúde mental da PSR, tendo em vista que se constitui em um espaço em que as pessoas podem se enraizar, ter acesso à dignidade e vivenciar os direitos básicos.

Perspectivas de futuro para quem mora em Centros de Acolhida

Esse núcleo de investigação aglutinou narrativas e informações provenientes dos diários de campo que se referem aos desdobramentos da vivência em CAs nas perspectivas de futuro e projetos de vida da PSR, além das suas propostas para a promoção da saída das ruas.

Um aspecto recorrente diz respeito à percepção dos participantes de que os CAs são (ou deveriam ser) lugares temporários e de saída rápida, com a inserção no mercado de trabalho e o acesso a uma moradia. No entanto, essa perspectiva tem se mostrado de difícil concretização em função de múltiplos fatores, comprometendo os objetivos e projetos de vida individuais, como se verifica na fala de Karla: “Ah, meu irmão!! Quando é que isso vai acontecer? Não tem previsão. Mas se pudesse eu iria, com certeza! É claro! Eu nem pensaria, já estou lá dentro [da casa]” (Karla, mulher cis, 59 anos, branca, colchetes nossos).

No tocante ao comprometimento com os projetos de vida e futuro, Lucas afirma: “Se eu não sair do Centro de Acolhida o mais rápido possível eu não vou ter futuro nenhum, tá?” (Lucas, homem cis, 37 anos, pardo). Da mesma maneira, Joana ao responder à questão *Sua vida melhorou depois que você veio para o Centro de Acolhida?* nos informou que “Não, não. Acho que eu estou estagnada, na verdade” (Joana, mulher trans, 35 anos, parda), e, por sua vez, para Alexandre “Melhorar de vida não, a única coisa que o Centro de Acolhida está me ajudando é só dormir e tomar banho” (Alexandre, homem cis, 40 anos, preto).

Nesses moldes, foi unânime a menção quanto à saída dos CAs para uma casa. Paula pontua que os CAs deveriam operar com vistas à promoção da situação de rua, por meio da inserção no mercado de trabalho, acesso à moradia e consequente desenvolvimento de um projeto de vida individual. Assim, para ela a proposta deve ser:

Em algum momento você vai ter que sair [do CA]. Você tem tudo que você precisa aqui, você tem cama, você tem banho, vai ter comida, mas você vai ter que sair, aqui não é sua casa. A gente quer que você tenha sua casa, mas a gente vai também, em contrapartida, garantir que você tenha condições de ter sua casa, começando pelo quê? Tirando seus documentos, te dando esse suporte, físico e jurídico, e em segunda instância conseguir para você um trabalho. Conseguiu um trabalho? Está tudo bem, você fica uns três meses aqui, junta um dinheiro. Não é “conseguiu um trabalho e tchau”. Fica mais uns três meses, faz esse projetinho a curto prazo, junta seu dinheirinho e você vai (Paula, mulher trans, 35 anos, parda, colchetes nossos).

Todavia, sinaliza que a realidade dos CAs de São Paulo difere:



Aqui, assim, tem um mural que eles botam lá com os cursos, às vezes um trabalho ou outro, mas é muito... muito raso. Para quem acredita que a gente tem que entrar aqui com a meta de sair um dia, não vejo nada sendo feito. Ai, eu volto: São Paulo aprendeu a ganhar dinheiro com moradores de rua (Paula, mulher trans, 35 anos, parda, colchetes nossos).

Também foi tema debatido em um grupo focal realizado, a coleta de propostas da PSR quanto ao que seria necessário para garantir a dignidade da pessoa enquanto estiver em situação de rua (abrigada ou não em CA) e as propostas para promover a saída da situação de rua. Em se tratando do primeiro aspecto, o atendimento digno e humanizado nos CAs foi apontado como questões urgentes a serem implementadas. Assim, para uma participante do grupo focal: “Não somos bicho, nós tínhamos uma casa, somos normais, só queremos dignidade. Dignidade já!” (Gisele, participante do sexo feminino, grupo focal). Na mesma direção, outro participante acrescenta: “Não só tirar da rua, mas ter atendimento de equipe para acompanhamento social” (Emerson, participante do sexo masculino, grupo focal).

Nesse sentido, também foram apontados como necessário nos CAs: funcionários preparados para atendimento a PSR, considerando suas especificidades e particularidades da PSR como um grupo heterogêneo; profissionais da psicologia para oferta de escuta qualificada das demandas apresentadas; equipes de atendimento dos CAs formadas por pessoas em (ou com trajetória de) situação de rua, pois estas compreendem as dificuldades e questões que tal público vivencia; além de possibilitar o acesso à renda e trabalho no próprio CA, oferta de cursos de formação e acesso à educação nos CAs com vistas à capacitação e preparo para o mercado de trabalho; flexibilidade de horários de modo que a PSR desenvolva outras atividades e não tenham prejuízos ou mesmo percam a vaga; e fiscalização da prefeitura nos CAs em função das condições de infraestrutura e tráfico de drogas no interior dos equipamentos (Informações registradas em Diário de Campo no dia 09 mar. 2023).

Por outro lado, indicaram que a promoção da saída das ruas se dá pela via do acesso da PSR à informação sobre seus direitos; dignidade humana das pessoas em situação de rua; acesso à geração de renda e trabalho formal e digno, em condições suficientes para a subsistência e manutenção da vida; acesso às políticas públicas, com enfoque especial para a saúde no trato da dependência química; acesso à formação e qualificação profissional; revitalização de prédios abandonados como locais de moradia e ampliação da rede de CAs para atender aqueles que não estão vivendo nas calçadas, praças, marquises e outros lugares (Informações registradas em Diário de Campo no dia 09 mar. 2023).

Em síntese, as narrativas e os dados coletados demonstram que os CAs promovem desdobramentos nas perspectivas de futuro e nos projetos de vida da PSR. Nessa esteira, viu-se que o modo de organização dos CAs está relacionado à percepção de estagnação da vida e falta de perspectivas de futuro.

Considerações Finais

A partir do Laudo Técnico Psicossocial produzido foi possível concluir aquilo que, como sociedade, salta aos olhos: que a itinerância da PSR e as diferentes trajetórias que oscilam entre a institucionalização e a rua – quase sempre marcadas por episódios de preconceito, humilhação,



violência física e simbólica – é um fator de risco, sob todos os aspectos, inclusive, para a saúde mental. A fixação e o apego ao território são elementos centrais para a consolidação de redes de apoio social e emocional. A concretização destes aspectos, contudo, nos leva ao direito à moradia (no sentido amplo que tem sido empregado até aqui). Apesar das tímidas avaliações positivas encontradas na coleta de dados, que se referem à percepção dos CAs como abrigo frente às adversidades das ruas, ou aquelas relacionadas aos serviços que contam com instalações novas e, por isso, não apresentam as precariedades físicas e estruturais comumente encontradas, ou mesmo a atuação de trabalhadores (de nível médio e superior) pautadas pelo reconhecimento da PSR como sujeito de direitos, não representam a totalidade dos serviços e, dessa maneira, não se mostraram suficientes para subverter a lógica sob a qual se estruturam os CAs.

Como já foi adiantado anteriormente, é possível afirmar que os dispositivos de acolhimento que compõem a complexa política para a PSR na cidade de São Paulo, especialmente os CAs, não favorecem a autonomia da PSR, talvez muito pouco ou nada oferecem para a saída das ruas e, ainda, são produtoras de violência institucional.

Sugere-se que o funcionamento e a qualidade das relações humanas promovidas pelos CAs, do ponto de vista psicossocial, se manifestam, predominantemente, da seguinte forma: (1) com a reprodução da lógica manicomial, vínculo com princípio de desconfiança, patologização e difamação da PSR; (2) pelo uso da violência psicológica como instrumento padrão para resolução de conflitos (muitas vezes culminando, por exemplo, no impedimento informal de acesso ao serviço); (3) sendo um retrato da precarização dos direitos sociais (começando pelas condições precárias de infraestrutura, a alta rotatividade de usuários entre CAs, entre muitas idas e vindas da rua, retirada do foco da política de moradia); (4) despersonalização do atendimento e da atenção nos CAs (falta de preparo da equipe para lidar com os conflitos e a diversidade que caracteriza a PSR, além da ausência de atenção psicossocial); (5) desintegração da identidade e da autonomia (regras que desrespeitam a capacidade do indivíduo decidir horário de banho, descanso, sono, poder se servir na quantidade que deseja comer, etc.).

Ressalta-se, mais uma vez, que é necessário a realização de mais estudos que tratem de identificar e avaliar a extensão dos possíveis danos psicossociais causados nesta quase sempre tensa relação entre PSR e CAs. Há tantas pequenas histórias a contar e a se debruçar, tamanha é a complexidade do “viver nas ruas”. Uma delas, por exemplo, seria investigar aqueles que se negam deliberadamente a frequentar os CAs, entre outras temáticas que contribuiriam para fortalecer a tese aqui esboçada: que os serviços de acolhimento, avesso da moradia, não contribuem de maneira significativa para promoção da autonomia e saúde mental da PSR, nem sempre cumprindo a função de fortalecer uma rede de apoio a esta população. Do contrário: muitas vezes constituem-se como obstáculo à saída das ruas pela alta rotatividade que os diferentes tipos de conflitos mal resolvidos geram, pela ausência de uma atenção psicossocial, que contribua, por exemplo, para fortalecimento de vínculos familiares e comunitários significativos dos usuários do serviço. Tampouco contribuem para combater o preconceito dirigido a esta população – senão que se agrava por meio de condicionalidades, imposições morais e “fechamento” informal dos serviços para quem se opõe às regras.

Considerando os resultados aqui apresentados, é relevante reforçar a necessidade de oferecimento de atenção psicossocial para a PSR, acolhidas ou não – algo que não é explicitado,



por exemplo, na recente Nota Técnica da Secretaria Municipal de Assistência Social (SMADS), nº 1 de 18 de maio de 2023, que traz Orientações sobre Descumprimento de Acordos de Convivência, Transferências e Suspensões Temporárias na Rede Socioassistencial, embora ela menciona, de forma vaga, é verdade, a necessidade de estabelecer um Plano de Individual de Atendimento (PIA), de mediação de conflitos, acolhimento socioassistencial e escuta qualificada (PREFEITURA DE SÃO PAULO, 2023b).

A atenção psicossocial, de fato, envolve todos os aspectos mencionados acima, mas é importante frisar que a origem do termo está ligada à superação do modelo hospitalocêntrico e remete a noções mais amplas de cuidado e do próprio enfoque do atendimento. Reforça-se, portanto, a necessidade de observância destes fundamentos na conceituação da atenção psicossocial, mas também do PIA e do acolhimento institucional, tendo como princípios éticos o fortalecimento do sistema de garantia de direitos e o respeito à autonomia e às decisões de vida dos usuários.

Também é importante pontuar a necessidade de que os fundamentos da atenção psicossocial e da noção ampliada de saúde mental sejam objetos de cursos de capacitação e formação para profissionais da rede pública e socioassistencial que lidam com a PSR, levando em conta aspectos como: direitos humanos e a PSR; violência institucional; racismo institucional; diversidade sexual e de gênero; acompanhamento de mães e crianças (incluindo processos de socialização, desenvolvimento e escolarização da criança e adolescente, e a saúde da mulher) política de redução de danos ao uso abusivo de álcool e outras drogas, entre outros temas.

Ao final, portanto, que a condição de rua e a institucionalização da PSR é um complexo emaranhado de teias, e, por conta disso, deve partir de princípios basilares: o respeito aos direitos básicos como cidadão e como pessoa humana.

Referências

ALLPORT, F. H. (1954). The structuring of events: outline of a general theory with applications to psychology. *Psychological Review*, [s. l.], v. 61, n. 5, p. 281–303, set. 1954.

BRASIL. *Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009*. Institui a política nacional para a população em situação de rua e seu comitê intersetorial de acompanhamento. Diário Oficial da União, 2009a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm. Acesso em: 3 ago. 2023.

BRASIL. *Guia brasileiro de moradia primeiro (Housing First)*. Brasília, DF: Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 2022.

BRASIL. *Política Nacional de Assistência Social PNAS/2004*. Brasília, DF: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2005.

BRASIL. *População em situação de rua: diagnóstico com base nos dados e informações disponíveis em registros administrativos e sistemas do Governo Federal*. Brasília, DF: MDHC, 2023. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/populacao-em-situacao-de-rua/publicacoes/relat_pop_rua_digital.pdf. Acesso em: 25 set. 2023.

BRASIL. *Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009*. Aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Diário Oficial da União, 2009b. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/public/resolucao_CNAS_N109_%202009.pdf.



Butler, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 1990.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. *Centros de Acolhida em São Paulo: relatório das visitas de inspeção aos serviços para a população em situação de rua*. São Paulo: Câmara Municipal de São Paulo, 2022.

CARNEIRO, M. R. O. Pessoas em situação de rua e decolonialidade: direito à moradia como condição para superar a herança da escravidão. In: GAIO, D.; DINIZ, A. P. S. (org.). *A população em situação de rua e a questão da moradia*. Belo Horizonte, MG: Imprensa Universitária da UFMG, 2021. p. 230-252.

CARVALHO, A. P.; FURTADO, J. P. Fatores contextuais e implantação da intervenção Housing First: uma revisão da literatura. *Ciência & Saúde Coletiva*, [s. l.], v. 27, n. 1, p. 133-150, 2022.

CASTEL, R. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

CAVALCANTE, S.; NÓBREGA, L. M. A. Espaço e lugar. In: CAVALCANTE, S.; ELALI, G. (org.). *Temas básicos em Psicologia Ambiental*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. p. 182-190.

DOBLES, I.; ARROYO, H. *Neoliberalismo y afectos: derivaciones para una praxis psicosocial libertadora*. San Jose, CR: Arlekin, 2020.

SCOREL, S. *Vidas ao léu: trajetórias de exclusão social*. Rio de Janeiro, RJ: FIOCRUZ, 1999.

EUZÉBIOS FILHO, A. O valor imensurável do direito à moradia. In: CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE SÃO PAULO. *Psicologia e Moradia: múltiplos olhares sobre a questão habitacional*. São Paulo, SP: CRP-SP, 2019. p. 35-43.

EUZÉBIOS FILHO, A. *Trauma psicossocial entre o fatalismo e a conscientização: Martín-Baró para pensar o Brasil e a América Latina*. Curitiba: CRV; São Paulo: IPUSP, 2023.

FREITAS, M. F. Q. Inserção na comunidade e análise de necessidades: reflexões sobre a prática do psicólogo. *Psicologia: reflexão e crítica*, [s. l.], v. 11, n. 1, p. 175-189, 1998.

GOFFMAN, E. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 1982.

GONÇALVES FILHO, J. M. Humilhação Social - um problema político em psicologia. *Psicologia USP*, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 11-67, 1998.

GONÇALVES FILHO, J. M. A invisibilidade pública [Prefácio]. In: COSTA, F. B. *Homens invisíveis: relatos de uma humilhação social*. São Paulo, SP: Globo, 2004.

GONÇALVES, B. S. Parecer psicossocial da violência contra os povos indígenas brasileiros: o caso Reformatório Krenak. *Psicologia: Ciência e Profissão*, [s. l.], v. 37, p. 186-196, 2017.

GONÇALVES, B. S. O trabalho da psicologia na luta por direitos coletivos dos povos indígenas: parecer psicossocial sobre os Xavante de Marãiwatsédé. *Revista Espaço acadêmico*, [s. l.], v. 21, n. spe., p. 94-102, 2021.

JESUS, J. G. *Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos*. 2 ed. Brasília, DF: Autor, 2012.

KOHARA, L. T. *A moradia é a base estruturante para a vida e a inclusão social da população em situação de rua*. Curitiba, PR: CRV, 2023.

MAJOR, B.; O'BRIEN, L. The social psychology of stigma. *Annual Review of Psychology*, [s. l.], v. 56, p. 393-421, 2005.

MARTÍN-BARÓ, I. Los sin viviendas. *Alternativa UCA*, El Salvador, abr. 1976.



- MARTÍN-BARÓ, I. Guerra y trauma en la niñez. In: BLANCO, A.; CORTE, L. (org.). *Poder, ideología y violencia*. Madrid, ES: Trota, 2000. p. 289-332.
- MASSOLA, G.; SVARTMAN, B. P. Enraizamento. In: CAVALCANTI, Sylvia; ELALI, Gleice (org.). *Psicologia ambiental: conceitos para a leitura da relação pessoa-ambiente*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018, p. 75-88.
- MATTOS, R. M.; FERREIRA, R. F. Quem vocês pensam que (elas) são? - representações sobre as pessoas em situação de rua. *Psicologia & Sociedade*, [s. l.], v. 16, n. 2, p. 47-58, ago. 2004.
- MINAYO, M. C. S. Hermenêutica-dialética como caminho do pensamento social. In: MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. F. *Caminhos do pensamento: epistemologia e método*. Rio de Janeiro, RJ: Fiocruz, 2002.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU. *Informe del Relator Especial sobre una vivienda adecuada como elemento integrante del derecho a un nivel de vida adecuado y sobre el derecho de no discriminación*. ONU, 2005. Disponível em: <https://encurtador.com.br/BIVY5>. Acesso em: 3 ago. 2023.
- PREFEITURA DE SÃO PAULO. *Portaria 46/2010/SMADS*. Dispõe sobre a tipificação da rede socioassistencial do município de São Paulo e a regulação de parceria operada por meio de convênios. Prefeitura de São Paulo, 2010. Disponível em: <https://encurtador.com.br/acHW8>. Acesso em: 3 ago. 2023.
- PREFEITURA DE SÃO PAULO. *Pesquisa censitária da população em situação de rua, caracterização socioeconômica da população em situação de rua e relatório temático de identificação das necessidades desta população na cidade de São Paulo - 2021*. São Paulo, SP: Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social – SMADS, 2021.
- PREFEITURA DE SÃO PAULO. *Decreto nº 62.149 de 24 de janeiro de 2023*. Cria o Programa reencontro e regulamenta a Política Municipal para a População em Situação de Rua, em conformidade com a Lei nº 17.252, de 26 de dezembro de 2019. São Paulo, SP: Legislação Municipal, 2023a. Disponível em: <https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/decreto-62149-de-24-de-janeiro-de-2023>. Acesso em: 3 ago. 2023.
- PREFEITURA DE SÃO PAULO. *Nota técnica Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social - SMADS nº 1 de 18 de maio de 2023*. Orientações sobre descumprimento de acordos de convivência, transferências e suspensões temporárias na rede socioassistencial. São Paulo, SP: Legislação Municipal, 2023b. Disponível em: <https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/nota-tecnica-secretaria-municipal-de-assistencia-e-desenvolvimento-social-smads-1-de-18-de-maio-de-2023>. Acesso em: 3 ago. 2023.
- RIBEIRO, A. K. O.; SILVEIRA, L. C. Transfobia e abjeção: diálogos possíveis entre a psicanálise e a teoria queer. *Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica*, Rio de Janeiro, RJ, v. 23, n. 1, p. 66-74, jan./abr. 2020.
- SANJURJO, L.; FELTRAN, G. Sobre lutos e lutas: violência de estado, humanidade e morte em dois contextos etnográficos. *Ciência e Cultura*, São Paulo, SP, v. 67, n. 2, p. 40-45, abr./jun. 2015.
- SICARI, A. A.; ZANELLA, A. V. Pessoas em situação de rua no Brasil: revisão sistemática. *Psicologia: Ciência e Profissão*, [s. l.], v. 38, n. 4, p. 662-679, out./dez. 2018.

¹ Projeto interinstitucional e transdisciplinar de ensino, pesquisa e extensão criado por iniciativa de pesquisadores da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Campus Baixada Santista, e do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP), que atua na identificação, prevenção e reparação do trauma psicopolítico e da violência política e de Estado.



Grupalidade e Potência: estratégias de trabalho grupal no enfrentamento das Violências de Estado institucionalizadas

Groupality and Power: strategies for dealing with institutionalized violence

Aline Cruvello Pancieri

Doutoranda em Psicologia (UFF)

alinecpancieri@gmail.com

Andrè Felix Ferreira

Doutorando em Psicologia (UFF)

felixoadara@gmail.com

Cristina Rauter

Professora Titular de Psicologia (UFF)

cristinamairrauter@gmail.com

João Gabriel Queirós

Esp. em Saúde Mental (FIOCRUZ)

joaogabrielpq@gmail.com

Lucas Gonzaga

Doutorando em Psicologia (UFF)

lucasgonzagapsi@gmail.com

Thais Lasevicius

Doutoranda em Psicologia (UFF)

thais.lasevicius@hotmail.com

Resumo

O artigo traz reflexões teóricas e práticas oriundas do projeto de extensão “Grupalidade e Potência: estratégias de enfrentamento às violências institucionalizadas” da Universidade Federal Fluminense. O projeto, coordenado pela professora Cristina Rauter, propõe a criação de dispositivos grupais de atendimento de pessoas atingidas direta ou indiretamente por duas principais formas de violência de Estado: a violência policial e as violações de direitos presentes no sistema prisional. Partindo de um referencial clínico-político e transdisciplinar, buscamos o fortalecimento de coletivos que potencializem a capacidade de agir, no sentido espinosista do termo. Para isso, trazemos reflexões oriundas de dois grupos formados no âmbito deste projeto. As reflexões apontam para a necessidade de uma prática psicológica que não abandone uma postura crítica e compromisso com o enfrentamento das diferentes formas de violência de Estado. Além disso, apostamos nas estratégias grupais que acionem a dimensão do coletivo e na criação de diferentes dispositivos que promovam cuidado e potencialização da vida.

Palavras-chave: Violência de Estado, Grupalidade, Potência.



Abstract

The purpose of this article is to make some theoretical and practical observations from the extension project called Groupality and Power: strategies for dealing with institutionalized violence. This project, under the coordination of Professor Cristina Rauter, proposes the creation of group devices for treating people directly or indirectly affected by two major forms of state violence in Brazil: police violence and rights violations in the prison system. Starting from a transdisciplinary clinical-political referential, we search to empower collectives and render them more capable to act, in the sense the Philosophy of Spinoza. Thus, we bring considerations from two groups formed in this project. They point towards a psychological practice with a critical stance, committed to fighting different forms of State violence. Furthermore, we pledge on group strategies setting the collectivity in its own magnitude and the creation of devices promoting care and life potency.

Keywords: *State violence, Group devices, Potentiality.*

Introdução

Os grupos terapêuticos têm sua eficácia clínica apoiada na ideia de que a formação de coletivos contribui para o aumento da potência humana. Utilizamos o conceito “grupalidade” desenvolvido pelo psicanalista Antonio Lancetti (2009). Tal conceito é inspirado na filosofia de Spinoza, em sua positivação da experiência coletiva. Para Spinoza (2008) “não há nada mais útil ao homem do que um outro homem” (Ética, IV, prop. 38). Essa utilidade diz respeito ao aumento da potência, da capacidade de pensar e agir, facilitada pela dimensão da grupalidade. Porém a 'grupalidade' não está dada, bastando formar um grupo para acioná-la. Para isso é preciso construir estratégias clínicas e entendê-las enquanto ético-políticas, entre as quais o grupo é a melhor delas, já que possibilita a expressão da potência pelos múltiplos encontros.

O trabalho com grupos toca o limiar entre o individual e o social, e seguindo uma direção presente na filosofia de Spinoza mas também em Reich (2001) e Winnicott, entre esses dois registros não há diferenças de natureza, mas de grau. As intervenções grupais são, por outro lado, a um só tempo, clínicas e políticas. Vários aspectos presentes nos modos de vida contemporâneos implicam no enfraquecimento dos laços que nos unem aos nossos semelhantes, apesar de vivermos em cidades, bairros ou tipos de moradia nas quais estamos fisicamente próximos de muita gente. Com a expansão das sociedades industriais, a experiência da solidão expandiu-se enormemente. Ao mesmo tempo que o capitalismo enquanto sistema político e econômico concentrou grandes massas urbanas nas cidades, produzindo estratégias de controle social que aumentaram o distanciamento por via da desconfiança mútua, do medo e da competitividade. Assim, apesar de estarem próximos fisicamente, nos edifícios, no transporte coletivo, nas filas de atendimento, os indivíduos contemporâneos estão em grande parte isolados uns dos outros.

Desse modo, a potencialidade política das coletividades humanas é esvaziada. O medo das ruas afastou as crianças do convívio com outras crianças com efeitos negativos sobre seu desenvolvimento emocional, o que foi apontado pelo psicanalista Donald Winnicott (1975), no sentido de considerar que no brincar infantil tem-se a entrada na vida social e cultural. Outro



elemento relevante no que diz respeito ao medo das ruas, em especial na realidade brasileira, é o medo do crime (Rauter, 2017). Esse medo também concorre para o enfraquecimento dos laços entre os indivíduos e a para a eleição de alguns tipos elencados e construídos socialmente como “perigosos”, através do estigma do criminoso. Tal estereótipo está fortemente ligado ao racismo (CFP, 2017), sendo a associação entre crime, pobreza e negritude a mais poderosa ferramenta de apartação social no Brasil, o que dificulta a construção de coletivos.

A estigmatização de pessoas pretas e pobres culmina nos elevados índices de mortalidade de jovens por arma de fogo no Brasil, como apontam os dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2019)¹. Atrelado a isso tem-se a fúnebre realidade das prisões brasileiras, igualmente atravessadas pela criminalização da pobreza e das pessoas pretas – o que também produz efeitos nos familiares dos encarcerados e na sua vinculação com o território.

Nesse sentido, o trabalho com grupos terapêuticos heterogêneos (compostos por diferentes tipos de pessoas e problemáticas) é interessante por reproduzir as condições verificadas no campo social, no que se refere à abordagem terapêutica dos efeitos da violência de estado em suas várias formas, quais sejam: racismo, pobreza, desemprego etc. Graças a essa condição de limiar entre o individual e o social, o grupo terapêutico pode escapar das abordagens individualizantes, incluindo as problemáticas sociais como produtoras de patologias psíquicas.

A partir dessas reflexões, foi criado o projeto de extensão vinculado a Universidade Federal Fluminense (UFF) denominado “Grupalidade e Potência”. A princípio, o projeto buscava construir um dispositivo terapêutico voltado para os efeitos da pandemia da Covid 19, funcionando enquanto um grupo de apoio diante da agudização da crise global, sanitária e social por ela ocasionada.

Com o aprofundamento dessa proposta de grupo terapêutico enquanto um dispositivo da clínica-política, os encontros semanais foram acontecendo de forma online, com pessoas não apenas oriundas de Niterói, onde se localiza a UFF, mas de diferentes cidades ou até de outros estados, dentro do formato de grupo heterogêneo. Buscava-se acolher esse sofrimento de modo ético-político, no sentido de Sawaia (1999), quando conceitua o caráter ético da desigualdade social oriunda do capitalismo periférico, racista e burguês, refletindo também, de acordo com citado anteriormente em Rauter (2017), o medo generalizado pelo coletivo, especialmente em um contexto pandêmico, de negação científica e de um governo com características fascistas e neoliberais.

No período pós pandemia e com a admissão de novos participantes, o projeto passou a contar com novos doutorandos do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFF, além de estudantes de graduação em Psicologia da mesma universidade. Novas modalidades de trabalho grupal foram criadas, como o Grupo de Escuta e Apoio aos Sobreviventes e Familiares do Cárcere. Desde o início de 2022 estabeleceu-se uma nova parceria que norteia o trabalho a partir de então: a parceria com a defensoria pública do Estado do Rio de Janeiro, passando o projeto de extensão a vincular-se à Rede de Atenção a Pessoas Afetadas pela Violência de Estado (RAAVE). Essa vinculação foi fruto da militância de alguns professores do Instituto de Psicologia da UFF, engajados nas lutas contra a violência letal de estado e participantes de iniciativas da defensoria



pública do Estado do Rio de Janeiro já há algumas décadas. O estado do Rio de Janeiro é infelizmente recordista de casos desse tipo de violência.

Diante dessa ampliação, a nomenclatura do grupo foi alterada para “Grupalidade e Potência: estratégias de trabalho grupal no enfrentamento das violências institucionalizadas”, abarcando a totalidade da temática e da ação política, uma vez que se trabalha através de uma clínica vinculada à militância, formando redes de apoio com movimentos sociais e outras instituições. A seguir, vamos desenvolver mais detalhadamente o trabalho de alguns desses grupos específicos.

O Grupo de Escuta e Apoio aos Sobreviventes e Familiares do Cárcere como enfrentamento ao sistema prisional em diversas regiões do país

O Grupo de Escuta e Apoio aos Sobreviventes e Familiares do Cárcereⁱⁱ possui como proposta a construção de um espaço de escuta terapêutica e o fortalecimento das estratégias de enfrentamento das barbáries oriundas do sistema prisional. Como historicamente pontua Foucault (1993), a prisão é uma invenção desacreditada desde o seu nascimento justamente porque cumpre o seu verdadeiro papel: reproduzir as atrocidades de um sistema que tem como base a violência, a exploração e a opressão social.

Nesse sentido, o Grupo de Escuta e Apoio aos Sobreviventes e Familiares do Cárcere, ocorre desde julho de 2022 abrigando sobreviventes e familiares de distintas regiões do país, como São José dos Campos, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Manaus. Desde o segundo semestre de 2023, estabeleceu-se parceria com o Fórum Permanente de Saúde no Sistema Penitenciário do Rio de Janeiro (FPSSP-RJ), que também realizava um grupo de acolhimento para sobreviventes e familiares, a partir da qual unificaram-se os grupos existentes em busca de ampliar o trabalho clínico-político realizado na perspectiva de escutar e acolher pessoas atingidas por esse tipo de violência de Estado produzido pelas engrenagens carcerárias (RAUTER, 2007).

Dados os processos históricos de marginalização e exclusão social e as violências cotidianas que vivem sobreviventes do cárcere e seus familiares, é urgente a expansão dessa rede de cuidado, considerando que muitas vezes esses sujeitos não são assistidos por políticas públicas específicas, ou ainda encontram dificuldades de acessar serviços já existentes. Um elemento de grande importância nesse trabalho é a articulação do grupo com outras redes de apoio originadas de movimentos sociais pois isso possibilita fluxos de encaminhamento fortalecendo tanto os grupos quanto os próprios movimentos sociais.

Somados aos processos de escuta clínica, articulam-se estratégias de diálogo, resistência coletiva e formas de apoio mútuo entre os membros, que indicam cursos, formas de mobilização social na região que estão inseridos, meios de encontrar trabalho e outras formas de sobrevivência, além, é claro, do apoio emocional no coexistir de vivências e experiências divididas em um movimento de afetar e ser afetado.

Como lembra Rauter (2007) ao pensar as estratégias a fim de encontrar fissuras para a construção de um trabalho crítico do profissional da psicologia que lida com as questões



prisionais, “a construção de estratégias de resistência frente à mortificação passará frequentemente pela arte, pelo trabalho com grupos, ou seja, por estratégias de atendimento que possam intensificar os processos vitais.” (p.45). Trata-se do exercício constante de supressão dos julgamentos em prol da construção de um espaço humanitário, objetivando-se a superação das falácias que imperam no sistema prisional, e principalmente, construindo a potencialização através do coletivo.

Durante o processo de existência de pouco mais de um ano desse grupo, pudemos perceber a importância da realização desse acolhimento, uma vez que é compreendida a necessidade do coletivo como parte fulcral dos processos de resistência diante dos efeitos perversos do cárcere. Como ensina Malaguti (2011, p. 41), a “criminalidade não é ontológica,” e por isso devemos compreender os processos de criminalização a partir de um contexto que inclua a totalidade sócio-histórica construída de acordo com a produção e reprodução das relações e da realidade social.

Desse modo, o Grupo de Escuta e Apoio aos Sobreviventes e Familiares do Cárcere, escolheu incluir a nomenclatura de Sobreviventes – em maiúsculas - o que diz respeito de uma escolha ético-política, entendendo todos aqueles que passam pela experiência do cárcere, seja direta ou indiretamente, são Sobreviventes desse nefasto sistema. O Grupo de Escuta e Apoio é, assim, dispositivo clínico-político, percebendo-se também a importância do coletivo como estratégia de resistência fundamental à superação das grades materiais e subjetivas que esse sistema nos impõe.

Rede de Atenção a Pessoas Afetadas pela Violência de Estado (RAAVE) e o trabalho com a Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro

A implicação na luta contra a violência de Estado é um pilar do nosso grupo de extensão. Diante disso, em 2022 passamos a compor, como já assinalado a rede RAAVE (Rede de atendimento a pessoas afetadas pela violência de Estado). Essa rede foi lançada no dia 14 de setembro de 2022, tendo sido idealizada pela equipe psicossocial do Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos (NUDEDH) da Defensoria Pública do Rio de Janeiro. Seu objetivo é articular diversos grupos que realizam atendimentos psicológicos ou psicossociais gratuitos para pessoas que têm suas histórias marcadas direta ou indiretamente por situações de violência policial ou encarceramento. No lançamento da rede RAAVE estiveram presentes representantes das várias entidades que promovem o atendimento psicossocial, além de familiares de pessoas atingidas pela violência de Estado, acadêmicos e membros de movimentos sociais.

A consequência disso é uma articulação ainda maior entre os diversos atores sociais e o desenvolvimento de perspectivas de luta e cuidado especialmente voltadas para o trabalho com a violência de Estado, em especial, para a violência letal de estado.

Desde o seu lançamento, diversos debates têm sido realizados pelos grupos que compõem a referida rede, no sentido de pensar as especificidades do trabalho com este público, metodologias de atendimento, fluxos de encaminhamento, e ações políticas e práticas visando



fortalecer os movimentos sociais de mães e familiares que denunciam as violências de Estado em busca de justiça e reparação.

O uso do termo “mães e familiares” não é aleatório, visto que, dos familiares de pessoas atingidas pelas violências de Estado, a maior parte é composta por mães de jovens que foram assassinados por policiais. Isso demonstra uma dinâmica de gênero presente nos processos de luta por justiça e em defesa da memória de seus parentes já analisadas por Vianna e Farias (2011). A figura da mãe é comumente evocada para legitimar a luta destas famílias, como sinônimo de força, coragem e apoio mútuo. E, mais do que figuras, é a presença real de algumas destas mulheres nos diversos eventos e manifestações em torno deste tema que confirma a centralidade das mães na luta contra a violência de Estado. São também elas as que mais se fazem presentes nos dispositivos de atendimento psi (psicológico, psicanalítico ou psiquiátrico).

É importante ressaltar também o uso do termo “pessoas afetadas pela violência de Estado”, em detrimento da expressão “vítima de violência”, que poderia ser evocada nestas situações. Buscamos desvincular as ações dos dispositivos da RAAVE de quaisquer formas de redução das pessoas atendidas ao processo de violência que suas famílias viveram. Se é verdade que são esses processos que produzem os encontros que fomentam a existência desta rede, não consideramos adequado evocar a figura passiva de vítima, e tampouco cristalizar esta identidade. Pelo contrário, as mães e demais familiares afetadas pela violência buscam ativamente formas de lidar com sofrimento e as vulnerabilidades impostas pelo contexto social, num movimento tanto de demanda por saúde mental individual e coletiva quanto de ativismo e luta política por responsabilização dos agentes estatais diretamente envolvidos nas chacinas e assassinatos que comumente ocorrem durante as operações policiais.

A própria RAAVE foi articulada após a ocorrência da chacina da favela do Jacarezinho, onde 28 pessoas foram assassinadas pela polícia carioca. Foi a maior chacina policial da história do Estado. Diante da quantidade de demandas por assistência jurídica e psicológica desta e das muitas outras chacinas e de assassinatos promovidos por agentes do Estado, a equipe psicossocial da Defensoria Pública iniciou o contato com os grupos de atendimento psicossocial para articular fluxos de encaminhamento e atendimento destas famílias.

Apesar disso, a violência de Estado pode tomar muitas feições. Como já indicado, pode ser desde aquela praticada nas incursões letais da polícia na periferia, com mortes e todo o sofrimento que decorre disso, quanto às violências institucionalizadas dos cárceres brasileiros, as violências dos manicômios, a falta de acesso à direitos e serviços pela população, a falta de moradia, o desrespeito às comunidades indígenas e quilombolas, o racismo e misoginia institucionais, e tantas outras ações do Estado que são perpetradoras de violência. A RAAVE se insere primeiramente no contexto do trabalho com familiares de vítimas de conflitos armados, em sua maioria mortas pela mesma polícia que deveria protegê-las. A RAAVE se constitui a partir de experiências anteriores como o NAPAVE (Núcleo de Atenção Psicossocial a Afetados pela Violência de Estado), que já acompanhava familiares de vítimas da chacina do Jacarezinho (REF) mas que também se insere em outros territórios da cidade, como por exemplo a favela da Maré. A partir da criação do Projeto Grupalidade e Potência a rede passa a contar com a possibilidade de atendimento no ambulatório do Serviço de Psicologia Aplicada da Universidade Federal Fluminense, podendo receber preferencialmente a população de Niterói e São Gonçalo. Note-se



que o município de São Gonçalo é recordista de casos de violência letal de estado, e possui uma rede pública de atendimento muito deficiente.

A rede RAAVE é composta de protagonistas e lideranças nessa luta pelo fim desse tipo de violência e buscando também criar formas de garantir direitos de forma mais ampla nos territórios. Essas lideranças estiveram presentes em mobilizações e atividades de protesto e reivindicação de direitos ao longo das últimas décadas. Como resultado dessas lutas, em especial das próprias mulheres diretamente atingidas por esse tipo de violência, a RAAVE foi criada, numa parceria com a defensoria pública do Estado do Rio de Janeiro.

A violência de Estado se insere estruturalmente nos poderes constituídos, de forma que a própria justiça nas suas diferentes instâncias, precisa ter a chave de análise e escuta da população, com dispositivos de correção. A própria corregedoria da defensoria, por exemplo, tem participado dos encontros dessa rede e se coloca como mais uma articuladora da rede. A ideia de que é preciso que o Estado não se feche sobre si mesmo é muito importante para o enfrentamento do problema. A defensoria pública, naquilo que tange a sua atividade, é ligada à universalização de direitos. Para que isso seja possível, é necessário que as pessoas atendidas estejam no centro da formulação de políticas.

A RAAVE, estabelecida a partir desta iniciativa, procura formas de universalizar, a partir de parcerias, mas sem a pretensão de substituir os serviços já existentes. Não se trata de se contrapor às formas de cuidado existentes no SUS, mas de apontar que a violência de Estado também deveria ser trabalhada pelo SUS e, nos espaços onde isso já ocorre, que não seja de forma a produzir novas violências ou reforçar preconceitos. As políticas de Estado podem ser contraditórias entre si, de forma que uma parte do Estado pode ser desfavorecida em detrimento de outras, como é o caso da saúde mental, que é tão subfinanciada e sofre de precariedade crônica, ao mesmo tempo que as políticas racistas e segregatórias da “guerra às drogas” ganham muito mais recursos. É aqui que a montagem de uma rede se torna importante. É com essa rede que podemos lutar por políticas públicas mais adequadas, que os recursos e formas de fazer se tornem mais adequadas à realidade brasileira e que as pessoas que são afetadas pela violência de Estado possam coparticipar das políticas criadas para dirimi-la.

Assim, apesar de a maior parte dos grupos que compõem a RAAVE ser formado por grupos de extensão ou estágio universitário e grupos autônomos de profissionais e centros de formação, um dos pontos sempre debatidos pelos seus componentes é a necessidade de não substituir o papel das políticas públicas frente a estas situações. Por exemplo, a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) de cada município (bem como outras políticas públicas, como as de assistência social) não deve deixar de ser acionada para prestar atendimento psicossocial para as pessoas atingidas pela violência. E, de fato, tais políticas atendem cotidianamente tais demandas de alguma forma. Apesar disso, é preciso ter sempre cuidado nas ações dos grupos autônomos e universitários para não reproduzir a lógica de desresponsabilização do Estado, por meio de suas políticas públicas, na redução dos danos materiais e emocionais decorrentes da violência policial. No entanto, interessa-nos também atuar como mais um ponto de suporte para as pessoas atingidas e de diálogo com trabalhadores e gestores das políticas públicas para qualificar o atendimento prestado e não reproduzir novas violências que, embora sutis, não estão ausentes como possibilidade do atendimento psicológico ou psicossocial.



Tratamos diretamente aqui da lógica de criminalização das famílias e de responsabilização das vítimas pela violência sofrida: a lógica do “bandido bom é bandido morto” que, muito mais que simples ditado popular, opera como mentalidade das forças repressivas e de muitos governantes. A mesma lógica se faz presente, mesmo que de forma mascarada, quando, diante de uma família que acaba de perder um filho de forma violenta, temos como foco de nossa atenção saber se ele era ou não “envolvido” com o tráfico de drogas.

Ora, em primeiro lugar é necessário questionar a lógica do envolvimento pois, para grande parte das polícias brasileiras, basta morar em determinadas localidades da cidade (favelas) e possuir determinada cor de pele (negra) para ser considerado suspeito e, o que é muito fácil, mais um “envolvido” passível de ser assassinado sumariamente. Em segundo lugar, mesmo que o sujeito tenha alguma passagem criminal, ou seja, de alguma forma inserido no mercado varejista de substâncias arbitrariamente tornadas ilícitas, isso não anula seus direitos básicos, como o de ser julgado com direito de defesa e de ser punido conforme a legislação. Tal entendimento têm modulado inclusive algumas formas de mobilização dos movimentos de familiares de pessoas atingidas pela violência de Estado, que pouco a pouco deixam de utilizar como argumento para demonstrar a injustiça a que foram submetidas a inocência de seus filhos. Inocentes ou passíveis de responsabilização por crimes ou atos infracionais, o assassinato dos jovens negros é sempre injusto e violento.

Tal entendimento corrobora para o combate do senso comum criado no Brasil de que determinadas pessoas e grupos não devem ter nem mesmo o “direito a ter direitos”. Pois as ações policiais das ditas políticas de segurança pública não só têm se mostrado ineficazes no combate ao comércio varejista de drogas como têm perpetuado a violência mais brutal que afeta toda a vida nas periferias dos grandes centros urbanos. Escolas e postos de saúde fechados durante as operações policiais, pessoas assassinadas à luz do dia por agentes policiais que já nem escondem suas práticas violentas, invasões ilegais de casas de moradores que costumam ter seus bens revirados ou mesmo roubados. Essas são apenas algumas das violações operadas pelo Estado brasileiro nas favelas. Nas situações em que um jovem é assassinado, toda a família, de alguma forma, também morre um pouco, ou mesmo, poderíamos dizer, morre aos poucos. Muitas mães, profundamente afetadas pela tristeza e pelo medo, desenvolvem outras formas de sofrimento físico e mental, que poderiam ser nomeados pela psiquiatria tradicional como depressão, ansiedade, pânico, etc. Além do desenvolvimento de doenças físicas como o câncer, a hipertensão arterial ou a diabetes. Diversas formas de ter a vida destituída de sua potência a partir das diversas ações de violência perpetradas pelo próprio Estado.

Assim, os grupos que compõem a RAAVE buscam criar e dar visibilidade aos dispositivos clínico-políticos para combater os processos de “morte em vida” causados pela violência de Estado. Tais dispositivos não se configuram pela lógica do especialismo, segundo a qual apenas algumas teorias ou práticas seriam adequadas para o tratamento destas situações. A pluralidade de teorias e metodologias de trabalho é um dos pontos sempre presentes nas discussões. De nossa perspectiva, afirmamos a potência da transdisciplinaridade (RAUTER, 2015) como forma de produzir uma compreensão mais crítica e ao mesmo tempo múltipla e situada dos processos psicossociais em evidência, e exatamente por isso, uma práxis psicossocial mais relevante. O que é importante, pensamos, como dito anteriormente, é não cristalizar a figura



da vítima e não individualizar os sofrimentos compreendidos apenas pelo viés da patologia pessoal. Os sofrimentos são coletivos e serão coletivamente enfrentados, o que não significa o uso exclusivo da metodologia de grupos, bastante valorizada por muitos grupos de atendimento. Os grupos são uma forma de coletivizar e horizontalizar o cuidado, mas podem também, a depender da forma como são conduzidos, levar a concepções do sofrimento e a práticas profissionais pautadas pelo individualismo. Da mesma forma, o atendimento individual pode ser um importante aliado no cuidado, especialmente para as pessoas mais fragilizadas pelo sofrimento ou que têm dificuldades em lidar com as outras histórias de violência de Estado. E, mesmo no atendimento individual, a multiplicidade se faz presente pela busca de uma identidade não definida pelo sofrimento e pelo compromisso profissional que não é apenas focado na relação terapeuta-paciente.

É importante evocar aqui a importância do compromisso político que está presente na própria prática clínica, grupal ou individual. Na verdade, não há como pensar qualquer clínica psi que seja completamente desligada da política, pois as relações de poder que constituem a sociedade estarão sempre presentes no setting terapêutico.

No entanto, o trabalho junto a pessoas atingidas pela violência de Estado tem demonstrado a necessidade de investir não apenas no cuidado psicoterapêutico, mas também em outras formas de cuidado e no próprio compromisso político das profissionais na defesa dos direitos humanos. Por exemplo, um dos debates já evocados nas reuniões da RAAVE foi a necessidade de acompanhamento das famílias nas situações de audiência judicial quando se busca responsabilizar um agente do Estado pela violência letal. As audiências são momentos extremamente delicados onde os familiares precisam reviver todo o processo de violência sofrido por eles próprios e seus parentes, além de ter que, em geral, provar que seus filhos não mereceram morrer.

A lógica da criminalização da pobreza impõe não apenas a retirada de direitos e da muitas vezes da vida de determinadas pessoas, mas inverte a própria lógica da justiça criminal que, em muitas situações, parte da presunção de culpabilidade (e não de inocência) das pessoas negras e periféricas. Da mesma forma, a produção de cuidado em saúde mental não se faz apenas nos ambientes de atendimento: é importante a presença, o contato afetivo e corporal, o andar lado a lado nas manifestações contra a violência, nos eventos em que há protagonismo dos movimentos sociais e a ida aos territórios para conhecer as realidades de vida e a construção de novos vínculos de cuidado e políticos com a população que atendemos.

O trabalho com mulheres e mães afetadas pela violência de estado no SPA-UFF

Conforme já indicado anteriormente, um dos grupos que compõem a RAAVE, é o projeto de extensão da UFF “Grupalidade e Potência: Estratégias de trabalho grupal no enfrentamento das violências institucionalizadas”, coordenado pela professora Cristina Rauter. Uma das principais ações do projeto é realizar atendimentos grupais para familiares de pessoas atingidas pela violência de Estado.



Formamos um grupo que é atendido quinzenalmente composto por mulheres dos municípios de São Gonçalo e Niterói. Têm participado dos atendimentos deste grupo, além da professora Cristina Rauter, os doutorandos do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFF Lucas Gonzaga, André Félix Ferreira e a psicóloga do Serviço de Psicologia Aplicada Paloma Jashar. Algumas delas são lideranças comunitárias e possuem atuação direta em políticas públicas. Para além dos encontros em grupo, há também a possibilidade de atendimentos individuais e visitas de todo o grupo aos territórios – comunidades da região de São Gonçalo e Niterói.

Um dos temas recorrentes nos encontros é a questão do medo gerado pelas situações de violência estatal. Isso porque as favelas onde ocorrem as chacinas policiais e execuções sumárias são continuamente ocupadas pelas forças policiais, e muito raramente os policiais responsáveis pelas mortes são punidos. Eles também têm o costume de, durante as operações policiais, entrarem na favela com o rosto e sua identificação na farda cobertos. Assim, se criam muitas situações em que as famílias sabem que seus parentes foram assassinados por um policial, mas não conseguem identificar qual deles. E os policiais em geral sabem quem estão matando e identificam seus familiares no território.

Dessa forma o medo é imposto por ações policiais de rotina, em que alguns grupos de policiais decidem ficar próximos de casas de familiares de uma pessoa que foi executada e é identificada como traficante. Um dos efeitos dessas ações é difundir o medo de que a criminalização, que nesse caso geralmente tem contornos letais, se estenda também à família.

Daí a importância dos organismos de defesa dos direitos humanos atuantes e disponíveis para a população que dela necessita, como a própria Defensoria Pública. Pois, em situações extremas, é o contato com tais órgãos que pode promover orientações jurídicas e planos de ação para preservar a vida destes familiares. Da mesma forma, torna-se crucial que os familiares conheçam seus direitos e sejam inseridos em redes de proteção, mesmo que informais, entre os movimentos sociais, políticas públicas e outras pessoas que convivem com essas formas de violência. Nesse sentido, um dos fatores que pode atenuar o medo é a coletividade, o fato de não se sentir (e não estar, de fato) sozinho e desamparado. Saber a quem recorrer em momentos de perigo, seja de qual natureza for, pode ser um importante fator para a preservação da vida e para a resistência frente à mortificação imposta pelo Estado.

Um outro ponto que envolve a ação do grupo de extensão diz respeito à compreensão já abordada anteriormente de que é importante ir ao território. As pessoas atendidas pelo projeto muitas vezes fazem um trajeto longo para chegar à universidade - temos realizados rifas para arrecadar dinheiro de passagem e alimentação para as participantes. No entanto, há uma energia que é empregada para estar presente nas ações. A equipe do projeto compreendeu, junto às participantes, que algumas ações devam ocorrer não apenas no Serviço de Psicologia Aplicada, mas também nos territórios onde as participantes vivem. Assim, um dos encontros foi destinado a conhecer um projeto social de atendimento a crianças que uma das mulheres atendidas tem desenvolvido em sua comunidade. Ali pudemos conhecer melhor sua realidade de vida, o caminho que ela faz até chegar à universidade e a potência de vida que está presente em seu engajamento comunitário, para além das precariedades e da falta de políticas públicas no território da comunidade.



Assim, o trabalho psicossocial que tem sido construído não fica restrito a um dispositivo psicológico de viés individualizante das questões trazidas. Buscamos formas de potencializar a vida que partam das necessidades e desejos que circulam nas atividades. Mais especificamente, buscamos pensar junto com as mulheres atendidas como podemos contribuir para alguma melhoria de sua qualidade de vida.

Consideramos que um outro ponto que merece atenção por seu potencial transformador é a arte. A ida a exposições ou a peças de teatro, por exemplo, pode ser um aliado para a ressignificação das dores, vendo-as cada vez mais como coletiva e engendrada socialmente por um Estado violento. Isso é importante, e talvez mais importante ainda seja a delicadeza e potencial sensibilizador que a arte possui. Isso, pensamos, pode ser uma forma de operar o que Passos (2023) propõe como “clínica da delicadeza”, nos seus encontros com mulheres negras afetadas pela violência de Estado. Assim, consideramos de grande valia conhecer a obra e história, por exemplo, de Carolina Maria de Jesus ou Conceição Evaristo. Mulheres negras que, com sua escrita, puderam resistir às violências de uma sociedade hostil às mulheres negras, e assim inspirar muitas outras pessoas a valorizar suas histórias, seus vínculos e a compreender de forma crítica as relações de raça, classe e gênero que formam nosso tecido social.

O objetivo das ações do projeto de extensão, portanto, não é apenas a extensão do atendimento psicossocial a todas as famílias atingidas pela violência de Estado. Isso é certamente importante para muitas pessoas e, infelizmente, para um número cada vez maior de pessoas. Mas o ponto que queremos frisar são as ações de cuidado vão além dos atendimentos, sendo igualmente importantes o que poderíamos chamar de articulações clínico-políticas para a potencialização da vida e das formas de resistência coletiva que estão presentes no meio social. A questão central, da qual não podemos nos esquecer, é que não basta ter atendimento psicológico ou psicossocial para as pessoas atingidas pela violência policial, em primeiro lugar é necessário que esse genocídio acabe. E temos, como profissionais dos campos psi, uma grande responsabilidade junto a essa questão para, desde os lugares que ocupamos e as relações de poder que nos atravessam, buscar formas de denunciar essa realidade violenta e injusta e contribuir com a atuação dos movimentos sociais antirracistas e que combatem as violências de Estado.

Considerações Finais

As diferentes formas de sofrimento psíquico presentes em nossa sociedade possuem, sempre, uma profunda ligação com o contexto social onde se desenrolam. Uma relação que não é determinista no sentido de uma causalidade mecânica do contexto social para todo sofrimento individual, mas que determina objetivamente as possibilidades de cuidado e as estratégias de acesso a direitos e potencialização da vida. Dessa forma, criar dispositivos clínicos que acionem a dimensão do coletivo possibilita novas formas de lidar com o sofrimento decorrente de situações de opressão racista e violação do direito à vida, infelizmente cada vez mais presente nas periferias dos centros urbanos.

A dimensão do coletivo ou, como adotamos em nosso projeto de extensão, a grupalidade, não exclui a dimensão do cuidado individualizado. É necessário trabalhar sempre a



sensibilidade de reconhecer as situações que demandam determinados dispositivos de cuidado levando em consideração as demandas das pessoas com as quais lidamos. Daí que seja importante frisar que não se trata da mera oferta de serviços, mas, principalmente, da construção conjunta de estratégias de enfrentamento do que chamamos de violências institucionalizadas. E, seja qual for o dispositivo provisoriamente utilizado (atendimentos individuais, grupais, intervenções culturais, visitas ao território, acompanhamento em ritos jurídicos), a dimensão do coletivo está sempre presente. Mesmo no atendimento individual, já há um coletivo, mesmo que pequeno. É nesse encontro, propiciado pelo atendimento, que se criam as possibilidades de potencialização da vida, entendida como algo que não se autoproduz em cada um individualmente, mas que é resultado dos bons e por isso alegres encontros.

Nas situações de grupos maiores, expande-se o leque de encontros e daí se fomenta a criatividade e as redes de cuidados coletivos. O cuidado passa por diferentes caminhos que vão desde demandas concretas da vida cotidiana, até a discussão crítica dos mecanismos sociais que produzem a violência de Estado e sua seletividade que se volta de maneira muito mais brutal contra corpos negros e periféricos. O conhecimento cada vez mais politizado dessa realidade possibilita a orientação da revolta para o Estado burguês, que foi desde sempre o operador formal do regime de extermínio do povo preto em nosso país.

Dessa forma, perceber as violências sofridas como expressão da lógica racista que funda nossa organização social permite uma nova compreensão das ações que aparentemente são desprovidas de sentido: as incursões policiais visando, supostamente, combater o tráfico de drogas, as execuções sumárias de jovens negros, a criminalização seletiva de pessoas e famílias que vivem nas favelas, dentre outras. Essa consciência nos desafia para a construção de dispositivos que ajudem a enfrentar o genocídio e a criar redes coletivas de cuidado e potencialização da vida. É aí que apostamos na grupalidade enquanto estratégia ética e política de ação. Pois os encontros que aumentam a potência de agir e produzem afetos alegres são formas de defesa da vida e, por isso, ajudam a obstaculizar as intenções genocidas do Estado brasileiro.

REFERÊNCIAS

- BATISTA, V. M. **Introdução crítica à criminologia brasileira**. Rio de Janeiro: Revan, 2011.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Relações Raciais: Referências Técnicas para atuação de psicólogos/os**. Brasília: CFP, 2017.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir: Nascimento da prisão**. 10ª edição. Petrópolis: Vozes, 1993.
- IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Gráfico dos Homicídios de Jovens por Armas de Fogo**, 2019. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/dados-series/165>.
- LANCETTI, A. **Saúde e Loucura: Grupos e Coletivos**. São Paulo: Hucitec, 2009.
- PASSOS, R. G. **Na mira do fuzil: A saúde mental das mulheres negras em questão**. São Paulo: Hucitec, 2023.
- RAUTER, C. **Criminologia e Subjetividade no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2003.



_____. **O Medo do Crime no Brasil: Controle Social e Rebelião**. Rio de Janeiro: e-papers, 2017.

_____. Clínica Transdisciplinar: Afirmção da multiplicidade em Deleuze/Spinoza. **Revista Trágica: estudos de filosofia da imanência**. v. 8, n. 1, pp. 45-56, 2015.

REICH, W. **Psicologia de Massas do Fascismo**. 3ª edição: Martins Fontes, São Paulo, 2001.

SAWAIA, B. B. (Org.). **As artimanhas da exclusão: uma análise ético-psicossocial da desigualdade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

SPINOZA, B. **Tratado Político**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

_____. **Ética**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

WINNICOTT, D. W. **O Brincar & a Realidade**. Rio de Janeiro: Imago, 1975.

ⁱDisponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/dados-series/165/>. Acesso em 27/09/23.

ⁱⁱO grupo em questão foi construído por Thais Lasevicius, doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal Fluminense (UFF), psicóloga na Secretaria da Administração Penitenciária (SAP) do Estado de São Paulo. Participou durante um período João Gabriel Queirós, psicólogo pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e especializando em Saúde Mental e Atenção Psicossocial pela Fiocruz, ambos pesquisadores e estudiosos sobre as questões da saúde mental na interface com a justiça criminal, Direitos Humanos e sistema prisional.



Dos Autos de Resistência às Mães que resistem: danos psicossociais, verdade e justiça

From “Autos de Resistência” to Mother resistance: psychosocial harm, truth and justice

Antonio Euzébios Filho

Docente do Departamento de Psicologia Social e do Trabalho do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo - USP
antonioeuzebios@usp.br

Rafael Lessa Vieira de Sá Menezes

Defensor Público do Estado. Membro do Núcleo Especializado de Habitação e Urbanismo
rlmenezes@defensoria.sp.def.br

Resumo

Os autos de resistência não existem mais como realidade jurídica, mas a letalidade policial, as falhas na investigação e o entendimento judiciário sobre tais fatos revelam que setores do sistema de Justiça e das polícias continuam a representar e a reproduzir um pensamento conservador, infelizmente, muito comum na sociedade brasileira, que constrói justificativas estereotipadas que autorizam o uso da violência contra aqueles considerados “bandidos”, “marginais”, atingindo majoritariamente e diretamente homens jovens, negros e pobres, e indiretamente os familiares que deixam. A violência policial, letal ou não, além de violar direitos, produz também danos psicossociais. Por isso, consideramos que este seja um problema jurídico, mas também profundamente social e político. A superação dos autos de resistência não ocasionou a superação das falhas nas investigações de casos de letalidade policial, que consolidam e perpetuam a mentira institucionalizada. Este quadro produz resistência política - como é o caso das Mães de Maio - em busca de verdade, justiça e reparação. O movimento é um fator protetivo à saúde mental dos seus membros e daqueles que se inspiram nelas, assim como fator crucial para avançar rumo a uma mais ampla redemocratização e promoção dos direitos humanos.

Palavras-chave: Letalidade Policial. Autos de Resistência. Danos psicossociais.

Abstract

“Autos de Resistência” no longer exists in Brazilian legal reality, but deaths caused by police, failures in investigation and the current legal understanding of such facts reveal that sectors of the judicial system and police continue to represent and reproduce conservative thinking, unfortunately, very common in Brazilian society, which has developed stereotypical justifications that authorize the use of violence against those considered “criminals”, “marginals”, mainly and directly affecting young, black and poor men, and secondarily the family members they leave behind. Police violence, whether lethal or not, in addition to violating rights, also produces psychosocial damage. Therefore, we consider this to be a legal problem, but also a profoundly social and political one. Overcoming “Autos de Resistência” did not lead to overcoming the flaws in the investigations of cases of deaths caused by police, which consolidate and perpetuate the institutionalized lie. This situation produces political resistance - as is the case of the “Mães de Maio” - in search of truth, justice and repair. The movement is a factor in protecting the Mental Health of its members and those who are inspired by them, as well as a crucial factor in advancing the (complete) redemocratization and promotion of human rights.

Keywords: Deaths caused by police. Resistance case files. Psychosocial harm.



Introdução

Os autos de resistência não existem mais como realidade jurídica. Porém, a letalidade policial, as falhas na investigação e o entendimento judiciário e social hegemônicos sobre tais fatos revelam que setores da sociedade, do sistema de Justiça e das polícias continuam a representar e a reproduzir um pensamento conservador, infelizmente, muito comum na sociedade brasileira, que constrói justificativas estereotipadas autorizando o uso da violência contra aqueles considerados “bandidos”, “marginais”, os “criminosos de sempre”, atingindo, majoritariamente e diretamente, homens jovens, negros e pobres e indiretamente os familiares que deixam.

Procuramos explicitar neste artigo que violência policial, letal ou não, além de uma flagrante violação de direito, produz também danos psicossociais. Por isso, consideramos que este seja um problema jurídico, mas também social e político. A verdadeira superação dos autos de resistência enquanto mentira institucionalizada pressupõe um amplo debate sobre direitos humanos, a fundamentar um caminho para fortalecer iniciativas e políticas de reparação, incluindo suporte jurídico e psicossocial às vítimas.

A resposta à violência policial - ilustrada de maneira contundente pelos autos de resistência - produz também resistência política. Este é o caso das Mães de Maio, movimento social fundado por mães cujos filhos foram assassinados nos massacres do mês de maio de 2006¹. Estas mães lutam, desde então, por justiça e reparação, tendo como objetos de crítica, dentre outros, a militarização e o poder punitivo. Refletiremos, assim, sobre a resistência decorrente dos danos psicossociais, a moldar a luta jurídica e política destas mães.

1 - Autos de resistência como mentira institucionalizada

Em 2 de outubro de 1969, a Superintendência de Polícia Judiciária do Estado da Guanabara editou Ordem de Serviço² em que dispunha que “em caso de resistência, [os policiais] poderão usar os meios necessários para defender-se e/ou vencê-la”. Ela se aplicaria em casos em que teria havido confronto entre policial e “bandido”, ocasionando a morte deste. A norma interna dispunha também que não caberia prisão em flagrante do policial, nem a instauração de inquérito para apuração da conduta do agente estatal.

A Ordem de Serviço institucionalizou o modo pelo qual a “verdade” do inquérito policial e, conseqüentemente, do processo penal deveria ser produzida (ou omitida) nestes casos. Este modo de proceder se apoiaria no art. 292 do Código de Processo Penal³, que, regulamenta a lavratura de auto para apuração sobre o escorreito uso dos “meios necessários para defender-se ou para vencer a resistência”. Ao contrário, porém, a normativa policial visava a não lavratura do “auto de prisão em flagrante” do policial que realizou o disparo letal, estabelecendo uma presunção de que o uso dos meios necessários fora legal. Se passava a lavrar apenas o “auto de resistência”, constando como agente aquele que se opôs à ordem legal em afronta ao art. 329 do Código Penal⁴. Como o “resistente” encontrava-se já morto, o arquivamento do inquérito seria praticamente automático, já que, por regra jurídica elementar, extingue-se a punibilidade com o



falecimento do agente. Este modo de proceder correspondia à cultura jurídico-militar de acobertamento das mortes praticadas por policiais.

A questão da “verdade” num processo penal democrático, alinhado aos modelos acusatório⁵ e garantista⁶, se resolve com a equidistância judicial e a correta gestão da prova, espinha dorsal do processo. Assim, a verdade do processo é aquela expressa nas provas produzidas em contraditório perante um juiz imparcial. A Ordem de Serviço estabelecia, em ocorrências de letalidade policial, a omissão das provas e, assim, a mentira institucionalizada. Esta é produzida com a função de “esconder as violências produzidas pela classe dominante” (A. EUZÉBIOS FILHO, 2023, p. 30), com o “ocultamento sistemático da realidade” de que falava Martín-Baró no contexto da Guerra Civil de El Salvador:

El ocultamiento sistemático de la realidad sigue siendo una de las características fundamentales de la guerra salvadoreña. Este ocultamiento adopta diversas modalidades: ante todo, se trata de crear una versión oficial de los hechos, una ‘historia oficial’ que ignora aspectos cruciales de la realidad, distorciona otros e incluso falsea o inventa otros (MARTÍN-BARÓ, Guerra y salud mental, 2000, p. 362).

Naquela norma interna da polícia guanabarina era central a determinação de não instauração de inquérito para apurar a conduta do agente estatal. Este tipo de “blindagem” legal tem sido sempre uma reivindicação corporativa das forças policiais⁷. Consolidava-se na Ordem de Serviço a aparência de legalidade buscada por tais reivindicações, com o ocultamento sistemático da realidade. Este ocultamento passa por impedir investigações, evitar o esquadrinhamento da cena do crime, bloquear perquirições sobre a dinâmica da ocorrência. Se há um aspecto corporativista interno, externamente o que ressalta é a “licença para matar”, a impunidade crônica e a conformação de um Estado de Exceção. Em verdadeira inversão do Estado de Direito, o poder soberano de vida e morte passa aos próprios agentes estatais armados.

O expediente desenvolvido pela polícia do Estado da Guanabara, em plena ditadura, teve variações e sotaques locais, mas sempre com a mesma teleologia. Em muitos estados, os casos eram registrados apenas como “resistência”. Em São Paulo se registravam como “resistência seguida de morte”⁸. Mesmo após a redemocratização e a Constituição de 1988, as mortes praticadas por policiais continuaram a ser registradas desta forma em todo o país.

Assim, o registro padrão destas ocorrências segue uma espécie de roteiro pré-definido: a pessoa morta resistiu à prisão, estava armado, atirou primeiro nos policiais, que foram forçados a revidar a injusta agressão, mormente com inúmeros disparos em regiões vitais do corpo. Por fim, segue o roteiro, os policiais socorrem a pessoa ferida, ainda viva, mas não raro a pessoa chega morta ao hospital. Segue-se, então, a “investigação”, em regra voltada a escrutinar a vida pregressa do morto, juntando-se aos autos sua folha de antecedentes, de modo a fundamentar a caracterização como bandido, renitente à ordem legal e à polícia. Além da folha de antecedentes, o mais importante elemento de provas nestes casos costuma ser o próprio relato dos policiais envolvidos, cujo relato é tomado com fé-pública e presunção de verdade - ou seja, caberia ao morto, ou melhor, a seus familiares (que não são parte do processo) demonstrar que a ocorrência ocorreu de outro modo.

Elementos básicos de investigações criminais como a preservação do local do crime e as perícias (do corpo, da cena do crime, das armas e outros objetos apreendidos) são omitidos ou



produzidos *pro forma*. Portanto, as investigações nestes casos servem não para auditar a conduta do policial, mas para atestar a integridade individual e corporativa e confirmar a legitimidade das mortes causadas pelo agente estatal. Seguir o roteiro acima é essencial para que o resultado seja praticamente o mesmo em todos os casos.

Assim, consolidou-se durante a ditadura militar um quadro infralegal que obstava a investigação de ocorrências de letalidade policial e ocultava a realidade das mortes que acometiam não apenas opositores políticos ao regime, mas também pessoas negras, pobres e jovens. Este quadro infralegal deveria ter sido alterado a partir das mudanças desencadeadas com a redemocratização, mas os pactos de transição “lenta, gradual e segura” levaram à permanência da militarização policial e da convivência social e judiciária.

A continuidade da militarização das polícias manteve a lógica de combate ao inimigo, que não era mais o militante político contrário à ditadura, mas apenas as classes trabalhadoras, empobrecidas, majoritariamente negras. Da doutrina da segurança nacional se passava para o imperativo da segurança urbana. Não se deve desprezar que os métodos de repressão desta segurança urbana se consolidaram durante a ditadura, em paralelo à repressão política. A Ordem de Serviço 803 não servia apenas para ocultar a repressão letal aos opositores do regime, mas para esconder a violência da polícia contra os “criminosos de sempre”⁹. Estes métodos persistiram, ocasionando uma redemocratização parcial.

Já na década de 2000, o Relator Especial da ONU sobre Execuções Sumárias, Arbitrárias ou Extrajudiciais, Sr. Philip Alston, constatou, após inspeção no Brasil, que muitas das mortes registradas como “resistência” encobriam uma realidade de execução sumária. O perito observou que as instituições do Sistema de Justiça (Polícia Civil, Ministério Público e Judiciário) falhavam nitidamente no cumprimento de seus deveres de apuração e punição. Em suas Recomendações ao Brasil, o Relator apontou sobre as investigações das mortes cometidas por policiais que:

A Polícia Civil e os serviços internos da polícia devem efetivamente investigar as mortes causadas pelos policiais. Em muitos estados, o sistema corrente de classificar imediatamente as mortes causadas pela polícia como ‘ato de resistência’ ou ‘atos de resistência seguida de morte’ é completamente inaceitável. Cada morte é um assassinato em potencial e deve ser investigado como tal (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2008, p. 5).

Em 2011, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, analisando o Caso Favela Nova Brasília, recomendou que o Brasil eliminasse imediatamente a prática de automaticamente registrar as mortes causadas pela polícia em “autos de resistência” (COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS, 2011). O não cumprimento integral das recomendações da Comissão levou esta a apresentar o caso à Corte Interamericana de Direitos Humanos, que condenou o Brasil, em fevereiro de 2017, em razão da violação ao direito à vida e à integridade pessoal de 26 homens vítimas de homicídio e 3 mulheres vítimas de violência sexual em operações policiais realizadas no Complexo do Alemão, no Rio de Janeiro. A condenação se deu também em razão das falhas do Estado brasileiro em investigar os fatos e punir os responsáveis, em violação às garantias judiciais de independência e imparcialidade da investigação, devida diligência e prazo razoável, bem como ao direito à proteção judicial.



Um dos tópicos da condenação determinou a abolição da utilização dos "autos de resistência" ou de expressões como "resistência seguida de morte":

O Estado deverá adotar as medidas necessárias para uniformizar a expressão 'lesão corporal ou homicídio decorrente de intervenção policial' nos relatórios e investigações da polícia ou do Ministério Público em casos de mortes ou lesões provocadas por ação policial. O conceito de "oposição" ou 'resistência' à ação policial deverá ser abolido, no sentido disposto nos parágrafos 333 a 335 da presente Sentença (CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS, 2018, p. 89-90).

Em São Paulo e no Rio de Janeiro, esta forma de registro fora superada administrativamente¹⁰, seguindo a Resolução 8/2012 do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana sobre a abolição de designações genéricas, como "autos de resistência", "resistência seguida de morte", em registros policiais, boletins de ocorrência, inquéritos policiais e notícias de crime.

Porém, a correção da terminologia técnico-jurídica não implicou em alteração substancial das investigações ou do entendimento do Ministério Público e do Judiciário sobre a maioria das ocorrências de mortes causadas por policiais. Os índices de letalidade também não dão sinais de arrefecimento, nem guardam correlação com a edição destas normas ou com a condenação do Brasil na Corte Interamericana. Os dados trimestrais publicados pela SSP-SP demonstram que o total de pessoas mortas pelas polícias paulistas permanece historicamente em níveis alarmantes¹¹:

	1º tri	2º tri	3º tri	4º tri	Total de pessoas mortas pela polícia
2001	235	209	224	230	898
2002	269	201	293	267	1030
2003	238	246	191	237	912
2004	178	144	182	159	663
2005	111	67	86	65	329
2006	116	225	138	97	576
2007	78	110	114	102	404
2008	116	108	95	78	397
2009	110	159	126	148	543
2010	147	134	107	121	509
2011	111	141	102	106	460
2012	119	120	143	182	564



	1º tri	2º tri	3º tri	4º tri	Total de pessoas mortas pela polícia
2013	69	88	91	98	346
2014	170	169	166	223	728
2015	201	214	196	187	798
2016	201	202	190	264	857
2017	238	221	229	251	939
2018	197	218	210	226	851
2019	213	213	200	241	867
2020	262	252	162	138	814
2021	203	146	110	119	578
2022	108	96	89	128	421
2023	115	105	-	-	220 (parcial)

Tabela 1 - dados trimestrais de pessoas mortas pela polícia. Fonte: SSP-SP

Este quadro registra números, mas, por trás deles, há corpos, vidas interrompidas, histórias e famílias que ficaram sem seus entes queridos. Até a alteração da forma de registro, a mentira institucionalizada pautava a classificação das ocorrências em “autos de resistência” e como “resistência seguida de morte”.

Porém, a mudança na forma de registro não impactou os índices da letalidade policial, tampouco implicou em investigações mais consistentes das ocorrências. Neste sentido, é possível afirmar que a mentira institucionalizada é mais profunda, consistindo na conformação predeterminada da imagem da pessoa morta como “bandido”, “criminoso”, “traficante”, num contexto ideológico que enxerga estes como corpos matáveis.

Assim, o registro dos fatos como “homicídio decorrente de intervenção policial” ou “morte decorrente de intervenção policial” é suficiente para desencadear formas diferenciais de investigação, ativando os mecanismos da mentira institucionalizada e da formação da imagem do inimigo.

Em casos de homicídios, diversos exames periciais podem ajudar a demonstrar a dinâmica da ocorrência: necroscópico, do local da ocorrência, de confronto balístico, das armas de fogo, residuo gráfico, datiloscópico. Todos estes exames podem determinar no processo penal a dinâmica dos fatos. Por outro lado, a não produção ou a produção *pro forma* impossibilita desde logo a elucidação do que ocorreu. Na prática, os mais consistentes documentos do processo são os depoimentos dos policiais envolvidos na ocorrência e a folha de antecedentes da pessoa morta, levando à conclusão pré-moldada de que o agente estatal estaria em legítima defesa. Como estes



mortos aparecem como “corpos matáveis”, esta excludente passa a ser a regra, a determinar o arquivamento destes processos. O ônus da demonstração em contrário, na prática, passa a ser dos familiares da pessoa morta, se tiverem forças para transformar o luto em busca por verdade e justiça.

2 – Autos de resistência como um dado psicossocial: militarização e conformação da imagem do “bandido”

Conforme procuramos deixar claro, a lógica dos autos de resistência, uma flagrante violação dos direitos humanos, continua sendo reproduzida no Brasil, ainda que seja inconstitucional. As razões para tanto são ao menos duas: (1) estruturalmente, este fenômeno deve ser considerado como um sintoma da formação social brasileira (e, por que não, da formação latino-americana); (2) do ponto de vista psicossocial, ele é sustentado pela banalização e naturalização da violência, pela reprodução de estereótipos e por componentes cognitivos e emocionais que obstaculiza uma compreensão crítica sobre a pobreza e a criminalidade. A partir de agora, daremos atenção a este segundo ponto.

Primeiramente, sempre é prudente lembrar que a violência, em uma perspectiva crítica como aquela adotada por Martín-Baró (1975;1988; 2000a), deve superar a compreensão fenomênica que se limita a constatar o ato imediato: a agressão. Por trás de uma agressão verbal ou física há um contexto possibilitador, um cenário de acirramento da polarização, por exemplo, elementos culturais que justificam o ato da violência contra outros povos, entre outros elementos.

Ao considerar a violência como uma produção social e histórica, a psicologia social toma como enfoque os processos de socialização, a produção e transmissão de valores morais, a construção das diferenças culturais, os padrões de vinculação afetiva, os processos grupais, os fatores cognitivos e emocionais envolvidos na elaboração psicológica da violência, os mecanismos de defesa e adaptação etc. (MARTÍN-BARÓ, 1975; 1988; 2000a; 2000b).

No que diz respeito ao nosso tema, afirmar que a violência policial - e nela, os autos de resistência - se manifesta também como realidade psicossocial nos leva a refletir sobre pelo menos três dimensões: (i) a produção de uma mentira institucionalizada, que associa certo perfil populacional à criminalidade; (ii) a militarização observada não apenas como produção institucional, mas como forma de sentir, pensar e agir. E, finalmente: (iii) a conformação da imagem do inimigo baseada em estereótipos que fundamentam preconceitos contra o diferente.

O impacto psicológico da violência foi discutido por Martín-Baró (1975) em três óticas: do autor, da vítima e do espectador. Para ele, o impacto psicológico da violência sobre o autor pode produzir sofrimento, mas, sobretudo, se pauta pela busca de justificativas e explicações para o ato: “a vítima mereceu”, “acredito ter corrigido uma injustiça” etc. Trata-se, segundo nosso autor, de um fenômeno denominado de dissonância cognitiva.

O impacto para a vítima, por sua vez, é devastador: produz passividade, aceitação e/ou naturalização da violência. Mas também pode produzir resistências, fortalecimento de vínculos sociais e políticos - como é o caso das Mães de Maio, de quem falaremos mais adiante.



Ainda segundo Martín-Baró (1975), para o espectador há pelo menos três respostas ao ato violento: a indignação, que pode produzir solidariedade com o indivíduo ou grupo afetado, mas também o medo de ser punido e, finalmente, a concordância. Justamente estes dois últimos pontos alimentam de maneira mais nítida o ciclo de violência que vivenciamos no nosso país.

A concordância com a violência policial, em especial, tem endereçamento social e político: jovens, negros, pobres, mas também os desempregados, sem moradia etc. Esta concordância, total ou muitas vezes parcial, pode estar vinculada ao medo provocado pela constatação da consequência de não respeitar a autoridade (neste caso, Baró, 1975, resgata o conceito de aprendizagem por observação, o qual não aprofundaremos). Logo, esta concordância pode ter uma função adaptativa: de se defender contra o mesmo tipo de violência observada contra o “fora da lei”. É por esta razão que, ao longo da história, as autoridades recorreram às mortes exemplares em praça pública, por exemplo. E é o que se observa, ainda, na violência sistemática da polícia contra aqueles que, supostamente, resistem à voz de prisão ou em ações como a recente “Operação Escudo” na Baixada Santista (SP)¹².

Mas a concordância com a violência policial pode atingir graus mais conscientes - como estamos observando, claramente, no interior de grupos abertamente conservadores na atual conjuntura brasileira (EUZÉBIOS FILHO, 2023; HUR & SANDOVAL, 2020). Trata-se de uma espécie de concordância ativa que, muitas vezes, reproduz a própria violência observada. Neste sentido, esta concordância, em última instância, pode ser caracterizada como prática militante da extrema direita (EUZÉBIOS FILHO, 2023): é o caso, por exemplo, de defensores radicais da redução da maioria penal, daqueles que querem “fazer justiça com as próprias mãos”, entre outros.

Adorno e colaboradores (1950), no estudo clássico sobre personalidade autoritária, ajudaram-nos a pensar como opera a lógica do convencimento e da ação violenta. Os autores observaram que o movimento nazista era sustentado por uma personalidade cristalizada em valores como a meritocracia, a guerra do bem x mal, a aversão ao diferente, a defesa autoritária das pautas do grupo endógeno etc. Reich (2001) também observou um componente psicológico neste convencimento, no mesmo período histórico de Adorno e seus colegas e sustentou a tese, reproduzida por Martín-Baró (1998), de que um sistema autoritário se sustenta com um caráter autoritário, que absorva e naturalize os valores da classe dominante. Interessante observar que, na atualidade, estudos como o de Pettigrew (2017) e Hur e Sandoval (2020) demonstram que as mesmas características estão presentes, respectivamente, nos apoiadores de Trump nos EUA e de Bolsonaro no Brasil.

Estas características dos membros de grupos conservadores e fascistas nos ajudam também a pensar a militarização da sociedade não apenas como estrutura institucional, mas como maneira de pensar, sentir e agir. Sabemos que a “mente” militarizada é aquela que adere rigidamente aos mesmos princípios acima listados: naturalização (e radicalização) da meritocracia (neo)liberal, organização do pensamento social e político a partir da dicotomia entre vencedores e vencidos e, sobretudo, a associação da pobreza à criminalidade (LEONES & PUCCINI, 2021).

A estrutura militar tem, evidentemente, uma função prática: a garantia da ordem - ou, se preferirem, da manutenção das relações de poder em uma sociedade de classes (MARTÍN-BARÓ,



1975; 1988; 2000a; 2000b). Mas a burguesia aprendeu ao longo dos anos que, embora muitas vezes tenha de utilizar, sem remorso, a força policial, seria melhor se ela fosse dispensada sempre que possível e, para tanto, precisam do convencimento: convencimento de que sou o violento e não o violentado (no caso da vítima), tanto quanto de que a vítima mereceu ser violentada (no caso do espectador e do autor do ato de violência).

Pensar na militarização da sociedade é também observar como os valores subjacentes a ela são construídos nos processos de socialização: família, igreja, escola (MARTÍN-BARÓ, 1998). Estas instâncias ajudam a formar nosso caráter, nossa personalidade etc. São espaços onde se formam, em grande medida, os valores morais que sustentam posições e o convencimento, sobre o que se considera certo e errado, a noção de justiça, o que devemos combater na sociedade etc.

São nestas instituições, ainda, que se realizam mediações entre os indivíduos e as estruturas da sociedade e que, muitas vezes, se reproduz a mentira institucionalizada de que vivemos em um país sem preconceito racial, de que a desigualdade social é fruto da falha individual de caráter de certos indivíduos. Mais ainda: elas têm a capacidade de agir sobre a maneira como olhamos para o diferente, produzindo tanto um arcabouço cognitivo que racionaliza a violência como afetos dirigidos contra os outros: a indiferença com as injustiças, o medo contra o outro e, nos casos extremos, a raiva e o ódio contra o diverso (MARTÍN-BARÓ, 1998; 2000a; 2000b).

Necessário compreender que as estruturas cognitivas e afetivas que operam na lógica da polarização não se manifestam apenas como sentimentos privados de indiferença ou medo de indivíduos isolados, mas como uma *psicologia das massas*, isto é, como um comportamento coletivo que caracteriza um grupo específico: que no caso é operar de maneira violenta contra outros grupos da sociedade, o que também nos remete à questão da violação coletiva dos Direitos Humanos, inclusive.

Fato é que a ação violenta contra aquele considerado indigno de direitos, o “derrotado”, “violento por natureza”, “bandido” ou “vagabundo” é mais ou menos consciente à medida que as *massas* - ou simplesmente grupos sociais, coletivos e/ou determinados setores da sociedade - tomam a destruição do outro como projeto político.

Nesta argumentação é importante, ainda, qualificar este ponto de vista da *psicologia das massas*. Não estamos apenas nos referindo a um fenômeno causado por um contágio afetivo, imediato e que se dissolve como uma multidão. As massas não são apenas compostas por multidões disformes. Há grupos organizados que agem com certa regularidade sob seus ideais e são reconhecidos por isso. A extrema direita nos ajuda a lembrar que, em sua violência cotidiana, infelizmente, há algo a mais do que o “calor do momento” (EUZÉBIOS FILHO, 2023).

O arcabouço cognitivo e afetivo que sustenta ações de massa em favor dos abusos policiais, da lógica dos autos de resistência e da letalidade da polícia, vale-se também da construção da imagem do que acreditam ser o avesso do que combatem. Um exemplo claro corresponde aos grupos que, muitas vezes, projetam na polícia a imagem da tão sonhada justiça, paz e segurança (LEONES & PUCCINI, 2021).



A desqualificação da vítima, finalidade dos "autos de resistência", ocorre paralelamente à valorização do grupo endógeno como "abençoado" ou "vitorioso" (HUR & SANDOVAL, 2020). Este é justamente o caso da militarização, em que se observa, claramente, a construção da imagem do inimigo justaposta à imagem da própria corporação militar.

Em estudo psicanalítico sobre a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ), os autores afirmam:

A PMERJ se caracteriza por ser uma instituição hierarquicamente organizada e disciplinada. Possui uma vida institucional rica em símbolos, mitos, insígnias e outras construções simbólico-imaginárias que dão consistência à visão corporativa de seus membros. Em sua organização, essas construções funcionam como marcadores do que é a estrutura militar, quem pode comandá-la e a quem se deve obedecer. A construção de uma espécie de *ethos* policial militar transmite potentes referências simbólicas, que são visíveis a qualquer pessoa que se depare com um policial. (SAMICO & JORGE, 2018, p. 570)

Interessante destacar que os autores se referem a um "ethos militar", corroborando a nossa ideia inicial de que a militarização revela um modo de viver, sentir e agir e não está limitada à corporação militar - embora nela este modo de vida se revela de maneira explícita, pois é onde se produz o modelo para uma aprendizagem por observação.

Atentos a esta questão, Samico e Jorge (2018) continuam:

Um dado que também nos interessou repousa sobre a hipervigilância: a vigilância deve ser, acima de tudo, do próprio policial sobre seu próprio corpo. Há a imposição de uma extrema autovigilância na maneira como o policial deve se apresentar aos outros e manter seu asseio pessoal. O efeito disso é a aversão que muitos policiais apresentam em relação ao desleixo e à bagunça (...) (p. 570-571).

A ordem e o progresso, estampadas na bandeira nacional, são símbolos elementares da militarização, evidentemente, interpretadas a partir de uma ótica repressiva e violenta de impor a ordem, monitorar o progresso e destruir tudo o que é *marginal* ao projeto de dominação de classe. Ainda segundo os mesmos autores, trata-se de uma estrutura institucional fechada e autoritária que parece "negar as dimensões humanas da angústia, do sofrimento e da falta" (574).

Embora a estrutura militar procure negar a dimensão do trauma, segundo Samico e Jorge (2018) ela produz sofrimento psíquico nos seus próprios agentes. Mas é importante estabelecer aqui um parâmetro ético: mais do que produzir trauma e sofrimento nos agentes militares, a militarização produz, essencialmente, violência e danos psicossociais em massa.

Estes danos podem ser observados tanto do ponto de vista individual como coletivo (MARTÍN-BARÓ, 1975; 1988; 1998; 2000a; 2000b). A violência policial sistemática pode produzir sintomas psicopatológicos nas vítimas, como: transtornos de ansiedade, fobia e depressão, estados de hipervigilância; tal como podem contribuir para desvalorização da autoimagem, tanto individual como grupal com a internalização dos preconceitos, sentimento de impotência na organização da vida, fragilização da autonomia pessoal e da autoconfiança à medida que se tuteia a vida dos marginalizados com base na violência e agressão; a ausência de perspectivas animadoras para o futuro de indivíduos e comunidades que, além de ter seus direitos negados sofrem, constantemente, com as humilhações e ameaças (EUZÉBIOS FILHO, 2023). Há ainda situações em que ocorre o impedimento da elaboração do luto, especialmente, nos casos de



ocultamento de corpos. Devemos considerar também o acirramento da violência intragrupo e intergrupo e desconfiança nas relações interpessoais (DUPUIS, 2009). E, ainda: fragilização do tecido social e comunitário, assim como fragmentação da memória e identidades coletivas. A resistência a tudo pode ser observada pelos movimentos sociais, como é o caso das Mães de Maio.

3 - Do dano à resistência política: mães enlutadas em busca de verdade e justiça

Durante mais de 4 décadas, as mortes praticadas por policiais se enredam em torno de “pactos de silêncio” e de “mentira institucionalizada”. O silêncio se dava por muito tempo quanto à conduta dos policiais, que era registrada em “autos de resistência” ou tipificada como “resistência seguida de morte”, legitimados pelo arquivamento promovido pelo Poder Judiciário a pedido do Ministério Público. A mentira institucionalizada ecoava deste silêncio nas presunções de que a pessoa morta pela polícia se tratava de um “bandido” que reagiu à abordagem policial, e de que o policial agiu em legítima defesa ou até mesmo em devido cumprimento do dever legal. Ainda quando, raramente, se escancara a brutalidade e os agentes policiais chegam a ser responsabilizados, são tratados como exceção e expurgados. Mas há muito já se levanta dúvidas sobre se se trataria de desvio individual ou de comportamento estruturante do militarismo vigente:

Enquanto esse crime [violência policial] for tratado como episódio, em debate acerca da pessoa isolada, ter-se-á, no máximo, a indicação de um criminoso investido abusivamente de autoridade policial. É hora, se realmente se quer acabar com atentados tão monstruosos, de proceder ao exame do sistema que os gerou, responsável também por muitas truculências inominadas que não chegam à imprensa, abafadas nas delegacias ou sequer registradas (FAORO, 1983).

Tais fatos, bem como a resistência social a eles, podem ser melhor compreendidos à “luz dos marcos ideológicos em jogo e das estruturas de poder existentes em um contexto determinado, como expressão dos interesses, objetivos e conflitos”¹³ que constituem os atos de violência. Como buscamos deixar claro até o momento, em nosso contexto, os “marcos ideológicos” decorrem da formação social brasileira e estão relacionados tanto ao “racismo estrutural”, quanto ao militarismo persistente desde a ditadura de 1964-1985. Mas também é verdade que temos, na história do nosso país, muitos exemplos de resistência ao projeto político da violência e do extermínio.

Um exemplo valioso de resistência à violência letal tem sido protagonizado pelos movimentos de mães das vítimas desta violência, dentre elas as Mães de Maio. A resistência produzida por este movimento é de natureza política, evidentemente, mas também jurídica e psicossocial. O movimento se funda para incidir sobre as relações de poder entre Estado, mais especificamente o aparato militar e carcerário, e jovens e negros das periferias das grandes cidades brasileiras. O objetivo estratégico é a superação das relações de poder instauradas na sociedade e das desigualdades produzidas pelo próprio Estado. As ações táticas voltam-se, imediatamente, para garantia de direitos e elaboração de políticas públicas, buscando, assim, incidir também sobre o sistema judiciário em busca de justiça e reparação (BRITO, 2016).

Podemos considerar que o referido movimento provoca alterações na forma como as mães enxergam a sociedade e a si mesmas não apenas como genitoras, familiares de vítimas de violência letal, mas como figuras públicas e ativistas dos Direitos Humanos. São mães que



passaram a ocupar o espaço público, que se somam a outras lutas sociais mais amplas, que são reconhecidas como agentes políticas (BRITO, 2016, EUZÉBIOS FILHO, 2023).

Como aponta Jaime Amparo Alves (MOVIMENTO MÃES DE MAIO, 2019, p. 14), é possível identificar implicações políticas do trabalho das Mães de Maio, primeiramente, uma

crítica à democracia liberal. Ao contextualizar os massacres de jovens pobres e negros/as das periferias urbanas como práticas que evidenciam a ‘farsa’ da democracia, as mães questionam as narrativas hegemônicas sobre ‘paz social’ e desmistificam o projeto de democracia brasileira como uma guerra permanente contra os pobres. Nas palavras de Debora Silva, ‘não se pode dizer que a ditadura terminou no Brasil, Isso aqui é uma fantástica fábrica de cadáveres’ (...), é a “democracia de cemitério”

Uma segunda implicação política do trabalho revolucionário das mães é a promessa utópica que elas propõem de fundar um novo país (...), um projeto político de refundação dos parâmetros de justiça e paz urbana. O recado das mães é contundente: ‘não queremos a paz dos cemitérios’. (...)

Finalmente, agentes revolucionárias com as Mães de Maio estão, com seu ativismo, forjando um novo paradigma de humanidade. (...) O convite aqui é que tenhamos a coragem de defender os ‘nossos’ mortos e os ‘nossos’ mortos devem ser todo/a aquele/a vítima do Estado, qualquer que seja sua biografia.

Se, como dissemos, a violência policial sistemática pode produzir sintomas psicopatológicos nas vítimas diretas e indiretas (transtornos de ansiedade, fobia, estados de hipervigilância etc.), os movimentos coletivos de resistência podem contribuir para elevar a autoestima dos seus membros, ampliar repertórios da compreensão da própria violência vivida, fazendo com que as Mães recusem o rótulo de marginalizadas, mães de “bandidos” e outros estereótipos.

A história das Mães de Maio é a história compartilhada de mães cujas memórias da violência permanecem vivas. Estas memórias de uma violência do passado, que se repete no presente, foram o ingrediente necessário para a produção de uma identidade coletiva de resistência (CASTEL, 2008). É a produção desta memória compartilhada da dor que foi pavimentado o caminho para a autonomia política do movimento e a independência do lembrar, que, como afirma Gagnebin (2010), é fundamental para a produção de uma política do não esquecimento, que não sucumbe facilmente a uma política indenizatória frágil e a uma política de anistia sem reparação. No caso dos corpos negros que sucumbem no período democrático, a “anistia” é desnecessária, pois prevalece já a “mentira institucionalizada” da ausência de investigação, ainda que superada a prática de registro como “resistência seguida de morte”. As indenizações também são negadas aos familiares, mesmo havendo responsabilidade objetiva do Estado, em regra sob argumento de produção de efeitos da legítima defesa penal no âmbito civil.

As Mães de Maio mostram que a elaboração da dor pode transcender a esfera do privado e se tornar um ato político. Elas ajudam também a entender que a luta social pode, por um lado, produzir práticas coletivas de colaboração e um sentimento de justiça concreto, elaborado com base no que foi e é compartilhado diariamente. A indignação, neste caso, é reconhecida e valorizada e não se deixa ser abafada ou apagada, pois assim amplia-se o campo de possibilidades no combate à impunidade e ao sentimento de impotência. Na seara jurídica, a luta social busca avançar na superação da mentira institucionalizada das investigações de mortes praticadas por policiais.



Da organização política gerada pela dor e indignação, pela elaboração política do luto (BRITO, 2016; DUPUIS, 2009), é possível projetar um futuro melhor, ter esperança e não apenas operar pelo medo ou pela indiferença. As Mães de Maio são, do ponto de vista psicossocial, um fator protetivo à Saúde Mental dos seus membros e daqueles que se inspiram nelas. Já do ponto de vista jurídico, são fator crucial para avançar rumo à uma mais ampla redemocratização e promoção dos direitos humanos.

Referências

- ADORNO, T. W., FRENKEL-BRUNSWIK, E., LEVINSON, D. J., & Sanford, R. N. The authoritarian personality. New York: Harper, 1950.
- BRITO, G. 2016 (2016, Maio 13). Mães de Maio: a reação contra a violência de Estado. Brasil de fato. <https://www.brasildefato.com.br/2016/05/13/surgido-da-dor-maes-de-maio-se-tornam-referencia-no-combate-a-violencia-do-estado/>
- CARVALHO, Salo de. Antimanual de criminologia. 5ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2013.
- CASTELLS, Manuel. O poder da Identidade. São Paulo: Paz e Terra, 2008
- COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS, Relatório de Admissibilidade n. 78/98, Caso 11.566, Cosme Rosa Genovena versus Brasil.
- COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS, Relatório de Mérito n. 141/11, Casos 11.566 e 11.694, Cosme Rosa Genovena, Evandro de Oliveira e Outros (Favela Nova Brasília) versus Brasil, 2011.
- CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS, Caso Favela Nova Brasília versus Brasil, Sentença de 16 de fevereiro de 2017 (Exceções Preliminares, Mérito, Reparações e Custas), disponível em https://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_333_por.pdf.
- DUPUIS, N. G.. Peritaje psicossocial por violaciones a derechos humanos. Guatemala: Equipo de Estudios Comunitarios y Acción Psicossocial y F&G Editores, 2009.
- EUZÉBIOS FILHO, Antonio. Trauma Psicossocial entre o fatalismo e a conscientização: Martín-Baró para pensar o Brasil e a América Latina. Curitiba: CRV, 2023, 112 págs.
- FAORO, Raimundo. In: Nós, os Suspeitos. Prefácio ao livro: a Polícia Mata (O Massacre do Comerciarío Barbosa), de José Barbosa do Rosário, Rio de Janeiro: Ed. Achiamé, 1983, apud BENEVIDES, Maria Victoria. Violência, Povo e Polícia. 1ª ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1983.
- FERRAJOLI, Luigi. Direito e Razão. Teoria do Garantismo Penal. 2ª Ed. Tradução Ana Paula Zomer Sica et al., São Paulo: RT, 2006.
- GAGNEBIN, J. M.. O Preço de uma reconciliação extorquida. In SAFATLE, Vladimir. TELES, Edson. O que resta da ditadura: a exceção brasileira. São Paulo: Boitempo, 2010, pp. 177-186.



HUR, Domênico Uhgn; SANDOVAL, Salvador. (2020). Psicologia Política da polarização e extremismos no Brasil - neoliberalismo, crise e neofascistas. Em HUR, D. U; SABUCEDO, J. M. (orgs.). *Psicologia dos Extremos Políticos*, pp. 117-146. Petrópolis: Vozes.

LEONES, Carolina Vieiras e PUCCINI, Luciano. O dilema policial entre a vítima e o herói. Em Anais da VIII Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia. 2021, pp. 810-822. Disponível em <https://ocs.ige.unicamp.br/ojs/react/article/view/3817/3682>

MARTÍN-BARÓ, Ignacio. El valor psicológico de la represión política mediante la violencia. *Estudios Centroamericanos*, 30(326), 1975, pp. 742-752.

MARTÍN-BARÓ, Ignacio. La violencia política y la guerra como causas del trauma psicossocial en El Salvador. *Revista de Psicología de El Salvador*, 7(28),1988, pp. 123-141.

MARTÍN-BARÓ, Ignacio. El fatalismo como identidad cognitiva. In A. Blanco (Org.). *Psicología de la liberación* (pp. 39-130). Madrid: Trota, 1998.

MARTÍN-BARÓ, Ignacio. Guerra y trauma en la niñez. In A. Blanco & L. De la Corte (Orgs.). *Poder, ideología y violencia* (pp. 289-332). Madrid: Trota, 2000.

MARTÍN-BARÓ, Ignacio. Guerra y salud mental. In A. Blanco & L. De la Corte (Orgs.). *Poder, ideología y violencia* (pp. 333-374). Madrid: Trota, 2000.

MOVIMENTO MÃES DE MAIO. Memorial dos nossos filhos vivos - as vítimas invisíveis da democracia. São Paulo: Nós por nós, 2019.

MOVIMENTO MÃES DE MAIO, PONTE JORNALISMO, CAMARANTE, André. Mães em Luta - Dez anos dos crimes de maio de 2006. São Paulo: Ponte Jornalismo, 2016.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Relatório do Relator Especial de execuções extrajudiciais, sumárias ou arbitrárias Dr. Philip Alston, Addendum Missão ao Brasil, 4-14 de Novembro de 2007, A/HRC/8/3/Add.4, 14 de Maio de 2008, <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/G08/134/70/PDF/G0813470.pdf?OpenElement>.

PETTIGREW, T. F. (2017). Social Psychological Perspectives on Trump Supporters. *Journal of Social and Political Psychology*, 5(1), 107-116.

REICH, W. *Psicologia de massas do fascismo* (2ª ed) (trad. Maria da Graça M. Macedo). São Paulo: Martins Fontes, 1942/2001.

SAMICO, Fernanda Cabral & JORGE Marco Antonio Coutinho. (2018, setembro). Do trauma à possibilidade de uma narrativa: notas sobre a psicanálise em um Batalhão de Polícia Militar. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, 21(3), 568-588. <http://dx.doi.org/10.1590/1415-4714.2017v21n3p568.9>.

SHECAIRA, Sérgio Salomão. Prendam os criminosos de sempre. In *Criminologia : estudos em homenagem ao professor Alvin August de Sá*. São Paulo: D'Plácido. Disponível em: <http://www.cpbm.uerj.br/wp-content/uploads/2020/06/Prendam-os-criminosos-de-sempre.pdf>.

ZAFFARONI, Eugenio Raul. *La Palabra de los Muertos: Conferencias de Criminología Cautelar*, Buenos Aires: Ediar, 2011.



¹ Adotamos aqui a definição de “massacre” de Eugênio Raul Zaffaroni: “toda prática de homicídios de um número considerável de pessoas, por parte de agentes de Estado ou de um grupo organizado com controle territorial, em forma direta ou com clara complacência, levada a cabo em forma conjunta ou continuada, fora de situações reais de guerra que impliquem forças mais ou menos simétricas.” Sendo assim, se trata de um “homicídio múltiplo, embora na forma de prática, ou seja, de exercício de decisão política e não de ação isolada emergente de algum segmento”. Cf. E. R. ZAFFARONI, *La Palabra de los Muertos: Conferencias de Criminología Cautelar*, 2011, p. 431.

² Ordem de Serviço n.º 803, de 02/10/1969, publicado no Boletim de Serviço do dia 21/11/1969.

³ O artigo dispõe: “Se houver, ainda que por parte de terceiros, resistência à prisão em flagrante ou à determinação por autoridade competente, o executor e as pessoas que o auxiliarem poderão usar dos meios necessários para defender-se ou para vencer a resistência, do que tudo se lavrará auto subscrito também por duas testemunhas”.

⁴ Diz o dispositivo: “Opor-se à execução de ato legal, mediante violência ou ameaça a funcionário competente para executá-lo ou a quem lhe esteja prestando auxílio: Pena - detenção, de dois meses a dois anos. § 1º - Se o ato, em razão da resistência, não se executa: Pena - reclusão, de um a três anos. § 2º - As penas deste artigo são aplicáveis sem prejuízo das correspondentes à violência.”

⁵ CARVALHO, 2013, p. 165, anota que “A estrutura acusatória, fundada em procedimentos de verificação e em técnicas de refutabilidade, pressupõe a rígida separação dos sujeitos processuais em configuração triádica instrumentalizada por duas classes de garantias (...) primárias (formulação da imputação, carga da prova e direito de defesa) e secundárias (publicidade, oralidade e motivação). Este modelo acusatório se contrapõe ao modelo inquisitivo, que concentra poderes no juiz, que aparece como gestor da prova, como inquisidor que deverá revelar a “verdade” do crime no réu.

⁶ FERRAJOLI, 2006, pp. 811/812, aponta três sentidos para a palavra “garantismo”: “um modelo de ordenamento dotado de meios de invalidação de cada exercício de poder em contraste com normas superiores postas para tutela de direitos fundamentais (...) (;) uma teoria jurídica que permite a crítica e a perda de legitimação desde o interior das normas vigentes inválidas (...) (;) uma doutrina jurídico-filosófica que permite a crítica e a perda da legitimação desde o exterior das instituições jurídicas positivas, baseadas na rígida separação entre direito e moral, ou entre validade e justiça, ou entre ponto de vista jurídico ou interno e ponto de vista ético-político ou externo ao ordenamento”.

⁷ Dentre os exemplos mais recentes, pode-se mencionar a tentativa morista-bolsonarista de inserir no Código Penal, por meio do famigerado Pacote Anticrime, uma hipótese de legítima defesa, em que incidiria “o agente policial ou de segurança pública que, em conflito armado ou em risco iminente de conflito armado, previne injusta e iminente agressão a direito seu ou de outrem”, bem como hipóteses de redução ou até mesmo de exclusão de pena em caso de “medo, surpresa ou violenta emoção”.

⁸ A primeira publicação em Diário Oficial da expressão “resistência seguida de morte” se deu em 19 de julho de 1983, num Inquérito Policial (nº 657/83) instaurado no 22º DP (São Miguel Paulista). Este Inquérito se tornou processo criminal perante a 27ª Vara Criminal da Barra Funda, autos 0001533-06.1984.8.26.0050 (outros números 68/84, 050.84.001533-9, Controle 1984/001193). Curiosamente, numa planilha do TJ-SP de 2013, este processo consta com ainda não julgado (<https://www.tjsp.jus.br/Download/SPI/Downloads/META18AcoesImprobidadeAdm.xlsx>, acesso em 06/09/2023), exigindo pesquisas posteriores sobre a origem e o processamento do feito.

⁹ Como sabemos hoje, esta é uma das expressões da aversão ao pobre, a aporofobia, cf. SHECAIRA, Sérgio Salomão. *Prendam os criminosos de sempre*. Criminologia : estudos em homenagem ao professor Alvin August de Sá. São Paulo: D'Plácido. Disponível em: <http://www.cpj.m.uerj.br/wp-content/uploads/2020/06/Prendam-os-criminosos-de-sempre.pdf>.

¹⁰ Em São Paulo, pela Resolução nº 05/2013 da Secretaria de Segurança Pública do Estado, que dispõe: “Artigo 3º. Quando da elaboração de registros policiais, boletins de ocorrência, notícias de crime e inquéritos policiais, as Autoridades Policiais deverão abster-se da utilização das designações “auto de resistência”, “resistência seguida de morte” e expressões assemelhadas, que deverão ser substituídas, dependendo do caso, por “lesão corporal decorrente de intervenção policial” e “morte decorrente de intervenção policial”. Parágrafo único. As pessoas envolvidas nas ocorrências que trata essa resolução deverão ser, imediatamente, apresentadas na unidade policial civil com atribuições investigativas; salvo



aquelas que se encontrarem na hipótese do inciso I do artigo 1º desta resolução”. No Rio de Janeiro, pela Portaria PCERJ nº 617 de 10 de janeiro de 2013: Art. 1º - A Autoridade Policial deverá zelar pela adoção, no registro de ocorrência, do termo técnico “lesão corporal decorrente de intervenção policial” ou “homicídio decorrente de intervenção policial”, conforme o caso, afastando-se o uso da expressão “auto de resistência”.

¹¹ Dados disponíveis em <https://www.ssp.sp.gov.br/Estatistica/Trimestrais.aspx>, consulta em 16 de setembro de 2023.

¹² Trata-se de uma ação violenta da Polícia Militar de São Paulo que contabilizou ao menos, até agora, 28 mortes (todas das periferias da Baixada Santista). A justificativa para tal ação foi o assassinato de um agente da Polícia, supostamente promovida pelo crime organizado. Para mais informações, veja a matéria: <https://ponte.org/com-nova-operacao-escudo-tarcisio-espalha-mortes-e-desafia-democracia/>

¹³ DOBBLES, Ignacio. La obra y el legado de Ignacio Martín-Baró. Una interpretación. Universidad de Costa Rica, 2020, apud A. EUZÉBIOS FILHO, 2023, p. 28.



Pistas para as políticas de saúde mental como políticas de reparação no caso da violência letal de jovens por agentes do Estado

Clues for mental health policies as reparation policies in the case of lethal violence against young people by state agents

Maria Cristina Gonçalves Vicentin

Docente do Instituto de Psicologia da USP, pesquisadora do Grupo Direitos Humanos, Democracia e Memória do IEA/USP
cristinavicentin@usp.br

Claudia Trigo Aguiar

Psicanalista, pesquisadora do Laboratório Psicanálise, Sociedade e Política do Instituto de Psicologia da USP
claudia.trigo@uol.com.br

Lucia Filomena Carreiro

Pesquisadora do Laboratório Psicanálise, Sociedade e Política do Instituto de Psicologia da USP
lucia.filo@gmail.com

Resumo

A ação do estado como perpetrador de violência letal, mais especificamente a que se expressa na forma de homicídios de adolescentes e jovens, majoritariamente negros, pela violência policial, em nosso país, é um grave problema social que atinge também as famílias por meio de estratégias de apagamento, silenciamento, não reconhecimento, ou, ainda privatização da violência, produzindo impactos psicossociais importantes e demandas por políticas públicas. Mães e familiares têm mobilizado resistências a partir de seus sofrimentos, promovendo ações para a visibilidade e inscrição social e política de suas lutas na forma de demandas por justiça, verdade, memória e reparação. Ao compreender a reparação numa perspectiva integral, um dos pleitos dos Movimentos das Mães dirige-se às políticas de saúde/saúde mental, bem como a que a atenção psicossociojurídica dos afetados se consolide como política pública. Neste texto, apresentamos algumas pistas para as políticas públicas de saúde e saúde mental, extraídas da experiência de um dispositivo clínico grupal de escrita, que resultou no Livro *Mães em Luta*, realizado pelo movimento “Mães em Luto da Leste” e dos encontros sobre esse tema com profissionais da área e dos movimentos. Em diálogo com a singularidade dos impactos psicossociais da violência de estado, são sugeridos: o cuidado tendo como foco a família; a luta, a produção de memória e os processos coletivos como prática de cuidado; o cuidado de base territorial, como dimensão de pertencimento; o trabalho ao lado dos movimentos sociais; a singularização da atenção, sem se desarticular das políticas universais, das quais se espera também a perspectiva da equidade.

Palavras-chave: violência policial, sofrimento social, atenção psicossocial.



Abstract

*The action of the State as the perpetrator of lethal violence in impoverished territories, having as their primary targets black teenagers and young adults in our country, has been identified as a serious social problem that affects the families through strategies such as erasing, silencing, non-recognition, or even privatization of violence, producing important psychosocial impacts and public policies demands. Mothers and relatives have mobilized resistances throughout Brazil from their struggle, promoting actions for visibility and social and political subscription of their fight in the form of demands for justice, truth, memory and reparation. By understanding reparation from a comprehensive perspective, one of the demands of the Mothers Movements is aimed at health/mental health policies, as well as for psycho-socio-legal care for those affected to be consolidated as public policy. In this text, we present some clues for public health and mental health policies, extracted from the experience of a clinical group writing device, which resulted in the book *Mães em Luta*, carried out with the “*Mães em Luto da Leste*” Movement and with meetings about this theme with professionals in the area and other movements. In dialogue with the uniqueness of the psychosocial impacts of state violence, the following are suggested: care focusing on the family; the struggle, the production of memory and collective processes as a care practice; territorial-based care, as a dimension of belonging; working alongside social movements; the singularization of care, without being separated from universal policies, from which the perspective of equity is also expected.*

Keywords: *police violence, social struggle, psychosocial attention.*

Introdução

A ação do estado como perpetrador de violência letal, mais especificamente a que se expressa na forma de homicídios de adolescentes e jovens, majoritariamente negros, pela violência policial, em nosso país, é um grave problema social que atinge também as famílias por meio de estratégias de apagamento, silenciamento, não reconhecimento, ou, ainda, privatização da violência, produzindo impactos psicossociais importantes e demandas por políticas públicas. Mães e familiares têm mobilizado resistências pelo Brasil afora a partir de seus sofrimentos, promovendo ações para a visibilidade e inscrição social e política de suas lutas na forma de demandas por justiça, verdade, memória e reparação.

Desde 2018, temos estado ao lado, por meio de projetos de pesquisa e extensão (AGUIAR, 2021; CARREIRO, 2022; VICENTIN, 2022), do Movimento Mães em Luto da Leste¹ do município de São Paulo, em seu enfrentamento à violência de estado, mais especificamente daquela que afeta os familiares de adolescentes e jovens mortos por violência policial. No período da pandemia (2020 a 2021), acompanhamos o grupo de mães em sua força testemunhal de escrita de um livro para as futuras gerações, com a história de suas lutas por justiça, memória e reparação e com as histórias dos filhos assassinados. “Com a nossa versão”, como repetiam.



Para dar corpo ao livro, constituímos um dispositivo grupal clínico-político de escrita como espaço privilegiado de circulação da palavra, sustentação da escritura e lugar de cuidado com os afetos mobilizados. Essa experiência se deu num enredamento entre seis mães e uma tia do Movimento, profissionais e pesquisadoras da clínica psicossocial, da literatura e uma bordadeira, sempre na forma online, por meio de diferentes estratégias:

- um conjunto de *Oficinas de Escrita*, com: leitura de textos literários, realizadas de maneira coletiva, a partir do compartilhamento da tela; apresentação de imagens (como fotografias, algumas trazidas pelas próprias mães); busca de objetos significativos e a confecção de bordados, todos como disparadores das escritas autorais; - as *tutorias individuais* para apoiar a escrita de cada mãe/tia, realizadas na semana seguinte à Oficina; - a *restituição de cada encontro* – a memória do acontecimento grupal que era lido na abertura de cada encontro seguinte. (AGUIAR et al, 2022; GONÇALVES et al, 2022).

Depois da finalização da escrita, passamos a acompanhar a edição do livro produzido: o *Mães em Luta* (GONÇALVES et al, 2022), seus eventos de lançamento e outros desdobramentos como um ciclo de debates em Direitos Humanos e Políticas Públicas (online, em 2021) e o seminário sobre políticas de saúde mental como estratégia de reparação (Instituto de Psicologia da USP, abril de 2023).

Ao longo de todo os encontros da escrita do livro, uma insistente pergunta das mulheres (mães e familiares) se repetia: “você estão me (nos) ouvindo?” a nos indagar quanto ao como fazer escutar o que está condicionado pela não escuta; ao como fazer testemunho num contexto forjado para nada restar como testemunho? Esta pergunta coloca-se também como uma questão para as políticas públicas quanto ao que e como se escuta nas práticas de proteção e cuidado no Sistema Único de Assistência (SUAS) e no Sistema Único de Saúde (SUS), assim como no Sistema de Justiça e ao legislativo, quanto às leis que dialoguem com suas demandas. Uma escuta que não tome o sofrimento decorrente da violência do Estado como objeto de ações protocolares ou do discurso biomédico ou das condicionalidades da assistência social e do judiciário, com respostas individualizadas, medicalizantes e que acabam por ampliar os danos psicossociais. (CARREIRO, 2022).

De acordo com Karla Osório,ⁱⁱ os danos produzidos pelo estado, no âmbito dos direitos humanos, devem ser reparados na perspectiva da reparação integral, como resposta ao conjunto de diferentes danos vivenciados pelos familiares e mães dos jovens assassinados, tanto na forma de indenizações, quanto na forma simbólica (danos morais e imateriais). A restituição simbólica abrange um conjunto de ações: cuidado psicossocial, pedido de desculpas pelo estado, manter memória das vítimas, o estado assumir sua responsabilidade e medidas para a não repetição e evitar que a violência continue. A luta por reparação psicossocial é uma pauta dos movimentos de mães e familiares na busca por uma resposta integral em saúde com a construção participativa de uma política pública reparatória, que acolha a especificidade do dano produzido.

Nas duas últimas décadas temos visto crescer os movimentos sociais de familiares no enfrentamento ao genocídio de jovens no país na perspectiva de impedir



que a violência letal contra os jovens negros prossiga, transformando o luto em luta (VIANNA, 2014; FARIA, 2011; ARAÚJO, 2007; CARITÁ, 2010; AGUIAR, 2021), ganhando potência de enunciação em suas demandas por memória, justiça e reparação.

Compreendendo a reparação numa perspectiva integral, um dos pleitos dos movimentos tem sido dirigido à formulação de políticas de saúde/saúde mental, assim como à atenção psicossociojurídica aos afetados como política pública. Têm se ampliado os projetos de atenção elaborados por coletivos ativistas em direitos humanos, que empreendem pesquisas e intervenções ao lado dos movimentos sociais, bem como a proposição de projetos de lei e a implementação de novas ações no campo das políticas públicas. Destaque deve ser dado, mais recentemente, no caso de São Paulo, à produção da “Nota Técnica para subsidiar a construção de centros de atendimento às vítimas da violência de estado”, fruto da pesquisa conjunta entre o Movimento Mães de Maio e a UNIFESP (ASSUMPCÃO et al, 2022) e à proposta de “Política Institucional de Proteção e Acompanhamento das Vítimas de Violência Estatal” apresentada pelo Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos à Defensoria Pública do estado de São Paulo. Também merecem destaque os projetos de lei: no município de São Paulo, de autoria do vereador Eduardo Suplicyⁱⁱⁱ e, no âmbito federal, do deputado Orlando Silva^{iv}.

De fato, é necessário considerar a especificidade e a singularidade dos sofrimentos decorrentes da violência de estado, uma vez que é o Estado, que tem o dever de proteção, o ator da violência. Assim, é necessário considerar as dimensões político-social e histórica dessa produção, bem como o seu desdobramento, tanto no passado como no presente (VITAL-BRASIL, 2009a). É nesta complexidade que o falar e o silenciar dos familiares e do corpo social diante desses crimes estão enredados. Neste sentido, a produção de saúde mental está totalmente articulada com a luta por memória, justiça e reparação.

Neste trabalho, pretendemos trazer algumas pistas para pensarmos as políticas públicas de saúde e saúde mental, extraídos em grande parte da experiência de construção do Livro *Mães em Luta* e de algumas pistas e balizas identificadas no seminário *Saúde mental, justiça e direitos humanos: a atenção psicossocial às mães e familiares de adolescentes e jovens mortos por agentes de estado*^v.

Para tanto este texto se organiza em duas partes. Na primeira, apresentamos alguns elementos relativos à singularidade do sofrimento identificado na experiência das mães e familiares a partir da experiência da escrita do livro e alguns elementos daí decorrentes para as políticas de saúde mental: o cuidado tendo como foco a família; a luta, a produção de memória e os processos coletivos como prática de cuidado; o cuidado de base territorial, como dimensão de pertencimento. Esta parte é uma síntese da apresentação da segunda autora deste texto, realizada no âmbito do seminário como resultado do projeto de pesquisa-extensão “Dispositivos clínico-políticos de atenção à violência de estado” (desenvolvido na PUC-SP entre 2019 e junho de 2022 e atualmente pelo Laboratório Psicanálise, Sociedade e Política do IPUSP). Na segunda parte, abordamos algumas dificuldades de escuta das violências no âmbito das políticas públicas e algumas pistas para uma atenção qualificada neste âmbito: o trabalho ao lado dos movimentos



sociais; a atenção ao trabalho do tempo; a singularização da atenção, mas sem perder a articulação com as demais políticas.

1. Da singularidade do sofrimento: o traumático

Trata-se de um sofrimento produzido pelo estado e modulado principalmente pelo sistema de justiça. Com a morte de jovens, negros em sua maioria, provocada por agentes do Estado, os familiares iniciam um longo percurso no sistema de justiça e o estabelecimento de relações com delegados, investigadores, juízes, promotores, defensores, dentre outros. Este trajeto, geralmente, não diz respeito à busca pela verdade, mas sim à construção moral da vítima. (MISSE, 2010). Tal construção moral se estende para toda a família: “A gente é tratada como cachorro pelo Estado. Eles querem vencer a gente pelo cansaço”, conta-nos uma mãe.

É neste percurso que os jovens assassinados serão (re)significados e suas mães terão que lidar com um filho que nunca tiveram, um filho imposto pelo Estado: o criminoso e sua família desestruturada. O ordenamento jurídico, ao impor um outro filho, culpa e responsabiliza a mãe/familiares pela morte, não reconhece seus crimes, silencia sua responsabilidade. Durante todo o caminho que esses familiares percorrem para dar seguimento e/ou acompanhamento às investigações sobre essas mortes, a humilhação e a crueldade se repetem de diferentes maneiras. Tais estratégias remetem a experiência desta violência para o âmbito privado (VITAL-BRASIL, 2009b), sustentando o desmentido (LAGATTA, 2017).

O efeito psicossocial da impunidade e dos desmentidos ultrapassa os afetados diretos, atingindo familiares, comunidade e grupos de pertencimento, constituindo um mecanismo de retraumatização (MADARAGIAGA, 2004; CANO, 2006). Repetição que se faz ver também nas narrativas oficiais sobre estes crimes, marcadas pela lógica punitivista e racista do Sistema Penal, ampliada pelas grandes mídias que buscam legitimar tal ação violenta, alçando os jovens assassinados à figura do inimigo público.

Destaca-se também o silenciamento em jogo nas relações familiares para evitar novos sofrimentos, podendo levar ao esgarçamento e à ruptura desses laços: “Esses brutos querem destruir e distanciar nossa família pelo silêncio”, disse-nos outra mãe. Busca-se capturar a potência de reação dos familiares, tentando impedir que a dor que se engendra nesta relação se transforme em ação política.

Ressalta-se ainda que a violação dos direitos destas mulheres é anterior ao assassinato de seus filhos: são histórias que concentram uma “acumulação social da violência” (MISSE, 2008, p. 378), e que, ao mesmo tempo, as situam como protagonistas de uma (in)tenso luta pela vida. Assim, o sistema de justiça também regula o acesso à condição de mãe destas mulheres, em sua maioria negras e brancas pobres, tornando-as vítimas diretas dos contextos de massacre, assim como os seus filhos, abalando a possibilidade de existirem: “Quando morre um filho, morre também uma mãe”, é o que contam. A morte de familiares por agentes do estado produz uma experiência de ruptura



de tal ordem que tende a dividir a vida dos sobreviventes entre uma antes e uma depois. Os efeitos desta violência são inúmeros e se estendem por gerações. Esta é a radicalidade do sofrimento traumático^{vi}. (AGUIAR, 2021).

A cadeia de desmentidos fabricada pela violência de estado engendra insistentes tentativas de apagamento e silenciamento destas vidas, terminando por produzir uma “morte em vida”, um estado de “morta-viva” – como dizem as mães ao contarem de seus sofrimentos - diante do qual, para não morrerem completamente, terão que reinventar suas vidas sobrevivendo a um luto permanente, mas não interminável na medida em que muitas das mães afirmar que esse luto só terá fim quando o Estado parar de matar (AGUIAR, 2021).

Assim, com a morte dos filhos tem início a luta para constituí-los, assim como toda a família, como aqueles que devem ser protegidos pelo Estado. Neste processo, fazem de seus corpos a prova viva da execução de seus filhos, valendo-se da “cadeia de solidariedade profunda e ativa” (VIANNA, 2014) empreendida pelos movimentos que constituem. Nomear a violência de estado, não deixar a barbárie no domínio do impensável, desconstruir o sentimento de fatalidade (FARGE, 2011) é um trabalho coletivo, que se faz como produção de memória no enfrentamento à necropolítica (MBEMBE, 2018).

Sustentar a dimensão autoral do livro fazendo circular suas narrativas, bem como forjar a construção do lugar de escritoras também como um modo de reinvenção de vida, apresentou-se como tarefa indispensável. O dispositivo grupal de escrita funcionava como uma espécie de muro de arrimo dos movimentos das falas e escrituras (CARREIRO, 2022). A partilha destas dores-histórias nos lançava à dimensão do traumático que também se fazia presente nas produções/escritas literais, intensas, por vezes repetitivas ou fragmentadas, implicando todas nós na luta e no cuidado contra as forças de destruição da capacidade de pensar, de confiar e de pertencer, provocadas intencionalmente pela violência de Estado. Assim, a construção da confiança e do pertencimento constituiu-se como tarefa fundante do dispositivo. Construir laços de confiança para que se possa des-silenciar o que o silêncio da violência fez brotar. Ouvirem-se mutuamente, num contexto coletivo e testemunhal, além de colocar o sofrimento no contexto social, num movimento de desprivatizar a dor (VIANNA e FARIA, 2011; GONÇALVES, 2013) e o dano (BRASIL, 2009), produz rachaduras na política de silenciamento (CARREIRO, 2022).

“Nenhuma bala vai nos calar” é também o slogan do movimento, que diz de um ethos de prontidão-presença frente ao aparelho de estado e do enfrentamento das políticas de silenciamento como produção de saúde e de memória.

No percurso da escrita, foi preciso trazer os outros filhos, avós, tias, pai, para se somarem à possibilidade de continuar dizendo o indizível: o tiro que atravessara toda família e por gerações. A dimensão do cuidado com a família se apresentou de maneira irreduzível no cuidado. Com a participação dos familiares em alguns encontros ou enviando seus escritos, os fatos/acontecimentos até então narrados ganharam outras



camadas (BENJAMIN, 1987) adensando e revelando a amplitude da experiência traumática. “Não sabia que minhas filhas sofriam tanto!”, conta-nos uma das escritoras.

Ao mesmo tempo, também se tornava visível a amplitude da dimensão da fragmentação/divisão em jogo nestes contextos de massacre: demarcava-se a radical diferença de vida entre aqueles que moram do lado de cá e do lado de lá da ponte, em referência aos rios Pinheiros e o Tietê que atravessam a cidade de São Paulo. Mais ainda, nas periferias também tem rios e córregos que recortam os que têm casa e os favelados, como nos contaram as mães. A estas divisões acopla-se outra: quando se é favelada e mãe de um filho morto por policiais. Também, por isso, defender o filho é defender o território (AGUIAR, 2021). Como aponta Mbembe (2018), o necropoder fragmenta os corpos, os territórios e o coletivo, sempre ampliando os espaços de violência. Evidenciava-se também a importância do cuidado com base territorial na direção das proposições das políticas públicas de saúde e de assistência. Tal problemática aponta na direção de um cuidado a ser construído e praticado em rede, considerando as múltiplas ofertas do território.

Além disso, passaram a compor nossos encontros e os escritos os objetos intocados desde a morte do filho e outros feitos em homenagem ao filho. Juntamente com esses objetos compareciam as escritas que ao mesmo tempo em que ressuscitavam os mortos, se faziam sepulturas, intensificando processos de luto. Um luto que é permanente, mas não interminável porque terá fim se o Estado parar de matar, como dizem as escritoras do livro: o luto, luta (AGUIAR, 2021).

Nesta perspectiva, compreendemos que as políticas de saúde mental devem evidenciar a articulação entre luta e cuidado, a partir da exigência de justiça e reparação, e da escuta-apoio por meio de uma multiplicidade de práticas de cuidados - individuais, grupais, familiares, comunitária- e do fortalecimento da implicação cada vez maior de toda a sociedade.

2. Pistas: agir com os movimentos sociais, em espaços múltiplos de cuidado, articulando produção de memória, luta e saúde mental

Embora na política brasileira de saúde/saúde mental, as violências sejam tomadas como um importante determinante social do sofrimento, sua escuta não tem sido suficientemente alargada para que os atingidos – pessoas, famílias e territórios que vivem o terror do estado – se vejam integral e equitativamente cuidados (CARREIRO, 2022).

De acordo com Maria Cecilia de Souza Minayo et al (2011), a entrada oficial da violência na pauta do setor saúde no Brasil foi em 2001, quando o Ministério da Saúde (MS) promulgou a Política Nacional de Redução da Morbimortalidade por Acidentes e Violência (PNRMAV), 13 anos depois da instituição do SUS.



Os tópicos principais da progressiva pauta brasileira foram: violência contra a criança e ao adolescente; violência de gênero; violência contra a pessoa idosa; violência no trânsito; violência no trabalho e, mais recentemente, violência étnica, e contra a população portadora de deficiências e LGBT. (p. 2008).

No decorrer do estudo, as autoras analisam as normatizações e os projetos que foram colocados em andamento a partir da Política Nacional de Redução da Morbimortalidade por Acidentes e Violência e concluem:

Violência contra crianças e adolescentes, contra a mulher, contra a pessoa idosa tiveram prioridade na agenda de saúde. Outros temas, como prevenção do trabalho infantil, do tráfico de pessoas, da violência homofóbica, racial e contra a população de rua e pessoas portadoras de deficiências, população privada de liberdade, dentre outros, foram sendo incluídos na pauta. Sua presença na agenda pública depende muito da pressão da sociedade civil e dos organismos internacionais que advogam essas causas. (MINAYO et al., 2011, p. 2014).

Nos anos 2000, foram formuladas várias políticas e promulgadas leis que revelavam pontos específicos que dizem respeito à garantia de direitos e acesso ao cuidado à saúde e produção de saúde de modo a contemplar suas necessidades e visibilizar as diversidades como: a Política Nacional de Atenção à Saúde dos povos indígenas (2002), Política Nacional de Humanização – HumanizaSUS (2003), a política Nacional de Saúde Integral da população negra (2009), a Política Nacional da População em situação de rua (2009), ambas de 2009, e, em 2010, o Estatuto da Igualdade Racial (2010) e a Política Nacional de Saúde Integral de lésbicas, gays, bissexuais, travestis transsexuais (2010), todas frutos da pressão desses movimentos.

São nesses contextos de formulação das políticas, de pressão dos movimentos sociais, das práticas e saberes dos operadores da saúde que as violências se revelavam, a cada dia, como uma circunstância que ultrapassava algum contexto histórico específico.

Formalmente, em 2004, o governo federal dispôs sobre a estruturação da Rede Nacional de Prevenção da Violência e Promoção da Saúde (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2004a) e a Implantação e Implementação de Núcleos de Prevenção à Violência (NPV) (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2004b) em Estados e Municípios. Em 2015, no município de São Paulo (governo do prefeito Fernando Haddad), em consonância com diretrizes do Ministério da Saúde se formula a Linha de Cuidado para Atenção Integral da Pessoa em Situação de Violência, em que a violência é considerada um tema transversal da saúde pública. Com isso, foi realizada ampla discussão com as áreas técnicas temáticas (dentre outras, mulher, criança e adolescente, idoso, LGBTQ+, população negra, em situação de



rua, e indígenas), considerando seus sofrimentos, adoecimentos e mortes, e emergentes necessidades de cuidado.

Tomar as violências, como um eixo prioritário de ações em saúde e intersetoriais nos territórios com a participação da população com a perspectiva de se criar novos dispositivos de cuidado numa perspectiva clínico-político, envolve questões delicadas: o medo dos trabalhadores de saúde e da população atingida quando se tornam alvos da violência institucional e de estado; a necessidade de formação e apoio de modo continuado; equipes reduzidas e as dificuldades que envolvem os processos de articulação de redes e espaços protetivos para que o trabalho seja operado.

Minayo et al. (2018), neste mesmo estudo sobre a institucionalização do tema da violência no SUS, seus avanços e desafios, apontam que, embora tenha havido avanços com a institucionalização do tema no SUS, é necessário maior investimento em serviços de saúde mental e também que o tema violência e seus impactos na saúde façam parte da formação básica das carreiras que compõem o campo da saúde, assim como mantenham uma formação continuada, pois, de acordo com as autoras, sem trabalhadores preparados e sensibilizados para implantar a política, será um tema estranho para a racionalidade biomédica.

Não à toa, o campo da atenção à violência letal de adolescentes e jovens tem sido vivido e significado pelos familiares como da ordem da “desassistência” e/ou da “invisibilidade” nos serviços de saúde e de assistência, seja pela:

- impossibilidade de se sentirem escutados por profissionais dos serviços públicos, na medida em que se sentem assujeitados à tutela moral ou ao “discurso do crime” (“o que seu filho fez?”, como pergunta recorrente de alguns profissionais, operando uma retraumatização dessas famílias). Sentem, assim, seu sofrimento invisibilizado ou não legitimado.
- necessária problematização dos referenciais teórico-metodológicos presentes no campo da saúde, da assistência e do judiciário que não consideram marcadores sociais da diferença em suas formas de pensar os modos de vida que acolhem e reproduzem muitas vezes bases punitivistas, coloniais, raciais, eugênicas, moralizantes em suas ações, tendendo a psicologizar, medicalizar, privatizar o sofrimento e despolitizar o horror.

Some-se a isto: - as precarizações dos processos de trabalho em saúde (questões relativas ao financiamento do SUS, com o aprofundamento de uma racionalidade economicista neoliberal nas políticas públicas com golpe parlamentar de 2016); a oferta desigual de políticas públicas nos territórios de vida destas famílias; - a existência de poucos espaços propositivos, com a participação efetiva dos movimentos sociais de mães e familiares e de experimentação da atenção e cuidados a essa situação e o fato de que os relevantes espaços existentes não se conformam efetivamente como políticas públicas.

Cabe destacar, de outro lado, a importante iniciativa do estado de São Paulo com a proposição do CRAVI^{vii}, desde 1998, como serviço de referência na atenção às vítimas de violência letal e larga trajetória na atenção psicossocial (em composição com a Defensoria e Ministério Público na atenção jurídica) e que tem empreendido esforços para



a expansão dos centros no estado bem como para a sustentabilidade das ações como política pública, mais recentemente, a proposta da Rede Apoia^{viii} pela Defensoria Pública.

No seminário *Saúde mental, justiça e direitos humanos: a atenção psicossocial às mães e familiares de adolescentes e jovens mortos por agentes de estado* (IPUSP, 2023) (cf. nota v), mães, familiares e profissionais de diferentes projetos apresentaram suas práticas e a direção de suas intervenções. As pistas que se seguem apresenta nossa escuta transversal das diferentes preocupações e direções ético-políticas apresentadas como subsídios balizadores das políticas:

1. A criação de dispositivos de cuidado em saúde mental em direitos humanos é um fazer com os afetados (famílias e comunidades): os projetos de políticas públicas reparatórias devem ser uma experimentação coletiva cogeriada pelos usuários afetados e movimentos sociais. Esta forma de trabalho foi uma direção assumida desde a Comissão da Verdade (e das Clínicas do Testemunho) e amplamente adotada pelos projetos existentes em São Paulo (Escutem as Mães de Maio; Rede de enfrentamento e resistência ao genocídio; Centros de Direitos Humanos de Campo Limpo; Centro de Direitos Humanos de Sapopemba; Dispositivos clínico-políticos de atenção à violência de estado/IPUSP, dentre outros).

2. É necessário manter espaços contínuos e qualificados de escuta e espaços múltiplos de cuidado com constante reflexão sobre seus saberes e práticas. O cuidado deve ser singular e em diálogo com os territórios e as políticas públicas (como o SUS e o SUAS) e efetiva composição com os movimentos sociais. É necessário constituir espaços ou serviços de referência em articulação com o SUS e SUAS. A intersectorialidade como campo comum para ações de cuidado, referenda que situações históricas e conjunturais complexas que envolve o viver e os modos de vida de pessoas, famílias e territórios não é campo especializado de alguma política pública em particular, mas um traçar de linhas curvas de cuidados e de redes locais e expandidas sempre vivas e em movimento. Ainda, compreendemos com Merhy, Feuerwerker e Cerqueira (2010) que o território das ações cuidadoras não é de domínio somente dos trabalhadores que atuam na área da saúde, mas inclusive dos usuários, suas famílias e comunidades. Todos podem acolher, escutar, interessar-se, contribuir para a construção de relações de confiança e conforto. Além de promover suportes de cuidados plurivariados – atravessados por diversos saberes e acontecimentos.

3. As políticas de reparação precisam ter uma dimensão pública e coletiva, configurando espaços coletivos grupais e comunitários, incluindo o direito à memória (como os rituais públicos; memoriais ou conversas públicas). Experiências no SUS (ALENCAR, 2011) e comunitárias, como os Fóruns em defesa da Vida têm sido espaço sistemático desta construção (ENDO, 2005).

4. O cuidado deve atentar para a produção de uma escuta sensível ao trabalho do tempo e às condições de enunciação de experiências traumáticas: as práticas de des-silenciar são possibilidade de produção de saúde e de memória. O desafio consiste em



construir laços de confiança para que se possa des-silenciar o que o silêncio da violência fez brotar. Veena Das (2020) argumenta que o cotidiano é o lugar privilegiado para uma compreensão da violência e das experiências de horror, pois exige das pessoas tornar a vida novamente possível depois que se perdeu o chão diante da morte do filho assassinado pelo estado. É nessa descida ao ordinário, após um evento extraordinário, que, para Das, a vida em suas relações precisa ser reconstruída e reinventada. Por isto, as intervenções transversais em que as pessoas que passaram pela violência de estado recebem outras pessoas que passaram por isso é tão importante: “só quem vive na pele pode dizer o que é perder um filho assassinado, uma mãe entende o que a outra está dizendo”. Deste modo, provocam-se rachaduras na política de silenciamento e por meio dos seus testemunhos vão gerando um campo de enunciados, os quais podem ser sustentados pelos dispositivos de cuidados e falas públicas.

5. Os processos de formação dos profissionais que trabalham nas políticas públicas devem fazer ver o invisível mais do que desenvolver competências. Para tanto, os processos de formação devem ser constantes e ouvidores dos saberes e práticas de modo a contribuir para reflexão dos processos de trabalho e provocador de uma clínica política em constante reinvenção como propõe Rotelli (1988), perapatética como nos convidava Lancetti (2008), da delicadeza como sugere Passos (2023), e produtora de enredamentos territoriais e expandidos.

6. É necessário incluir nas lutas por reparação um investimento efetivo por parte do Estado brasileiro na criação e/ou sustentação de políticas públicas voltadas ao enfrentamento do racismo estrutural e da desigualdade advinda dos séculos de escravização que demandam “memória como justiça” e reparação aos afetados (KOLKER, 2018). Isto significa colocar também o racismo e as relações raciais na centralidade das discussões do cuidado em saúde mental.

Considerações Finais

“Vocês estão me ouvindo?”, mais do que uma pergunta, e “Escutem as Mães de Maio”, mais do que uma recomendação, exige-nos uma escuta sensível, ao lado da versão da história dessas mães, das vidas que persistem, apesar de toda ordem de desqualificação que são atribuídas a elas e seus e familiares: “fábricas de desajustados”, “mães de bandidos”, e “classes perigosas”.

O que “nos traz aqui é a rebeldia” (fala recorrente das Mães de Maio) ou “nenhuma bala vai nos calar” (Mães em Luto da Leste) corrobora com assertiva dessas mulheres de que “a gente tem que incomodar o Estado”: ao incomodarem se mostram vivas, ou, como se nomeiam, sobreviventes. Des-silenciam a dor da violência sofrida, reivindicam o direito à memória, justiça, verdade, reparação e liberdade.

Consideramos que para se criar uma rede de cuidado na perspectiva da reparação simbólica, os vários dispositivos psicossociais e jurídicos e os movimentos sociais de mães e familiares caminham no sentido de instituir um campo comum e traçar linhas de



trabalho e redes territoriais e expandidas inspiradas nas ideias força que o conceitos de “redes vivas”(MEHRY et tal, 2014)^{ix} e aquilombamento (DAVID; 2018, 2022)^x nos convidam a praticar. Escutar as mães e familiares é também escutar territórios, pois, de acordo com Raquel Gouveia Passos (2023), o território não fica em silêncio, encontra-se vivo e em constante produção. Nele, o pulsar das opressões de gênero, raça e classe se fazem intensos e demandantes de ações” (p 121).

Referências

AGUIAR, C. C. T.; TAVARES, C.; CARREIRO, L. F.; VICENTIN, M. C. G. “Nenhuma Bala Vai Nos Calar”. Por uma Política de Des-silenciamento. O dispositivo Clínico Político das Oficinas de Escrita com o Movimento Mães em Luto da Zona Leste. Em: **Gênero e outros desafios para a democracia no Século XXI**. Justiça e Democracia no Século XXI. Volume: 1. Disponível em: <https://doi.org/10.51389/QNIU4494>. Lisboa: 2022, p 77-88.

AGUIAR, C. C. T. **Quando um filho morre, morre também uma mãe**. Violência de Estado e Descolonização. Doutorado em Psicologia Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2022.

ALENCAR, S. L. de S. **A Experiência do Luto em Situação de Violência**: Entre duas mortes. Tese (Doutorado em Psicologia Social) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

ARAÚJO, F. A. **Do Luto à Luta: A experiência das Mães de Acari**. 2007. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

ASSUMPCÃO, R. P.S (org). **Contribuições para Implantação dos Núcleos Especializados de Atendimento Integral às Vítimas de Violência Estatal**. UNIFESP/CAAF PUBLICAÇÕES SÃO PAULO, 2022. Disponível em: <https://repositorio.unifesp.br/handle/11600/65701>

BENJAMIN, W. **Rua de Mão Única**. Tradução de Rubens Rodrigues Torres Filho e José Carlos Martins Barbosa. São Paulo: Brasiliense. 1987.

BRASIL. Dano e reparação no contexto da Comissão da Verdade: a questão do testemunho. **Revista Anistia Política e Justiça de Transição**. Gov. Federal/Ministério da Justiça, 2009.

BRASIL, MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Edital das Clínicas do Testemunho. 22/07/2015. Disponível em: <https://www.justica.gov.br/news/prorrogado-prazo-do-2o-edital-das-clinicas-do-testemunho>. Acesso em: 10 nov. 2021.

CANO, I. Prefácio. In: SOARES, G. A. D; MIRANDA, D.; BORGES, D. **As vítimas ocultas da violência na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

CARITÁ, K. P. **Do Luto à Luta: notícias do serviço social sobre uma guerra particular**. 2010. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.



CARREIRO, L. F. **Vocês estão me ouvindo? A escrita da violência de estado**. Mestrado em Psicologia Social. São Paulo: PUC-SP, 2022.

DAS, V. **Vida e Palavras: a violência e a sua descida ao ordinário**. tradução: Bruno Gambarotto. São Paulo: Editora UNIFESP, 2020. – 312 p.

DAVID, E. de C. **Saúde Mental e Racismo: a atuação de um Centro de Atenção Psicossocial II Infantojuvenil**. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.

_____. **Saúde mental e racismo: saberes e saber-fazer desnordeado na/para a Reforma Psiquiátrica brasileira antimanicomial**. Tese (Doutorado em Psicologia: Psicologia Social) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2022.

ENDO, P. C. **A violência no coração da cidade: um estudo psicanalítico sobre as violências na cidade de São Paulo**. São Paulo: Escuta; Fapesp, 2005.

GONÇALVES, R. Do luto à luta: mães e mães de maio contra a violência do Estado. **Anais do V Simpósio Internacional Lutas Sociais na América Latina**. “Revoluções nas Américas: passado, presente e futuro”. GT 7. Feminismos, sexualidades e marxismos na América Latina 1, 2013. Recuperado em 24 de julho de 2020, de http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/v1_renata_GVII.pdf.

FARGE, A. **Lugares para a história**. Tradução de Fernando Scheilbe. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

GONÇALVES, G. R. et tal. **Mães em Luta**. Fábrica de Canônes: São Paulo, 2022. 1 ed.

KOLKER, T. Atenção psicossocial a afetados pela violência de Estado – subsídios e contribuições para a construção de uma política pública. In: FRANÇOZO, O. M. (org.). **Clínica Política. A experiência do Centro de Estudos em Reparação Psíquica lá em Acari**. 1. ed. Rio de Janeiro: ISER, 2018. Disponível em: https://www.iser.org.br/wp-content/uploads/2020/08/clinicapolitica_livro_20set.pdf. Acesso em: 11 maio 2020.

LAGATTA, P. Uma experiência de escuta de familiares **vítimas da letalidade policial na cidade de São Paulo**. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47131/tde-01092017-104250/en.php>. Acesso em: 5 out. 2017.

LANCETTI, A. **Clínica Peripatética**. São Paulo: Hucitec, 2008.

MADARIAGA, C. Modernidad y retraumatización: Lo público y lo privado en el sujeto social chileno. **La Mesa de Diálogo y sus efectos psicosociales en sobrevivientes del campo de concentración de Pisagua**. Colección ICAL Encuentro Trinacional sobre desarrollo e integración de los pueblos. Bolivia, Chile y Perú, 3, 4 y 5 de Septiembre de 2004.

Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/35215192.pdf>. Acesso em: 10 set. 2020.

MINAYO, M C. S.; SOUZA, E. R; SILVA, M. M. A.; ASSIS. S. G. Institucionalização do tema da violência no SUS: avanços e desafios. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v.



23, n. 6, p. 2007-2016, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/Q3kCPCWfBzqh8mzBnMhxmYj/?lang=pt>. Acesso em: 22 jul. 2022.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Gabinete do Ministro. Portaria nº 936, de 19 de maio de 2004. Dispõe sobre a estruturação da Rede Nacional de Prevenção da Violência e Promoção da Saúde e a Implantação e Implementação de Núcleos de Prevenção à Violência em Estados e Municípios. Brasília: Ministério da Justiça, 2004.

MBEMBE, A. **Necropolítica**. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

MEHRY E. E. GOMES MPC, SANTOS MFL et al. Redes Vivas: multiplicidades girando as existências, sinais da rua. Implicações para a produção do cuidado e a produção do conhecimento em saúde. **Rev. Divulgação em Saúde para Debate**. 2014; 52:153-164.

MEHRY EE, FEUERWECKER L, GOMES MPC. Da repetição à diferença: construindo sentidos com o outro no mundo do cuidado. In: Franco, TB (org). **Semiótica, afecção & cuidado em saúde**. São Paulo: Hucitec, 2010. p. 60-75.

MISSE, M. Sobre a acumulação social da violência no Rio de Janeiro. **Civitas**, Porto Alegre, v. 8, n. 3, p. 371-385, set./dez. 2008. Disponível em:

<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/4865/3641>. Acesso em: 14 set. 2019.

_____. Crime, sujeito e sujeição criminal: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria “bandido”. **Lua Nova**, n. 79, p. 15-38, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ln/n79/a03n79.pdf>. Acesso em: 12 set. 2020.

PASSOS, R. G.. “**Na Mira do Fuzil**”: A saúde mental Das Mulheres Negras em Questão. 1 ed - São Paulo; HUCITEC, 2023. (Coleção Diálogos da Diáspora,22).

ROTELLI, F. L’Istituzione Inventata. Per la salute mentale/ For mental health, **Rivista del Centro Regionale Studi e Ricerche sulla Salute Mentale**, Friuli Venezia Giulia, n. 1/88, 1988. Trad. Maria Fernanda de Silvio Nicácio. Casa de Saúde Anchieta, Santos. Disponível em: <https://docplayer.com.br/355382-A-instituicao-inventada-franco-rotelli.html>. Acesso em: 15 de out. 2021.

VIANNA, A. Violência, Estado e Gênero: considerações sobre corpos e corpus entrecruzados. In: LIMA, A. C. S.; GARCIA-ACOSTA, V. (Org.). **Margens da Violência** – Subsídios ao estudo do problema da violência nos contextos mexicano e brasileiro. Brasília: ABA, 2014.

_____; FARIAS, J. A guerra das mães: dor e política em situação de violência institucional. **Cadernos Pagu**, n. 37, p. 79-116, jul./dez. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/cpa/n37/a04n37.pdf>. Acesso em: 2 set. 2019.

VITAL-BRASIL, V. Efectos transgeneracionales del terrorismo de Estado. Entre el silencio y la memoria. In: BRINKMANN, B. (ed./coord.). **Daño Transgeneracional: Consecuencias de la represion politica en el Cono Sur**. Santiago, Chile: CINTRAS; EATIP; GTNM/RJ; SERSOC, 2009a.



_____ Dano e reparação no contexto da Comissão da Verdade: a questão do testemunho. **Revista Anistia Política e Justiça de Transição**, Governo Federal; Ministério da Justiça, 2009b.

Disponível em: <http://www.cintras.org/textos/libros/librodanotrans.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2019.

VICENTIN, M. C. G. **Impactos psicossociais da violência de estado: subsídios para políticas públicas e para políticas de reparação**. Projeto de pesquisa CNPq. n. 314659/2021-8. 2021.

ⁱ O Movimento Mães em Luto da Zona Leste surge em 2016 reunindo mães e familiares de jovens assassinados de diferentes regiões das periferias de São Paulo, a partir da saga de Solange Oliveira e sua investigação acerca dos motivos da execução de seu filho de 20 anos, pela polícia, em 2015. Tal movimento é apoiado pelo Centro de Direitos Humanos de Sapopemba que acolhe mães que vivem a mesma experiência da perda dos filhos, articulam parcerias e promovem ações para a visibilidade e inscrição social e política de suas lutas.

ⁱⁱ Fala de abertura do seminário: A atenção psicossocial às mães e familiares de adolescentes e jovens mortos por agentes do estado. IPUSP 27/04/2023.

ⁱⁱⁱ O PROJETO DE LEI 01-00734/2020 do Vereador Eduardo Matarazzo Suplicy (PT), criou a Lei Mães de Maio que estabelece um Programa de Enfrentamento aos Impactos da Violência Estatal aos familiares de vítimas e/ou sobreviventes por meio da atenção social, simbólica e de saúde. <http://documentacao.camara.sp.gov.br/iah/fulltext/projeto/PL0734-2020.pdf>. acesso em 17/09/23

^{iv} O projeto de lei (PL 2.999/22), do deputado Orlando Silva (PCdoB-SP) em tramitação na câmara dos deputados, cria a lei “Mães em Maio”, que estabelece um programa de Enfrentamento aos impactos de violência institucional e revitimização de mães e familiares das vítimas e/ou vítimas sobreviventes de ações violentas, por meio da atenção social integral. <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2343051> acesso em 17/09/2023.

^v Em 27.04.2023, movimentos de mães e projetos de atenção psicossocial a eles associados, centros e rede de direitos humanos; grupos de pesquisa em direitos humanos de diferentes universidades e setores do poder público que trabalham com o tema (abaixo relacionados) reuniram-se no IPUSP tendo por objetivo: a) fomentar o debate sobre as demandas dos movimentos de mães por atenção em saúde/saúde mental e a singularidade das políticas de atenção aos impactos psicossociais da violência de estado; b) traçar subsídios conceituais e metodológicos para a atenção psicossocial e ampliar a articulação de redes e grupos, tendo em vista a ampliação da visibilidade às ameaças, violações e suas consequências psicossociais, assim como a qualidade das respostas obtidas ao se buscar proteção por órgãos do Estado. Participantes: Movimento Mães de Maio e Projeto Escute as Mães de Maio: Movimento Mães em Luto da zona Leste; Grupo de pesquisa Direitos Humanos, Democracia e Memória do Instituto de Estudos Avançados da USP (GPDH/IEA-USP); Centro de Antropologia e Arqueologia Forense (CAAF) da UNIFESP; Grupo de estudos, pesquisa e extensão Violência de estado, Direitos humanos e Educação Popular-UNIFESP-BS; Centro de Direitos Humanos e Educação Popular de Campo Limpo (CDHEP)/ Salve Sul; Centro de Direitos Humanos de Sapopemba (CDHS); Observatório da Violência Institucional e Direitos Humanos (ovp-dh.org) (PUC-SP); Observatório do Trauma Psicopolítico (USP/UNIFESP-BS); Laboratório Psicanálise, Sociedade e Política/IPUSP (PSPOL); Centro de Referência às Vítimas de Violência/Secretaria de Justiça de São Paulo (CRAVI); Núcleo de Direitos Humanos, Rede Apoia da Defensoria Pública do Estado de São Paulo; Núcleo de Psicologia e Justiça dos estudantes do Instituto de Psicologia da USP (IPUSP).

^{vi} Nos valem de uma certa conceituação de trauma sem, no entanto, perder de vista a problematização feita por Fassin (2016). O mesmo autor, discute que a partir do final do século passado, o trauma tornou-se importante operador das crises sociopolíticas contemporâneas: as análises sobre a produção e usos do trauma dizem respeito a modos de lidar com diferentes tipos de violências, evidenciando uma representação do mundo no qual as desigualdades, as injustiças, a dominação e a violência em jogo nos processos político-



sociais ficam invisibilizadas a partir de outros termos como a exclusão, o sofrimento, o mal-estar e o trauma. O trauma passa então a ganhar contornos patológicos individualizantes no qual se pretende ignorar as implicações sociopolíticas das situações desencadeantes.

vii O Centro de Referência e Apoio à Víctima (CRAVI) é um programa da Secretaria da Justiça e Cidadania, criado em julho de 1998 pelo Governo do Estado de São Paulo, dando eficácia ao artigo 245 da Constituição Federal e ao artigo 278 da Constituição Estadual. Tem como missão: ser referência para ações e políticas públicas que visam a superar os ciclos de violência e promover reconhecimento, cidadania e acesso aos direitos de vítimas de crimes violentos. O CRAVI oferece atendimento público e gratuito às vítimas de crimes violentos e seus familiares. Conta com uma equipe interdisciplinar de triagem, especializada em receber, triar e encaminhar os usuários para a rede ou serviços pertinentes as suas demandas. Também possui uma equipe interdisciplinar de atendimento especializada em acolher, atender, informar e orientar vítimas e familiares de vítimas nos casos de crimes de homicídio, latrocínio e ameaça. O CRAVI identifica os problemas enfrentados pela vítima e a direciona para tratamento no próprio centro ou nas instituições parceiras do programa. Em: <https://justica.sp.gov.br/index.php/servicos/cravi/>

viii A Rede Apoia é um projeto-piloto da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, criado pelo Ato Normativo DPG n.º 219, de 18 de julho de 2022, para atendimento jurídico e multidisciplinar a familiares de vítimas letais decorrentes de violência institucional. O atendimento é totalmente gratuito e tem como objetivo acolher as famílias, direcioná-las – quando necessário - aos serviços da rede pública municipal e/ou estadual, prestar assessoria jurídica em temáticas ligadas à morte do familiar e, especialmente, fazer o acompanhamento multidisciplinar dos/as atendidos/as. Por ser um projeto-piloto serão atendidos casos que: tenham ocorrido nos últimos quatro anos, tenham ocorrido na capital do estado de São Paulo e somente para casos de violência letal. <https://www.defensoria.sp.def.br/institucional/defensoria-publica-geral/assessorias/assessoria-especial/rede-apoia> - acesso em 17/09/23

ix O conceito de redes vivas diz respeito a ideia de mobilidade e movimentos, protagonismo do usuário e da desterritorialização e de encontros produtores de cuidados. Para tanto propõem que o trabalhador de saúde tenha um integral e holístico integrado o saber do usuário e sua percepção sobre o processo saúde-doença, reconhecendo e valorizando a existência de um 'agir leigo' produtor de mundos, quase sempre invisível ou não valorizado por gestores e profissionais. (MERHRY et al, 2014).

x O aquilombar-se é o ato de assumir uma posição de resistência contra-hegemônica e antirracista a partir de um corpo político e como ferramenta de humanização dos corpos. (DAVID, 2018;2022).



Caso retirada do Bom Prato do centro da cidade de São Vicente/SP – Uma violação do Estado e a atuação interdisciplinar da Defensoria para garantia de Direitos

Case withdrawal of Bom Prato from the center of the city of São Vicente/SP – A violation of the State and the interdisciplinary action of the Defensoria to guarantee Rights

Marcela Chioro Abreu

Estagiária de Pós-Graduação em Direito na Defensoria Pública do Estado de São Paulo.
Mestranda em Serviço Social e Política Social pela UNIFESP. Bacharel em Direito pela USJT
chioroabreu@gmail.com

Isabella Parras de Lima

Estagiária de Graduação em Psicologia na Defensoria Pública do Estado de São Paulo.
Graduanda em Psicologia pela UNIFESP
isabella.parras@unifesp.br

RESUMO

O direito humano à alimentação adequada é a base das políticas públicas alimentares, sendo o caso do Programa Bom Prato do Estado de São Paulo, porém tais programas podem ser utilizados para articulação política a fim de estigmatizar mais a população vulnerável, em especial a PSR, e concretizar casos de Violência Estatal. Com isso o propósito principal do presente artigo é um estudo de caso no município de São Vicente sobre a retirada do Bom Prato do centro, a fim de demonstrar a violação de direitos por parte do Estado e como a Defensoria Pública através da atuação interdisciplinar atuou no caso. Para atingir tal fim, foi utilizado a metodologia de pesquisa descritiva e qualitativa para chegar nas percepções de violações do Estado no caso estudado. O resultado que se chegou foi na identificação no sucateamento de política pública social como instrumento de higienização e opressão dos grupos marginalizados, revelando a violência estatal que expressa a biopolítica.

PALAVRAS-CHAVE: Bom Prato. Política Pública. Alimentação. Violação do Estado.

ABSTRACT

The human right to adequate food is the foundation of food policy, as is the case with the Bom Prato Program in the State of São Paulo. However, such programs can be used for political maneuvering to further stigmatize the vulnerable population., especially the PSR, and to actualize instances of State Violence. Therefore, the main purpose of this article is a case study in the municipality of São Vicente, regarding the removal of Bom Prato from the city center, in order to demonstrate the violation of rights by the State and how the Public Defender's Office, through interdisciplinary action, intervened in the case. To achieve this goal, a descriptive and qualitative research methodology was used to arrive at perceptions of State violations in the case under study. The result was the identification of the lack of social public policy as an instrument of hygiene and oppression of marginalized groups, revealing the state violence that expresses biopolitics.

KEYWORDS: Bom Prato. Public Policy. Food. State Violation.



INTRODUÇÃO

No primeiro trimestre do ano de 2023, o restaurante popular Bom Prato em São Vicente foi movido do centro da cidade para a Comunidade México 70, onde foi substituído por uma unidade móvel que serve apenas almoços, em contraste com a unidade anterior que oferecia café da manhã, almoço e jantar. A mudança foi uma resposta a pedidos de comerciantes locais e foi tratada como uma estratégia para atender melhor a população necessitada. Entretanto, partindo-se de uma perspectiva dialética, a ação do estado foi no mínimo controversa. Se por um lado, atendeu as necessidades de comerciantes e residentes, por outro prejudicou o principal público-alvo da política do Bom-Prato: as pessoas em situação de rua.

Diante desse cenário, a Defensoria Pública do Estado de São Paulo - Unidade São Vicente, em um trabalho multidisciplinar e extrajudicial entre o Centro de Atendimento Multidisciplinar (CAM) e o direito, realizou entrevistas com a população em situação de rua e elaborou um relatório, englobando o acesso a alimentação, se houve consulta para a mudança e as vulnerabilidades que foram submetidas a partir dela. Isso porque, desde o início, ficou evidente que a movimentação feita pelo órgão público, se constituiu como uma violência do estado em não garantir o direito ao acesso à alimentação adequada desse grupo.

Nesse sentido, a biopolítica, conceito foucaultiano utilizado para entender esse movimento da Prefeitura, demonstra e representa o Estado exercendo controle sobre a vida através do poder, com o direito de decidir quem deve viver e quem deve morrer. Isso implica que as técnicas e estratégias políticas são usadas em larga escala na sociedade para aprimorar os espaços, sob a ótica higienista, elitista e opressora, tornando-se elementos políticos, jurídicos e sociais que reprimem aqueles que ameaçam a hegemonia burguesa.

Além disso, a violência estatal também ocorre a partir da omissão do mesmo na garantia de direitos, como alimentação, cidadania e participação popular, como aconteceu no caso Bom Prato em São Vicente. A fome e a miséria não surgem por acaso, mas são produtos resultantes do desenvolvimento histórico da sociedade dentro do sistema capitalista, onde a obtenção de alimentos se transformou em uma relação predominantemente comercial. Uma vez que os alimentos são tratados como mercadorias, nem todos têm acesso fácil a eles, especialmente em ambientes urbanos, o que perpetua a persistência da fome como uma realidade constante que requer medidas para ser enfrentada.

Diante disso, o objetivo do presente artigo é entender, a partir de uma análise de caso, a concretização da violência estatal com base em uma modificação na política pública social alimentar da região e como a defensoria pode contribuir com a garantia dos direitos que foram violados dentro da sua missão constitucional de assegurar os direitos humanos das pessoas em situação de vulnerabilidade social.

Para tanto, apresentaremos a descrição do caso estudado a partir de uma análise descritiva e qualitativa relacionando, após, com autores que estudam o Estado e suas violências a fim de entender o movimento político por trás do fenômeno, bem como a trajetória do direito humano à alimentação adequada, alicerce da política pública ora explorada, e a atuação multidisciplinar da Defensoria Pública do Estado para garantia desse direito.



I - A RETIRADA DO BOM PRATO DO CENTRO DE SÃO VICENTE/SP: UMA VIOLAÇÃO DO ESTADO

No mês de março de 2023, no município de São Vicente, o restaurante popular Bom Prato, localizado no centro da cidade, que fornecia cerca de 1800 refeições diárias, foi retirado e transferido para a região da Comunidade México 70, localizada no bairro Vila Margarida do respectivo município, no espaço Escola de Técnicas de Economia Criativa (ETECRI).

No novo local foi instalado uma unidade do Bom Prato Móvel, que serve diariamente 300 refeições, uma redução significativa no número, bem como no tipo de refeição, pois a unidade móvel só oferece almoço, sendo que a unidade fixa servia café da manhã, almoço e jantar.

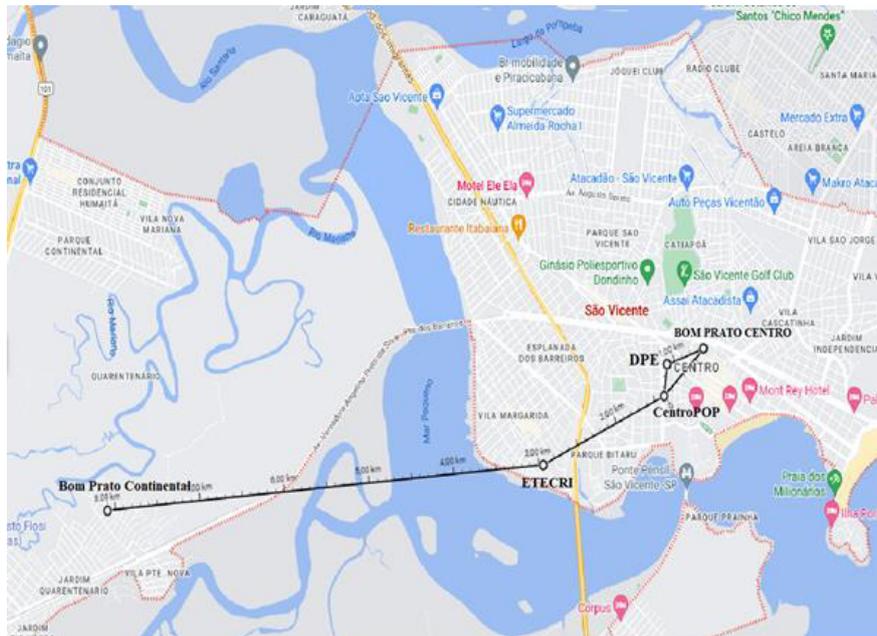
A mudança atende a uma antiga demanda dos comerciantes da região central, ligados à Associação Comercial de São Vicente, conforme as notícias veiculadas. (RATTON, 2023)

Em notícia divulgada no site da prefeitura, o Secretário Estadual de Desenvolvimento Social, disse que “O objetivo principal do programa Bom Prato é enfrentar a fome e a insegurança alimentar. Acreditamos que essa transferência é estratégica e beneficiará uma população que é o público-alvo do programa”. (SÃO VICENTE, 2023)

Ocorre que o público-alvo do programa são as pessoas em situação de rua, que se encontram em sua grande parte no centro da cidade, onde estão instalados os demais aparelhos do sistema de assistência social. Além dessa população, pessoas de baixa renda, trabalhadores do centro, autônomos e demais pessoas que transitavam pelo centro, podiam se utilizar do restaurante popular para se alimentar de forma adequada por um valor acessível.

Em uma pesquisa no Google Maps, a fim de verificar a distância que será percorrida para aqueles que desejam tentar comer na nova unidade móvel, apurou-se que a distância do centro da cidade até o Bom-Prato móvel no México 70 é de quase 3km, e do Bom Prato Vila Nova (Continental), outra unidade fixa do programa na cidade, são 8km, conforme mapa abaixo.

Figura I – Mapa da distância entre a antiga unidade, o centro POP, a unidade da Defensoria Pública, a nova unidade móvel e a segunda unidade fixa do bom prato. Fonte: Google Maps.



Legenda: Mapa do relatório que demonstra a distância entre a antiga unidade do bom prato, o centro POP, a unidade da Defensoria Pública, a nova unidade móvel e a segunda unidade fixa do bom prato.

A distância para se percorrer a pé é inviável para alguém que não se alimentou. O transporte público é mais caro que a própria refeição, visto que atualmente, a tarifa do ônibus municipal é R\$3,95, além do risco de chegar ao local e não ter alimentação o suficiente pois a mudança causou uma defasagem na alimentação de 1.500 refeições todos os dias.

A comunidade do México 70 é uma das cinco maiores favelas da América do Sul, sendo uma área periférica e restrita comandada pelo crime organizado, o que prejudica a disponibilização das refeições para todos, o que não ocorria no centro da cidade.

Não houve um estudo social prévio à transferência ou qualquer outra iniciativa que fundamentasse tal transferência. A justificativa no site da prefeitura foi de que a mudança atende uma região de vulnerabilidade social, a Comunidade do México 70, uma das cinco maiores da América do Sul, onde vivem cerca de 50 mil pessoas, além da demanda dos comerciantes da região central. (De São Vicente, 2023)

O prefeito da cidade declara na notícia que seguirá “atendendo à população em vulnerabilidade social, reduzindo a complexidade que tomou conta da região central, com grande fluxo e excesso de resíduos gerados nas ruas e que, muitas vezes, sobrecarregam as vias e o CREI (onde hoje é o Hospital Municipal).” (SÃO VICENTE,, 2023)

Porém os resíduos eram gerados na época do fornecimento das refeições em marmita, quando retornou à alimentação no próprio restaurante, cessou o problema. Quanto à alegação de que segue atendendo a população carente, até o momento da produção deste artigo não houve qualquer medida da prefeitura que substituísse o serviço do bom prato na região central.



É nítida a violação de direitos por parte do Estado, este na figura da prefeitura de São Vicente/SP, ao realizar a transferência da unidade central para outro bairro, reduzindo drasticamente o serviço ofertado e o excluindo da região em que atinge mais pessoas em vulnerabilidade social.

O direito à cidade foi desconsiderado pela prefeitura, pois a mudança ignorou que o centro de São Vicente possui Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), Centro POP, Hospital Municipal, Centro Integrado de Cidadania (CIC), Atenção Básica de Saúde, Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), o fórum judicial, a Defensoria Pública, a agência do INSS, e agências bancárias, locais utilizados pela população hipossuficiente para garantia de seus direitos. A grande maioria desses serviços, principalmente o Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP), especializado na população em situação de rua, não se encontram na Vila Margarida, nem no território da comunidade do México 70.

Logo, os beneficiários do Programa Bom Prato, um meio de garantia do direito humano fundamental à alimentação adequada, não conseguem refeição por preço acessível e os que desejam tentar se alimentar lá, não tem acesso aos demais serviços pois perdem muito tempo no trajeto de locomoção, sendo que os serviços supramencionados têm horários de funcionamento restritos, além de horário para retirada de senhas.

A decisão da prefeitura não pautou a real necessidade de quem utiliza o serviço, o que acaba por estigmatizar ainda mais a população vulnerável e a presença do restaurante popular nos territórios.

O mestre Vínicius Princiotti, em sua dissertação de mestrado “Alimentando a cidade: os efeitos locais do programa Bom Prato na cidade de São Paulo”, de 2023, elucida, a partir de sua pesquisa, questões que envolvem a presença do restaurante e de pessoas em situação de vulnerabilidade social e o estigma que acaba trazendo para o território. Os resultados mostraram, por exemplo, que não houve mudanças significativas que relacionam a presença do Bom-Prato com o aumento de criminalidade e violência no local, ou ainda, que não impactam a dinâmica comercial ou saúde mental da população residente do local. (PRINCIOTTI, pág. 50, 2023)

Tais conclusões também são perceptíveis na cidade de São Vicente, pois a unidade do centro foi instalada em dezembro de 2006 (FIRMINO, 2023), o que não impediu a ascensão da dinâmica comercial do centro desde então, que é o maior comércio popular da Região Baixada Santista.

Destaca-se que a mudança se deu sem consulta prévia da população usuária, o que demonstra uma despreocupação por parte do poder público em saber a posição da população que utiliza o programa, apenas atendendo pedidos de uma parcela dos munícipes que se dizem prejudicados com o Bom Prato no centro, os comerciantes que, como supramencionado, não são os mais lesados pela mudança.

Trata-se de mais um caso de violência do Estado, situação que a população vulnerável foi descartada, seus direitos ignorados, suas vozes silenciadas, por uma necessidade exclusiva dos



comerciantes, detentores do movimento econômico de um município que sobrevive principalmente do comércio local.

A fim de emitir à prefeitura a indignação, houve manifestação no dia 23 de março de 2023, na Câmara Municipal, por representantes de partidos políticos, entidades ligadas aos Direitos Humanos e assistentes sociais. Para tanto, os manifestantes compareceram com panelas e marmitas vazias, demonstrando revolta pela violação política sofrida.

Diante disso, a Defensoria Pública unidade São Vicente produziu, a pedido do núcleo de Direitos Humanos, um relatório social que levanta os impactos causados pela mudança com o propósito de embasar articulações políticas com o governo estadual e municipal como também fundamentar uma atuação jurídica, se for o caso. Uma das conclusões a que se chegou na pesquisa preliminar realçou a contradição existente na fala da prefeitura com a realidade social, pois menos de 10% dos entrevistados utilizam o novo bom prato móvel, sendo que a população beneficiária do serviço permanece na região central, agora sem segurança alimentar (submetido a publicação).

II – A VIOLÊNCIA DO ESTADO A PARTIR DA OMISSÃO COM POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA DE SÃO VICENTE

A pobreza é um grande estigma presente na ocupação das grandes cidades e dos centros urbanos, desde o início do processo urbanístico no final do século XIX. A questão urbana passou a concentrar os princípios burgueses e progressistas de ordem, limpeza e higiene, tensionando as relações de classe presentes na composição territorial. O Estado, para suprir e manipular a construção do espaço burguês, passou a usar do poder sobre aqueles corpos que representariam a decadência e o retrocesso – principalmente, os corpos marginalizados e pobres.

A População em Situação de Rua (PSR) é um grupo social que vivencia distintas situações de múltiplas vulnerabilidades, processos de marginalização e preconceitos. Trata-se de uma população marcada por processos de exclusão social e que convive com experiências de desrespeito e ausência de reconhecimento social no seu cotidiano.

O aumento da produção, centrado na redução da mão de obra e na concentração de terras pela indústria agroexportadora e o capital financeiro, está provocando um crescimento na população marginalizada, incluindo a superpopulação relativa e aqueles vivendo nas ruas. O entendimento desse fenômeno, conforme Silva (2009 apud. Silva, pág 7, 2019), passa por vários fatores: mudanças no trabalho que aumentam o desemprego e criam um grande contingente de reserva; eventos como desastres naturais, violência social/familiar, e o uso de substâncias que levam as pessoas a viverem nas ruas como último recurso para sobreviver e interagir socialmente. Além disso, a concentração dessas pessoas nos centros urbanos está ligada à busca por necessidades básicas, enquanto o estigma social e a falta de moradia adequada são agravados pelo preconceito e por práticas higienistas do poder público.

A naturalização desse fenômeno pela sociedade e a culpabilização do indivíduo obscurecem sua origem estrutural na sociedade capitalista, levando à falta de responsabilidade do



Estado em proporcionar direitos e reduzir a pobreza por meio de políticas sociais. Embora existam diferenças na população em situação de rua, sua heterogeneidade é evidente. A pobreza extrema e a falta de acesso às riquezas sociais são centrais, juntamente com a fragilização dos laços familiares e a falta de moradia regular (SILVA, pág 7, 2019).

Outrossim, a conceituação de “pessoas em situação de rua” (PSR) foi estabelecida na Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento pelo Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009:

[...] grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória.

A PSR é perseguida pelos moldes burgueses da sociedade, mesmo sendo produzida por eles. A biopolítica é uma forma do Estado assumir a vida através do poder – isso significa um direito soberano de escolher entre o *fazer viver e deixar morrer* (FOUCAULT, pág. 220, 1997 apud. BRANCO, 2014). Nesse sentido, as técnicas e mecanismos políticos serão administrados nas relações em sociedade, em massa, para aperfeiçoar o estado de vida, e da higiene pública propriamente dita. Assim, a medicina e a saúde passam a ser mecanismos de poder que compõem um caráter higiênico e purificador da vida, se constituindo como um elemento político, jurídico e social.

Com essa situação, passa então a ser necessário políticas para afastar essas pessoas desse território. As chamadas arquiteturas hostis, por exemplo, são elementos urbanos colocados para evitar o uso e a permanência em certos espaços. Isso pode ser observado no uso de bancos com ondulações ou apoios, vãos de pontes e viadutos com pedras pontiagudas, uso de cercas em volta de igrejas e em escadas de estabelecimentos.

Além dos elementos físicos urbanos, os dispositivos de segurança pública também passam a ser acionados, uma vez que, no imaginário popular, a criminalidade está diretamente ligada à presença de pessoas em situação de rua no centro. Outrossim, a sujeira e a falta de higiene, são colocadas na alça do que é considerado “individualidade suja” dessas pessoas: a culpabilização do mau cheiro e acúmulo de lixo recai estritamente a atitudes individuais da população em situação de rua.

Nesse sentido, a retirada do Bom-Prato do bairro central de São Vicente, que está pautada nesses argumentos, sob uma perspectiva crítica, é demasiado simplista, individualista, higienista e violenta, mostrando que a política e a burocracia estatal têm realizado modalidades de eliminação social a partir da ótica da violência de estado e da não garantia de direitos.

Primeiramente, é importante reiterar que a falta de consideração da população em situação de rua nessa decisão, que por si só, demonstra a impossibilidade da prática da cidadania, direito assegurado no Artigo I e Artigo V da Constituição Federal. Assim, a omissão do Estado na garantia dos direitos fundamentais do homem, de forma direta ou indiretamente, concebe uma



violência não física, mas sim, transparecida a partir da ausência do estado de direito, uma tecnologia de poder que regula a população (BRANCO, pág. 7, 2014):

Na biopolítica, o alvo de uma ‘regulação’ racional da sociedade pode ser qualquer grupo, coletividade, povo, e pode continuamente ser transformado, retrabalhado e aperfeiçoado o seu objeto de intervenção. Basta ser um cidadão, integrar a sociedade, para ser um potencial alvo de intervenção e eliminação. Os humilhados, os precários, os párias, os estranhos, os estrangeiros, os criminosos, os doentes crônicos, óbvio, são alvos preferenciais.

A violência estatal e de cunho político causa danos irreparáveis a indivíduos e desmantela projetos e modos de vida, padrões culturais e estruturas sociais e econômicas. É notável que, quando a ciência, a técnica, a racionalidade política e burocrática se unem na busca por alcançar e manter alguma forma de supremacia política, o resultado é a desumanização, a violência e a eliminação dos grupos sociais indesejáveis.

Ademais, a retirada se deu também sob justificativa da insatisfação da população residente e comerciante pelo aumento da criminalidade, do uso de drogas e da sujeira que a aglomeração dessas pessoas resulta no espaço público. Como já elucidado acima, a presença do Bom Prato não está ligada diretamente com as justificativas elencadas pela prefeitura. Dito isso, a sensação de insegurança que a presença de pessoas em situação de rua traz no imaginário popular é muito mais sobre como a problemática é tratada pelo Estado do que de fato pela ação individual desse grupo. Nesse sentido, o exercício do poder do Estado não está apenas nas instituições, como seus serviços públicos, órgãos etc., como também nas estruturas sociais que são produzidas por este (BRANCO, pág 10, 2014).

O subemprego, a falta de acesso a políticas de educação, saúde (e alimentação) e de redução de danos quanto ao uso de álcool e drogas está intimamente ligado à permanência das pessoas nas ruas. Em São Vicente, na região central, está presente diversos serviços que fornecem assistência à PSR que não mudaram junto com o Bom Prato, dentre eles o Centro POP, serviço especializado para essa população, demonstrando que a tentativa da prefeitura visava objetivamente tirar essas pessoas de circulação do centro, e não realmente estruturar um plano de melhoria do território para todos os cidadãos vicentinos.

Em geral, a população em situação de rua é vista socialmente como um grupo que oferece ameaça, e não como um segmento que se encontra em risco. Com isso o governo reforça a construção de um imaginário de uma sociedade do medo, que deve ser temida, que necessita ser controlada cada vez mais pela polícia. Principalmente quando confrontada com os interesses econômicos, essas pessoas são percebidas como um problema, quando, na verdade, o problema é a situação de rua. (NONATO; RAIOL, pág. 81, 2018)

A PSR é um problema estrutural do sistema e que expõe a contradição capitalista: ainda que essas pessoas representam o “indesejável”, grande parte delas são exploradas em “bicos” - incluindo catadores de recicláveis, que são utilizados nos centros urbanos, porém não pagam o suficiente para garantir moradia, e mantêm a roda da exploração funcionando. O estado, e nesse caso, a prefeitura, deve pautar ações coletivas para superação de problemas coletivos e estruturais.



A garantia de acesso aos direitos fundamentais deve ser para todos, se não a omissão estatal, será mais uma das violências que a população em situação de rua sofre diariamente. Suprimir seus direitos, é o mesmo que suprimir sua existência.

III – DIREITO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA: PROCESSO HISTÓRICO POLÍTICO DE UMA LUTA SEM FIM

A fome, desnutrição, pobreza, miséria, são fatos que não existem ao acaso, mas sim são construções históricas da sociabilidade capitalista que torna a aquisição de alimentos uma relação predominantemente mercantil. Sendo o alimento mercadoria, nem todos terão acesso com facilidade, em especial no meio urbano, o que torna a fome uma realidade constante que precisa ser combatida.

A fim de entender a proteção do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) no Brasil, precisa-se entender onde iniciou a ideia de segurança alimentar e alimentação adequada, que hoje é óbvia, mas até um determinado momento da humanidade não era.

O termo segurança alimentar passou a ser usado na Europa durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) para se referir a segurança nacional dos países de produzir sua própria alimentação, de modo que o país não fique vulnerável a embargos e restrições de países inimigos. Porém, tal conceito foi transformado após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) com a criação da Organização das Nações Unidas (ONU), em 1945. (AÇÃO BRASILEIRA PELA NUTRIÇÃO E DIREITOS HUMANOS, 2013, pág. 11)

A alimentação está prevista como um direito humano na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 no artigo 25, que dispõe:

1. Toda a pessoa tem direito a um nível de vida suficiente para lhe assegurar e à sua família a saúde e o bem-estar, principalmente quanto à alimentação, ao vestuário, ao alojamento, à assistência médica e ainda quanto aos serviços sociais necessários, e tem direito à segurança no desemprego, na doença, na invalidez, na viuvez, na velhice ou noutros casos de perda de meios de subsistência por circunstâncias independentes da sua vontade.

De igual modo, proclama alguns documentos internacionais, que são a Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem de 1948, o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais adotado pela ONU em 1966 com entrada em vigor na ordem internacional apenas em 1976, o Protocolo Adicional à Convenção Americana sobre Direitos Humanos em Matéria de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais de 1.988, aprovado pelo Decreto Legislativo n.º 26/95 e promulgado pelo Decreto n.º 3.231/99 no Brasil, e a Declaração de Roma sobre a Segurança Alimentar Mundial e Plano de Ação da Cimeira Mundial da Alimentação de 1996.

Ocorre que este direito foi tratado como uma questão de insuficiência de alimentos disponíveis para consumo. Tal ideia fundamentou a chamada Revolução Verde, experiência



realizada pelos produtores para melhorar a produção agrícola e aumentar a produção de alimentos com o uso de sementes de alto rendimento, fertilizantes, pesticidas, irrigação e mecanização. Todavia, percebeu-se que a elevação da oferta de comida não foi acompanhada pelo declínio da fome mundial, além da Revolução Verde ser insustentável a longo prazo devido aos danos ambientais. (AÇÃO BRASILEIRA PELA NUTRIÇÃO E DIREITOS HUMANOS, 2013, pág. 11)

Só foi a partir dos anos de 1980 que o conceito de segurança alimentar passou a ser relacionado com a garantia do acesso físico e econômico de todas as pessoas a quantidades suficientes de alimentos de forma permanente, além de incorporar as noções de acesso a alimentos seguros e de qualidade. (AÇÃO BRASILEIRA PELA NUTRIÇÃO E DIREITOS HUMANOS, 2013, pág. 12) Com este conceito depreende-se que estamos diante de uma luta sem fim para garantia desse direito tendo em vista que sua causa está relacionada ao poder aquisitivo das pessoas, problema este inerente a desigualdade social determinada pela forma de produção capitalista.

Com este cenário internacional, o Brasil começa uma trajetória de enfrentamento à fome e a insegurança alimentar em torno dos anos de 1940, conforme publicação no Memorial da Democracia (21--) com a criação do Serviço de Alimentação da Previdência Social (Saps) como parte da estratégia de poder do Estado Novo do presidente Getúlio Vargas, com a finalidade de fornecer comida boa e barata aos empregados. A missão do SAPS incluía, além de outras, a organização de uma rede de restaurantes populares nas principais cidades do país. Veja-se que aqui já se trabalhava a ideia de restaurante popular, conceito fundamental para a criação do Programa Bom Prato.

Em 1972 foi criado o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN) com a finalidade de assessorar o governo na formulação de políticas de alimentação e nutrição, sendo o órgão central das atividades afins. Sua extinção se deu em 1997 juntamente com o Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA), este criado em 1993 e extinto em 1995, como reflexo do avanço da política neoliberal de fortalecimento do Estado Mínimo intensificada no primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso. (SANTOS et al., 2021, pág. 2)

Em paralelo a estas diminuições de atuação estatal no início dos anos de 1990, houve a promulgação do Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, através do Decreto No 591, de 6 de Julho de 1992, pacto este que dá origem a expressão Direito Humano à Alimentação Adequada. (AGUIAR; PADRÃO, 2022, p. 128)

Já em 1998 nasceu a Coordenação-Geral da Política de Alimentação e Nutrição (CGPAN), vinculada ao Ministério da Saúde, para desempenhar funções do extinto INAN, (SANTOS et al., 2021, pág. 3) sendo este o órgão o responsável de coordenar o processo participativo de formulação da política que é até hoje o alicerce da atenção nutricional no SUS para assegurar o direito à alimentação adequada, a Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN).

A Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN), aprovada em 1999, com atualizações incluídas em 2011, tem o propósito de melhorar as “condições de alimentação,



nutrição e saúde da população brasileira, mediante a promoção de práticas alimentares adequadas e saudáveis, a vigilância alimentar e nutricional, a prevenção e o cuidado integral dos agravos relacionados à alimentação e nutrição.” (BRASIL, 2013)

Uma das responsabilidades atribuída ao município pela PNAN é “fortalecer a participação e o controle social no planejamento, execução, monitoramento e avaliação de programas e ações de alimentação e nutrição” (BRASIL, 2013, pág. 60), ocorre que quando se analisa a retirada do Bom Prato do centro de São Vicente, percebe-se que os gestores públicos não respeitaram tal diretriz pois a transferência foi feita sem consulta pública ou qualquer fundamento concreto pautado na realidade da cidade.

A PNAN é uma referência para as problemáticas a serem enfrentados no campo da Alimentação e Nutrição no Sistema Único de Saúde (SUS), Lei 8.080 de 1990, “que entende a alimentação como um fator condicionante e determinante da saúde e que as ações de alimentação e nutrição devem ser desempenhadas de forma transversal às ações de saúde.” (BRASIL, 2013)

Nesse contexto, através da Lei n.º 11.346/06, Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), criou o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), conferindo ao Poder Público, com a participação da sociedade civil organizada, a responsabilidade na promoção e garantia do direito humano à alimentação adequada.

Porém, só em 2010 com a Emenda Constitucional n.º 64 que a alimentação adequada passou a ser expressamente reconhecida como direito humano fundamental pela Constituição da República, dando uma nova redação ao art. 6º, incluindo como direitos sociais a alimentação.

Diante desse reconhecimento, instituiu-se através do Decreto 7.272 de 2010, que regulamenta o SISAN, a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - PNSAN e estabelece os parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, dialogando com a PNAN e demais legislações internacionais a fim de garantir uma política pública efetiva a fim de assegurar o direito à alimentação adequada.

Vale lembrar que política pública no Brasil significa, de um modo geral, uma medida ou um conjunto de medidas praticadas pelo Estado para efetivar os direitos fundamentais ou o Estado Democrático de Direito, considerando todas as formas de intervenção do poder público na vida social (Freire Júnior, 2005, pág. 47), ampliando a atuação do Estado para além do estado gendarme, aquele em que a atuação exclusiva é a vigilância ou a ordem pública.

O programa ora em debate, é uma política pública social de combate à insegurança alimentar. Dentre as variadas formas pelas quais o Estado, aqui se entende seus três níveis: federal, estadual e municipal, pode se utilizar para efetivação do direito fundamental à alimentação adequada, uma vez que nada vale o reconhecimento formal do direito se ele não está garantido de instrumentos para consumá-los. (Freire Júnior, 2005, pág. 48)

Diante disso, o Estado de São Paulo pelo Decreto Estadual n.º 45.547/00 instituiu a rede de restaurantes populares, conhecidos como Bom Prato, como política pública de alimentação adequada da Secretaria de Desenvolvimento Social com a possibilidade de parceria com os



Municípios, atribuindo a execução à própria Administração ou com a participação de entidades da sociedade civil através da celebração de convênio.

A implementação da rede de restaurantes populares vem regulamentada na Resolução SEDS n.º 12/11, determinando o valor de 1 real quanto a refeição almoço/janta e 0,50 centavos a refeição café da manhã, a quantidade de calorias por refeição, como se dará a implementação pelos convênios, os valores de repasse e regras quanto ao local de instalação.

Conforme site oficial da secretaria de desenvolvimento social, há atualmente 107 unidades instaladas no estado, sendo 73 fixas e 34 móveis. Os restaurantes fixos estão distribuídos da seguinte forma: 24 na Capital, 19 na Região Metropolitana de São Paulo, 21 no Interior, e 9 no Litoral.¹

Na cidade de São Vicente há duas unidades do Bom Prato, uma no Quarentenário e outra na Escola de Técnicas de Economia Solidária (ETECRI) no México 70, esta última constando no documento oficial como endereço provisório.

Como relatado na primeira parte, antes de ser no México 70, a unidade ficava no centro da cidade fornecendo 1,8 mil refeições e atingindo uma variedade de pessoas vulneráveis, pois toda rede de assistência social e garantia de direitos ficava no centro da cidade. A mudança reduziu o número para 300 refeições, limitando apenas ao almoço sem café da manhã, em uma área distante e restrita de pouco acesso, pois é dominada pelo crime organizado, ou seja, nem todas as pessoas conseguem ir.

Mesmo com todo o arcabouço jurídico supramencionado, que estabelece as diretrizes das políticas públicas relacionadas à garantia direito à alimentação adequada para os gestores públicos, a prefeitura municipal de São Vicente foi em direção contrária por pressão dos comerciantes que se diziam afetados pelo Bom Prato.

O que demonstra a importância das análises de casos concretos locais para verificação da efetivação do que se luta em âmbito regional, nacional e internacional, comprovando assim a existência de violências aos direitos promovidas pelo próprio Estado dentro de sua divisão organizacional de execução.

Enquanto alimento for mercadoria, este será moeda de troca e a fome será uma realidade permanente pois para aquisição de comida de boa qualidade precisa estar inserido nas relações de consumo, logo a população sobrando criada pelo capitalismo não terá como comer, ficando à mercê de doações, restos ou até mesmo o lixo, sendo responsabilidade do Estado promover políticas públicas de enfrentamento à fome e garantia de alimentação adequada.

Toda luta para garantia desse direito é e sempre será só mais uma luta. Como é visto no caso em concreto, prevaleceu o interesse daqueles que têm influência local e é importante economicamente, resultando em articulações políticas que prejudicaram os mais vulneráveis, mesmo havendo toda uma proteção legislativa a favor deles.



IV – O TRABALHO MULTIDISCIPLINAR DA DEFENSORIA NO CASO

Delimita-se o caso em estudo na ação que houve no município de São Vicente que engloba a violação de estado detalhadamente descrita no item I do presente artigo e a participação da defensoria através da produção de um relatório para atuação do Núcleo de Direitos Humanos da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, que se passa a explicar agora.

Foi a partir da manifestação que ocorreu em São Vicente que a unidade da Defensoria Pública percebeu a importância de uma atuação na defesa do direito ao acesso à alimentação da população vicentina que está em situação de rua. Para tanto, tendo em vista que a unidade da Defensoria Pública do Município de São Vicente não dispõe de um defensor público que atue na área da fazenda pública, foi acionado o Núcleo de Direitos Humanos, o qual pediu que o CAM (Centro de Atendimento Multidisciplinar) fizesse um relatório social a fim de levantar os impactos da retirada do serviço da região central.

O CAM tem como base o trabalho multidisciplinar entre psicólogos e assistentes sociais de forma autônoma além do trabalho intersetorial com a rede de serviços públicos do território.

Nesse sentido, o trabalho *multi* do CAM na DPE tem como característica principal a garantia de direito integral do indivíduo, atuando judicialmente ou extrajudicialmente nos casos de atendimentos complexos, em que há violação de direitos como as decorrentes das desigualdades e vulnerabilidades sociais. Dessa forma, a psicologia e o serviço social trazem para o contexto jurídico a possibilidade de enxergar o sujeito de direito para além de suas necessidades jurídicas apresentadas no momento da triagem, observando os atravessamentos do Estado e do sistema capitalista na esfera individual e coletiva do indivíduo.

(...) especialmente ao que se refere à população alvo da Defensoria Pública, enxerga nas disputas aquilo que é causado não pelo conflito intersubjetivo e relacional, mas sim pela escassez de recursos e pela falta de acesso às políticas públicas. (CAVALCANTE; MIRANDA, pág 74, 2018)

No caso em estudo, a retirada do Bom Prato foi uma atuação extrajudicial do CAM junto com operadores do direito, trazendo uma nova interface da relação na unidade de São Vicente.

Inicialmente, os estagiários e os agentes do CAM se reuniram juntamente com um estagiário de direito e um estagiário de Pós-Graduação em Direito, sob a orientação do Núcleo de Direitos Humanos, para organizar a forma e metodologia da pesquisa a ser realizada. Nesse primeiro momento foi definido que os estagiários iriam a campo com um formulário de questões fechadas a fim de levantar os dados para construção do relatório.

O formulário foi construído pensando em onze questões gerais que envolvem a faixa etária, autodeclaração étnico racial, identidade de gênero, moradia, renda e alimentação, a fim de verificar o perfil da população impactada, e sete questões específicas sobre a retirada do serviço. A construção dele teve como referência o “Relatório Informativo – Pesquisa Cidadã” de 2021



feito pelo Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos da Defensoria Pública do Estado de São Paulo.

O local escolhido para aplicação das entrevistas foi estratégico. Optou-se por ir ao Centro POP (Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua) do município onde se encontra uma concentração maior das pessoas em situação de rua no período da manhã e no período da tarde foram abordando pessoas que transitavam na rua perto dos equipamentos públicos do centro, em especial do hospital municipal.

Além disso, foi inserido no relatório uma questão aberta para incluir os relatos dos questionados, a fim de garantir a humanização e reivindicação daqueles que de fato, utilizam o serviço, bem como dar voz a eles que deveriam ter sido consultados sobre a retirada do restaurante popular pela prefeitura e não foram. A participação popular na tomada de decisões das políticas públicas ainda é um acontecimento tímido, tendo em vista que a nossa democracia representativa está pautada no imaginário em apenas escolher, e não decidir, o que implica deslocar a deliberação para os representantes. (ALMEIDA; LAVELLE, pág. 27, 2020) Quando a decisão está nas mãos de representantes que não representam grupos sociais historicamente marginalizados, em especial a PSR, acontece violações de direitos como essa que ora se estuda.

Diante disso, a Defensoria se tornou, para além de uma instituição do sistema de justiça, uma instituição política de articulação com os poderes e a população, uma instituição de produção científica ao passo que faz levantamento de dados, estudos, artigos e pesquisas de interesse institucional e uma instituição que tenta dirimir os efeitos negativos da ausência de participação popular nas políticas públicas, sem fugir da sua missão constitucional de garantia do acesso à justiça às populações vulnerabilizadas.

Destaca-se que a própria instituição em São Paulo nasceu em grande parte por conta da mobilização social, iniciada pelo Conselho Estadual da Pessoa Humana (CONDEPE) e pela Comissão Teotônio Vilela de Direito (CTV) com o “*Movimento pela Defensoria*” em 1999, que depois, com a organização da sociedade civil e movimentos sociais ligadas aos direitos humanos, se transformou em “*Movimento pela Defensoria Pública*” (FERRAZ; SOUZA FILHO; SILVA; SOUZA, 2011). Deste modo, fica claro como a sociedade civil está intimamente ligada às ações da Defensoria, desde sua constituição, e precisa estar pautada em suas ações de garantia de direitos.

Ademais, a presença da Defensoria nos serviços públicos, não só na posição de solicitações jurídicas e produção de ofícios e encaminhamentos, como também, instituição que busca diminuir as desigualdades, é de extrema importância para a população em vulnerabilidade social. Por isso, se faz necessário que a instituição saia de seus muros e adentrem nas questões e pautas da sociedade civil e participe plenamente das lutas por direito na cidade.

O trabalho interdisciplinar na construção do relatório possibilitou uma visão não apenas jurídica dos problemas, mas psicossociais. Houve a preocupação de não ser apenas um relatório com dados, um relatório matemático, mas que tivesse informações dos debates e discussões que o grupo de agentes e estagiários levantaram e perceberam com a análise dos dados obtidos em campo, criando assim no relatório um tópico chamado “Discussão”.



Neste tópico se pontuou as contradições geradas pela retirada do Bom Prato da região central apontadas neste artigo no item I , concluindo pela violação do direito humano à alimentação adequada e o direito à cidade, mas que pelo olhar multidisciplinar verificou-se sua violação a partir do momento que aqueles que tentam usar o Bom Prato no novo local não conseguem acesso aos outros serviços da rede de assistência.

Esse movimento só é possível com o trabalho multidisciplinar exposto acima. A presença das áreas sociais, como a psicologia e serviço social, e até mesmo da sociologia, antropologia, arquitetos e etc., como acontece nos núcleos, criam uma gama de possibilidades e intervenções que apenas o trabalho jurídico e individualizante não produz. A realização da entrevista e do relatório entre as três áreas, Psicologia, Serviço Social e Direito, resultou em uma dinâmica integral, abarcando as questões do direito e acesso a este, do cuidado e das vulnerabilidades para com as pessoas em situação de rua.

Tal formulário e relatório foi entregue ao Núcleo de Direitos Humanos que iniciou uma atuação extrajudicial para dialogar com o Estado e com o Município a fim de tentar resolver a violação estatal ora exposta. Até o momento da produção deste artigo, sabe-se que a Secretaria de Desenvolvimento Social, responsável pelo programa Bom Prato, irá implementar o modelo piloto de uma modalidade de produção de 2000 mil refeições que serão distribuídas em alguns pontos da cidade de São Vicente. Porém, é importante salientar que não foi dado prazo para essa implementação.

CONCLUSÃO

Compreender o caso em análise permite apreender a violência de Estado concretizada nas regiões, em níveis locais, através do enfraquecimento das políticas públicas sociais e como a defensoria pode contribuir com a garantia dos direitos que foram violados dentro da sua missão constitucional de assegurar os direitos humanos das pessoas em situação de vulnerabilidade social.

Percebeu-se que a modificação do Bom Prato da região central do município de São Vicente sob a justificativa de que a região final é mais carente portanto precisaria do equipamento é, na realidade, um discurso fictício para mascarar a articulação política de caráter higienista que envolve essa decisão. Trata-se de mais um caso de violência estatal que expressa a biopolítica, decisões no controle dos corpos sociais e em que lugar da cidade esses corpos ocupam.

Tal articulação se deu através de um programa que instrumentaliza a política pública alimentar alicerçada no direito humano à alimentação adequada. Tal direito tem no seu histórico um nascimento conturbado pois, inicialmente, acreditou-se que a fome estava ligada com a escassez de alimento sendo que, após a superprodução, é que se entendeu a raiz do problema, o acesso a comida.

Mesmo com o reconhecimento desse direito, com toda a legislação protetiva, o interesse político e a influência daqueles que detém o maior poder econômico sempre prevalecem nas decisões dos governantes, sendo que no caso estudado, a pressão dos comerciantes da região



central fez com a mudança ocorresse e com ela toda a violação de direitos apontada no relatório produzido pela defensoria.

Essas contradições levam à conclusão de que houve uma violação do direito humano à alimentação adequada, além de uma violação do direito à cidade, caracterizando em violência do estado com grupos marginalizados.

Dessa forma, por meio de uma abordagem multidisciplinar, fica evidente que aqueles que tentam utilizar o Bom Prato em sua nova localização enfrentam dificuldades para acessar outros serviços da rede de assistência. Esse tipo de análise só se torna possível graças ao trabalho multiprofissional da Defensoria, oferecendo uma ampla gama de possibilidades e intervenções que não seriam alcançadas apenas por meio de abordagens jurídicas e individualizadas.

Com base no que foi apresentado, nota-se que as políticas públicas podem ser utilizadas como instrumento de higienização e opressão dos grupos marginalizados e que a Defensoria Pública pode e deve ser uma instituição que atuará na defesa desse grupo que sofre as contradições da sociabilidade capitalista.

REFERÊNCIAS

ALÇÃO BRASILEIRA PELA NUTRIÇÃO E DIREITOS HUMANOS. O direito humano à alimentação adequada e o sistema nacional de segurança alimentar e nutricional / organizadora, Marília Leão. – Brasília: ABRANDH, 2013. 261 p. ISBN 978-85-63364-06-7. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca_alimentar/DHAA_SAN.pdf. Acesso em: 16 ago. 2023.

AGUIAR, Adaleia Barbosa de; PADRÃO, Susana Moreira. Direito humano à alimentação adequada: fome, desigualdade e pobreza como obstáculos para garantir direitos sociais. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 143, p. 121-139, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/7GNQn7tYqWL6wYZncbLRnSN/?lang=pt>. Acesso em: 17 ago. 2023.

ALMEIDA, Debora Rezende de; LAVALLE, Adrian Gurza. Democracia: qual queremos? In: *A democracia necessária e desejada: dilemas e perspectivas* / Ana Claudia Teixeira, Carla Almeida, José Antônio Moroni (Org.). – Marília: Lutas Anticapital, pág. 74, 2020.

BRANCO, Guilherme Castelo. Violência de Estado. *Revista Ecopolítica*, São Paulo, n. 9, mai/ago, pp. 2-12. 2014

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. *Política Nacional de Alimentação e Nutrição – 1. ed., 1. reimpr.* – Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

BRASIL. Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. [S. l.], 24 dez. 2009. Disponível em:



<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%207.053%20DE%2023,que%20lhe%20confere%20o%20art. Acesso em: 21 set. 2023>.

DE SÃO VICENTE, P. M. Bom Prato do Centro será transferido para novo endereço. Disponível em: <<https://www.saovicente.sp.gov.br/bom-prato-do-centro-sera-transferido-para-novo-endereco>>. Acesso em: 14 ago. 2023.

FERRAZ, Fábio Alexandre Fernandes; SOUZA FILHO, Haroldo de Oliveira; SILVA, Marcia Rosa de Mendonça; SOUZA, Maria Antonieta de. Defensoria Pública do Estado de São Paulo: aperfeiçoamento dos mecanismos de participação social. 2011. 73 f.

FIRMINO, A. Fechamento do Bom Prato no Centro de São Vicente divide opiniões. Disponível em: <<https://www.tribuna.com.br/cidades/saovicente/fechamento-do-bom-prato-no-centro-de-sao-viceinte-divide-opinioes>>. Acesso em: 14 ago. 2023.

FREIRE JÚNIOR, Américo Bedê. O Controle Judicial de Políticas Públicas. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2005. – (Coleção temas fundamentais de direito; v.1)

SILVA, Lidiane Bravo da. População Negra Em Situação De Rua: Uma Breve Análise Da Reprodução Do Racismo Institucional E Os Desafios Colocados Sobre A Prática Profissional Do Assistente Social. Anais do 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, [s. l.], v. 16, n. 1, p. 0-13, 2019.

MEMORIAL DA DEMOCRACIA. Vargas Cria Serviço De Alimentação. [S. l.], 21--. Disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/card/governo-federal-cria-o-saps>. Acesso em: 16 ago. 2023.

MIRANDA, Melina Machado; CAVALCANTE, Paula Rosana (Organizadores). Anais do II Congresso Brasileiro de Atuação Interdisciplinar nas Defensorias Públicas: caminhos extrajudiciais, judiciais e intersetoriais para o acesso à justiça. São Paulo: EDEPE, 2018. 144 p.

NONATO, Domingos do Nascimento; RAIOL, Raimundo Wilson Gama. SÍVEIS SOCIAIS: A NEGAÇÃO DO DIREITO À CIDADE À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA. Revista de Direito Urbanístico, Cidade e Alteridade, Curitiba, v. 2, n. 2, p. 81-101, jul/dez 2016.

PRINCIOTTI, V. G. Alimentado a cidade os efeitos locais do programa Bom Prato na cidade de São Paulo. Escola de Administração de Empresas - FGV. São Paulo, 2023.

RATTON, Carlos. Bom Prato: Ministério Público avalia transferência do Centro de SV para a Vila Margarida. Disponível em: <<https://www.diariodolitoral.com.br/sao-viceinte/bom-prato-ministerio-publico-avalia-transferencia-do-centro-de-sv/166470/>>. Acesso em: 14 ago. 2023.

SANTOS, Sandra Maria Chaves dos; RAMOS, Flávia Pascoal; MEDEIROS, Maria Angélica Tavares de; MATA, Mayline Menezes da; VASCONCELOS, Francisco de Assis Guedes de. Avanços e desafios nos 20 anos da Política Nacional de Alimentação e Nutrição. Cadernos de



Saúde Pública: Reports in Public Health, Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/Qhb4jbyYRNVF9xT7678f7vJ/?lang=pt>. Acesso em: 17 ago. 2023.

ⁱ <https://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/acoes-de-protecao-social/programa-bom-prato/>. Acesso em 17/08/2023.



Sentidos e Significados da Violência Policial para Estudantes do Curso de Geografia

Senses and Meanings of Police Violence for Geography Students

Ana Luiza Sebba Rady Lopes

Graduanda em Psicologia

Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás)

analuizarady@gmail.com

Divino de Jesus da Silva Rodrigues

Docente Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Psicologia e Educação

Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás)

psico.divino@pucgoias.edu.br

Adrillenne Pinheiro Silva Rezende

Graduanda em Psicologia

Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás)

adrillenne@hotmail.com

Resumo

Este trabalho trata dos sentidos e significados da Violência Policial para estudantes do curso de Geografia da Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Busca refletir a respeito da violência policial e da vitimização juvenil, colaborando com as discussões sobre políticas públicas relacionadas à segurança pública e com os estudos acerca da vitimização juvenil e violência policial. A pesquisa teve o suporte da Psicologia Sócio-Histórica de Vigotski e do método do Materialismo Histórico-Dialético. A coleta de informações ocorreu por meio da entrevista semiestruturada, os encontros com as/os participantes da pesquisa foram realizados em salas apropriadas da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, local onde a privacidade e o sigilo foram garantidos. A sistematização iniciou-se pelo processo de transcrições das entrevistas individuais. Como suporte metodológico da sistematização, utilizou-se o procedimento de análise dos dados denominado de identificação dos núcleos de significação. A análise dos núcleos foi realizada por meio da investigação e releituras dos pré-indicadores, indicadores e núcleos de significações. A partir da análise das falas das/os estudantes foi possível identificar os seguintes núcleos de significações: Proteção e segurança; Abordagem exagerada, que passa dos limites e Violência policial para as minorias. As falas desvelaram que os sentidos e significados referentes à violência policial apontam: que algumas/ns policiais militares não seguem as suas funções normatizadas constitucionalmente, ao contrário, exageram nas abordagens, abusam do poder e são preconceituosas/os. Diante desse contexto, esta pesquisa procura contribuir com a discussão sobre políticas públicas de segurança, para a promoção e garantia dos direitos humanos para todas/os as/os cidadãs e cidadãos na sociedade.

Palavras-chave: sentidos e significados; violência policial; curso de geografia.



Abstract

This paper discusses the meanings and significance of police violence for students of the Geography course at the Pontifícia Universidade Católica de Goiás. The study seeks to reflect on police violence and youth victimization, contributing to discussions on public policies related to public security and studies on youth victimization and police violence. The study was supported by Vigotski's Socio-Historical Psychology and the method of Historical-Dialectical Materialism. Data collection was conducted through semi-structured interviews. The interviews were conducted in private rooms at the Pontifícia Universidade Católica de Goiás. The data were transcribed and analyzed using the method of identifying meaning cores. The analysis of the students' speeches revealed three main meaning cores: Protection and security: Students believe that the police should protect them, but they feel unsafe and unprotected when they are approached by the police. Exaggerated and abusive approach: Students believe that the police often exaggerate in their approaches, using unnecessary force and abusing their power. Police violence against minorities: Students believe that the police are more likely to use violence against minorities, such as black people and young people. The students' speeches revealed that they have a negative perception of the police. They believe that the police do not follow their constitutional functions, but instead, they exaggerate in their approaches, abuse their power, and are prejudiced. In light of this context, the study contributes to the discussion on public security policies, for the promotion and guarantee of human rights for all citizens in society.

Keywords: *meanings and significance; police violence; geography course.*

Introdução

O presente trabalho trata das questões relativas à violência policial por meio da apreensão dos sentidos e significados da violência policial para jovens universitários do curso de Geografia da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás).

Sobre violência policial, de acordo com Rodrigues e Sousa (2017, p.196), estas violências: “refletem ideologias que são produto do alinhamento do Estado com a égide capitalista, que se alicerça em um modelo de desenvolvimento econômico desigual e concentrador, demarcando uma profunda desigualdade social que gera injustiças sociais, exclusões e a marginalização da pobreza, que precisa ser contido e controlado”. Em relação a essa, parte-se do pressuposto de que a segurança pública é um dever do Estado, direito e responsabilidade de todas/os, como normatiza o artigo 144 da Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988). Nesta direção, a Polícia Militar é o órgão estatal responsável pela polícia ostensiva e pela preservação da ordem pública no país.

Contudo, de acordo com Rodrigues e Sousa (2017, p. 188):



(...) no exercício de suas funções, constantemente, por meio das mídias, órgãos em defesa dos Direitos Humanos, entre outras instituições da sociedade civil organizada, denunciam o uso da força excessiva, coercitiva, abuso de poder, entre outras arbitrariedades e barbáries, contra os cidadãos em várias cidades do território nacional.

Além disso, segundo Rodrigues e Sousa (2017, p.193), as normativas constitucionais são “[...] uma expectativa ideológica, um discurso repetido insensatamente na sociedade, que oculta à proteção da segurança pública, a uma pequena parcela de pessoas na sociedade e, uma grande maioria, não recebe esta proteção”. Nesta direção, o 17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023) aponta que no ano de 2022, em ações de policiais, foram mortas 6.429 pessoas, como também foram mortas/os 161 policiais entre Civis e Militares. Frente ao estre cenário concordamos o que expõem Rodrigues e Sousa (2017) que: (...) da mesma maneira que é inaceitável morte de civis, é também inaceitável morte de policiais” (p.197). Assim, para /as/os autoras/es: “(...) é necessário redefinir as políticas de segurança pública atuais do país, a partir de uma perspectiva de políticas públicas de segurança, para que todos tenham acesso e sejam tratados como sujeitos de direitos” (Rodrigues e Sousa, 2017, p.196).

Diante desse cenário sobre a violência policial, salienta-se que este artigo objetiva apreender os sentidos e significados da violência policial para estudantes do curso de Geografia da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás). Dessa forma, essa pesquisa visa tratar a questão da violência policial sob a perspectiva das/os estudantes, que compartilharam suas experiências e visões sobre esta violência. Desta maneira, busca contribuir com as discussões acerca desta violência do Estado, especificamente, sobre sua dimensão psicossocial, tanto no campo acadêmico quanto na sociedade. Visando, assim, auxiliar na criação de políticas públicas relacionadas às juventudes e ampliar os relacionamentos sociais e institucionais da Polícia Militar com a sociedade como um todo.

Método

Esta pesquisa se consolida pela concepção da Psicologia Social, na perspectiva Sócio-Histórica de Lev Semiovitch Vigotski (1896-1934), tendo o Método Materialismo Histórico Dialético como norteador na execução da pesquisa. De acordo com Vásquez (2011, p.244), o método é uma “[...] ação material, objetiva, transformadora que corresponde aos interesses sociais e que, considerada do ponto histórico-social, não é só produção de uma realidade material, mas, sim uma criação e desenvolvimento incessante da realidade humana”. E completa Vigotski (1995, p.47), que o método “se converte em uma das tarefas de maior importância na investigação. O método, nesse caso, é ao mesmo tempo premissa e produto, ferramenta e resultado da investigação” (p. 47).

A utilização deste método possibilita uma investigação crítica, fazendo-se um guia na busca das mediações constitutivas do fenômeno de pesquisa. Neste sentido, o método foi utilizado para orientar o estudo das categorias: Estudantes universitários do curso de



Geografia e a violência policial nos contextos sócio-histórico-político-econômico-culturais que estão inseridos.

Sobre os conceitos de sentidos e significados, esta pesquisa alicerça-se na perspectiva Sócio-Histórica de Vigotski, sendo que, para o autor a palavra “está para a consciência como o pequeno mundo está para o grande mundo, como a célula viva está para o organismo, como o átomo para o cosmo. Ela é o pequeno mundo da consciência. A palavra consciente é o microcosmo da consciência humana” (Vigotski, 2009, p. 486).

Desta maneira, para Vigotski (2009, p.398), a palavra é uma unidade de análise por meio da qual entrelaçam-se o pensamento e a linguagem. Assim, na sua visão, o significado da palavra é “[...] indecomponível de ambos os processos e não um fenômeno da linguagem ou um fenômeno do pensamento”, uma vez que a linguagem “[...] não é um simples reflexo especular da estrutura do pensamento, razão por que não pode esperar que o pensamento seja uma veste pronta. A linguagem não serve como expressão de um pensamento pronto. Ao transformar-se em linguagem, o pensamento se reestrutura e se modifica (Vigotski, 2009, p.412). Assim, “[...] o pensamento não se expressa, mas se realiza na palavra” (idem, p.412).

Sobre os sentidos, conforme Vigotski (2009, p.466), são: “a soma de todos os fatos psicológicos que ela desperta em nossa consciência, [...] é sempre uma formação dinâmica, fluida, complexa, que tem várias zonas de estabilidade variada”. Sendo de acordo com o autor, o significado uma “[...] dessas zonas do sentido que a palavra adquire no contexto de algum discurso e, ademais, uma zona mais estável, uniforme e exata” (idem, p. 466). Já os significados são “[...] um ponto imóvel e imutável que permanece estável em todas as mudanças de sentido da palavra em diferentes contextos” (idem, p.466).

Diante destas conceituações de sentidos e significados, apreende-se que nos relatos das/os estudantes estão expressas as vivências e experiências, inseridas nos contextos culturais, políticos, sociais e econômicos de cada estudante que participou da pesquisa.

A pesquisa empírica desta investigação científica foi realizada com uma amostra de 01 estudante por período do curso de Geografia da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, sendo 07 estudantes do total de 07 períodos do curso.

Antes de iniciar a coleta de informações, houve esclarecimentos as/aos participantes sobre a pesquisa e logo após eles assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), como determina a Resolução 466/12, que normatiza as Diretrizes e Normas de Pesquisa em Seres Humanos do Conselho Nacional de Saúde (Brasil, 2012).

A participação na pesquisa alicerçou-se nos seguintes critérios de inclusão/exclusão: Critérios de Inclusão: ter entre 18 anos a 29 anos; estar regularmente matriculada/o e ter frequência no curso de Geografia da PUC Goiás; desejar participar da pesquisa. Critério de Exclusão: ser integrante de uma corporação policial; ter sido integrante de uma corporação policial; ter parentesco em qualquer grau com integrantes



de uma corporação policial; ter um relacionamento afetivo com algum/a integrante da corporação policial; não estar servindo as Forças Armadas do Brasil.

Esta pesquisa foi orientada pela perspectiva metodológica qualitativa, que se caracteriza da seguinte forma:

Responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (Minayo, 2015, p. 244).

A escolha desta perspectiva metodológica não foi feita ao acaso. Uma vez que metodologia não é só um conjunto de técnicas, teorias e instrumentais, vai além, é um caminho para o conhecimento. Posto isso, concepções de aspectos sociais, econômicas, políticas, culturais, visões de mundo e de sujeito são singulares para uma investigação, tanto na escolha da perspectiva metodológica quanto na análise dos dados que serão analisados (Minayo, 2013).

Para esta investigação, como procedimento metodológico de coleta de dados, foi utilizada a técnica de entrevista semiestruturada. Assim, no primeiro momento, foram realizadas 07 entrevistas individuais com as/os estudantes do curso de Geografia da PUC Goiás, cada entrevista teve duração de aproximadamente 40 minutos.

Todos os encontros com as/os participantes da pesquisa foram realizados em salas apropriadas da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás). Local onde privacidade e sigilo tanto das/os participantes quanto das informações coletadas foram garantidos.

A sistematização iniciou-se pelo processo de transcrição das entrevistas individuais. Posteriormente, como suporte metodológico da sistematização, utilizou-se o procedimento de análise dos dados denominado de identificação dos núcleos de significação (Aguiar; Ozella, 2013; Aguiar; Soares; Machado, 2015; Aguiar; Aranha; Soares, 2021), como instrumento para apreensão acerca da constituição dos sentidos e significados das/os estudantes universitárias/os sobre a investigação da pesquisa.

Esta técnica é constituída por três momentos: 1) Localização de Pré-indicadores, que se constitui “na identificação de palavras que já revelam indícios da forma de pensar, sentir e agir do sujeito, que, como ser mediado pela história, se apropria das características de sua cultura e as converte em funções psicológicas” (Aguiar; Soares e Machado, 2015, p.61-62); 2) Organização dos Indicadores, que será dada por meio da ligação dos pré-indicadores, identificados por sua similaridade, complementaridade ou contraposição (Aguiar e Ozella, 2013); 3) Constituição dos núcleos de significação, que revelarão os sentidos e significados da violência policial para os estudantes pesquisados do curso de Geografia.

A análise dos núcleos foi realizada por meio da investigação e releituras dos pré-indicadores, indicadores e núcleos de significações, de acordo com Aguiar; Soares e Machado (2015, p. 71), explicitados da seguinte forma:



os núcleos de significação não se reduzem ao caminho inverso da análise, procurando “juntar” as palavras que foram antes “quebradas”, esmiuçadas, no intuito de apreender sua estrutura semântica, isto é, o contexto em que foram enunciadas, a fim de apreender seus significados. Isso ocorre porque o movimento de síntese não é formado pela soma das partes, mas pela articulação dessas partes, no caso, as palavras (pensamento e fala), entendidas como elementos históricos e contraditórios que constituem “esse” caminho inverso, isto é, palavras que, uma vez produzidas pelo sujeito, são mediadas por sentidos e significados sobre a realidade na qual atua.

Com isso, a análise crítica dos núcleos de significações possibilitou a compreensão da essência das falas das/os estudantes universitários do curso de Geografia da PUC Goiás quanto aos sentidos e significados da violência policial.

Esta investigação está inserida na pesquisa “Sentidos e Significados da Violência Policial para Estudantes Universitários”, que foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da PUC Goiás, sob o Parecer nº. 2.157.058, CAEE: 69339517.2.0000.0037. Compõe o conjunto das pesquisas realizadas Grupo de Pesquisa Infância, Família e Sociedade (GIFS- PUC Goiás) (Brasil, 2012).

Resultados/Discussões

A seguir será feita uma breve apresentação das/os estudantes que participaram da pesquisa. Destaca-se que os nomes atribuídos são fictícios por critérios éticos pertinentes à pesquisa, conforme normatiza a Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde (Brasil, 2012).

Quadro sociodemográfico

Quadro 1: síntese das informações sobre as/os participantes da pesquisa

Indicadores	Participantes						
	Heitor	Pedro	Paulo	Mateus	Rafael	França	Eduardo
Idade	18 anos	29 anos	23 anos	20 anos	21 anos	22 anos	19 Anos
Estado Civil	Solteiro	Casado	Noivo	Solteiro	Solteiro	Solteira	Solteiro
Auto denomina-se	Branco	Pardo	Branco	Negro	Branco	Parda	Branca
Tem alguma Bolsa de estudo	Vestibular Social	Vestibular Social	Vestibular Social				
Composição familiar	Pai	Esposa	Irmã	Pais	Avô, avó, irmão e mãe	Mãe	Pais



Situação de trabalho	Não trabalha	Balconista	Trabalha	Estudante	Estagiário	Estagiária	Não trabalha
Renda per capita da família – Total	Em volta de R\$4000,00	R\$4800,00	R\$3000,00	Uns R\$18000,00	Mais de R\$5000,00	Em torno de R\$2500,00	Em torno de R\$2000,00
Bairro onde mora (relação territorial e financeira)	Região Noroeste	Região Leste Universitário	Interior, região metropolitana	Oeste	Sudoeste	Setor Leste Universitário	Norte

Fonte: elaboração das/os autoras/es.

A partir da análise das falas das/os estudantes e os indicadores durante o processo investigativo foi possível identificar os seguintes núcleos de significações: "Proteção e segurança"; "Abordagem exagerada, que passa dos limites" e "Violência policial para as minorias".

“Proteção e segurança”

Segundo o estudante Pedro, a polícia militar “...é uma entidade responsável para manter a ordem da sociedade, manter o equilíbrio e.... o direito do cidadão de ir e vir com segurança, esse é o papel da... para mim o que é a polícia militar”.

Para o estudante Mateus, a polícia militar é “A instituição do Estado que protege”.

De acordo com o estudante Rafael “...São profissionais que trabalham em prol da segurança do cidadão”.

Quando questionado sobre o papel da polícia militar o estudante Heitor afirmou “Garantir a segurança aos cidadãos”.

O estudante Pedro reiterou o seguinte sobre o papel da polícia militar: “... Como eu falei anterior, seria manter a ordem na sociedade, dar oferecer segurança a essa população, principalmente determinadas regiões, bairros, a cidade num todo, esse é o papel do policial”.

Já Paulo afirmou: “Ah, ela tem o papel de zelar pela integridade do cidadão, dos direitos”.

Segundo o universitário Mateus, o papel da polícia militar é o de “Defender o cidadão”.

E, de acordo com o estudante Paulo é “proteger os cidadãos”.

O estudante Eduardo afirmou o que se segue sobre a polícia militar: “É complicado assim, porque ela serve, serviria para dar a segurança. Só que as vezes eles não conseguem fazer isso e acaba tirando a segurança da gente...”.



Para a estudante França: “Na teoria é promover a segurança, mas é totalmente diferente, assim, eles estão mais na ação quando o Estado intervém”.

A partir das falas das/os estudantes foi possível perceber que apontam que a função da polícia militar deveria ser de proteger e garantir segurança de todas/os na sociedade. Contudo, afirmam Rodrigues e Sousa (2017) que esta é “(...) uma expectativa ideológica, um discurso repetido insensatamente na sociedade, que oculta a proteção da segurança pública, a uma pequena parcela de pessoas na sociedade e, uma grande maioria, não recebe esta proteção” (p.193). Por outro lado, as/os estudantes expressaram contradições do exercício das funções do policiamento militar, que de acordo com Rodrigues e Sousa (2017):

no exercício de suas funções, constantemente, por meio das mídias, órgãos em defesa dos Direitos Humanos, entre outras instituições da sociedade civil organizada, denunciam o uso da força excessiva, coercitiva, abuso de poder, entre outras arbitrariedades e barbáries, contra os cidadãos em várias cidades do território nacional, por parte de policiais militares (p.108).

Em relação estas arbitrariedade e barbáries de violações dos direitos humanos praticada por policiais militares, somos cientes que a manifestação da violência policial é histórica na sociedade brasileira, que de acordo com Rodrigues (2015): “marca (...) ações da Polícia Militar, ao longo de sua existência. E, que (...) vem sendo utilizada como mecanismo visível do aparelho repressor do Estado, inserida ao longo dos anos, no contexto cultural, socioeconômico e das políticas, sob a ótica ideológica de interesses das classes dominantes em nosso país” (p.142).

Assim, reafirmamos a urgência da necessidade de mudança na estrutura e atribuições da Polícia Militar que continuam nos moldes da ditadura milita de 1964. Assim, compreendermos que com a redemocratização do país, esse debate teve ser pauta de discussões da população sobre o papel e as atribuições da Polícia Militar na sociedade (Bicudo, 2000; Carvalho e Silva; 2011; Rodrigues, 2015).

“Abordagem exagerada, principalmente em jovens negros, que passa dos limites”

O universitário Pedro afirmou o seguinte ao ser questionado sobre a abordagem dos policiais militares:

Eu acho em alguns casos exagerados, principalmente em jovens negros, pessoas que estão as vezes andando pelas ruas. É uma abordagem as vezes que poderia ter mais um processo de... como que posso falar para você? Um processo de mais cautela, é um processo de abordagem muito agressivo. É... O uso da força de usar cassetete, quando faz uma abordagem já chega com uma agressão física, batendo, é insultando a pessoa muitas das vezes sem saber quem é o indivíduo, violência verbal, já chamando de vagabundo, termos pejorativos.

A universitária França afirmou: “...eu acho uma abordagem muito exagerada, ainda mais quando se fala de classe baixa e negro”. E completa a estudante que “É... Alguns eles batem, machucam, não, bater e machucar é a mesma coisa. É tipo, abordagem truculentas, abordagens por questão de vestimenta, cor, classe...”



Já o estudante Rafael, relatou: “Acho que... Racismo, é... Hm... Abordagens mais violentas com as pessoas negras, acredito que seja isso”. E completa o estudante Rafael:

É... Alguns eles batem, machucam, é tipo, abordagem truculentas, abordagens por questão de vestimenta, cor, classe... meu amigo que foi abordado por ser negro, abordado de uma forma diferente, já chamando de bandido, porque a família dele trabalhava com lapidação de joias , tanto que ele era do curso de geografia, ai ele ia embora de bicicleta , morava lá no (...), e ai, a polícia parou ele e pediu para revistar ele, e quando pegou as joias que era da família, já foram falando “onde você roubou essas joias?”, nem perguntou de onde era, de quem era, então, para ele foi assim...Por ser negro , já determinou por causa da sua cor.

Segundo o estudante Eduardo as abordagens policiais: “...pelo o que eu vejo falar, alguns são grosseiros um pouco, principalmente mais aqueles da rotam, aqueles que são mais violentos”.

De acordo com Paulo: “A abordagem em si muitas das vezes ela é muito opressora, outras vezes ela nem deixa que o indivíduo demonstre por exemplo o que ele tá fazendo ou não, e também essa abordagem policial muita das vezes ela tem que ser ofensiva mesmo, mas não na maneira em que ela está hoje”.

Segundo o estudante Heitor:

a abordagem ela, com algumas pessoas, dependendo, eu tenho alunos, tenho conhecidos que são abordados e ela é diferente, querendo ou não ela é diferente, a gente vê por exemplo que na abordagem militar, eu observo que com jovens negros carentes e com outras de outro patamar social também.

Já o estudante Mateus expressou-se da seguinte maneira:

Algumas, acredito que dependendo da forma que é abordado, que é inclusive baculejado. Tem certos tipos, assim, acho que o mais comum seria o racismo, porque quando alguns abordam os negros, já é um sinônimo de bandido para eles, então acaba que eles abordam de uma forma diferente como abordam um branco, então, nesse sentido, acho que tratar as pessoas diferentes, então acaba que essas pessoas acabam denunciando esses atos.

As falas das/os estudantes acentuadamente, apontam que muitas abordagens de policiais militares passam dos limites, principalmente com jovens negros. Assim, ocasionando violência policial que desvela um racismo institucional, que pode ser definido como:

o fracasso das instituições e organizações em prover um serviço profissional e adequado às pessoas em virtude de sua cor, cultura, origem racial ou étnica. Ele se manifesta em normas, práticas e comportamentos discriminatórios adotados no cotidiano do trabalho, os quais são resultantes do preconceito racial, uma atitude que combina estereótipos racistas, falta de atenção e ignorância. Em qualquer caso, o racismo institucional sempre coloca pessoas de grupos raciais ou étnicos discriminados em situação de desvantagem no acesso a benefícios gerados pelo Estado e por demais instituições e organizações (Brasil, 2006, p. 22).

Nessa direção, segundo Werneck (2016): “o racismo institucional ou sistêmico é um mecanismo estrutural que garante a exclusão seletiva dos grupos racialmente subordinados. . . atuando como alavanca importante da exclusão diferenciada de diferentes sujeitos nestes grupos” (p.17). E completa a autora:



Trata-se da forma estratégica como o racismo garante a apropriação dos resultados positivos da produção de riquezas pelos segmentos raciais privilegiados na sociedade, ao mesmo tempo em que ajuda a manter a fragmentação da distribuição destes resultados no seu interior. O racismo institucional ou sistêmico opera de forma a induzir, manter e condicionar a organização e a ação do Estado, suas instituições e políticas públicas – atuando também nas instituições privadas, produzindo e reproduzindo a hierarquia racial (p. 17).

Frente ao exposto, afirmam Medrado, Táhcita e Angelo (2019) que muitas abordagens policiais são marcadas pela “discricionariedade, ou seja, os policiais podem decidir abordar qualquer indivíduo a partir de avaliações subjetivas que os levem a identificar determinados comportamentos como suspeitos, assim como decidir quando e como utilizar a força letal e não-letal” (p.222).

Nessa direção, em relação a discricionariedade, que são apontadas pelos/as estudantes, afirma Sousa e Reis (2014), existem “certos usos sociais, tais como tatuagens, modo de se vestir, tipo de corte e coloração de cabelos, para incutir a condição de suspeito” (p.131). Assim, sendo segundo Sousa e Reis (2014): “qualquer pessoa que não se enquadre na concepção de normalidade concebida pelo policial e seja considerada, por ele, em desconformidade com a paisagem na qual se encontra, poderá ser considerada suspeita e, nessa condição, passar pelos constrangimentos de uma busca pessoal em público” (p. 131). Assim, para Rondon Filho (2013): “há, portanto, um reconhecimento imagético e simbólico que transforma essas pessoas estereotipadas em vítimas potenciais da violência difusa e do abuso policial” (p. 270). E entre as pessoas estereotipadas estão os jovens negros, que de acordo com Pacheco e Marques (2023):

Jovens negros, majoritariamente pobres e residentes das periferias seguem sendo alvo preferencial da letalidade policial e, em resposta a sua vulnerabilidade, diversos estados seguem investindo no legado de modelos de policiamento que os tornam menos seguros e capazes de acessar os direitos civis fundamentais à não-discriminação e à vida (p.66).

Os dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública. (2023), aponta que dos 6.429 mortos em intervenções policiais, destes 76,89% em 2022 são de negros, entre a faixa etária de 12 e 29 anos. Frente esse cenário concordamos com Gugel e Rodrigues (2020) que: “Faz-se necessário, rever as estratégias e táticas adotadas nestas abordagens, em defesa dos direitos humanos que tem quer ser garantidora da dignidade de todos” (p.262). Já que para Honório e Silva (2018): “é atribuição da polícia a proteção dos direitos humanos, o descumprimento deste requisito, afeta diretamente no modo como a polícia é vista pela sociedade e conseqüentemente como ela desempenha suas funções” (p. 02).

Considerações Finais

O presente trabalho investigou os sentidos e significados que as/os estudantes do curso de Geografia da PUC Goiás atribuíram à violência policial, suas falas desvelam as contradições acerca das atribuições da corporação da Polícia Militar, uma vez que por um lado, reconhecem seu papel na garantia da proteção e segurança, por outro, apontam que



em ações especificamente por meio de abordagens, agem de maneira arbitrárias e abusivas, principalmente com jovens negros.

A partir das falas das/os estudantes, concordamos com Lima, Bueno e Mingardi (2016, p.50), os quais afirmam: “Falta-nos um projeto de governança das polícias brasileiras e de alinhamento das políticas de segurança pública aos requisitos da democracia e à garantia de direitos humanos”. Uma vez que a estrutura da Polícia Militar está alicerçada em um “modelo esgotado e que fora montado, nos anos da ditadura militar, para a segurança do Estado, na linha da ideologia da segurança nacional” (Bicudo, 2000, p.91. E completa o autor: “segundo a qual quem não é amigo é inimigo e como tal deve ser tratado, linha de atuação que qualificou, naquele período da nossa história, a atuação policial” (Bicudo, 2000, p.91).

Diante deste contexto, esta investigação intenciona contribuir com a discussão sobre políticas públicas de segurança para a promoção e garantia dos direitos humanos para todas/os as/os cidadãs/ãos da sociedade, ciente que nesse debate é necessário envolver a sociedade civil organizada, Ministério Público, esferas do poder executivo estadual e os comandos das forças policiais militares.

Nessa direção, somos cientes que discutir políticas públicas de segurança também necessita “envolver demais políticas públicas, entre as quais educação, cultura, esportes, trabalho, saúde, uma vez que não se pode debater segurança dissociada dessas políticas” (Rodrigues e Silva, 2019, p.834). Para, de fato, em um Estado Democrático de Direito, estabelecer uma segurança pública a todas/os na sociedade, com ações, programas e medidas implementadas pelo estado com o objetivo de promover o bem-estar e os direitos dos cidadãos, envolvendo as/os cidadãs/os no processo de tomada de decisão.

Por fim, ressaltamos que esta pesquisa quer reafirmar o compromisso da Psicologia Sócio-Histórica, como afirmam Rodrigues e Sousa (2017): “com vistas à superação das desigualdades sociais e opressões, mediante a garantia de direitos humanos e sociais de todos os cidadãos brasileiros, principalmente, daqueles que estão excluídos de serem sujeitos destes direitos” (p. 197). Por meio de pesquisas que desvelam questões da realidade social, cultural, econômica, política e ambiental que envolvem a todas/os, principalmente questões das diversas formas de manifestações das violências, entre as quais a violência policial

Referências

AGUIAR, W. M. J.; OZELLA, S. Apreensão dos sentidos: aprimorando a proposta dos núcleos de significação. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. 94, n.236, p. 299-322, 2013.

AGUIAR, W. M. J., SOARES, R. S.; MACHADO, V. C. Núcleos de significação: uma proposta histórico-dialética de apreensão das significações. *Cadernos de Pesquisa*, v. 45, n.155, p. 56-75, 2015.



AGUIAR, W. M. J.; DE, ARANHA, E. M. G.; SOARES, J. R. Núcleos de significação: Análise dialética das significações produzidas em grupo. Cadernos de Pesquisa, v.51. 2021.

ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Ano 17, São Paulo, 2023. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf> Acesso em 15 de set. 2023.

BICUDO, H. A unificação das polícias. Estudos Avançados, v. 14, n.40, p, 91-106, 2000.

BRASIL. Constituição Federal. Brasília - DF, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso: 06 Ago. 2023.

BRASIL. Guia de enfrentamento ao racismo institucional. Gueledés – Instituto da mulher negra. 2006. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/racismo-institucional-uma-abordagem-teorica-e-guia-de-enfrentamento-do-racismo-institucional/> Acesso: 06 Ago. 2023.

BRASIL. Resolução nº 466, de 12 de Dezembro de 2012 - Conselho Nacional de Saúde. 2012. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>. Acesso em: 06 Ago. 2023.

CARVALHO, V. A.; SILVA, M. R. F. Política de segurança pública no Brasil: avanços, limites e desafios. Katálysis, v. 14, n.1, p. 59-67, 2011.

HONÓRIO, C. A; SILVA, G.S. Direitos Humanos e Polícia Militar: percepções e significados para os policiais militares do 17º BPM na cidade de Águas Lindas- Goiás. REBESP, v. 11, n. 1, 2018.

GUGEL, A. R.; RODRIGUES, D. J. S. "Órgão do Estado que está Aí Para nos Proteger": Sentidos e Significados das Forças Policiais Militares e Suas Funções para Estudantes de Enfermagem. Fragmentos de Cultura, Goiânia, v. 30, n. 2, p. 251-265, 2020.

LIMA, R. S; BUENO, S; MINGARDI, G. Estado, polícias e segurança pública no Brasil. Revista Direito, GV, v. 12, n. 1, p. 49-85, 2016.



MEDRADO, M.; TÁHCITA; S.; ANGELO A. S. Racismo Institucional: Aspectos Comportamentais e Culturais da Abordagem Policial Acta Comportamentalia: Revista Latina de Análisis de Comportamiento, vol. 27, núm. 2. 2019 Universidad Veracruzana, México Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=274561104006> Acesso em: 02 out. 2023.

MINAYO, M. C. S. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 13 ed. São Paulo: Hucitec, 2013.

MINAYO, M. C. S.. Pesquisa social: teoria, método e criatividade 34 ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

PACHECO, D.; MARQUES, D. A heterogeneidade territorial da letalidade policial no Brasil. In ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Ano 17, São Paulo, p. 61- 67. 2023. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf> Acesso em 15 de set. 2023.

RONDON FILHO, E.B. Polícia e minorias: Estigmatização, desvio e discriminação. DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social – v.6, n.2, abr/mai/jun. p. 269-293. 2013.

RODRIGUES, D.J.S. Os sentidos e significados da violência policial para jovens pobres da cidade de Goiânia - Goiás. 2015. 183 f. Tese (doutorado) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Psicologia, Goiânia, 2015.

RODRIGUES, D.J.S; SILVA, A. P. S. “Proteção e Segurança para a População, mas não ao Todo”: Sentidos e Significados da Polícia Militar e suas Atribuições para Estudantes de Psicologia. Psicologia em Revista, Belo Horizonte, v. 25, n. 2, p. 820-837, ago. 2019.

RODRIGUES, D.J.S; SOUSA, S.M.G. Violência policial: sentidos e significados atribuídos por jovens da cidade de Goiânia. Psicologia em Estudo (online), v. 22, p. 187-198, 2017.

SOUZA, J, L; C; REIS, J; F; G. A discricionariedade policial e os estereótipos suspeitos. Rev. do NUFEN, v. 6, n. 1, Belém, 2014.



VÁSQUEZ, Sánchez, Adolfo. *Filosofia da práxis*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

VIGOTSKI, L.S. *A construção do pensamento e da linguagem*. São Paulo. Martins Fontes, 2009.

VIGOTSKI, L.S.. *Obras escogidas. Problemas del desarrollo de la psique*. Madrid, España: Visor, v.3, 1995.

WERNECK, J. *Racismo institucional: Uma abordagem conceitual*. Geledés – Instituto da mulher negra. 2016. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2013/05/FINAL-WEB-Racismo-Institucional-uma-abordagem-conceitual.pdf> Acesso em: 03 set.. 2023.



Sentidos e Significados da Violência Policial para Estudantes do Curso de Letras da PUC Goiás

Senses and Meanings of Police Violence for Students in the Languages and Literature Program at PUC Goiás

Julia Gonçalves de Oliveira

Graduanda em Psicologia
Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás)
go.julia@hotmail.com

Divino de Jesus da Silva Rodrigues

Docente Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Psicologia e Educação
Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás)
psico.divino@pucgoias.edu.br

Adrillenne Pinheiro Silva Rezende

Graduanda em Psicologia
Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás)
adrillenne@hotmail.com

Resumo

Este trabalho apresenta os sentidos e significados da Violência Policial atribuídos por estudantes do curso de Letras da Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Busca discutir a violência policial e contribuir com pesquisas acerca da vitimização juvenil, visando colaborar com o debate sobre políticas públicas relacionadas às questões da violência policial. A pesquisa foi fundamentada nos pressupostos teóricos da Psicologia Sócio-histórica de Vigotski e no método do Materialismo Histórico-dialético, que permitiram uma avaliação crítica e integrada do fenômeno em estudo para além da aparência imediata, possibilitando apreender a fala das/os estudantes acerca dos sentidos e significados da violência policial. A coleta de informações se deu pela entrevista semiestruturada, que foram sistematizadas e analisadas por meio dos núcleos de significação, sendo: “A polícia não está trazendo a segurança que deveria; “A abordagem deles é terrivelmente discrepante; “Medo, insegurança, impotência, fragilidade”; “Para a pessoa ter autoridade, ela precisa praticar violência”; “Eles não são condenados. As falas apontam que os sentidos e significados atribuídos pelas/os estudantes à atuação da polícia militar revelam que a violência policial é marcada por abusos de poder e abordagens tendenciosas, comportamentos que geram recorrentes sentimentos de medo e insegurança, ampliados principalmente pela impunidade das/os agentes agressoras/es. Revelam, ainda, que falta consolidar políticas públicas que garantem a todas/os as/os cidadãs/ãos as normativas constitucionais do exercício de direitos sociais e individuais na sociedade.

Palavras - chave: sentidos e significados; violência policial; curso de Letras.



Abstract

This paper presents the meanings and significance of police violence attributed by students of the Language and Literature Program at the Pontifícia Universidade Católica de Goiás. It seeks to discuss police violence and contribute to research on youth victimization, aiming to collaborate with the debate on public policies related to the issues of police violence. The research was based on the theoretical assumptions of Vigotski's Socio-historical Psychology and the method of Historical-Dialectical Materialism, which allowed a critical and integrated assessment of the phenomenon under study beyond the immediate appearance, making it possible to apprehend the speech of the students about the meanings and significance of police violence. The collection of information was done through semi-structured interviews, which were systematized and analyzed through the cores of meaning, being: "The police is not providing the security it should"; "Their approach is terribly discrepant"; "Fear, insecurity, impotence, fragility"; "For a person to have authority, they need to practice violence"; "They are not convicted". The speeches point out that the meanings and significance attributed by the students to the performance of the military police reveal that police violence is marked by abuses of power and biased approaches, behaviors that generate recurrent feelings of fear and insecurity, amplified mainly by the impunity of the aggressor agents. They also reveal that there is a lack of consolidating public policies that guarantee to all citizens the constitutional norms of the exercise of social and individual rights in society.

Keywords: *meanings and significance; police violence; Language and Literature Program.*

Introdução

O Estatuto da Juventude delimita como jovens as pessoas da faixa etária entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos de idade. Sua efetivação procura assegurar ao jovem, conforme seu art.4º, o direito à voz e à articulação social “nos espaços públicos e comunitários a partir da sua concepção como pessoa ativa, livre, responsável e digna de ocupar uma posição central nos processos políticos e sociais” (BRASIL, 2013). Nessa direção, o Estatuto da Juventude também aponta, em seu artigo 37, o seguinte: “Todos os jovens têm direito de viver em um ambiente seguro, sem violência, com garantia da sua incolumidade física e mental, sendo-lhes assegurada a igualdade de oportunidades e facilidades para seu aperfeiçoamento intelectual, cultural e social” (BRASIL, 2013).

Além disso, a Constituição Federal de 1988 afirma que todas/os são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, prometendo a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade e à segurança. No intuito de garantir bem-estar à sociedade e direitos as/os cidadãos/ãos, atribui à Polícia Militar as funções de policiamento ostensivo e preservação da ordem pública (BRASIL, 1988). No entanto, o cenário de violência policial desvela a fragilidade destas garantias constitucionais a todas/os as/os cidadãos/ãos, quanto ao exercício de direitos sociais e individuais.

Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2019), a cada 100 mortes intencionais violentas, 11 foram provocadas pelas polícias, sendo 17 mortes por dia, somando 6.220 no ano de 2018. Deste total, 99,3% das vítimas eram homens; 75,4% eram negros e 77,9% eram jovens entre 15 e 29 anos. Estes dados “demonstraram que as ações letais da polícia ocorrem em territórios de baixa renda, atingem jovens do sexo



masculino e não estão aleatoriamente distribuídas, vitimando mais negros” (Bueno et al, 2019, p. 61). O Anuário mostra, ainda, que esse contexto de violência também faz vítimas entre os próprios policiais: em 2018, foram 343 mortes, sendo 97% homens e 51,7% negros.

Segundo a Anistia Internacional (2015, p.10):

A banalização e a naturalização da violência no país, especialmente da violência contra determinados grupos historicamente discriminados, têm consolidado uma série de estereótipos negativos associados aos negros, sobretudo o jovem negro morador de favela. Assim, parte da sociedade permanece indiferente à morte desses jovens negros, que são as principais vítimas de homicídios no país.

Os dados da violência policial revelam inexistência de políticas públicas em vista tanto da garantia dos direitos individuais da população civil quanto das/os policiais militares, desvelando o fracasso ao assegurar, principalmente aos jovens, o exercício destes direitos. Para Rodrigues e Sousa (2017, p.193) o regulamento constitucional que alega proteção a todas/os é “uma expectativa ideológica, um discurso repetido insensatamente na sociedade, que oculta a proteção da segurança pública a uma pequena parcela de pessoas na sociedade e uma grande maioria não recebe esta proteção”.

Neste sentido, esta investigação tem como objetivo investigar os sentidos e significados da violência policial para estudantes do curso de Letras da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás). Desta maneira, trata da temática da violência policial a partir do ponto de vista das/os estudantes, que subsidiaram a apreensão dos sentidos e significados da violência policial por meio de suas falas e vivências. Assim, esta pesquisa quer contribuir com as reflexões sobre esse tipo de violência tanto no âmbito científico quanto no social, desse modo, colaborando para materialização de políticas públicas relacionadas a questões da violência juvenil, na perspectiva de favorecer as relações sociais e institucionais, na medida em que procura analisar a violência do Estado e as dimensões psicossociais dessa violência.

Método

A pesquisa foi norteada pelo método do Materialismo Histórico Dialético, que alicerçou, por meio de seus instrumentais teórico-metodológicos a investigação proposta, tendo como ponto de partida as vivências pessoais das/os estudantes, levando em consideração seus pontos de vista. A utilização deste método permitiu uma avaliação crítica e integrada do fenômeno em estudo para além da aparência imediata, uma vez que, de acordo com Vigotski (2004, p.150), “se as coisas fossem diretamente o que parecem, não seria necessária nenhuma pesquisa científica”.

Vigotski (2009, p. XII) ressalta a importância da linguagem no processo de formação dos sujeitos, visto que a dialética entre o ser humano e o mundo é mediada pelo discurso e “pela formação de ideias e pensamentos através dos quais o homem apreende o mundo e atua sobre ele, recebe a palavra do mundo sobre si mesmo e sobre ele-homem, e funda a sua própria palavra sobre esse mundo”.



Sobre os sentidos e significados, na perspectiva vigotskiana o sentido de uma palavra “é a soma de todos os fatos psicológicos que ela desperta em nossa consciência. Assim, o sentido é sempre uma forma dinâmica, fluida, complexa, que tem várias zonas de estabilidade variada” (VIGOTSKI, 2009, p. 465). Sobre o significado da palavra, por outro lado, o autor afirma que “é um ponto imóvel e imutável que permanece estável em todas as mudanças de sentido da palavra em diferentes contextos” (idem, p. 465).

Dessa maneira, para Vigotski (2009, p.465), a palavra “tomada isoladamente no léxico [...] tem apenas um significado. Mas este não é mais que uma potência que se realiza no discurso vivo, no qual o significado é apenas uma pedra no edifício do sentido” (p. 465). Assim, como apontam Aguiar e Ozella (2013, p.304), os significados são o ponto de partida: “sabe-se que eles contêm mais do que aparentam e que, por meio de um trabalho de análise e interpretação, pode-se caminhar para as zonas mais instáveis, fluidas e profundas, ou seja, para as zonas de sentido”.

As falas das/os estudantes, portanto, são interpretadas como sendo constitutivas sociais não apenas como considerações individuais desconexas da realidade. Nessa direção, afirma Rodrigues (2015, p. 29): “compreendemos que nos sentidos e nos significados das palavras expressas [...] são reveladas, também, a produção e a reprodução implícitas ou explícitas nos processos culturais, políticos, sociais e econômicos estabelecidos por esta sociedade”.

A pesquisa empírica seria realizada com 01 estudante por período, sendo 08 estudantes, do total de 08 períodos do curso de Letras da PUC Goiás. Contudo, é importante ressaltar que, devido à crise sanitária ocasionada pela Covid-19, resultando em medidas de isolamento, foram suspensas as aulas presenciais na Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás), a partir de 19 de março de 2020 e após, até o final do semestre, por meio das portarias: n. 11 de 19/03/2020; n. 12 de 27/03/2020; n. 13 de 03/04/2020; n.14 de 19/04/2020 e 16 de 16/05/2020 - Gabinete da Reitoria/PUC Goiás, em consonância com documentos em âmbito Internacional: Organização Mundial da Saúde; Nacional: Secretaria de Educação Superior do MEC/ Ministério da Saúde; Estadual: Governadoria do Estado de Goiás/ Secretaria de Estado da Saúde e Local: Prefeitura de Goiânia/Secretaria de Municipal de Saúde.

Diante da conjuntura de isolamento, não foi possível a realização de 03 entrevistas. Portanto, a pesquisa foi realizada com um total de 05 estudantes de 05 períodos do curso de Letras da PUC Goiás.

Antes de realizar as entrevistas, as/os participantes receberam explicações sobre a pesquisa e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), de acordo com a determinação da Resolução 466/12, que normatiza as Diretrizes e Normas de Pesquisa em Seres Humanos do Conselho Nacional de Saúde (Brasil, 2012). Nesse sentido, é importante ressaltar que este estudo faz parte da pesquisa denominada: “Sentidos e Significados da Violência Policial para Estudantes Universitários”, integra-se às pesquisas realizadas pelo Grupo de Pesquisa da Infância, Família e Sociedade



(GIFS), sendo aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, sob o Parecer n. 2.157.058, CAEE: 69339517.2.0000.0037.

A participação na pesquisa alicerçou-se nos seguintes critérios de inclusão/exclusão: Critérios de Inclusão: ter entre 15 anos e 29 anos; estar regularmente matriculada/o e ter frequência no curso de Letras da PUC Goiás.

Critérios de Exclusão: ser integrante de uma corporação policial; ter sido integrante de uma corporação policial; ter parentesco em qualquer grau com integrantes de uma corporação policial; ter um relacionamento afetivo com algum/a integrante da corporação policial.

Neste estudo, a técnica utilizada para coleta de dados foi a entrevista semiestruturada. Foram realizadas 05 entrevistas individuais e presenciais com estudantes do curso de Letras da PUC Goiás, resultando em depoimentos com duração em média de 40 minutos. Todos os encontros com as/os participantes da pesquisa aconteceram em salas apropriadas da PUC Goiás, local onde a privacidade e o sigilo das informações coletadas foram garantidos.

O processo foi iniciado com as transcrições das entrevistas. Depois, utilizou-se o procedimento denominado Núcleo de Significações, instrumento de análise de dados elaborado por Aguiar e Ozella (2013) que possibilita a apreensão de sentidos e significados constituídos pelo sujeito frente à realidade, no contexto deste estudo, da violência policial para as/os estudantes do curso de Letras da PUC Goiás. A metodologia é composta por três etapas:

- Localização de pré-indicadores: identificação de palavras que já revelam indícios da forma de pensar, sentir e agir do sujeito, que se apropria das características de sua cultura e as converte em funções psicológicas (AGUIAR; SOARES; MACHADO, 2015);
- Indicadores: resultado da organização dos pré-indicadores, agrupados por critério de similaridade, complementaridade ou contraposição (AGUIAR; OZELLA, 2013);
- Construção dos Núcleos de Significação, responsáveis por indicar os sentidos e significados da realidade dos participantes (AGUIAR; SOARES; MACHADO, 2015);

Para a realização da análise dos núcleos de significações, que ocorreu por meio da articulação das três etapas da sistematização, os significados são o ponto de partida. Segundo Aguiar, Soares e Machado (2015, p. 64):

É importante que o pesquisador, partindo do todo ainda caótico/empírico que conforma o discurso do sujeito, seja perspicaz na observação de aspectos particulares de sua fala, como a frequência, a ênfase e a reiteração de determinadas palavras e expressões, sua carga emocional, suas insinuações; enfim, fatores cujos significados, embora revelem apenas o lado empírico/aparente do objeto e, por isso, sejam vistos e denominados por nós como *teses*, são importantes pontos de partida na elucidação do movimento de significação da realidade pelo sujeito.

Verificar as transformações e contradições do processo possibilita “uma análise mais consistente que nos permita ir além do aparente e considerar tanto as condições



subjetivas quanto as contextuais e históricas” (AGUIAR; OZELLA, 2013, p. 310). Assim, a análise crítica e a interpretação dos núcleos de significações permitiram captar a essência e os sentidos das falas dos estudantes.

Resultados/Discussões

A seguir estão representados os perfis sociodemográficos das/os estudantes que participaram da pesquisa e, em seguida, os Núcleos de Significações que foram sistematizados a partir das falas das/os estudantes. Ressalta-se que os nomes atribuídos são fictícios por critérios éticos pertinentes à pesquisa, conforme normatiza a Resolução 466/12, do Conselho Nacional de Saúde (CNS) (BRASIL, 2012).

Quadro sociodemográficos

Quadro 1: síntese das informações sobre os(as) participantes da pesquisa

Indicadores	Participantes				
	Frederico	Miguel	Hera	Ana	Clara
Idade	25 anos	20 anos	19 Anos	21 anos	20 anos
Estado Civil	Solteiro	Solteiro	Casada	Solteira	Solteira
Autodenomina-se	Branco	Branco	Branca	Negra	Negra
Bolsa de estudo	PUC Social	ProUni	Nenhuma	Bolsa OVG	Bolsa OVG
Composição familiar	5 pessoas	4 pessoas	3 pessoas	2 pessoas	4 pessoas
Situação de trabalho	Não trabalha	Não trabalha	Não trabalha	Trabalha	Trabalha
Renda familiar total	4.000 reais	4.800 reais	8.000 reais	3.800 reais	2.000 reais
Onde mora	Região Leste de Goiânia	Região Norte de Goiânia	Interior de Goiás	Região Metropolitana de Goiânia	Região Metropolitana de Goiânia

Fonte: elaboração das/os autoras/es.

A partir da análise dos discursos das/os estudantes (pré-indicadores), foi realizado o levantamento dos indicadores, agrupados por similaridade e complementaridade. Estes, ao serem articulados, constituíram os núcleos de significações, esse processo de análise



resultou em cinco núcleos, sendo: “A polícia não está trazendo a segurança que deveria”; “A abordagem deles é terrivelmente discrepante”; “Medo, insegurança, impotência, fragilidade”; “Para a pessoa ter autoridade, ela precisa praticar violência?” e “Eles não são condenados”. Segue a discussão dos núcleos.

“A polícia não está trazendo a segurança que deveria”

O núcleo apresenta os sentidos e significados para as/os estudantes acerca da Polícia Militar e seu papel na sociedade, evidenciando uma relação de complementaridade entre os discursos e a contradição dialética presente nas próprias falas pois, ao mesmo tempo em que afirmam a função da Polícia Militar, questionam o real cumprimento desse papel.

O estudante Frederico se expressou de maneira parecida em dois momentos: “acredito que ela deveria existir para fazer nossa segurança, mas infelizmente ela sempre reprime o mais pobre [...]. Acho que o trabalho da polícia militar deveria ser oferecer segurança e não ser esse regime de milícia mesmo, de vigiar”. Depois, ao ser questionado sobre o papel da polícia militar, afirma: “oferecer segurança e não oprimir as pessoas”.

De acordo com Miguel, o papel da polícia “seria proteger a população, que seria o básico, ajudar a população contra roubos, essas coisas assim. Mas eu vejo como um tipo de alienação, eles são como um cão de guarda de quem possui o poder”. O jovem levanta a questão quanto a quem a polícia realmente protege, e afirma “a polícia ultimamente não tem sido a guarda pro cidadão, ela tem sido a guarda pro poder”.

Ana foi categórica ao se manifestar: “eles deveriam dar segurança, mas o real conceito do que eles deveriam propor para cidade, o Estado não executa. Para mim a polícia militar está ali meramente para transpassar um conceito de superioridade e medo”. Sobre o papel da polícia militar, complementou: “Acho que é dar segurança pra sociedade, mas de forma coesa, não da forma que vem sendo”.

Nesse sentido, Clara apontou que a polícia militar “é uma autoridade de segurança pública que deveria, né, trazer segurança para população. Eu acredito que devia ser a parte que defenda a gente. Porque não é isso que está acontecendo”. Em outro momento, acrescentou: “As pessoas não procuram mais os policiais como um meio de segurança, a população brasileira tem raiva da polícia, porque a polícia não está trazendo a segurança que deveria”.

Conforme a Constituição Federal de 1988, são atribuições da Polícia Militar as funções de policiamento ostensivo e preservação da ordem pública (Brasil, 1988). As falas das/os estudantes são marcadas por um ponto em comum: estão cientes do papel da Polícia Militar na sociedade, mas não concordam com o desempenho satisfatório da função, demonstrando a contradição da atuação dos policiais.



Para Rodrigues e Sousa (2017, p.189), “o discurso constitucional de manutenção da ordem pública legitima várias ações arbitrárias com o apoio de ordem jurídica e política”. Nesse sentido, os autores afirmam:

[...] neste discurso da preservação da ordem, a polícia militar utiliza métodos, muitos dos quais ilegais, caracterizados pelo abuso de autoridade e sob a proteção do Estado para o controle da população pobre, especificamente, os jovens, que cotidianamente são as maiores vítimas da violência policial neste país (idem, p. 189).

“A abordagem deles é terrivelmente discrepante”

O núcleo trata os sentidos e significados atribuídos às abordagens da Polícia Militar, evidenciando a relação de complementaridade entre as falas das/os estudantes, que apontam as atitudes tendenciosas das/os policiais e revelam a justiça seletiva que vigora na sociedade.

Sobre esse tópico, o estudante Frederico declara: “sempre atingem o mais fraco, enquanto os verdadeiros ladrões, os verdadeiros corruptos, as verdadeiras pessoas que fazem realmente mal pra sociedade estão soltas e a polícia militar não faz nada, não chega nem perto dessas pessoas”. Quando perguntado sobre as abordagens, afirmou: “eu acho que, assim, é bem preconceituosa a abordagem dos policiais”.

Nesse sentido, Miguel também levanta a questão do preconceito e declara: “pelo que eu vejo de colegas que estudam comigo, eles têm um estereótipo de abordar negros ou homossexuais em qualquer situação, pode ser em qualquer ambiente”. Em outro momento, o jovem acrescenta: “a violência policial se encaixa muito pelo preconceito que a polícia tem, sabe! A polícia tem um estereótipo que eu vejo que não é colocado por eles, esse estereótipo já vem imposto na sociedade”.

Ana, ao ser questionada sobre as abordagens, comenta sobre o treinamento dos policiais militares, que imagina ser “rigoroso demais”, e afirma “eu acho que devido a esse treinamento, a abordagem deles é terrivelmente discrepante”.

A estudante Clara também se manifesta nesse sentido, em vários momentos. Ao relatar sobre o papel da Polícia Militar em oferecer segurança, a estudante afirma que essa função não está sendo cumprida e exemplifica: “O jeito que eles abordam... principalmente pessoas de classe média baixa, pessoas que são da periferia e principalmente negros”. Depois, a estudante conclui:

O que você vê na rotina é que as pessoas que saem mais prejudicadas são as que mais precisam de auxílio. Por exemplo, pessoas de classe média-alta não passam pelo mesmo tratamento que uma pessoa de periferia passa, uma situação totalmente desconfortável. Eu acho um absurdo, por exemplo, uma pessoa negra, se for abordada, dependendo dos trajés, é aquela humilhação toda.

Os discursos dos estudantes convergem quanto ao panorama contraditório da atuação policial no que diz respeito também às abordagens divergentes das/os agentes da



segurança pública. Fica explícita a clareza da perspectiva das/os estudantes sobre o preconceito, trazendo à tona a questão de classes, da cor da pele e da orientação sexual.

Para Rocha (2013, p.86), no contexto de violência que vigora como excesso de poder, “a relação social reforça preconceitos e discriminações, em vez de gerar alternativas para superar o problema da própria violência”. Ainda, para este autor: “O baixo status moral está relacionado à figura do estigmatizado, que pode ser o pobre, o negro, o favelado, o jovem da periferia. Estar nessa condição potencializa as chances de ser alvo da violência policial” (idem, p. 88).

“Medo, insegurança, impotência, fragilidade”

O núcleo apresenta os sentidos e significados atribuídos pelas/os estudantes frente à realidade da violência policial, demonstrando que as ações, muitas vezes abusivas, das/os agentes da segurança pública, ao invés de gerarem alívio, trazem um sentimento de inquietação e desconforto.

Frederico, ao ser questionado sobre sua reação diante da violência policial, relatou: “a gente fica traumatizado, né, a gente fica inseguro, a gente se sente muito oprimido. Porque a gente não pode fazer nada, e a gente tem medo, né. É essa sensação mesmo, de insegurança, impotência, fragilidade”. No trecho é possível perceber uma certa insegurança até na própria fala do jovem.

Miguel discorre sobre a violência sofrida por pessoas próximas e relata: “Tenho colegas que falam: quando você é negro, tem que fazer duas vezes mais. Então, é o medo de morrer. Você tem que lutar pelas suas coisas, e o medo de morrer pela polícia. Seria essa a situação psicológica que eles sentem.” Em seguida, o estudante conclui: “É isso que é a violência psicológica: a qualquer momento você pode tomar uma bala perdida, a qualquer momento um colega seu pode morrer”.

Hera comenta a respeito de um episódio em que presencia a abordagem violenta contra um amigo, e o sentimento relatado foi: “Eu não sabia o que fazer, não sabia. [...] felizmente não aconteceu nada. Mas eu fiquei com muito medo”.

Ana afirma ter presenciado violência policial em uma manifestação. Segundo a jovem, a reação foi de indignação e medo. “Acho que foi medo que o rapaz que foi agredido sentiu e todas as pessoas que estavam em volta com certeza sentiram, porque daí você imagina ‘cara, ele vai me bater também’. Porque eles não querem saber quem é você”.

Assim como definido pelos estudantes, para Chauí (1999, p.3), violência é o “ato de brutalidade, sevícia e abuso físico ou psíquico contra alguém e se caracteriza nas relações intersubjetivas e sociais definidas pela opressão e intimidação, pelo medo e terror”. Batista (2003) defende a difusão do medo do caos e da desordem como um mecanismo de controle social, neutralizando e disciplinando as massas. Constata-se,



portanto, que esse contexto de insegurança e medo generalizado tem grande impacto na vida dos jovens, mesmo os que não sofreram diretamente com a violência policial.

“Para a pessoa ter autoridade, ela precisa praticar violência?”

Neste núcleo, os sentidos que as/os estudantes atribuem à violência são os excessos cometidos pelas/os policiais durante o exercício da função, demonstrando que o abuso de poder está diretamente ligado ao sentimento de superioridade.

A estudante Ana foi taxativa ao declarar, sobre o papel da Polícia Militar: “Para mim a polícia militar está ali meramente pra transpassar um conceito de superioridade e medo”.

Segundo a estudante Hera, violência policial “é quando há o abuso de poder, quando ele submete alguém a uma situação que provavelmente ele não gostaria de ser submetido e nem a família dele, com certeza”. Em outro momento a estudante afirma: “A forma como eles veem os bandidos, as pessoas até de furto menor... eles os veem como alguém que mereça ser tratado daquela forma. Então eu penso que a violência acontece justamente por isso, de tratar alguém como inferior”.

Clara se manifesta sobre o tema em diversos momentos da entrevista. Nessa declaração, a estudante associa a sensação de insegurança discutida anteriormente ao abuso de poder cometido pelos policiais: “A exploração de autoridade... eles se acham autoritários demais, a forma como eles indagam as pessoas, que eles chegam nas pessoas, é uma forma totalmente agressiva. Isso para mim não traz segurança”. Em outro ponto, a jovem afirma que os policiais “abusam da autoridade que têm pra praticar violência” e levanta a questão: “Para a pessoa ter autoridade ela precisa praticar violência? Acho que isso não é necessário”.

Diante das falas das estudantes apreende-se que violência e poder são fenômenos diferentes, mas frequentemente se apresentam juntos. Para Arendt (2009, p.22), “a violência nada mais é do que a mais flagrante manifestação de poder. [...] o tipo de poder mais definitivo é a violência”. Ainda para a autora, “se a essência do poder é a efetividade do domínio, não existe então nenhum poder maior do que aquele que provém do cano de uma arma” (p. 23). De acordo com Rodrigues e Sousa (2017, p.193), “compreende-se que a violência se produz e se reproduz na sociedade, por meio do entrelaçamento dos contextos sociais, políticos, econômicos e culturais, nos quais os sujeitos estão inseridos”.

“Eles não são condenados”

O núcleo apresenta os sentidos atribuídos pelas/os estudantes quanto às denúncias dos excessos cometidos pelas/os policiais, cujos discursos das/os estudantes se complementam e são similares, desvelando a sensação de impotência causada pela impunidade da violência policial.



O estudante Miguel, diante da pergunta sobre as denúncias da violência policial, responde que as pessoas não denunciam por medo de morrer, e declara: “É claro que a polícia é acobertada, entendeu? Não tem lógica tanta coisa acontecer, tanto relato acontecer e nunca cair a culpa na polícia”. Em outro momento, ao contar sobre as abordagens sofridas por um amigo, o jovem afirma: “mas não tem como a pessoa denunciar isso, sabe, aquilo fica marcado”.

Hera responde à pergunta com “raramente” e explica: “Digamos que a maioria pensa que é uma causa perdida, e realmente é uma causa perdida, porque o policial na maioria das vezes está com a razão, mesmo que ele esteja errado. [...] Como que denuncia e para quem?”.

A jovem Ana justifica a resposta negativa da seguinte maneira: “Por medo, não sei, ou por achar que não vai adiantar porque você faz a denúncia é para esse tipo de órgão, né, daí você denunciar a polícia pra polícia eu acho que é irônico”. Nesse sentido, Ana complementa: “Mas eu acho que é por mais medo mesmo, insegurança, eu acho que a instabilidade porque você não sabe se aquilo ali vai pra frente ou não”.

Clara se manifesta de forma expressiva ao declarar que os policiais militares “não são condenados, não são. E o máximo que fazem com eles é um afastamento, depois volta ao normal”. Diante da negativa à pergunta sobre as denúncias, a jovem esclarece: “Medo. Acredito que a pessoa pensa ‘não vai dar em nada’, ou então ‘eu corro risco’”.

Os discursos das/os estudantes retratam o que pontua a Anistia Internacional (2015, p.11), “os responsáveis dificilmente são levados à Justiça e a grande maioria das vítimas não obtém nenhuma reparação. Essa impunidade alimenta o ciclo de violência que marca as operações policiais no país”.

Segundo Rocha (2013, p. 89),

O problema aqui já não é só quantificar as exacerbações do trabalho policial e puni-las, mas também compreendê-las. A violência policial é um fato que as polícias dificilmente reconhecem. Há inclusive uma frase anônima que circula no meio policial dizendo: *Não existe violência policial. O que existe é resistência à prisão* (grifo do autor).

Essa narrativa aponta os motivos pelos quais persiste a brutalidade e a impunidade policial. Segundo Rodrigues e Sousa (2017, p.194), “sem uma profunda mudança na organização social, política e econômica da sociedade, a eficácia das políticas de segurança pública, neste país, são e serão paliativas”.

Considerações

Os sentidos e significados atribuídos pelas/os estudantes à atuação da polícia militar revelam que a violência policial, amplamente presente na sociedade e facilmente identificada pelas/os estudantes, é marcada por abusos de poder e abordagens tendenciosas, comportamentos que geram recorrentes sentimentos de medo e insegurança, ampliados principalmente pela impunidade dos/as agentes agressores/as.



Assim, mais do que apenas vivências particulares, as falas das/os jovens apontam uma realidade da sociedade brasileira, onde as violências, de forma geral, têm um alvo bem definido: o corpo jovem, negro e pobre.

Estes resultados, bem como os dados da violência policial, revelam a falta de políticas públicas brasileiras que visem a garantia da convivência social pacífica, assim como também demonstram o fracasso ao assegurar, principalmente aos/às jovens pobres e negros/as, o exercício de uma existência plena de direitos. Assim, ressalta-se que ainda há muito trabalho a ser realizado para garantir a todas/os as/os cidadãos/ãos as normativas constitucionais quanto ao exercício de direitos sociais e individuais.

Referências

AGUIAR, W. M. J.; OZELLA, S. Apreensão dos sentidos: aprimorando a proposta dos núcleos de significação. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 94, n. 236, p. 299-322, jan./abr. 2013.

AGUIAR, W. M. J.; SOARES, R. S.; MACHADO, V. C. Núcleos de significação: uma proposta histórico-dialética de apreensão das significações. **Cadernos de Pesquisa**, v. 45, n. 155, p. 56-75, jan./mar. 2015.

ANISTIA INTERNACIONAL. **Você matou meu Filho!**: homicídios cometidos pela polícia militar na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Anistia Internacional, 2015. Disponível em: <https://www.amnesty.org/en/documents/amr19/2068/2015/bp/> Acesso em: 27 set. 2023.

ARENDDT, H. **Sobre a violência**. 8 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

BATISTA, V. M. **O medo na cidade do Rio de Janeiro: dois tempos de uma história**. 2ed. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2020]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm Acesso em: 13 set. 2023.

BRASIL. **Lei Federal nº 12.852, de 5 de agosto de 2013**. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. Brasília, DF: Presidência da República, [2018]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm Acesso em: 27 set. 2023.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012**. Brasília, DF: Conselho Nacional de Saúde, 12 dez. 2012. Disponível em <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf> Acesso em 27 set. 2023.



BUENO, S. *et al.* Análise da letalidade policial no Brasil. **13º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: FBSP, 2019, p. 54-69. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/wpcontent/uploads/2019/09/Anuario-2019-FINAL-v3.pdf> Acesso em: 27 set. 2023.

CHAUÍ, M. Uma ideologia perversa: explicações para a violência impedem que a violência real se torne compreensível. **Folha de São Paulo**, São Paulo, Caderno Mais!, p. 3-5, 14 de mar. 1999. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs14039904.htm> Acesso em: 27 set. 2023.

FBSP - FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **13º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/wpcontent/uploads/2019/09/Anuario-2019-FINAL-v3.pdf> Acesso em: 27 set. 2023.

RODRIGUES, D. J. S. **Os sentidos e significados da violência policial para jovens pobres da cidade de Goiânia**. 2015. Tese (Doutorado em Psicologia) - Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2015.

RODRIGUES, D. J. S.; SOUSA, S. M. G. Violência policial: sentidos e significados atribuídos por jovens da cidade de Goiânia. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 22, p. 187-198, abr./jun. 2017.

ROCHA, A. P. Política, violência e cidadania: os desafios de se construir uma polícia cidadã. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 7, n. 1, p. 84-100, fev./ mar. 2013.

VIGOTSKI, L. S. **Teoria e método em psicologia**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

VIGOTSKI, L. S. **A construção do pensamento e da linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

